

MARCADAS A FERRO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Uma visão multidisciplinar

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem um enorme prazer em editar e apresentar esta publicação que reúne em dois idiomas, português e espanhol, 23 comunicações e palestras sobre o enfrentamento à violência contra a Mulher a partir de experiências vivenciadas no Brasil, na Espanha e na França. Esses especialistas se encontraram em dezembro de 2004 em Recife (PE) e em São Raimundo Nonato (PI). O encontro foi possibilitado pelo convênio assinado entre a Universidade de Valência, Espanha, a Universidade Federal de Pernambuco e a Fundação Museu do Homem Americano.

Em suas duas etapas, o Seminário teve papéis diferenciados: na Universidade reafirma direitos, traz várias e novas informações no que se refere à legislação, a serviços de atendimento à mulher, a programas de prevenção à violência doméstica e sexual, formas de acesso a serviços públicos ou a organizações não-governamentais que trabalham com o tema. Já em São Raimundo Nonato, representa a oportunidade de trocar informações básicas sobre direitos das mulheres e cidadania, especialmente no que se refere à violência contra a mulher, marcando a iniciativa de um grupo de homens e mulheres comprometidos com justiça, igualdade e mútuo respeito entre os gêneros.



DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA DA UFPE



COOPERACIÓN
ESPAÑOLA

FUMDHAM
FUNDAÇÃO MUSEU DO
HOMEM AMERICANO

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres



MARCADAS
A FERRO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Uma visão multidisciplinar

Márcia Castillo-Martín e Suely de Oliveira

MARCADAS A FERRO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Uma visão multidisciplinar



Organizadoras

Márcia Castillo-Martín e Suely de Oliveira

MARCADAS A FERRO

MARCADAS A FERRO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Uma visão multidisciplinar

Márcia Castillo-Martín - Suely de Oliveira
organizadoras

Brasília
2005

**Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres**



© 2005 - Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

É permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

Elaboração, e informações

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Espl. dos Ministérios, bl. L, Ed. Sede, 2º andar, sl. 200
70047-900 - Brasília - DF
telefones: (61) 2104-9377 e 2104-9381
fax: (61) 2104-9362 e 2104-9355
spmulheres@spmulheres.gov.br
http://www.presidencia.gov.br/spmulheres

Universidade Federal de Pernambuco
Departamento de História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 11º andar - Cidade Universitária
50670-901 - Recife - PE
telefone: (81) 2126-8291
fax: (81) 2126-8290
e-mail: ppchufpe@ufpe.br e pparq@ufpe.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Brasil.Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Brasil.Presidência da República.Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Marcadas a Ferro – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 260p.

1. Violência contra a Mulher uma visão multidisciplinar. 2. Crime contra as Mulheres.

I. Castillo-Martín, Márcia. II.Oliveira, Suely de

CDU 396

Preparação dos originais, edição e revisão do português

Heloisa Frossard

Revisão do espanhol

Márcia Castillo-Martín e Gabriela Martín Avila

Capa

Felipe Lopes da Cruz

Foto da capa

Acervo do Museu de Triunfo, Pernambuco.

A imagem simboliza perfeitamente a violência de gênero e a anulação da cidadania feminina. A prática de ferir o rosto de mulheres de forma definitiva com ferro em brasa para marcar gado, usual em fazendas do nordeste do Brasil e entre os grupos de cangaceiros, tornava público que aquelas mulheres lhes pertenciam. Ao marcar o rosto de mulheres "teoricamente" livres, estes homens praticavam um ato de humilhação e de anulação completa da auto-determinação e da liberdade femininas.

Projeto gráfico

Heloisa Frossard

Agradecimento

Ao Secretário de Turismo de Triunfo, Pernambuco, Sr. André Vasconcelos, que gentilmente cedeu o uso da foto da capa (uma dentre várias outras existentes no acervo do Museu de Triunfo).

Seminário Brasil-Espanha - Violência e Gênero
A violência contra a mulher: consequências morais, econômicas e jurídicas
Recife, PE, 2 a 4 de dezembro de 2004
São Raimundo Nonato, PI, 5 a 8 de dezembro de 2004

Realização:

Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco
Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, PI
Institut Universitari d'Estudis de la Dona, València, Espanha

Apoio:

Agência Espanhola de Cooperação Internacional - AECI
Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife
Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 11

Nilcéa Freire

INTRODUÇÃO, 13

Márcia Castillo-Martín e Suely de Oliveira

DAS ORIGENS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO, 17

Anne-Marie Pessis e Gabriela Martín

VIOLENCIA DE GÉNERO: SUJETO FEMENINO Y CIUDADANÍA EN LA SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA, 23

Ana Aguado

GÊNERO E PATRIARCADO, 35

Heleieth I. B. Saffioti

TRAJETÓRIA DOS FEMINISMOS. INTRODUÇÃO À ABORDAGEM DE GÊNERO, 77

Maria de Fátima Guimarães

NOVAS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 93

Ana Paula Portella

UNIDOS CONTRA A VIOLÊNCIA, 100

Mércia Carréra de Medeiros

CONSTRUCCIÓN PSICOSOCIAL DE LOS MODELOS DE GÉNERO: SUBJETIVIDAD Y NUEVAS FORMAS DE SEXISMO, 104

Isabel Martínez Benlloch

LECTURAS DE LA VIOLENCIA: LA TENTACIÓN CONTRACULTURAL, 135

Márcia Castillo-Martín

NOTICIAS DE, SOBRE, CONTRA LOS MALOS TRATOS DOMÉSTICOS, 144

Rosa Solbes

IMAGENS DA MULHER EM UM LIVRO DIDÁTICO, 154

Severino Vicente da Silva

"O Adão pernambucano" – violência e poder na capitânia de Pernambuco, 159

Virgínia Maria Almoêdo de Assis

DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA PATRONAL CONTRA AS TRABALHADORAS RURAIS NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO, 165

Christine Rufino Dabat

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PERNAMBUCO: A DIFÍCIL TAREFA DE ENTENDER O CONTEXTO, 179

Verônica Ferreira

QUANDO O RISCO ESTÁ EM CASA: VIOLÊNCIA E GÊNERO NA FRANÇA NA VIRADA DO SÉCULO, 185

Maria do Carmo Ibiapina de Menezes

LOS COSTES ECONÓMICOS Y SOCIALES DE LA VIOLENCIA CONTRA LA MUJER EN ANDALUCÍA, ESPAÑA, 192

Elizabeth Villagómez

MULHER E TRABALHO, 199

Glauce Gaudêncio

LA JUSTICIA ANTE LA VIOLENCIA DE GÉNERO, 204

Maria José Varela

ACTUACIONES DEL ASOCIACIONISMO FEMINISTA – EN TORNO A LA LEY INTEGRAL CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO, 217

Luz Sanfeliu Gimeno

"NEM HOMEM GOSTA DE BATER, NEM MULHER DE APANHAR" – FORTALECENDO A REDE DE PROTEÇÃO, 234

Suely de Oliveira

COLECTIVO DE HOMBRES CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO, BADALONA, 239

Joaquín Casals Blasco

IMPLICACIÓN MASCULINA CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO (PROYECTO LAZO BICOLOR), 246

Miguel Sánchez Sánchez

A PERSPECTIVA DE GÉNERO NA COOPERAÇÃO ESPANHOLA AO DESENVOLVIMENTO, 253

Ana Mansilla

MULHERES EM AÇÃO EM SÃO RAIMUNDO NONATO – PIAUÍ, 257

Ana Stela de Negreiros Oliveira e Damiana Crivellare

MARCADAS A FERRO

APRESENTAÇÃO

NILCÉA FREIRE

SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

*No plano da força física ... a derrota feminina é previsível,
o mesmo se passando no terreno sexual,
em estreita vinculação com o poder dos músculos.*

Heleieth Saffioti

A violência contra a Mulher é tema de difícil enfrentamento embora agregue diferentes experiências e iniciativas profissionais.

Nos 23 trabalhos apresentados, *Marcadas a Ferro* nos mostra de forma vigorosa perspectivas bastante diferentes de um mesmo problema – o enfrentamento à violência contra a mulher: questão aqui discutida a partir das perspectivas brasileira, espanhola e francesa que conjugam ações e iniciativas no trabalho de atendimento a mulheres agredidas e homens agressores. No decorrer da leitura, temos a oportunidade de acompanhar excelentes reflexões teóricas sobre as causas e a origem desse fenômeno que atinge as mulheres das formas mais diferenciadas; nos inquietamos diante da observação da imagem da mulher que a propaganda insiste em estabelecer e com a forma como a mulher é representada nos livros didáticos. A leitura dos artigos apresentados no Seminário Binacional Brasil-Espanha nos coloca em contato com o arcabouço de leis que compõem a legislação em vigor sobre a violência contra a mulher de forma a aproveitarmos essas experiências, no auxílio aos difíceis impasses que os profissionais que se dedicam a esse enfrentamento vivem diariamente.

Nos encontros realizados em Recife (PE) e em São Raimundo Nonato (PI), profissionais e pesquisadores de realidades culturais diferentes puderam aproximar e discutir

experiências de trabalho vividas com a mesma intensidade e empenho. Os relatos reunidos nesta edição apontam para depoimentos reveladores que chegam a comover o(a) leitor(a) diante da emergência que a questão requer.

Historicamente, estabeleceu-se um mundo desigual onde a mulher se tornou dependente e refém do poder masculino. A violência atinge mulheres de todas as classes sociais e independe das diferenças geracionais e de raça/etnia. A melhoria das condições de vida das mulheres passa obrigatoriamente pelo estabelecimento de ações e pelo desenvolvimento de uma Rede de Serviços que lhes ofereça os meios necessários para saírem da situação de violência em que vivem.

Para o enfrentamento da violência sofrida pelas mulheres das classes menos privilegiadas, não são suficientes políticas e campanhas unicamente voltadas para seu combate, mas o suporte de medidas que alterem o meio social em que a mulher está inserida e que lhe ofereça uma real possibilidade de autonomia econômica, sem a qual esse ciclo perverso muito dificilmente será rompido.

Foi com essa intenção que, em dezembro de 2004, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres lançou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, base para o estabelecimento de ações que norteiam as políticas governamentais nos níveis federal, estadual e municipal visando a melhoria das condições de vida das mulheres. Para tal, realiza-se uma verdadeira cruzada em favor de um pacto nacional que está sendo estabelecido com as prefeituras e com os governos dos estados brasileiros para a sua implantação e implementação.

E acreditando na troca de informações, nas propostas e nas experiências que este livro apresenta, apostamos vigorosamente no *slogan* de uma de nossas campanhas:

*Sua vida recomeça,
quando a violência termina.*

INTRODUÇÃO

Márcia Castillo-Martín e Suelly de Oliveira

ORGANIZADORAS DO SEMINÁRIO BINACIONAL BRASIL-ESPANHA

O “25 de Novembro” foi instituído na América Latina como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. Essa data surgiu durante o 1º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (Bogotá, 1981) e é uma homenagem à memória das irmãs Mirabal, brutalmente assassinadas na República Dominicana durante o regime do ditador Trujillo em 1960. Desde então, no mundo inteiro, os movimentos de mulheres e feministas promovem atividades envolvendo e sensibilizando os poderes públicos e a sociedade pelo fim da violência contra as mulheres.

O ano de 2004 foi promulgado o Ano da Mulher no Brasil. Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu que o poder público, em 2004, promoveria programas e atividades para a divulgação e a comemoração, com envolvimento da sociedade civil, sobre as conquistas femininas. Foi também uma forma de promover iniciativas que consolidem a igualdade e a justiça na inserção da mulher na sociedade brasileira.

No Brasil, o “Ano da Mulher” e o “25 de Novembro”, motivaram a realização do Seminário Binacional Brasil-Espanha - Violência contra a Mulher: conseqüências morais, econômicas e jurídicas.

O Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, sensibilizado com a temática, propôs uma parceria ao Museu do Homem Americano e à Universidade de Valencia para a realização de um seminário sobre a violência de gênero com enfoque e perspectiva interdisciplinar. O Departamento engloba um núcleo de estudos da mulher, que emite o boletim *Gênero & História*, além de já ter assinado vários convênios com instituições e grupos de trabalho de interesse comum.

A Fundação Museu do Homem Americano – Fumdhm foi criada em 1986 por um grupo de pesquisadores(as) brasileiros(as) e franceses(as) oriundo de diversas áreas do conhecimento. O principal objetivo da instituição é a realização de pesquisas interdisciplinares no Parque Nacional Serra da Capivara que, situado no domínio da caatinga no Sertão do Piauí, possui a maior concentração das Américas de sítios pré-históricos, com pinturas rupestres milenares. O reconhecimento do acervo cultural e

natural do Parque levou a sua inclusão pela UNESCO, na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade.

Desde o início de sua fundação, a Fumdham tem valorizado o trabalho e a educação das mulheres da região, colaborando para elevar a auto-estima e preparando-as para enfrentar os desafios da sobrevivência, independente dos pais ou dos maridos, muitas vezes empregando essas mulheres nas múltiplas atividades da instituição, inclusive em trabalhos tradicionalmente considerados masculinos, como as funções de guarda de guaritas e de trilhas do parque. A morte da guarda do Parque Nacional, Ivani de Jesus Sousa Ramos, no cumprimento do seu dever, assassinada pelo próprio irmão, motivou a Fundação para a realização do seminário. Ivani era mãe de três filhos menores de idade.

A partir do convênio realizado entre a Universidade de Valencia, na Espanha - por meio do atuante Institut Universitari d'Estudis de la Dona -, da Universidade Federal de Pernambuco/Departamento de História e da Fundação Museu do Homem Americano se consolidou a realização do evento, como forma de aproximação entre os dois países de culturas e situações distintas, onde de forma mais ou menos oculta, se sofre e se tolera a violência indiscriminada contra a mulher. Representa a oportunidade de diálogo entre os dois países e a troca de experiência para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

A Espanha é um país no qual, por razões históricas de desenvolvimento e pelo peso da religião, a violência de gênero foi tardiamente considerada como um problema grave da sociedade. O acesso da mulher ao trabalho e a todas as dimensões da vida social criou bases favoráveis para que a questão da desigualdade de gênero se caracterizasse como um problema da sociedade como um todo. Foram assim criados os instrumentos jurídicos destinados a proteger a nova condição da mulher como parte da sociedade espanhola.

No Brasil, a questão da violência contra a mulher ainda é um desafio a ser vencido. Todas as pesquisas mostram a gravidade do problema, afetando mulheres de todas as classes sociais, de diferentes credos, negras, brancas e indígenas; mulheres dos grandes centros urbanos e do interior do país. O Brasil é signatário de vários acordos internacionais que remetem direta ou indiretamente à questão da violência de gênero. Para o governo brasileiro, o enfrentamento à violência contra a mulher tem sido uma de suas prioridades e um compromisso de todos os dias.

A Convenção de Belém do Pará define a violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause dano, morte ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada em Belém do Pará, em junho de 1994). É um grave problema de saúde pública, de

violação dos direitos humanos das mulheres e de justiça social e que afeta países do mundo todo, Brasil e a Espanha aí incluídos.

No encontro binacional estiveram representadas diversas instituições brasileiras: Fórum Acadêmico "Pensando a Violência" da UFPE; Coordenadoria da Mulher da Prefeitura da Cidade do Recife; SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia; Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Estado da Paraíba; Fórum de Mulheres de Pernambuco; Ordem dos Advogados do Brasil e CLADEM, São Paulo; Themis, do Rio Grande do Sul; Instituto Papai; Universidade Federal de Pernambuco; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Grupo AME - Associação de Mulheres Entendidas; Grupo AMHOR, entre outras.

Pelo lado espanhol, participaram: Agência Espanhola de Cooperação Internacional-AECI, Brasília; Universitat de València, Institut Universitari d'Estudis de la Dona; Comisión de Mujeres del Colegio de Abogados de Barcelona; Asociación de Policías, "Hombres contra la Violencia de Género" del Ayuntamiento de Badalona (Barcelona); Casa de la Dona de Valencia y de la Marxa de Dones.

O conteúdo das apresentações permitiu-nos ter uma visão geral do estado do problema da violência de gênero no Ocidente, o que foi completado pela consideração de alguns casos particulares em países desenvolvidos como a Espanha e a França.

O Seminário aconteceu em duas etapas: A primeira delas realizou-se no auditório da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, permitindo um debate ampliado com a comunidade acadêmica e com as várias representações do poder público e da sociedade civil. O segundo momento se deu na cidade de São Raimundo Nonato, no Piauí. Os temas tratados foram analisados em uma perspectiva mais específica e pragmática, salientando um problema existente na região, até então restrito ao privado.

Ainda nesta segunda fase do encontro binacional, foi caracterizado o problema da violência contra a mulher como uma violação de direitos e como um problema ligado ao poder e às desigualdades de gênero. O marco referencial para a discussão é a situação da mulher nas áreas rurais e urbanas do interior do Nordeste e muitas foram as informações sobre casos locais, apresentadas por mulheres que sofreram agressões. Estiveram presentes todos os setores da sociedade local, autoridades municipais, Universidade Estadual do Piauí, Delegacia da Mulher, Secretaria Municipal de Bem Estar Social de São Raimundo Nonato. Também representantes da Polícia Militar e, de igrejas de diversos credos. Merece destaque particular a participação de dois membros da Associação de Policiais "Hombres contra la Violencia de Género" da Prefeitura de Badalona (Barcelona): Miguel Sánchez e Joaquin Casals Blasco. Essa participação possibilitou uma integração entre policiais da Espanha e da região de São Raimundo Nonato.

Pode-se afirmar que o seminário teve papel diferenciado nas duas etapas em que foi realizado: na Universidade, reafirmando direitos, trazendo várias e novas informações úteis no que se refere à legislação, a serviços de atendimento à mulher, programas de prevenção à violência doméstica e sexual, formas de acesso a serviços públicos ou a organizações não-governamentais que trabalham com o tema. Na região de São Raimundo Nonato, além da importância da formalização da parceria entre polícias do Brasil e da Espanha, representou a oportunidade de apresentar informações básicas sobre direitos das mulheres e cidadania, especialmente no que se refere à violência contra a mulher. O que para muitas ainda significava um problema doméstico foi reafirmado como uma violação de direitos humanos e crime praticado contra a mulher. A necessidade de se criar uma associação de mulheres na região, ainda muito carente de organizações de direitos das mulheres, para estimular novas discussões sobre a temática no estado do Piauí foi evidenciada e, assim, foi criada a entidade Mulheres em Ação. Esta entidade é destinada a desenvolver múltiplos projetos para criar instrumentos de apoio para as vítimas de violência, estimular projetos de ensino profissionalizante que tornaram viáveis alternativas de trabalho para as vítimas dessa violência e que estimulasse ações de informação pelos meios de radiodifusão atingindo a educação formal e informal.

O Seminário foi também uma oportunidade ímpar para discutirmos o papel da mídia na transformação da estrutura de valores e, por outro lado, o perigo de reforçar o machismo e as desigualdades de gênero; nesse sentido, destacam-se as apresentações das especialistas espanholas, Isabel Martínez Benlloch, Maria José Varela, Rosa Solbes, Ana Aguado, Luz Sanfeliu e Elizabeth Villagomez.

Esta publicação reúne nos dois idiomas, português e espanhol, as comunicações e palestras havidas durante as duas fases do Seminário, o que significa o coroamento da iniciativa de um grupo de homens e mulheres comprometidos com justiça, igualdade e mútuo respeito entre os gêneros.

DAS ORIGENS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

Anne-Marie Pessis

ARQUEOLÓGA. PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE. DIRETORA CIENTÍFICA DA FUND. MUSEU DO HOMEM AMERICANO, PIAUÍ, BRASIL

Gabriela Martín

ARQUEOLÓGA. PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E VICE-COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. RECIFE, BRASIL

Sobre as origens da desigualdade de gênero que, em resumo, reduz-se a tentar demonstrar a superioridade física e mental dos homens sobre as mulheres, são diversas as explicações que foram propostas no decorrer da história humana e que procuraram fornecer subsídios que as justifiquem. As posições sustentadas se radicalizam em torno de dois tipos de explicação. Teorias de cunho biológico se opõem àquelas que explicam a desigualdade de gênero apenas como um fenômeno cultural. As primeiras defendem um determinismo biológico originado no dimorfismo sexual e nas especificidades de gênero na função reprodutiva da espécie. Essa especialização de gênero estaria acompanhada, na mulher, por um desenvolvimento da racionalidade inferior ao do homem, em benefício de uma maior afetividade que condicionaria seu comportamento a padrões desiguais e inferiores que aos dos homens. Configuraria um quadro de inferioridade e irracionalidade na mulher, que a incapacitaria para tomar decisões de importância, mas que a tornaria apta para desenvolver atividades simples, sem maiores responsabilidades. Nessa perspectiva a mulher não teria condições de tomar decisões sobre problemas de sobrevivência, fato que a tornaria dependente do outro gênero.¹

O que resulta chamativo é que os problemas de desigualdade de gênero existem de forma dominante, na maioria das sociedades humanas que apresentam desenvolvimento técnico reduzido. Nessas comunidades pode constatar-se que bens materiais, mulheres e palavras são apenas componentes dos sistemas de troca com que os chefes das diversas etnias expressam sua posição particular e diferenciada.

¹ Castillo-Martín, Marcia. La maternidad como ideología. Una perspectiva de género sobre las nuevas técnicas de reproducción. *El Basilisco*, Oviedo, nº 28, julio-diciembre 2000, p. 65-70.

Assim, nos relatos dos viajantes nos séculos dos descobrimentos e nas expedições registradas no curso de aventuras colonialistas, são numerosas as constatações dessa desigualdade.

Essas evidências não fornecem explicações convincentes da desigualdade de gênero, base sobre a qual se constrói a organização das comunidades humanas. Desigualdade que se projeta como dominante na evolução da história e nos relatos sobre os povos da proto-história.

Dois fatos devem ser considerados nesta reflexão:

1. Hoje, a condição da mulher na sociedade escapa aos parâmetros preconceituosos atávicos, apenas quando existem certas características socioeconômicas que lhe são favoráveis. Claras são as evidências de que a transformação sócio-cultural acontecida no Ocidente modificou os valores, as normas e as ideologias da sociedade tradicional. O processo parece também irreversível no contexto de uma sociedade global.
2. A integração massiva das mulheres na educação global e especializada mudou a situação de acesso a instâncias de controle da informação e ao poder econômico. Não se trata ainda de um fenômeno dominante no planeta, embora se caracterize já como uma linha crescente da evolução social.

À luz desta situação, como e por quê, se implantou a regra da desigualdade de gênero nos tempos remotos da história do homem?

Extrapolando hipóteses ou teorias a partir do que se conhece sobre populações tecnicamente pouco desenvolvidas é um recurso que restringe a análise apenas a épocas proto-históricas. Tanto a documentação histórica quanto a tradição oral registram a dependência dominante da mulher ao poder masculino. Uma dominância que chega a ser também um poder gerenciador da especificidade da mulher no processo de reprodução e acasalamento.

A desigualdade de gênero parece se estruturar em torno de dois fatores originais que condicionarão, ideologicamente, essa forma de organização social da espécie humana. São estes os controles da informação técnica, ou seja, do conhecimento, e a solidariedade masculina na apropriação e gestão dessa informação teleonômica.²

As pesquisas sobre a evolução do gênero *Homo* integram dados de diversas áreas disciplinares que convergem em explicações cada vez mais fundamentadas. Nas últimas décadas, foram realizadas descobertas esclarecedoras no estudo do comportamento de espécies geneticamente próximas à espécie humana. Foram feitas também descobertas em outras espécies muito mais distantes do homem, em termos genéticos, mas que evidenciam surpreendente capacidade de abstração especializada.

² PITTENDRIGH, Colin. *Perspectives in the study of biological clocks in: Perspectives in Marine Biology*. La Jolla: Scripps Institution of Oceanography, 1958.

TELEONOMIA - análise da adaptação favorável à conservação da espécie através de comportamentos, tipo, estruturas e função, cuja existência em um organismo se deve às vantagens seletivas por elas proporcionadas.

No processo de "hominização", as diferentes mutações aconteceram sempre no seio de uma espécie de origem. Não sendo uma exceção, o *Homo Sapiens* se originou a partir de uma espécie antecessora na qual se produziu a mutação. Em conseqüência, uma nova espécie se inicia a partir de uma bagagem biológica e cultural herdada dessa espécie ancestral.

As pesquisas etológicas em Primatologia evidenciam a primazia sexual do macho dominante, mas, essa primazia não aparece acompanhada de coerção sobre as fêmeas. Essa dominância se manifesta na preferência que as fêmeas lhe outorgam na reprodução.

Existem evidências de que, no interior de cada espécie, acham-se diferenças de organização social em função de fatores ambientais que condicionam as possibilidades de sobrevivência dos grupos. Esses graus de maior ou menor facilidade para alimentar o grupo vão se traduzir no grau de restrição ou permissividade na comunidade.³

O que não resulta observável é a existência de algum tipo de discriminação no acesso à informação social assim como nenhuma exclusão de gênero. Todos os membros da comunidade partilham a informação que lhes permite ter melhores condições de sobrevivência. Saber como sobreviver individualmente é garantia de sobrevivência da espécie e do grupo. Não existem comportamentos dominantes observáveis de segregação por gênero nos estudos realizados com diversas espécies de primatas. A relação de solidariedade por gênero também não parece identificável. A única exceção detectável é frente a um perigo externo, quando cada um participa da defesa segundo sua capacidade e sua força.

Com o *Homo sapiens*, esse comportamento sofrerá modificações em conseqüência do desenvolvimento de novas especificidades. Entre os atributos da espécie humana se encontra, principalmente, o aparecimento e aperfeiçoamento da capacidade de produzir modificações técnicas na matéria prima, permitindo-lhe, através da produção de instrumentos, compensar suas carências de origem biológica, próprias da nova mutação. Os humanos ocupantes das regiões de savana, sem garras nem dentes de carnívoro e sem dispositivos que lhes permitam o deslocamento veloz, acham-se em condições de precariedade no seu entorno. A fragilidade biológica da espécie humana em um novo ambiente será gradativamente superada, através de sua capacidade de observação e de adaptação, em função de suas necessidades. Para proteger o grupo, os humanos deverão criar instrumentos substitutivos de defesa e agressão, mas deverão também desenvolver técnicas e estratégias de utilização das armas criadas. Frente à especialização dos animais carnívoros da savana, a especialização defensiva dos humanos passará pelo desenvolvimento de produtos técnicos.

³ TOMASELLO, Michel. The question of Chimpanzee Culture in: WRANGHAM, Richard et alli (editors). *Chimpanzee Culture*. Harvard: First Harvard University Press, 1996.

A arqueologia pré-histórica fornece informações que podem ser usadas nesta análise, no que se refere aos padrões comportamentais das primeiras populações humanas. O escasso desenvolvimento técnico e o instrumental rudimentar disponível para sua defesa, determinaram que as pequenas comunidades humanas tivessem que ter um grau de coesão e solidariedade essencial para a sua sobrevivência. Cada um com suas especificidades e capacidades era apto para desempenhar uma função específica para que o grupo pudesse atuar como um só indivíduo. Quanto maior era a partilha que se fazia da informação para a defesa, maiores eram as possibilidades de sobrevivência da comunidade. Estas necessidades grupais transcendiam às diferenças de gênero.

A organização social dos grupos humanos pré-históricos estava estruturada como comunidade seminômade, na qual a dinâmica de deslocamento era essencial para identificar novos nichos ecológicos com melhores possibilidades de recursos alimentares. Mas esses périplos envolviam grandes perigos. O encontro com outros grupos humanos, e com espécies carnívoras de grande porte, podia acarretar riscos frente à eficiência limitada dos instrumentos defensivos. A força física era importante, mas o era ainda mais a astúcia das estratégias de defesa. Como nas outras espécies de primatas não humanos, os indivíduos mais fortes, - homens e mulheres -, rodeavam aos que fisicamente eram mais frágeis, - crianças e mulheres - e se articulavam segundo as orientações do mais forte e apto para garantir a sobrevivência. A liderança devia necessariamente ser assumida pelo indivíduo mais apto para uma defesa bem sucedida.

Descobertas arqueológicas e etno-arqueológicas sugerem que o comportamento agressivo é inerente à espécie humana. Agressividade e violência eram necessárias para uma subsistência bem sucedida.⁴ Nas pinturas rupestres pré-históricas são numerosos os exemplos de figuras humanas caçando com armas, propulsores e arcos, representações de combates coletivos e modalidades de agressão entre duas figuras humanas. Nas escavações foram achados, corpos que tinham sido mutilados e a presença de ossos humanos fraturados entre os restos de alimentos que sugere a prática do canibalismo.⁵

No entanto, desde os primórdios da sua existência, a espécie humana é mais frágil na primeira etapa da vida de uma criança. O *Homo Sapiens* nasce totalmente desprovido de iniciativa para contribuir para sua própria sobrevivência. As outras espécies de primatas, desde seu nascimento se aferram com mãos e pés aos pelos da sua mãe. A criança humana, apenas nos primeiros dias, reage com um reflexo preensor, quando se estimula a planta de seu pé, mas essa reação, totalmente normal nos primatas,

⁴ LEROI-GOURHAN, André. *Le geste et la parole II: La mémoire et les rythmes*. Paris: Albin Michel, 1965.

⁵ GUILAINE, Jean. *El camino de la guerra: La Violencia en la prehistoria*. Barcelona: Ariel, 2002.

desaparece rapidamente. Face à fragilidade da criança humana ao nascer, o grupo deverá dar um maior suporte e ter muito cuidado para favorecer a sobrevivência. Tendo os homens que garantir a proteção da comunidade, corresponderá às mulheres destinar uma parte maior de seu tempo ao fornecimento desse apoio. A exigência do cuidado das crianças assumido pelas mulheres originará uma especialização na divisão do trabalho por gênero.

Essa circunstância também gerou um diferente acesso à informação sobre as inovações técnicas e o aperfeiçoamento para seu uso eficiente. Não se pode afirmar que a mulher, nos inícios da sociedade humana, tenha sido excluída da transmissão do conhecimento e das técnicas da defesa e do ataque. Mas considerando que, entre cada gravidez e cuidado pós-natal, transcorria pouco tempo, é provável que o grupo não outorgasse maior importância à capacitação da mulher para as atividades violentas capazes de garantir a sobrevivência.

Garantir a manutenção e continuidade do grupo humano foi se tornando tarefa de mulher e em torno a essas necessidades foram se aprimorando procedimentos técnicos para seu melhor desempenho. Os homens se especializaram na defesa do grupo e em torno dessa atividade desenvolver-se-á uma diversificada inovação técnica de guerra.

As pesquisas sobre comportamento dos primatas indicam que não existem evidências de especialização por gênero nas tarefas da procura de alimentos. Os dados arqueológicos e etnográficos indicam que a alimentação, nos inícios da sociedade humana, estava baseada na coleta e na caça de insetos e espécies de pequeno porte.

A partir de uma forma de vida estruturada em torno de périplos relacionados com a caça e a coleta sazonais vão ocorrer transformações, dependendo das condições de sobrevivência dos distintos grupos em todo o mundo. Gradativamente, o desenvolvimento técnico e o refinamento das técnicas permitirão aumentar as probabilidades de vida. A violência exógena aos grupos ficará mais controlada e as defesas planejadas diminuirão os riscos. O incremento da população e a necessidade de administrar os territórios, assim como o aparecimento da agricultura, levou a novas formas de organização social. A vida sedentária criava novos valores e interesses, além da simples sobrevivência. O uso dos territórios passará a ser defendido e as técnicas de conservação de alimentos permitirão sua acumulação. Armazenar alimento é acumular poder. A violência será, portanto, orientada a preservar territórios e bens. A partir dessa transformação surgirá uma necessidade de mão de obra geradora de riqueza, mão de obra humana, mão de obra como bem de troca e venda. O trabalho escravo se tornará um produto da violência, de enfrentamentos e de derrotas.

Nesse contexto, na nova organização social estruturada em torno do trabalho, ambos gêneros trabalharão, mas a mulher acumulará as responsabilidades da

maternidade produtora de filhos como riqueza e as do trabalho agrícola junto com os homens. Assim como os homens garantiam a preservação do grupo, com a formação de sociedades mais complexas, eles assumirão a responsabilidade da defesa do território, do alimento e da riqueza. A mulher na sociedade agrícola passará a ser subordinada às ordens do homem numa relação de continuidade da organização dos grupos humanos no estado seminômade. Quando o grupo humano conta com poucos recursos será a mulher que deverá garantir uma grande parte do trabalho, quando os grupos humanos se tornam guerreiros de sucesso, a escravidão assumirá a maior parte do esforço produtor de riqueza.

Nesse processo, a inovação técnica irá formando um acervo de conhecimentos destinado aos homens, ao qual as mulheres não terão acesso. A apropriação masculina do conhecimento será solidariamente defendida por eles. Esse estereótipo de exclusão feminina do conhecimento constituirá uma estrutura conservadora, em torno da qual se organizará a maior parte das sociedades históricas. Existirá trabalho de homem e tarefas de mulher. Para elas, as tarefas de caráter agrícola ou doméstico, pela simplicidade dos procedimentos, não vão requerer maior informação técnica. Assim, especialização de atividades entre os gêneros dará origem à desigualdade e se abrirá uma profunda brecha informativa entre ambos. Fica evidente que na história dos gêneros, em todas as classes sociais as mulheres serão excluídas da informação técnica.

Mas, paradoxalmente, será a inovação técnica que se tornará um instrumento de liberação da mulher desse estado de desigualdade. Com a revolução industrial a mulher terá acesso às fábricas, aos escritórios e ao serviço público, embora seja integrada também em posição de desigualdade com relação aos homens. Mas o trabalho industrial lhe dará também acesso à informação, a educação e ao aprendizado técnico.

O grande problema vai ser a dificuldade de superar os estereótipos comportamentais e as formas de organização familiar estruturada sobre a desigualdade de gênero. O peso das ideologias foi um grande aliado para a conservação dessas estruturas de desigualdade, que são geradoras de violência institucional e doméstica.

A origem dessa desigualdade responde a formas de organização "teleonômicas" que originalmente, na história evolutiva de nossa espécie, permitia a sobrevivência do grupo. Quando essa funcionalidade é superada, quando a divisão do trabalho por gênero já não responde a uma necessidade real, a ideologia masculina passa a ser predominantemente imposta para garantir a continuidade das estruturas de poder.

VIOLENCIA DE GÉNERO

SUJETO FEMENINO Y CIUDADANÍA EN LA SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA

Ana Aguado

PROFESSORA DA UNIVERSITAT DE VALÈNCIA E DO INSTITUT UNIVERSITARI D'ESTUDIS DE LA DONA, VALÈNCIA, ESPANHA

La reflexión histórica nos proporciona claves, explicaciones y las necesarias contextualizaciones relativas a la existencia de la violencia de género en las sociedades pasadas y presentes; igualmente, nos permite analizar los aspectos ideológicos, culturales y socioeconómicos de la misma; y plantear, consecuentemente, la necesidad de que las políticas públicas llevadas a cabo contra ella, deben desarrollarse –para lograr una mayor efectividad– desde una perspectiva de género que arranque de estas reflexiones culturales.

Y para esto, es necesario partir del presupuesto inicial de que se trata de abordar esta cuestión tanto desde una perspectiva pública como privada, y en este sentido, es necesario explicar la interrelación que ha existido históricamente entre estos dos espacios o esferas – la pública y la privada –, para poder plantear con mayor rigor medidas, actuaciones y alternativas. Así, desde la historia del género se pueden contemplar diferentes aspectos históricos y culturales conformadores de la caracterización de dicha violencia; aspectos tales como, por ejemplo, normas y pautas socioculturales y universos simbólicos patriarcales, modelos y roles de feminidad y de masculinidad; y finalmente, la articulación de la esfera privada y de la esfera pública en clave femenina y masculina respectivamente.

Por ello, puede resultar significativo introducir el tema con las siguientes palabras de la Declaración de la IV Conferencia Mundial sobre las Mujeres, celebrada en Pekín en septiembre de 1995, explicativas de como entender la violencia contra las mujeres:

- La violencia contra las mujeres es una manifestación de las relaciones de poder, históricamente desiguales, entre hombres y mujeres, que han conducido a la discriminación contra las mujeres y a impedir su pleno desarrollo. La violencia contra las mujeres a lo largo de su ciclo vital tiene su origen en pautas culturales, en particular, en los efectos perjudiciales de algunas prácticas tradicionales o consuetudinarias, y de todos los actos de extremismo relacionados con la raza, el sexo, la lengua y la religión, que perpetúan la condición inferior que se asigna a las mujeres en la familia, en el lugar de trabajo, en la comunidad y en la sociedad.

- La Declaración contra la Violencia de Género adoptada por la Asamblea General de las Naciones Unidas en 1993, y la Plataforma de Acción de la IV Conferencia Mundial sobre las Mujeres de 1995, son los referentes más sólidos del compromiso internacional en favor de la protección del derecho de las mujeres a su integridad física, a su dignidad, a su libertad y a su emancipación. En este documento se define la violencia de género como una violación de los derechos humanos que engloba no sólo maltratos físicos, si no que engloba también cualquier acto que tenga o pueda tener como resultado un mal o sufrimiento físico, sexual o psicológico para las mujeres, incluyendo las amenazas de estos actos, la coacción o la privación arbitraria de libertad. Se trata también, por tanto, de violencia psicológica y moral, menos tangible y más sutil, consistente en actos o conductas dirigidas a la desvalorización, humillación o descalificación, agresiones verbales o chantaje emocional. Es decir, todos aquellos actos que mantenidos desde una cultura sexista y patriarcal, no respetan la voluntad, la individualidad y la libertad personal.

A pesar de que en los últimos años se ha conseguido situar en el debate público un problema que hasta no hace demasiado tiempo era considerado de carácter privado, y a pesar de que las organizaciones internacionales se han pronunciado reiteradamente sobre la agenda y los protocolos a desarrollar en favor de la eliminación de la violencia y de la igualdad real; cualquier acción política, cualquier plan que pretenda tener éxito, debe de partir de un análisis que contemple - tal como se plantea desde una perspectiva feminista -, el factor estructural de la violencia de género, vinculado a la existencia histórica de relaciones sexistas y patriarcales¹. Y por lo que respecta a estas relaciones, los mecanismos culturales, de control social informal, funcionan para determinar la subordinación de las mujeres, y entre estos mecanismos, las representaciones culturales de la feminidad han desempeñado y desempeñan un papel fundamental. Como señala Chartier², las representaciones culturales han sido decisivas en el desarrollo de las identidades en la sociedad contemporánea, y en concreto, han jugado un papel determinante en la construcción de las identidades de género. Las representaciones culturales son un poderoso instrumento que ha actuado y actúa en el mantenimiento de la discriminación y la subalternidad de las mujeres. La importancia de las representaciones culturales reside en su capacidad de vehicular pautas de comportamiento y de transmitir códigos colectivos respecto a la masculinidad y la feminidad, y respecto a las funciones sociales de hombres y mujeres. Y en este sentido, los discursos de género se han fundamentado a lo largo de diferentes momentos históricos en el presupuesto inicial de una diferencia sexual de naturaleza universal e inevitable que justifica el poder masculino, y en último término, el uso de la violencia por parte de los varones sobre las mujeres como seres jerárquicamente subordinados

¹ BOCK, Gisela. *La mujer en la historia de Europa*. Madrid: Crítica, 2001.

² CHARTIER, Roger. *El mundo como representación. Estudios sobre historia cultural*. Barcelona: Gedisa, 1992.

e inferiores. El esencialismo biológico ha funcionado, por lo que respecta a los discursos de género, para afianzar mensajes en torno a la inferioridad femenina y a la justificación de una jerarquización social basada en el predominio masculino, en la consideración del varón como superior y como "norma". Estas representaciones culturales sexistas han pervivido en el imaginario colectivo influyendo en procesos, actuaciones, valores, ritos y prácticas sociales derivadas de una microfísica del poder específicamente patriarcal.

Por ello, una adecuada comprensión del problema implica partir del concepto de violencia contra las mujeres como violencia sexista, que puede sufrir cualquier mujer por el simple hecho de serlo. La violencia contra las mujeres es también terrorismo, un terrorismo que produce al año centenares de asesinatos y agresiones físicas, pero un terrorismo al que no se nombra como tal, y que no recibe la misma atención informativa que el terrorismo político, en las primeras páginas de los periódicos, y no, como es habitual, en las de sucesos. Parece que durante mucho tiempo se ha ido interiorizando por parte de amplios sectores sociales el presupuesto de que lo privado no es político y de que los poderes públicos tienen poco que decir "de puertas adentro". Y por el contrario, la violencia contra las mujeres no es un tema "privado", y la supuesta privacidad de la institución familiar no puede servir de escudo institucional para los malos tratos, la violencia y otras manifestaciones más sutiles de esta clase de microfísica del poder.

Po estas razones, el análisis a desarrollar para reflexionar sobre esta cuestión debe de ser académico y político a la vez. Político en el sentido de que no debe quedar restringido exclusivamente a las propuestas teóricas, y por lo mismo, debe contemplar un compromiso "político" decidido entre sus conclusiones y resultados, porque la lucha contra la violencia de género debe de ser una prioridad en las actuales políticas de defensa de los derechos humanos. Políticas que deberían implicar igualmente a la sociedad civil, a todos los ciudadanos, mujeres y hombres, porque se trata de problemas comunes, universales, que están vinculados directamente a los conceptos de libertad, individualidad, privacidad, y en definitiva, a una profundización en la democracia que implique la inclusión de estas perspectivas.

El análisis académico - y en nuestro caso concreto, el análisis histórico -, debe por tanto partir de los presupuestos teóricos desarrollados por el feminismo como teoría crítica. Concretamente, de la idea fundamental de que estamos abordando una cuestión tanto privada como pública y, en este sentido, de la necesidad de vincular estos dos espacios o esferas - la esfera pública y la esfera privada - para plantear análisis y actuaciones eficaces tanto inmediatas como a medio y largo plazo. Porque ha sido sólo en los últimos años cuando se ha conseguido situar en el debate público, gracias a las aportaciones de los feminismos políticos y académicos, un problema que hasta no

hace mucho tiempo era considerado fundamentalmente de carácter privado. Cuando en realidad es absolutamente al contrario: la intensidad y gravedad de la violencia ejercida sobre las mujeres se manifiesta como el símbolo más brutal de la desigualdad existente en nuestras sociedades entre hombres y mujeres, y como símbolo de la pervivencia histórica de relaciones y modelos culturales claramente patriarcales³, porque es una violencia que se dirige sobre las mujeres por el hecho mismo de serlo, y que por tanto no afecta sólo al ámbito privado; ámbito que, por otro lado, el feminismo como teoría crítica nos enseñó hace tiempo a analizar como claramente político. Efectivamente, "lo privado es político" y, en este sentido, las actuaciones políticas pueden ser tanto más eficaces en la medida en que incorporen un análisis feminista que parta de la consideración de los aspectos estructuralmente patriarcales de la violencia de género. En este sentido, el éxito de las continuas actuaciones y movilizaciones en diferentes países solicitando medidas contundentes contra la violencia de género no se ha debido sólo al supuesto aumento de esta violencia, sino también –y en gran medida– a las formas en que el movimiento feminista ha llegado a enmarcar esta violencia, y del proceso de aceptación social y política de este nuevo marco interpretativo.

El primer paso de esta nueva definición de la violencia como producto del sistema de dominación ha sido la ruptura consiguiente de su definición tradicional como problema privado. El segundo paso ha consistido en la aceptación y puesta en marcha de una política criminalizadora del agresor y una dura crítica del tradicional olvido de esta problemática específica por parte del sistema penal. La trascendencia de estas medidas, organizaciones, foros y movilizaciones, considerada como un logro de los objetivos planteados por las redes sumergidas y transversales del movimiento feminista, plantea la necesidad de analizarlo, desde las implicaciones y consecuencias de esta nueva dimensión cultural y sociológica, cara a una redefinición del mismo, dentro de los movimientos sociales contemporáneos. En este sentido, tradicionalmente, la lucha feminista por poner fin a una de las desigualdades más universales y prolongadas, ha tenido como uno de sus problemas la visibilización social y cultural de esa desigualdad; y la tarea no ha sido –ni es– fácil, porque se ha visto dificultada por la reacción ideológica en contra del feminismo. Susan Faludi ha documentado claramente esta reacción en la década de los ochenta a través de un sugerente análisis de los medios de comunicación de masas. Según esta autora⁴, el mensaje antifeminista se mantiene en dos pilares ideológicos falsos, pero muy divulgados: 1) La igualdad sexual ya es un hecho, el feminismo es cosa del pasado. 2) La igualdad sexual ha empobrecido y estresado la vida de las mujeres, las ha hecho "menos

femeninas". Frente a esta reacción ideológica contra el feminismo, las últimas acciones, alternativas y proyectos contra la violencia de género podrían significar una novedosa e importante posibilidad, tanto cultural como política, para extender y difundir el feminismo crítico, a través de la progresiva visibilización ante la opinión pública de la contradicción existente entre un valor cultural cada vez más aceptado como es el de la igualdad sexual, y una realidad en la que se mantiene el recurso al uso de la violencia para controlar el cuerpo y la libertad de las mujeres.

El conocimiento histórico, y particularmente la historia del género, nos proporciona algunas claves acerca de las causas y los porqués de la existencia de esta violencia patriarcal hacia las mujeres, profundamente arraigada en las sociedades pasadas – y como es más que evidente también en las presentes –; y en diversas tradiciones culturales, entre ellas, la tradición occidental y judeocristiana, y su necesidad de control sobre el cuerpo, la sexualidad y las emociones de las mujeres; traducida en la elaboración de unos determinados modelos y roles específicos de feminidad y de masculinidad. Esta necesidad se materializaba, por ejemplo, hasta hace muy poco tiempo, en la consideración social y jurídica de las mujeres como menores de edad, en la inexistencia de ciudadanía política o civil para las mismas, o en la vigencia de códigos civiles – copiados del napoleónico – donde se recogía un modelo de matrimonio basado en la obediencia y en la subordinación al marido, y no en un acuerdo de libre convivencia⁵. Los diferentes discursos de género han reiterado, históricamente, la vinculación de feminidad con naturaleza y de masculinidad con cultura y razón, de tal manera que los rasgos identitarios predominantes de la masculinidad contemporánea se han relacionado con la superioridad, el trabajo, la virilidad, la ciudadanía y el perfil de hombre público. Frente a la mujer doméstica, el varón ha sido definido en la cultura contemporánea como agente económico y sujeto político, de tal manera que el arquetipo masculino detentaba la autoridad económica, política, patriarcal, del nuevo orden moral de la economía de mercado. La lógica de los discursos de género acabaron definiendo un orden social de superioridad masculina, es decir, un sistema de género que legitimaba la nueva sociedad contemporánea a la vez que era legitimado por ella⁶.

En este proceso de retroalimentación que estaría entre las razones estructurales de la violencia contra las mujeres, el discurso jurídico y el discurso moral se han unido para delimitar "racionalmente" los espacios; y la "igualdad jurídica" se ha ido planteando desde el presupuesto de "desigualdades" consideradas "naturales" porque derivan de la "naturaleza de las cosas": las mujeres serían, desde esta fuerte tradición misógina, inferiores física e intelectualmente, y por tanto, subordinadas al varón: "El hombre y

³ AMORÓS, Celia. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. Barcelona: Antropos, 1991.

⁴ FALUDI, Susan. *Reacción*. Barcelona: Anagrama, 1993.

⁵ ARNAUD-DUC, Nicole. Las contradicciones del derecho in DUBY, George & PERROT, Michelle. *Historia de las Mujeres. El siglo XIX*. Madrid: Taurus, 1993. pp. 91-127.

⁶ NASH, Mary. *Mujeres en el mundo. Historia, retos y movimientos*. Madrid: Alianza, 2004.

la mujer son uno, y ese uno es el hombre" decía un ministro inglés del siglo XIX, y de ahí, al "la maté porque era mía" hay menos que un paso. En este sentido, en muchas ocasiones, el "peligro" para la seguridad de las mujeres no está precisamente en la calle, en el espacio público, "de puertas afuera", sino "de puertas adentro" y procedente del entorno familiar y/o sentimental, de tal forma que el "peligro" proviene básicamente no de hombres "desconocidos" que pueden abordar a una mujer sola en la esfera pública – argumentación ésta usada repetidamente a modo de intimidación –, sino de maridos, ex maridos, novios y ex novios. Frente a la imagen del "hogar" como entorno protector y seguro, también existe, como la otra cara de la moneda, "la cara oculta de la familia", la familia como ámbito de los malos tratos e incluso del abuso sexual. Y por ello, también "de puertas adentro" los poderes públicos tienen mucho que decir y que hacer; porque no es un tema "privado", no es una cuestión para la cual la respetada privacidad de la institución familiar – como espacio privilegiado de la "microfísica del poder" – pueda servir de escudo; sino que estamos hablando de terrorismo, un terrorismo que produce al año centenares de asesinatos y agresiones físicas, de las que sólo se visibiliza en denuncias un mínimo porcentaje. Como bien dice la consigna últimamente difundida por las organizaciones de mujeres, "¡cuidado! El machismo mata."

Se trata, en definitiva, de una cuestión de relaciones patriarcales y de relaciones sociales de género. Hablar de "patriarcado", a partir de su elaboración original por Kate Millet en *Política Sexual*⁷ debe suponer siempre entenderlo como un fenómeno histórico de relaciones de poder entre los sexos, que ha ido evolucionando en cada momento, y que, por tanto, no es algo estático. En este sentido, el patriarcado consistiría en el conjunto de sistemas familiares, sociales, ideológicos y políticos que determinan cual es la función o papel subordinado que las mujeres deben interpretar con el fin de adecuarse y mantener un determinado orden social. Y para ellos se han utilizado mecanismos diversos a lo largo de la historia, entre ellos, la violencia directa o indirecta, la fuerza, la presión social, los rituales, la tradición, la ley, la educación, la religión, el lenguaje etc.

Por lo que respecta al término "género", utilizo el concepto de manera absolutamente intencionada, consciente y rigurosa, frente a determinadas reticencias ante sus contenidos semánticos, cuando el término está absolutamente consolidado e introducido desde hace tres décadas en la investigación académica, en los estudios feministas y en los medios de comunicación, y por tanto, no debería ser necesario explicar lo obvio: el término "género" hoy, en la actualidad, en la comunidad científica internacional no hace referencia a aspectos gramaticales, ni supone un "ocultamiento" supuestamente neutralizador de una referencia explícita a las mujeres, sino que hace

⁷ MILLET, Kate. *Política Sexual*. Madrid: Cátedra, 1995.

referencia a relaciones sociales, a diferencias culturales, a la "construcción cultural de la diferencia sexual"⁸ elaborada en cada tiempo y en cada sociedad concreta de una manera diversa. A relaciones de desigualdad y de subordinación a lo largo de la historia entre mujeres y hombres, es decir, de una forma más exacta y afinada, a relaciones patriarcales; pues se nos presenta como componente de todas las otras relaciones sociales, y como metáfora de ellas. Porque la diferencia sexual "subordinada" constituye uno de los más potentes mitos de las diferentes culturas, y la más interiorizada de las ilusiones colectivas, ya que sirve para afianzar el orden general de las sociedades. Y en este sentido, es importante entender que no estamos hablando solo de mujeres, de mujeres "al margen", aisladas, fuera de la sociedad o de la historia, en un guetto aparte. Lejos de este planteamiento, una de las aportaciones más significativas de la historia, y de la historia de las mujeres y del género, ha consistido en la consideración de las relaciones entre los sexos como relaciones construidas histórica y culturalmente, y por tanto, susceptibles de investigación empírica, de explicación teórica y también de transformación. Es decir, situadas absolutamente en el territorio de la causalidad y de la explicación histórica; y en absoluto "eternas" o "inexplicables". La "feminidad" y la "masculinidad" se entienden, desde esta perspectiva teórica, como categorías reelaboradas continuamente en cada espacio y en cada tiempo histórico concreto, inmersas y actuando a la vez sobre un entramado social y cultural específico. Y es en este sentido en el que se utiliza, y se utiliza bien, el concepto de género en las ciencias humanas y sociales, del mismo modo que se han ido adoptando, en otros ámbitos, anglicismos de carácter técnico que no han sido cuestionados, por lo que sería posible concluir, por tanto, que el fondo de la cuestión quizá tenga más que ver –que casualidad que se produzca ahora en España ante una ley concreta: la Ley Integral contra la Violencia de Género aprobada por el gobierno socialista- con cuestiones ideológicas y políticas que con argumentos realmente lingüísticos.

Así pues, unas relaciones de género caracterizadas en el pasado y aún en el presente por la desigualdad y la asimetría social, por el mantenimiento de pautas culturales y de un universo simbólico patriarcal por medio del cual, desde los mismos orígenes ilustrados y liberales de la contemporaneidad, se excluyó política, jurídica y teóricamente a las mujeres de la igualdad, de la libertad, de la ciudadanía y del contractualismo como base de la esfera pública, por el hecho de ser consideradas "distintas por naturaleza", y por tanto, no susceptibles de entrar en el "pacto", en el

⁸ SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico in: AMELANG, J. & NASH, M. *Historia y género. Las mujeres en la Europa moderna y contemporánea*. Valencia: Alfons el Magnànim, 1990. También AGUADO, Ana. La Historia de las Mujeres como historia social in: DEL VAL, María Isabel & otras: *La Historia de las Mujeres. Una revisión historiográfica*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004.

contrato social roussoniano, sólo posible entre los "iguales", es decir, entre los varones. Pero al mismo tiempo, y paradójicamente, fue este mismo universo teórico liberal burgués y patriarcal el que consideró y construyó la denominada esfera privada, y la familia misma, como un territorio precivilizado, "pre-político", reducto del "paraíso perdido", donde no existía el necesario autocontrol civilizatorio, tanto para bien como para mal, pero sobre todo, para mal. Es decir, para poder actuar instintivamente, salvajemente, irrespetuosamente, donde el "hombre público" se consideraba con permiso para aquellas manifestaciones y reacciones más espontáneas, "naturales" y no civilizadas, de forma especialmente particular con respecto a "su" mujer, considerada casi una propiedad más entre el resto de propiedades materiales que se perciben como una extensión de la identidad "propia"; y por tanto, tratada como un ser subordinado, dependiente y no autónomo al que se estaba autorizado a maltratar, tanto por la costumbre como incluso por la ley. Con el proceso de la civilización y el advenimiento de la sociedad contemporánea, articulada en torno a prohibiciones y renunciaciones, asistimos al progresivo arrinconamiento de la naturaleza a la esfera íntima, fuera de la sociedad civil donde su exhibición está prohibida. El universo instintivo se atrincheró en un "anátoma del silencio", como lo denomina Norbert Elías⁹, que sólo actúa en el refugio y/o reducto del "paraíso perdido" que es el espacio privado para el varón, para liberar el "yo" no civilizado, tanto para bien como para mal, como decíamos anteriormente.

En este proceso de construcción del binomio público-privado, la "privacidad" se fue connotando con dos significados diferentes, según se hablase "en masculino" o "en femenino": 1) Para los varones, como apropiación de sí mismo, como tiempo para sí, de retirada voluntaria del espacio público para beneficiarse de un tiempo "propio". Y 2) Para las mujeres, como privación (de sí), como tiempo para los demás (miembros de la familia), y por tanto, entendido como "lo doméstico". De tal manera que cabría plantear la existencia de dos "privacidades": la vida privada, desde una perspectiva masculina, se referiría a todo aquello que tiene que ver con el recogimiento del varón en la vida familiar, al margen de obligaciones y prestaciones públicas; y, en este sentido, tiene un sentido positivo, significa un distanciamiento del "afuera" para conquistar el bienestar que proporciona la reserva para sí mismo, el "adentro". En cambio, el término "privado" en femenino carece de ese valor, incluso sería muy forzado atribuirle las cualidades individuales que se derivan de la privacidad masculina, y en cambio, hace referencia a lo privado-doméstico, al conjunto de prácticas que tienden al cuidado de los otros, al desprendimiento de sí, próximas al dominio de la domesticidad¹⁰. De tal manera, que,

en rigor, debemos hablar de tres ámbitos, "público", "privado" y "doméstico" – excluido de lo público y también de lo privado –, a los que que cabría completar con un cuarto concepto, el de "lo íntimo", más estrictamente personal, individual y profundo. Desde estas perspectivas, el espacio doméstico se ha ido configurando históricamente como un espacio feminizado, y por tanto, no valorado ni prestigiado socialmente, como "tierra de nadie". Y ya sabemos que "nadie" fue el nombre que adoptó Ulises para engañar al Cíclope y poder perforar su ojo único, de tal manera que quienes interrogaron al Cíclope sobre su agresor, obtuvieron como respuesta el nombre de "nadie". A medida que el cíclope denunciaba a su enemigo llamándole "nadie", éste aseguraba su invisibilidad. Pues, más allá de la metáfora, la analogía nos sirve para el tema analizado: lo doméstico, y particularmente el trabajo doméstico – producción cotidiana de bienes y servicios, a la que se suma el cuidado de personas dependientes –, si bien resulta imprescindible para un crecimiento integral de los individuos, ha estado históricamente escasamente prestigiado y ha sido "invisible". Ha sido "nadie".

Este análisis del contexto social es necesario realizarlo porque es el núcleo del problema de la violencia de género, y es prioritario que quede a la vista, libre de los obstáculos que tratan de ocultarlo, para que podamos entender las acciones y reacciones que se producen alrededor del mismo. Y ese núcleo no es otro que la estructura sociocultural androcéntrica y/o patriarcal que asigna diferentes roles y espacios a la masculinidad y a la femineidad, situando a las mujeres en una posición de subordinación, y a los hombres en la posesión de un "territorio conquistado" al que difícilmente se renuncia, porque una vez se ha conseguido un determinado privilegio o beneficio, no se desea perder, y para ello será defendido por cualquier medio y de cualquier modo.. Así, debemos denominar a este tipo de violencia, "violencia contra la mujer" o "violencia de género". No es una violencia "doméstica", porque es "salvaje" e "incivilizada", y se produce igualmente fuera del ambiente familiar, pero esa agresión sí que "doméstica" a las mujeres, actuando como instrumento de poder. Y como señalamos al comienzo, comprende todo tipo de actos que tengan o puedan tener como resultado un daño o sufrimiento físico, sexual o psicológico para las mujeres, inclusive las amenazas de tales actos, la coacción o la privación arbitraria de la libertad. Es decir, se trata también de violencia psicológica y moral, simbólica, consistente en actos o conductas tendentes a la desvalorización, humillación o descalificación, exigencias de sometimiento y de obediencia, agresiones verbales o chantaje emocional. Por tanto, de todos aquellos actos que, mantenidos desde una cultura sexista y patriarcal, no respeten la voluntad, la individualidad y la libertad personal.

Y en este sentido, nos encontramos, desde unos nuevos marcos de referencia, en un proceso de redefinición y de nueva significación de la violencia contra las mujeres: de drama personal a elemento social patriarcal en el que el recurso a la violencia y

⁹ ELÍAS, Norbert. *El proceso de la civilización*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1987.

¹⁰ MURILLO, Soledad. *El mito de la vida privada*. Madrid: Siglo XXI, 1996.

específicamente a la fuerza ha estado presente en el proceso de socialización diferencial entre los sexos, y constituye un instrumento de intimidación y de control constante, vinculado a la persistencia de la representación de las relaciones entre los sexos como relaciones de propiedad. La desigualdad inicial se acentúa, y en la medida en que la mujer cede terreno en su relación, menos se la considera y menos recibe, facilitando de ese modo la utilización de medios y actitudes cada vez menos considerados para mantener el control y la sumisión de la mujer, que empezó siendo "muy respetada" teóricamente y siéndolo cada vez menos como persona. La violencia que supone una relación desigual y en claro desequilibrio termina por presentarse en forma de agresión. El binomio perverso de los celos-amor se va transformando en control-violencia, y a menudo esto se traduce en numerosos casos una escasa capacidad para interpretar lo que está ocurriendo, y para enfrentarse a una violencia que va aumentando progresivamente siguiendo todas las "instrucciones" culturales para que se normalice y después se invisibilice. La cultura hace que la relación y la canalización de los sentimientos vaya en esa dirección si los valores están contruidos desde la perspectiva patriarcal, algo común en la mayoría de las culturas aunque la forma de presentación varíe: se la podrá separar de sus signos de identidad, ejercer violencia contra ella, controlarla o someterla, encarcelarla detrás de una burka o lapidarla para que la amenaza social se una a la individual, pero siempre el argumento esencial es el mismo, y forma parte del "necesario" control sobre las mujeres que establece la desigualdad patriarcal y que no se puede compensar solamente con una igualdad explícita tan sólo en lo formal ¹¹.

Si partimos de las reflexiones anteriores, hoy más que nunca, las políticas públicas y las diferentes medidas de actuación y alternativas desarrolladas contra la violencia de género deben ser abordadas contemplando estos planteamientos, análisis y proyectos aportados a la sociedad desde el feminismo teórico y académico, que pueden perfectamente englobarse en el desarrollo de medidas legislativas contra la violencia de género, en las que se asuma concretamente la legitimidad y necesidad de la discriminación positiva no solo civilmente, sino penalmente, por razones de "pedagogía feminista", y por razones de cultura en materia de derechos humanos y de constitucionalismo social; porque junto a la protección general que proporciona la ley a todos los ciudadanos -y por tanto a los varones-, ante cualquier delito o agresión, parece bastante claro que ante problemáticas específicas hay que dar respuestas específicas, que situaciones "desiguales" -como es la "desigualdad" en los porcentajes entre mujeres asesinadas, agredidas o maltratadas, y hombres en esta situación- hay que tratarlas de forma "desigual" para acercarnos a la igualdad; y en definitiva, que no

tendría sentido ni sería eficaz tomar medidas que no fueran "a medida". Convendría reparar en estas cuestiones, y señalar el desarrollo histórico del concepto de "igualdad", sus contextualizaciones y limitaciones históricas y sociales, ante las cuales escasas autoridades judiciales han alzado o alzan la voz para denunciarlas; y explicar como este principio - el de "igualdad" - se ha ido enriqueciendo, reformulando e incorporando matices, a medida que se han ido considerando relevantes y prioritarios determinados derechos individuales y de determinados colectivos a los que, dada su "desigualdad" de partida, había que tratar "desigualmente" para lograr la "equiparación" en la igualdad formal.

La igualdad en este sentido no es un concepto abstracto - si conocemos la historia de la ciudadanía, de la igualdad y de los derechos humanos no podemos reivindicar un igualitarismo abstracto -; porque ha ido transformándose, y por ello hay que situarla y explicarla en cada momento histórico. Es ya muy obvio como, por ejemplo, la Declaración de Derechos del "Hombre y del Ciudadano" de la Revolución Francesa hablaba, efectivamente, de "igualdad", frente a la anterior sociedad basada en el privilegio por nacimiento, pero esa "igualdad" excluía "naturalmente" a las mujeres, que no fueron ciudadanas ni civil ni políticamente hasta épocas muy recientes, y esa premisa fue repetida - sin que ningún político o jurista protestase ante la falta de "igualdad" para con las mujeres - en la gran mayoría de las constituciones y códigos civiles redactados hasta hace muy poco tiempo en los países occidentales. A lo largo del siglo XX hemos asistido a la plasmación jurídica de los derechos de las mujeres como sujetos activos de la ciudadanía, pero ese reconocimiento también ha puesto de relieve que un acceso "formalmente" igual a los derechos no es suficiente porque se parte de desigualdades previas; y de ahí las propuestas de articulación de nuevas vías y de legislación específica para dar respuestas a las situaciones específicas en que se encuentran las mujeres; y para acercarse a la igualdad como punto de llegada, y no como algo que se presupone ya existente.. La justicia de esta necesidad de "equiparación" se recoge explícitamente en el artículo 9-2 de la Constitución española; y en este sentido, la discriminación positiva no sólo civil sino penal tiene un apoyo constitucional explícito. El trato "desigual" no es inconstitucional en la legislación española, puesto que el citado artículo establece que: "...corresponde a los poderes públicos promover las condiciones para que la libertad y la igualdad del individuo y de los grupos en que se integra sean reales y efectivas..." Y en el caso de la violencia contra las mujeres, la "igualdad" no se consigue dando un trato igual, sino diferenciando, apoyando y protegiendo por parte del Estado a quien lo necesita particularmente. Estos presupuestos en torno a la especificidad de la situación asimétrica de las mujeres son los que se contemplan en la Ley Integral contra la Violencia de Género aprobada

¹¹ LORENTE ACOSTA, Miguel. *El rompecabezas*. Barcelona: Ed. Ares y Mares, 2004.

recientemente en España, desde la que se pretende dar respuesta al problema de la violencia como una cuestión pública y no privada.

Se trata, por tanto, de profundizar en el concepto de igualdad, para hablar de la igualdad – como punto de llegada – desde la diferencia – como punto de partida –, y no actuar desde falsos igualitarismos. Los principios abstractos tienen que ser contemplados como incompletos e indeterminados, y la legislación debe tener en cuenta las diferencias existentes al aplicar esos principios a casos determinados, sin que ello suponga relativizar los principios de igualdad ni eliminar el universalismo. Pero las personas, y específicamente las mujeres, son sujetos concretos y específicos, con experiencias históricas específicas, y no sujetos abstractos, y en este sentido formula Sheila Benhabib, por ejemplo, sus críticas al universalismo abstracto¹². El trato desigual pretende equiparar e "igualar" a quienes son desiguales realmente, en la vida real, y no sobre el papel. Y por ello, las medidas correctoras, formalmente desiguales, que tratan desigualmente a hombres y mujeres, son actuaciones que tienen como objetivo establecer la igualdad real, mediante la creación de las condiciones que la hagan posible. En este sentido, no todas las medidas son iguales ni tienen el mismo efecto, pero son estas medidas las que, por su influencia sobre la sociedad, y su capacidad de condicionar nuestras conductas y relaciones, cobran una mayor importancia. Y por ello, la existencia de textos legislativos que adopten la perspectiva de género es una condición, si no suficiente, si necesaria. En conclusión, la violencia de género es una cuestión que hace que nos encontremos ante una problemática de enormes dimensiones y de "mil caras", por tratarse de una cuestión profundamente arraigada en las actitudes, pautas mentales y universos simbólicos de las personas, y en este sentido, sus soluciones y alternativas – entendiéndolas como una carrera de fondo – deben implicar a todos los ciudadanos, mujeres y hombres, porque significan, en definitiva, profundización en la democracia y en la libertad, es decir, más democracia y más libertad.

¹² BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drusilla. *Teoría feminista y teoría crítica*. Valencia: Ed. Alfons el Magnànim, 1990.

GÊNERO E PATRIARCADO: A NECESSIDADE DA VIOLÊNCIA*

Heleieth I.B. Saffioti

SOCIÓLOGA. PROFESSORA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.

No final da década de 1960 e na de 1970, várias feministas, em especial as denominadas feministas radicais, prestaram grande serviço aos então chamados estudos sobre mulher ao utilizar um conceito de patriarcado cuja significação raramente mantinha qualquer relação com o "constructo mental" weberiano.

Rigorosamente, a intenção de tais estudiosas consistia na denúncia da dominação masculina e na análise das relações homem-mulher dela resultantes. A hierarquia entre homens e mulheres, em detrimento das últimas, era, então, trazida ao debate, fazendo face à abordagem funcionalista, que, embora enxergasse as discriminações perpetradas contra as mulheres, situava seus papéis domésticos e públicos no mesmo nível, atribuindo-lhes igual potencial explicativo. Estudos sobre família¹, notadamente os de Talcott Parsons (1965), apresentavam este traço, assim como pesquisas incidindo diretamente sobre mulheres. Neste último caso, estavam, dentre outros, Chombart de Lauwe (1964) e demais pesquisadores que colaboraram em sua antologia.

Não apenas feministas radicais se contrapuseram a esta visão homogeneizadora dos papéis sociais femininos. Já em 1966, Juliet Michell publicava artigo, ancorada em uma leitura althusseriana de Marx, atribuindo distintos relevos às diferentes funções das mulheres. Embora, *mutatis mutandis*², reafirmasse velha tese deste último pensador referido, contestava o que, no seu entendimento, era representado pelo privilégio gozado pela produção, no pensamento marxista. Considerava imprescindível, para a liberação das mulheres, "uma transformação de todas as estruturas nas quais elas estão integradas, e uma *unité de rupture*" (p. 30), ou seja, a descoberta, pelo movimento revolucionário, do elo mais fraco na combinação.

* Apoio: CNPq, FAPESP, Fundação Ford, Fundação MacArthur, UNIFEM.

¹ Uma coletânea apresentando numerosas abordagens foi organizada por Arlene S. Skolnick e Jerome H. Skolnick, (1971) *Family In Transition – Rethinking Marriage, Sexuality, Child Rearing, and Family Organization*. USA/Canadá: Little, Brown & Company Limited.

² O primeiro a afirmar que o desenvolvimento de uma sociedade se mede pela condição da mulher foi o socialista utópico Charles Fourier, encampado posteriormente por Marx.

As estruturas por ela discriminadas – produção, reprodução, socialização e sexualidade – ao invés de serem homogeneizadas, são percebidas como apresentando um desenvolvimento desigual, cuja importância é ressaltada, inclusive para a estratégia de luta.

Estabeleceram-se profundas interlocuções com a Psicanálise e com distintas correntes marxistas de pensamento. O primeiro diálogo continua muito vivo até hoje, tendo dado alguns frutos interessantes tanto para a Psicanálise quanto para outras ciências, que se debruçam sobre a questão de gênero. O mesmo não pode ser afirmado com relação à interlocução estabelecida com o pensamento marxista. Já na década de 1970, Hartmann (1979a) publicou artigo em que considerou os conceitos marxistas *sex-blind*, opinião que prosperou e calou ampla e profundamente, fazendo-se presente até os dias atuais. Nenhum(a) feminista interpelou desta forma o positivismo e a Sociologia da compreensão (ou weberiana). E, no entanto, as categorias formuladas por estas vertentes da Sociologia não discernem o gênero. É bem verdade que o marxismo adquiriu muita evidência, tendo sido um dos pensamentos dominantes do século XX.

Todavia, não obstante a misoginia de Freud e de muitos de seus seguidores, não houve este tipo de interpelação de sua teoria. Note-se – e isto faz a diferença – que o questionamento das categorias marxistas deu-se no nível epistemológico, enquanto isto não ocorreu com a Psicanálise. Há, certamente, uma componente ideológica importante nessas interlocuções, a merecer menção. O pensamento psicanalítico foi subversivo e conservador, ao passo que ao marxista não se aplica o segundo termo. Neste sentido, havia possibilidade de finalizar o enquadramento da Psicanálise no *status quo*, por intermédio do que Foucault (1976) chama de edipianização do agente social, ou seja, de sua sujeição à lei do pai. Um dos grandes méritos deste autor foi “historicizar” a sexualidade, ou melhor, trazer à tona que seu exercício é histórico, variando no tempo e no espaço. Com efeito, o exercício desta não se dá num vácuo social, mas obedece às normas sociais do momento. Isto não significa que a sexualidade esteja sempre vinculada à lei do pai. Sociedades igualitárias do ângulo do gênero não são presididas por esta lei, o que não equivale a dizer que não haja regras para o exercício da sexualidade.

Já o marxismo não se presta a complicitades com o *status quo*. Dai terem existido, e existirem ainda, questionamentos não apenas superficiais, mas básicos. São as próprias categorias do pensamento, responsáveis pelo processo de conhecimento, que são postas em xeque. As assim denominadas desconfianças com relação às explicações universais não justificam a acusação de que os conceitos marxistas são incapazes de perceber o gênero. Weber está na base de porção significativa do pensamento pós-moderno sem que seus porta-vozes mais proeminentes, ou nem tanto, se interroguem a que conduzirá tal relativismo extremado ou se seus tipos ideais podem ser

corretamente utilizados quando aplicados a situações distintas daquelas com base nas quais foram formulados.

Grande conhecedora da obra de Weber (1964, 1965), Maria Sylvia de Carvalho Franco mostra como o ordenamento dos fenômenos sociais é feito com princípios *a priori*, não apenas pelo autor em questão como também por outros idealistas filiados ao pensamento kantiano. A autora detecta no pensador em pauta a presença de uma “subjetividade instauradora de significados” como alicerce do objeto, o que lhe permite afirmar, a respeito da tipologia da dominação, o que se segue:

Deparamos, finalmente, com a atividade empírica de uma subjetividade produtora de sentido empírico próprio às relações de dominação. Este sentido – a autojustificação por via da naturalização das desigualdades – é aqui propriedade que define o objeto. Neste ponto é preciso acentuar que Weber destrinça os fundamentos da legitimidade operando com fatos sempre redutíveis à subjetividade e que a auto-justificação se inscreve, nesse contexto, como o processo mediante o qual a máxima subjacente à dominação é erigida em lei universal (1972, p.15).

A tradição opera como princípio teórico, constitutivo de uma das formas de dominação. Tanto o método quanto o objeto encontram seu sustentáculo no sentido. O rigor da interpretação é assegurado pela identidade, no que tange à racionalidade, no objeto e no método. Neste sentido, a ação racional com relação a fins permite a captação da irracionalidade das ações dela discrepantes. Observam-se, ao lado de um relativismo praticamente absoluto, outros pecados inaceitáveis até mesmo para aqueles em cujo pensamento Weber penetrou. Na medida em que o método e o objeto apresentam a mesma racionalidade, e a subjetividade instaura sentido, o primeiro ganha primazia: a razão é coextensiva à sociedade. Posto isto, não é difícil perceber as dificuldades, ou impossibilidade, de se utilizarem conceitos weberianos em outros contextos. Esta idéia fica bem patente no seguinte excerto de Carvalho Franco:

As unidades históricas são captáveis como formações de sentido fechadas sobre si mesmas, ao nível dos conceitos. (...) Fica assim evidente que a especificidade de uma formação social não se exprime em certas propriedades, mas na conexão existente entre elas: sua apreensão está subordinada à constituição de uma totalidade que não pode ser fragmentada. Há certamente necessidade de decompor os fenômenos sociais, mas a análise é sempre regida pelo sentido, que é definido por um princípio sintetizador, pelas linhas diretrizes dentro das quais se desenvolvem os conteúdos lógicos do sistema (1972, p. 28-29).

A análise de Carvalho Franco, que incide sobre o mau emprego dos constructos weberianos pelos teóricos da modernização, é, sem dúvida, de alto nível e totalmente pertinente. Em outros termos, os tipos ideais weberianos não se prestam ao exame de outras realidades, distintas daquelas que lhes deram origem. Efetivamente, o tipo ideal é construído de maneira a atá-lo à especificidade do contexto social no qual teve sua gênese. Trata-se de conceitos genéticos.

Afirma o próprio Weber:

A teoria abstrata da economia oferece-nos justamente um exemplo dessas espécies de sínteses que se designam, de hábito, 'idéias' de fenômenos históricos. Ela apresenta-nos, com efeito, um quadro ideal de eventos que ocorrem no mercado de bens, no caso de uma sociedade organizada segundo o princípio da troca, da livre concorrência e de uma atividade estritamente racional. Este quadro de pensamento reúne relações e eventos determinados da vida histórica em um cosmos não-contraditório de relações pensadas. Por seu conteúdo, esta construção tem o caráter de uma utopia, obtida por meio da acentuação pelo pensamento de elementos determinados da realidade (1965, p.179-80).

O vínculo do constructo mental com a realidade pode ser resumido pela expressão do autor:

...nós podemos nos representar pragmaticamente, de modo intuitivo e compreensível, a natureza particular destas relações segundo um tipo ideal (p.180). (...) Obtém-se um tipo ideal acentuando-se unilateralmente um ou vários pontos de vista e encadeando-se uma multiplicidade de fenômenos dados isoladamente, difusos e discretos, que se encontram tanto em grande número quanto em pequeno número ou mesmo estão ausentes, que se ordenam segundo os precedentes pontos de vista escolhidos unilateralmente, para formar um quadro de pensamento homogêneo. (Ibidem, p. 181).

Esta incursão por Carvalho Franco e por Weber, ainda que ligeira, deixa patente a não-utilização do conceito weberiano de patriarcado por parte de feministas³, sejam elas radicais (FIRESTONE, 1972; REED, 1969; KOEDT, LEVINE, RAPONE, 1973; MILLETT, 1969, 1970, 1971) ou marxistas (MILLETT, 1971; REED, 1969; DAWSON *et alii*, 1971; EISENSTEIN, 1979; SARGENT, 1981). Certamente, todas as feministas que diagnosticaram a dominação patriarcal nas sociedades contemporâneas sabiam, não que os conceitos genéticos de Weber são intransferíveis, mas que já não se tratava de comunidades nas quais o poder político estivesse organizado independentemente do Estado⁴. Por que, então, não usar a expressão dominação masculina, como o tem feito Bourdieu, ou falocracia ou, ainda, androcentrismo, falogocentrismo? Provavelmente, por numerosas razões, dentre as quais: patriarcado exprime, de uma só vez, o que é expresso nos outros termos, além de trazer estampada, de forma muito clara, a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente.

Presume-se que ninguém, em razão do bom senso, consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma antiga ao que vige nas sociedades urbano-

³ Citam-se apenas algumas. Há feministas que entram em duas categorias. Às vezes, como é o caso de Sargent, organizadora da coletânea citada, trata-se de várias autoras com posições metodológicas distintas e, inclusive, opostas. A classificação usada é, portanto, precária. Todas, porém, utilizam o conceito de patriarcado. Dispensa-se, aqui, a citação de Marx e Engels, cujo uso do referido conceito é notório.

⁴ Claude Meillassoux (1975) mostra bem este fenômeno, analisando comunidades domésticas.

industriais do Ocidente. Mesmo tomando só o momento atual, o poder de fogo do patriarcado vigente dentre os povos africanos que praticam mutilações sexuais, como a cliteridectomia e a infibulação, a subordinação das mulheres aos homens é muito mais forte. Observam-se, por conseguinte, diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização.

Por outro lado, como prevalece o pensamento dicotômico, procura-se provar a universalidade do patriarcado por meio da inexistência de provas de eventuais sociedades matriarcais. Neste erro, aliás, não incorrem apenas as pessoas comuns. Feministas radicais também procederam desta forma. De acordo com a lógica dualista, se há patriarcado, deve haver matriarcado. A pergunta cabível naquele momento e ainda hoje é: houve sociedades com igualdade social entre homens e mulheres? Esta interrogação teria, muito seguramente, dado outro destino à valorização da importância do conceito de patriarcado na descrição e na explicação da inferioridade social das mulheres.

O filme *Lanternas Vermelhas*, dirigido por Zhang Yimou, apresenta imagens e trama reveladoras do acima expresso. Além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive mulheres. Quando a quarta esposa, em estado etílico, denuncia a terceira, que estava com seu amante, à segunda, é esta que faz o flagrante e que toma as providências para que se cumpra a tradição: assassinato da "traidora". O patriarca nem sequer estava presente no palácio onde se desenvolveram os fatos. Durante toda a película, não se vê o rosto deste homem, revelando este fato que Zhang Yimou captou corretamente esta estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura humana singular investida de poder. Quer se trate de Pedro, João ou Zé Ninguém, a máquina funciona até mesmo acionada por mulheres. Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo.

Também há categorias profissionais, cujo papel consiste em enquadrar (BERTAUX, 1977) seus subordinados neste esquema de pensar/sentir/agir. Estes três termos representam facetas de uma unidade: o ser humano. Isto é importante para não se reduzir o patriarcado a um mero adjetivo de uma ideologia. Não que esta não tenha um substrato material. Ela o tem e ele assume enorme importância quando não se opera por categorias dicotômicas, separando corpo de mente, natureza de cultura.

Embora haja profundas diferenças entre as três esferas ontológicas – a inorgânica, a orgânica e o ser social – uma não prescinde das demais. Na primeira, não há vida e,

por conseguinte, não há reprodução. Há um processo de transformação de um estado em outro estado, a rocha tornando-se terra, por exemplo. Na segunda, há vida e, portanto, reprodução. Uma mangueira produzirá sempre mangas, jamais cajus. Na esfera propriamente social, a consciência desempenha papel fundamental permitindo a pré-ideação das atividades e até, pelo menos parcialmente, a previsão de seus resultados.

Na verdade, as três esferas ontológicas constituem uma unidade, como bem mostra Lukács: "O homem, membro ativo da sociedade, motor das suas transformações e dos seus avanços, permanece, em sentido biológico, ineliminavelmente um ente natural: em sentido biológico, a sua consciência – não obstante todas as mudanças de função mais decisivas no plano ontológico – está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo; dado o fato mais geral de tal ligação, a base biológica da vida permanece intacta também na sociedade" (1976-81, p.104).

O pensamento cartesiano separou radicalmente o corpo da psique, a emoção da razão, gerando verdadeiro impasse. Efetivamente, se a cultura dispõe de uma enorme capacidade para modelar o corpo, este é o próprio veículo da transmissão das tradições. Como, entretanto, restabelecer a unidade do ser humano sem recorrer a uma abordagem ontológica? Dentre as feministas, é extremamente raro este tipo de aproximação. Whitebeck (1983) tenta, em interessante artigo, apropriar-se do real em termos de uma ontologia feminista capaz de conter – e aí reside sua importância – o diferente e o análogo. Não procede, contudo, em termos de uma ontogênese, a uma análise das relações homem-mulher. Duas tentativas de tratar esta questão nestes moldes foram realizadas, ao que se sabe, no Brasil (SAFFIOTI, 1991, 1997b, 2004). É preciso, ainda, trabalhar muito nesta direção, o que se pretende fazer, pelo menos parcialmente, mais adiante, neste texto, ao analisar o conceito de gênero.

Não se defende a tese de que os estudos sobre mulher(es) devam ceder espaço, inteiramente, aos estudos de gênero. Há ainda muita necessidade dos primeiros, na medida em que a atuação das mulheres sempre foi pouquíssimo registrada e que, por via de conseqüência, a maior parte de sua história está por ser estudada. Historiadoras(es) feministas (BRIDENTHAL e KONNZ, 1977; CARROLL, 1976; FIGES, 1970; FISHER, 1979; GIMBUTAS, 1982; HARTMAN e BANNER, 1974; JANEWAY, 1971, 1980; LERNER, 1979, 1986; THOMPSON, 1964) têm, é verdade, realizado esforços nesta direção. Mas há, ainda, um longo caminho a percorrer. E é absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja empoderamento das mulheres como categoria social. Há uma tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento, que permitem a interpretação desta experiência. A este fenômeno, Lerner (1986) dá o nome de "dialética da história das mulheres" (p. 5). Como afirma esta historiadora:

A contradição entre a centralidade e o papel ativo das mulheres, de uma parte, e, de outra, sua marginalidade do processo de atribuição de significado de interpretação e de explicação tem sido uma força dinâmica, conduzindo as mulheres a lutar contra sua condição. Quando, neste processo de luta, em certos momentos históricos, as contradições em sua relação com a sociedade e com o processo histórico são elevadas ao nível de consciência das mulheres, elas são, então, corretamente percebidas e nomeadas como privações que os elementos femininos partilham como um grupo. Esta conscientização das mulheres torna-se a força dialética que as move na ação de mudar suas condições e entrar em uma nova relação com a sociedade dominada pelo macho. (1986, p. 5).

Além de empoderar as mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado. Considera-se muito simplista a alegação de a-historicidade deste conceito. Primeiro, porque esta categoria mental pode sim apreender a historicidade do patriarcado como fenômeno social. Segundo, porque na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do próprio fato social. Isto equivale a afirmar que por trás desta crítica esconde-se a presunção de que todas as sociedades do passado remoto, do passado mais próximo e do momento atual comportaram/comportam a subordinação das mulheres aos homens. Quem enxerga Weber no conceito de patriarcado utilizado por feministas, na verdade, incorre, no mínimo, em dois erros: 1. não conhece suficientemente este autor; 2. imputa a estas intelectuais/militantes a ignorância total de que este regime de relações homem-mulher tenha tido uma gênese histórica posterior a um outro dele distinto. Ainda que não se possa aceitar a hipótese de sociedades matriarcais prévias às patriarcais, por falta de comprovação, há evidências apreciáveis, sobretudo de natureza arqueológica, de que existiu outra ordem de gênero, distinta da sustentada pela dominação masculina. A fim de se adentrar este difícil terreno, é preciso que se parta, explicitamente, de um conceito de patriarcado e de um conceito de gênero. Apelar-se-á para Hartmann, definindo-se

"... patriarcado como um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres (1979, p. 232, nota 1).

Essa caracterização do patriarcado merece alguns comentários. Seguramente, este regime ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. Bastaria, presume-se, mencionar a produção da vida, na medida em que ela inclui a

produção antroponômica (BERTAUX, 1977). Há, sem dúvida, uma economia doméstica ou domesticamente organizada que sustenta a ordem patriarcal. Entre os diferentes machos há, pelo menos, uma hierarquia estabelecida com base nas distintas faixas etárias, cada uma desempenhando suas funções sociais e gozando de certo significado. A hierarquia apoiada na idade, entretanto, não é suficiente para impedir a emergência e a manutenção da solidariedade entre os homens. Tampouco o são, de forma permanente, as contradições presentes nas classes sociais e no racismo. A interdependência gerada por estas duas últimas clivagens e a solidariedade entre os homens nos autoriza a determinar, em maior ou menor grau, o destino das mulheres enquanto categoria social.

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma de dominação com exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma realidade nova. Também parece ser este, aproximadamente, o sentido atribuído por Hartmann ao ambíguo termo opressão, embora ela afirme: "... as mulheres são sistematicamente dominadas, exploradas e oprimidas" (1979a, p.13).

O importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação. Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho. A exploração chega a ponto de os salários médios das trabalhadoras brasileiras serem cerca de 60% dos rendimentos médios dos trabalhadores brasileiros, embora, nos dias atuais, o grau de escolaridade das primeiras seja bem superior ao dos segundos. A dominação-exploração constitui um único fenômeno de duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar estes projetos.

Ainda que o conceito de Hartmann apresente inegáveis qualidades, é necessário se fazerem certos acréscimos. O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo (SAFFIOTI, 1996), apresenta não apenas uma hierarquia

entre as categorias de sexo; traz em seu bojo uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios. Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc. tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração das mulheres pelos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma.

O primeiro estudioso a mencionar gênero foi Stoller (1968). O conceito, todavia, não prosperou em seguida. Só a partir de 1975, com o famoso artigo de Rubin, frutificaram estudos de gênero, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero. Vale a pena retroceder um quarto de século, a fim de se perceberem certas nuances hoje consideradas familiares e, portanto, desconhecidas. Afirmou Rubin, em 1975:

Como uma definição preliminar, 'um sistema de sexo/gênero' é um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. (p. 159). ... qualquer sociedade terá algumas maneiras sistemáticas de lidar com sexo, gênero e bebês. Tal sistema pode ser sexualmente igualitário, pelo menos em teoria, ou pode ser 'sexualmente estratificado', como parece ser o caso da maioria ou de todos os exemplos conhecidos. Mas é importante – mesmo diante de uma desalentadora história – manter a distinção entre a necessidade e a capacidade humanas de criar um mundo sexual e as formas empiricamente opressivas nas quais têm sido organizados os mundos sexuais. Patriarcado compreende ambos os significados em um mesmo termo. Sistema de sexo/gênero, de outra parte, é um termo neutro que se refere ao terreno e indica que a opressão não é inevitável neste domínio, mas é o produto de relações sociais específicas que o organizam. (p. 168). O sistema de sexo/gênero não é imutavelmente opressivo e perdeu muito de sua função tradicional. Entretanto, ele não desaparecerá na ausência de oposição. Ele ainda leva consigo a carga social de sexo e gênero, da socialização dos imaturos e do fornecimento das proposições fundamentais sobre a natureza dos próprios seres humanos. E ele serve fins econômicos e políticos diferentes daqueles a que ele foi destinado, originariamente, a promover. O sistema de sexo/gênero deve ser reorganizado por meio da ação política (p. 203-204).

Como porta de entrada e caminho exploratório das novas reflexões acerca das representações sociais do masculino e do feminino, o artigo de Rubin revela grande sofisticação. A elaboração social do sexo (SAFFIOTI, 1969a) deve mesmo ser ressaltada, sem, contudo, gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza,

outro na sociedade. É possível que haja caminhos para eliminar esta dualidade. As teorias formuladas até hoje, porém, não lavraram este tento.

A postura aqui assumida consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida. A ontogênese tem-se mostrado uma via frutífera para a preservação da unidade do inorgânico, do orgânico e do social. Movimentos sociais recentes e atuais, como o ecologista, têm uma percepção mais ou menos aguda desta integração. Guattari, num pequeno grande livro e caminhando por outras trilhas, elaborou sua ecosofia, ou seja,

uma articulação ético-política entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade). Esta revolução (política, social e cultural) deverá concernir, portanto, não só às forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo (1990, p. 9).

Como se pode observar facilmente, a unidade do sexo/gênero foi, de certo modo, preservada. Incidindo especificamente sobre as relações de gênero, Guattari propõe, em outra linguagem – uma re-singularização individual e/ou coletiva da subjetividade, fugindo da formatação mediática – uma reorganização, dentre outras, da ordem de gênero.

Rubin precisou, naquele momento, separar as duas dimensões subsumidas no conceito de patriarcado: o sexo e o gênero. Embora o qualificativo neutro usado para gênero não tenha sido apropriado, ela abriu caminho, com ele, para admitir, ao menos teoricamente, uma alternativa à dominação masculina, ou seja, ao patriarcado. Pena é que tenha restringido demasiadamente o uso deste conceito, numa contradição com sua própria crença de que todas ou quase todas as sociedades conhecidas apresentaram/apresentam a subordinação feminina. Como antropóloga, porém, poderia ter-se debruçado sobre dados referentes a sociedades de caça e coleta, a fim de conferir realidade àquilo que admitia somente no plano da teoria. Um dos pontos importantes de seu trabalho consiste em deixar mais ou menos livre o emprego simultâneo dos dois conceitos.

No Brasil, o conceito de gênero alastrou-se pesadamente na década de 1990. Já no fim dos anos 1980, circulava a cópia xerox do artigo de Joan Scott (1986, 1988). Traduzido em 1990, difundiu-se rápida e extensamente. O próprio título do trabalho em questão ressalta o gênero como categoria analítica, o que também ocorre ao longo do artigo. A epígrafe utilizada pela historiadora, retirada de um dicionário, reforça, de maneira radical, o caráter analítico da categoria gênero. Não obstante, nem todos os bons dicionários seguem a mesma linha do escolhido por ela. *The Concise OXFORD Dictionary* chega a registrar gênero como o sexo de uma pessoa, em linguagem coloquial. Para manter o rigor conceitual, entretanto, pode-se adotar a expressão categorias de sexo para se fazerem referências a homens e a mulheres enquanto grupos diferenciados,

embora a gramática os distinga pelos gêneros masculino e feminino e apesar de o gênero dizer respeito às imagens que a sociedade constrói destes mesmos masculino e feminino. Neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma categoria social, se tomado em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo (SAFFIOTI, 1969a, 1977). Uma das razões, porém, do recurso ao termo gênero foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em "a anatomia é o destino". Por outro lado,

Gênero também põe em relevo o aspecto relacional de definições normativas de feminilidade. Aqueles que se preocupavam com a estreiteza de um saber derivado dos estudos sobre mulher, por focalizar muito separadamente as mulheres, passaram a usar o termo 'gênero' para introduzir a noção relacional em nosso vocabulário analítico. De acordo com esta visão, mulheres e homens eram definidos em termos um do outro e nenhuma compreensão de qualquer dos dois podia ser alcançada por estudo inteiramente separado (SCOTT, 1988, p. 29).

Sem dúvida, deu-se um passo importante, chamando-se a atenção para as relações homem-mulher, que nem sempre pareciam preocupar (ou ocupar) as(os) cientistas. Era óbvio que se as mulheres eram, como categoria social, discriminadas, o eram por homens na qualidade também de grupo. Mas, como quase tudo que é óbvio passa despercebido, houve vantagem nesta mudança conceitual. No Brasil, já na década de 1960, realizou-se estudo sobre mulheres, pesquisando-se também seus maridos (SAFFIOTI, 1969b).

A interpretação do caráter relacional do gênero, todavia, deixa, muitas vezes, a desejar. Certas(os) estudiosas(os) parecem pensar que basta fazer a afirmação, ou seja, que ela não pede uma inflexão do pensamento. Defende-se, neste trabalho, a idéia de que se, de uma parte, gênero não é tão-somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica, de outra, sua dimensão adjetiva exige, sim, uma inflexão do pensamento, que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre mulher. Na verdade, quando aqui se valorizam esses estudos, pensa-se em animá-los com a perspectiva de gênero. A história das mulheres ganha muito com investigações deste tipo.

A própria Scott percorreu meandros do gênero em sua forma substantiva, enquanto categoria histórica. Com efeito, sua primeira proposição estabelece:

... gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (segunda: e gênero é um modo primordial de significar relações de poder)". (...) E tem como conseqüência que, "... gênero envolve quatro elementos interrelacionados: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (e freqüentemente contraditórias) (...) Segundo, conceitos normativos que estabelecem interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. (...) Esta espécie de análise deve incluir uma noção de política e referência a instituições e organizações

sociais – o terceiro aspecto das relações de gênero. (...) O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (1988, p. 42-44).

A autora discorre sobre aspectos substantivos de gênero, o que pode se considerar positivo já que ela valoriza excessivamente o discurso (sem sujeito)⁵. Acusa ela um caráter descritivo no conceito de gênero usado como substituto de mulheres: "gênero' não carrega consigo uma afirmação necessária sobre a desigualdade ou poder nem nomeia a parte oprimida (e, por enquanto, invisível)" (p. 31). Não seria esta, justamente, a maior vantagem do uso do conceito de gênero? Ou seja, deixar aberta a direção do vetor de dominação-exploração não tornaria, como parece que torna, o conceito de gênero mais abrangente e capacitado a explicar eventuais transformações, seja no sentido do vetor, seja na abolição da exploração-dominação? Como, no artigo em pauta, a autora aprecia distintas correntes de pensamento, uma certa ambigüidade é gerada no que tange às opiniões da própria Scott. Assim, criticando o conceito de patriarcado com base na concepção de que este constructo se baseia, unicamente, (o que não é verdade!) nas diferenças de sexo, afirma: "Uma teoria que repousa na diferença física como única variável (Não percebeu que houve inúmeras mediações sociais, ao longo do tempo. HIBS) coloca problemas para historiadores: assume um significado consistente para e inerente ao corpo humano – fora da construção social ou cultural – e, conseqüentemente, a a-historicidade do próprio gênero. Em certo sentido, a história se torna epifenômeno, fornecendo variações infundáveis sobre o imutável tema de uma fixa desigualdade de gênero" (p. 34).

Há muitos anos, certamente em seguida à primeira publicação de *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, não mais se publicou (salvo traição da memória da autora do presente trabalho), no campo das Ciências Sociais, qualquer obra, responsabilizando, com exclusividade, a diferença sexual e fisiológica entre homens e mulheres, numa tentativa de explicar as discriminações que pesam sobre estas últimas. Na área da Psicologia, sim. Há que se remeter o leitor a, pelo menos, uma publicação desta ordem. Trata-se de Helene Deutsch (1952). De outra parte, é verdade que alguns(mas) teóricos(as) entendem gênero como sendo, em qualquer momento histórico e área geográfica, baseado em hierarquia, decorrente de desigualdades. Parece ser este, quase exatamente, o caso de Scott, embora seu mais conhecido artigo e alguns outros deixem este precioso ponto na penumbra, dando, desta forma, margem a outras interpretações. Partindo de sua segunda proposição:

⁵ Afirma Scott, em sua defesa: "Por 'linguagem', os pós-estruturalistas não entendem palavras, mas sistemas de significado – ordens simbólicas – que precedem o atual domínio do discurso, da leitura e da escrita" (p. 37). Esta explanação é dispensável, persistindo a questão, tão bem abordada por Lerner (1986), do(s) formulador(es) dos sistemas simbólicos responsáveis pela inferiorização social de mulheres, negros e outras categorias sociais.

gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder" (p. 44), ela completa: "... gênero é um campo fundamental no qual e por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas parece ter sido um modo recorrente e persistente de permitir a significação do poder no Ocidente, na tradição judaico-cristã, assim como na tradição islâmica. (...) Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social ... (p.45).

que, como se sabe, tem sido hierarquizada, nos últimos 6.500-7.000 anos. Não se contesta o valor de Scott por várias razões, inclusive por haver ela ter posto em relevo o fenômeno do poder e no centro da organização social de gênero. Desta forma, suas análises são válidas e muito importantes para explicar gênero neste passado mais recente, em cuja duração foi elaborado e implantado o regime do patriarcado. Também se considera muito expressivo e valioso o fato de ela haver afirmado: "Atenção ao gênero é freqüentemente não-explicita, mas é, no entanto, uma parte crucial da organização da igualdade e da desigualdade" (p. 48). Pena é que este período está obscurecido por outros argumentos meio ambíguos e que ela não ressaltou o fato de que o poder pode ser constelado na direção da igualdade ou da desigualdade entre as categorias de sexo. Como o gênero é visto ora como capaz de colorir toda a gama de relações sociais, ora como um mero aspecto destas relações, fica difícil dimensionar sua importância, assim como sua capacidade para articular relações de poder.

Cabe também mencionar que Scott não faz nenhuma restrição a Foucault, aceitando e adotando seu conceito de poder, qualquer que seja o âmbito em que este ocorre, quaisquer que sejam a profundidade e o alcance da análise. É sabido que Foucault, embora reúna vários méritos, nunca elaborou um projeto de transformação da sociedade. Ora, quem lida com gênero de uma perspectiva feminista, contesta a dominação masculina. Por via de consequência, estrutura, bem ou mal, uma estratégia de luta para a construção de uma sociedade igualitária. Sem dúvida, é notável a contribuição de Scott. Todavia, dada a ambigüidade que perpassa seu texto, assim como certos compromissos por ela explicitados seriam mais interessantes discutir suas idéias do que colocá-la em um pedestal e ler sua obra como se fora a Bíblia. É presumível que ela prefira discussões sobre seus textos, especialmente, do artigo "Gender: A Useful Category of Historical Analysis" (1986, 1988).

Que o poder seja central na discussão de gênero parece cristalino. O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades. Definir gênero como uma privilegiada instância de articulação das relações de poder exige a colocação em relevo das duas modalidades essenciais de participação nesta trama de interações, dando-se a mesma importância à integração por meio da igualdade e à integração subordinada. Faz-se necessário verificar se há evidências convincentes, durante a

história da humanidade, da primeira alternativa. Ademais, na ausência de modelos, é importante averiguar sua existência como forma de empoderamento das hoje subordinadas, isto é, as mulheres. Empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, possuir alternativa(s).

Dispondo de alternativa(s), contudo, pressupõe saberes a respeito de si próprio e dos outros enquanto categorias que partilham/disputam o poder. Escrevendo sobre uma obra de Thompson, Scott⁶ percebeu corretamente que este autor, ao mesmo tempo, não excluía as mulheres da classe operária inglesa desde sua gênese, mas as marginalizava do processo de sua formação. É óbvio que seria impossível negar a presença das mulheres nas fábricas de após revolução industrial. Desta sorte, elas não estão ausentes do estudo de Thompson. Entretanto, o autor não revela a participação feminina no processo de construção desta classe.

Em outros termos, trata-se de mostrar como o gênero e a classe se constroem juntos. Evidentemente, estas duas categorias têm histórias distintas, datando o gênero do início da humanidade, há cerca de 250-300 mil anos, e sendo as classes propriamente ditas um fenômeno inextricavelmente ligado ao capitalismo. Se como sistema econômico ele teve início no século XVI, só se torna um verdadeiro modo de produção com a constituição de sua dimensão industrial, no século XVIII. Se se considerarem os embriões de classe, pode-se retroceder às sociedades escravocratas antigas. Mesmo neste caso, as classes sociais têm uma história muito mais curta que o gênero. Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, em fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó (SAFFIOTI, 1996) formado por estas três contradições, apresenta uma qualidade distinta das determinações que a integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta junção. Como afirma Kergoat:

...conceito de superexploração torna-se insuficiente para dar que os fenômenos de discriminação não são somente quantitativos, mas também conta da realidade, já qualitativos (os movimentos de desqualificação/super-qualificação não são mais ou menos fortes segundo os sexos, eles caminham em sentidos diferentes): a divisão técnica e social do trabalho justapõe-se muito estreitamente à divisão sexual do trabalho". (...) "... o universo do trabalho das operárias formam um sistema no qual capitalismo e patriarcado se substituem (trabalham alternadamente) para explorar dominando e dominar explorando; portanto, sistema integrado, no qual as barreiras sociais não são praticamente nem passíveis de derrubada nem mesmo contornáveis pelas mulheres operárias. Mas, seria falso crer que as mulheres operárias são totalmente oprimidas e dominadas" (1978, p.77).

⁶ Women in *The Making of the English Working Class* pode ser lido na mesma coletânea de artigos de Scott, organizada por Heilburn e Miller, p. 68-90.

Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. Não seria justo usar um texto antigo de Kergoat, no qual ela expõe uma idéia ainda válida, mas em que se utiliza um conceito – patriarcado – que abandonou. Com efeito, grande parte, talvez a maioria, das(os) feministas francesas(es) usam a expressão relações sociais de sexo em lugar de relações de gênero. Eram/são um bastião de resistência contra a penetração, no francês, de uma palavra – gênero – com outro significado. Na tentativa de valorizar a expressão relações sociais de sexo, não considera incompatíveis os conceitos de gênero e patriarcado:

Pode ser útil lembrar que o movimento feminista francês, diferentemente do que se passou em outros países, se definiu, de início, em parte no interior e/ou em oposição aos partidos políticos de esquerda e foi profundamente marcado pelo marxismo como teoria de referência. Vem daí um vocabulário análogo: modo de produção doméstico, relações sociais de sexo, classe de sexo (GUILLAUMIN, 1978) etc. Mas, não se esgota nisso. De fato, a redução da análise em considerar somente a variável do sexo é muito mais difícil com o conceito de relações sociais de sexo, termo que implica, necessariamente, uma certa visão da sociedade e que elimina outras, por exemplo: é difícil falar simultaneamente de relações sociais de sexo e patriarcado, enquanto que a utilização do termo gênero o permite. E mais, 'relação' tem uma conotação de reciprocidade, o que não tem o termo 'gênero': uma categoria só existe em relação a outra. É, portanto, mais difícil 'esquecer', no segundo termo, o grupo social dos homens (1996, p. 24-25).

Este pequeno artigo de Kergoat contém, não apenas no excerto utilizado, várias idéias que pedem reflexão. Concorda-se com ela, certamente não pelas mesmas razões, no que tange ao uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, como se deverá deixar claro posteriormente. Aparentemente, sua recusa do termo gênero está correta. Entretanto, gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, e estas se inter-relacionam. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes.

Lembra-se, aqui, que diferente faz par com idêntico. Já igualdade faz par com desigualdade, que são conceitos políticos (SAFFIOTI, 1997a). Assim, as práticas sociais de mulheres podem ser diferentes das de homens da mesma maneira que, biologicamente, elas são diferentes deles. Isto não significa que os dois tipos de diferenças pertençam à mesma instância. A experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente da dos homens exatamente porque, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também em termos de qualidade, a participação de umas é distinta da de outros.

Costumam-se atribuir estas diferenças de história às desigualdades, e estas desempenham importante papel nesta questão. Sem dúvida, por exemplo, a marginalização das mulheres de certos postos de trabalho e de centros de poder cavou profundo fosso entre suas experiências e as dos homens. É importante frisar a natureza qualitativa deste hiato. Trata-se mesmo da necessidade de um salto de qualidade para pôr as mulheres no mesmo patamar que os homens. Certamente, este não seria o resultado caso as duas categorias de sexo fossem apenas diferentes, mas não desiguais.

O excerto de Kergoat revela que seu texto, de 1978, citado anteriormente, já não reflete seu pensamento mais recente, na medida em que ela descartou a noção de patriarcado. Quando separa radicalmente os conceitos relações sociais de sexo e gênero (aqui já existe um problema, pois, via de regra, usa-se a expressão relações de gênero, isto é, relações entre o masculino e o feminino, entre homens e mulheres), procede pelo que considera a presença da relação, no primeiro caso, e a ausência da relação, no segundo. Se o conceito de gênero não envolve relações sociais e é compatível com a noção de patriarcado, esta tampouco o faz. Esta idéia vem implícita nas considerações de a-historicidade do patriarcado, porquanto a única possibilidade desta ordem de gênero manter-se imutável consiste na ausência de oposição. Uma vez que não se trabalha com o conceito weberiano de dominação⁷, compreende-se que o processo de dominação só possa se estabelecer numa relação social. Desta forma, há o(s) dominador(es) e o(s) dominado(s). O(s) primeiro(s) não elimina(m) o(s) segundo(s), nem pode ser este seu intento. Para continuar dominando, deve(m) preservar seu(s) subordinado(s). Em outros termos, dominação, presume subordinação. Portanto, está dada a presença de dois sujeitos. E sujeito atua sempre, ainda que situado no pólo de dominado. Se o esquema de dominação patriarcal põe o domínio - a capacidade legitimada de comandar - nas mãos do patriarca, deixa livres seus subordinados: homens e mulheres, especialmente estas últimas, a iniciativa de agir, cooperando neste processo, mas também solapando suas bases.

Embora as relações de gênero não possam ser confinadas ao espaço da conjugalidade, todas as relações sociais sendo sexuadas, se tornam um exemplo concreto de um casal conhecido, de nível universitário. O marido jamais cometeu violência física ou sexual contra a companheira, mas perpetrou inúmeras violências emocionais contra ela, durante os vinte anos de vida em comum. A mulher não tem reagido no instante em que é praticada a violência. Posteriormente, contudo, procede de maneira a sabotar seu companheiro. Num desses momentos, descosturou a calça,

⁷ "Por dominação deve entender-se a probabilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado conteúdo entre pessoas dadas ... (WEBER, 1964, p. 43, § 16). "Deve entender-se por 'dominação' (...) a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos (ou para toda classe de mandatos)" (p. 170).

atrás, que seu companheiro foi obrigado a usar para dar aulas no dia seguinte, tendo tomado a providência de, previamente, enviar todas as demais calças ao tintureiro. Sua tentativa caminhou na direção de expor seu marido ao ridículo, extrapolando, da forma como lhe foi possível, o âmbito doméstico. Embora ela tenha, nos últimos três anos, agregado novas técnicas às de sabotagem e esteja dando passos importantes para a mudança da relação conjugal, a ilustração mostra, mais uma vez, aquilo que se tem defendido ao longo dos últimos anos, trabalhando com violência doméstica: a vítima não é passiva. Ela atua quando e como pode, com os recursos de que dispõe, sempre no sentido de minar a legitimidade da dominação. Isto equivale a dizer que a dominada busca, seja igualdade com o dominador, seja supremacia na relação. O fato é que, diferentemente do pensamento weberiano, não há propriamente obediência, mas impossibilidade, via de regra, de medir forças com o dominador.

Posto isto, considera-se errôneo não enxergar no patriarcado uma relação, na qual, obviamente, atuam as duas partes. Tampouco se considera correta a interpretação de que, sob a ordem de gênero patriarcal, as mulheres não detêm nenhum poder. Com efeito, a cumplicidade exige consentimento e este só pode ocorrer numa relação par, nunca dispar como é o caso da relação de gênero sob o regime patriarcal (MATHIEU, 1985).

O exposto permite verificar que o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero. De acordo com os estudos de Lerner, a construção do patriarcado precisou de aproximadamente 2.500 anos: de 3100 a.C. a 600 a.C., quando apenas então teria se consolidado. Sua idade é, pois, segundo as evidências encontradas por esta historiadora, de 2.400 anos. Somando-se os dois períodos, têm-se aproximadamente cinco milênios de dominação masculina. Ela examinou dados concretos, mitos e metáforas do antigo Próximo Oriente e sua incorporação pela civilização ocidental:

1. A apropriação pelos homens da capacidade sexual e reprodutiva das mulheres ocorreu previamente à formação da propriedade privada e da sociedade de classes. Sua transformação em mercadoria repousa, de fato, na fundação da propriedade privada.
2. Os Estados arcaicos eram organizados na forma de patriarcado; conseqüentemente, desde sua origem, o Estado tem um interesse essencial na manutenção da família patriarcal.
3. Os homens aprenderam a instituir dominação e hierarquia sobre outras pessoas por meio de sua prática anterior de dominação das mulheres de seu próprio grupo. Isto veio a se expressar na institucionalização da escravatura, o que teve início com a escravização das mulheres de grupos conquistados.
4. A subordinação sexual das mulheres foi institucionalizada nos primeiros códigos legais e tornada obrigatória pelo inteiro poder do Estado. A cooperação das mulheres

com o sistema foi assegurada por vários meios: força, dependência econômica em relação ao chefe de família masculino, privilégios de classe outorgados a mulheres conformadas e dependentes pertencentes às classes altas e a divisão artificialmente criada das mulheres em mulheres respeitáveis e não-respeitáveis.

5. A classe, para os homens, era e é baseada em sua relação com os meios de produção: os que possuíam os meios de produção podiam dominar aqueles que não os possuíam. Para as mulheres, a classe é mediada por vínculos sexuais a um homem, que lhes dá acesso a recursos materiais. A divisão das mulheres em 'respeitável' (isto é, ligada a um homem) e 'não-respeitável' (isto é, não ligada a um homem ou livre de todos os homens) é institucionalizada em leis referentes à cobertura das mulheres com véu.

6. Muito depois de as mulheres terem sido sexual e economicamente subordinadas aos homens, elas ainda desempenham papéis ativos e respeitados na mediação entre humanos e deuses como sacerdotisas, profetisas, adivinhadoras e curandeiras. O poder metafísico das mulheres, especialmente o poder de dar a vida, é cultuado por homens e mulheres na forma de poderosas deusas muito depois de as mulheres terem sido subordinadas aos homens na maioria dos aspectos de suas vidas na terra.

7. O destronamento de poderosas deusas e sua substituição por um deus masculino dominante ocorreu na maioria das sociedades do Próximo Oriente em consequência do estabelecimento de uma monarquia forte e imperialista. Gradualmente, a função de controlar a fertilidade, antes inteiramente desempenhada pelas deusas, é simbolizada por meio do casamento simbólico ou real do deus masculino ou Deus-Rei com a Deusa ou suas sacerdotisas. Finalmente, a sexualidade (erotismo) e a procriação são separadas com a emergência de deusas para cada uma destas funções, e a Mãe-Deusa é transformada em esposa/consorte do Deus chefe masculino.

8. A emergência do monoteísmo hebreu toma a forma de um ataque contra os difundidos cultos de várias deusas da fertilidade. No Livro do Gênesis, criação e procriação são atribuídas ao Deus todo-poderoso, cujos epítetos de 'Senhor' e 'Rei' o estabelecem como um deus masculino, tornando-se a sexualidade feminina um pecado e um mal, quando dissociada da procriação.

9. No estabelecimento da comunidade pactuada, o simbolismo básico e o contrato real entre Deus e a humanidade assumem como um dado a posição subordinada das mulheres e sua exclusão do acordo metafísico e da terrena comunidade pactuada. Seu único acesso a Deus e à comunidade sagrada reside em sua função de mães.

10. Esta desvalorização simbólica das mulheres em relação ao divino torna-se uma das metáforas fundantes da civilização ocidental. A outra metáfora fundante é fornecida pela filosofia aristotélica, que assume como um dado que as mulheres são seres humanos incompletos e defeituosos, de uma qualidade inteiramente diversa da dos homens. É com a criação destes dois constructos metafóricos que são construídos nas próprias fundações dos sistemas simbólicos da civilização ocidental, que a subordinação das mulheres passa a ser vista como 'natural' e, conseqüentemente, se torna invisível. É isto que finalmente estabelece o patriarcado de modo firme como uma realidade⁸ e como uma ideologia" (LERNER, 1986, p. 8-10).

⁸ "A matriz de qualquer idéia é a realidade... Em consequência, imagens, metáforas, mitos, tudo se expressa em formas 'prefiguradas' por meio da experiência passada. (...) O que tento fazer em meu livro é traçar, por meio da evidência histórica, o desenvolvimento das idéias, símbolos e metáforas líderes pelas quais as relações de gênero patriarcais foram incorporadas à civilização ocidental" (p. 10).

Como as(os) historiadoras(es) têm linguagem própria, conviria chamar de elites ou camadas abastadas o que Lerner chama de classes, em períodos históricos remotos, pois, como já se observou, a estrutura de classes é fenômeno recente. Pelo menos, deve-se colocar em lugar do que ela denomina classes a expressão embriões de classe.

Embora Lerner não seja marxista, lida bastante bem com as inter-relações entre a base material das sociedades e seus imaginários. Por outro lado, é muito cuidadosa na análise das evidências históricas, mostrando quando e porque se pode trabalhar com determinadas hipóteses. Reconhece o caráter histórico do patriarcado, atribuindo-lhe, no máximo, seis mil anos de vida, enquanto a humanidade tem entre 250 mil e 300 mil anos. Apresenta uma visão de totalidade, em duplo sentido.

Um deles diz respeito à totalidade como conjunto interligado de instituições movidas por coletividades. Neste aspecto, faz fascinante incursão pelas sociedades de caça e coleta. Contrariando a escola de pensamento do *man-the-hunter*, revela uma série de exemplos de complementaridade entre as categorias de sexo, assim como o desfrute, por parte das mulheres, de *status* relativamente alto. Esta maneira de exprimir os achados já mostra que ela se situa bem longe da preocupação de encontrar provas de supremacia feminina.

"Existe agora um rico corpo de moderna evidência antropológica que descreve arranjos societários relativamente igualitários, e soluções complexas e variadas encontradas por sociedades para o problema da divisão do trabalho. A literatura é baseada amplamente em sociedades tribais modernas, com alguns exemplos do século XIX. Isto levanta o problema, especialmente para historiadores, relativo à validade de tal informação para generalizações sobre povos pré-históricos. De qualquer modo, a partir dos dados disponíveis, parece que as sociedades mais igualitárias são as que se encontram dentre tribos de caçadores/coletores, que são caracterizadas pela interdependência econômica. (...) ... nessas sociedades, as mulheres garantem a provisão da maior parte dos alimentos (60% ou mais, p. 22) embora o produto da caça seja considerado, em todas as partes, a comida mais valiosa e a mais usada para a troca de presentes. Tais tribos caçadoras/coletoras acentuam a cooperação econômica e tendem a viver pacificamente com outras tribos. (...) ... o levantamento de evidências permite a generalização de que em tais sociedades o status relativo de homens e mulheres é 'separado, mas igual' " (1986. p. 29).

A autora afirma, por outro lado, que, independentemente da grande importância econômica das mulheres e de seu alto *status* social, nas sociedades de caça e coleta, "as mulheres são sempre subordinadas aos homens em alguns aspectos. Não há uma só sociedade conhecida, na qual as mulheres, como um grupo, têm poder de decisão sobre os homens ou na qual elas definam as regras de conduta sexual ou controlem as trocas matrimoniais" (p. 30).

Conviria contrapor a esta constatação de Lerner, uma idéia bastante interessante de Johnson: a separação conceitual entre independência e autonomia. Ninguém é independente, na medida em que a vida em sociedade gera enorme interdependência. Nem mesmo os grupos dominantes são independentes. "Grupos dominantes são geralmente autônomos, porque não precisam prestar contas a seus subordinados e não precisam pedir permissão para fazer o que desejam. (...)... têm a vantagem de deter controle muito maior sobre como a realidade é definida e podem usar isto para mascarar os acontecimentos" (1997, p. 147).

Talvez esta seja a razão pela qual Lerner usa sempre a palavra relativa para se referir à igualdade entre homens e mulheres. Ademais, analisando a obra de Mellart, afirma: "... comunidades com relações relativamente igualitárias entre os sexos não sobreviveram" (1986, p.35).

Embora muitas feministas, Scott inclusive e muito fortemente, tenham horror a qualquer referência às diferenças biológicas entre homens e mulheres, não é possível esquecer que, sob condições primitivas, antes da emergência de instituições da sociedade dita socializada, a unidade mãe-filho era absolutamente fundamental para a perpetuação do grupo. A criança só contava com o calor do corpo da mãe para se aquecer, assim como com o leite materno para se alimentar. Como afirma Lerner: "A mãe doadora-da-vida tinha verdadeiramente poder de vida e morte. Não surpreende que homens e mulheres, observando este dramático e misterioso poder da mulher, se voltassem para a veneração de Mães-deusas" (1986, p.40).

Com efeito, nas condições referidas, as mulheres eram extremamente poderosas, o que, é evidente, ameaçava os homens. Em face de muito menores ameaças, atualmente, homens tiram a vida de suas companheiras. Lembram-se, aqui, dois casos de homicídios de clamor público: o de Ângela Diniz, por Doca Street, que ainda viviam juntos, e o de Eliane de Grammont, por Lindomar Castilho, então separados havia mais de dois anos.

Ainda sobre as sociedades de maior igualdade entre homens e mulheres, Lerner menciona o sexo como responsável tão-somente pela doação da vida, enquanto o gênero determina o lugar das mulheres na sociedade. A propósito disto, cabe lembrar uma bem plausível e pertinente hipótese de Lerner, que, seguramente, foi uma precondição do estabelecimento da supremacia masculina. Enquanto a coleta constitui atividade cotidiana, ocupando, portanto, o tempo das mulheres ao lado de outras tarefas, inclusive maternagem, a caça ocorre uma ou duas vezes por semana, deixando tempo livre aos homens. O exercício da criatividade exige tempo livre, e os homens, certamente, o usaram para criar sistemas simbólicos que inferiorizaram as mulheres, como também forneciam os elementos para a interpretação do cotidiano no sentido da constituição de sua primazia. De posse, além do mais como autores, dos esquemas

de interpretação da realidade, foi, com certeza, fácil, para os homens, estabelecer seu domínio sobre as mulheres.

Nem todas as sociedades atravessaram um estágio horticola. Muitas sociedades desenvolveram a criação de animais e a lavoura isoladamente ou em conjunto com atividades de coleta antes de se dedicarem à agricultura propriamente dita. A criação de animais era mais uma ocupação masculina que feminina. Esta atividade conduziu à acumulação de excedentes de gado ou de animais domésticos criados para utilização ou negócio, de carne ou de peles. Pode-se presumir que esta acumulação era feita por homens, na medida em que eles se ocupavam destas atividades. Posteriormente, como afirma Lerner:

... a agricultura de arado inicialmente exigia a força de homens e certamente não era uma atividade que mulheres grávidas ou lactantes teriam escolhido, exceto de forma auxiliar. Conseqüentemente, a prática econômica da agricultura reforçou o controle dos homens sobre os excedentes, o que pode também ter sido adquirido por conquista em guerras inter-tribais. Outro possível fator que contribuiu para o desenvolvimento da propriedade privada em mãos masculinas pode ser a alocação assimétrica do tempo livre. Atividades horticolas são mais produtivas que a coleta para a subsistência e produzem tempo livre. Mas a alocação do tempo livre é desigual: os homens beneficiam-se mais dele que as mulheres, em virtude do fato de que as atividades de preparação dos alimentos e da maternagem das mulheres continua invariável. Assim, os homens, presumivelmente, podiam empregar seu tempo livre para desenvolver habilidades manuais, iniciando rituais para aumentar seu poder, e influenciar e administrar excedentes (1986, p.50-51).

Vale a pena, neste momento, recorrer a uma das muitas contribuições do livro de Johnson. Acolhendo evidências de que antes do estabelecimento do patriarcado as relações de gênero eram igualitárias, pergunta: que fatores poderiam tê-las transformado em "um sistema de controle e opressão de gênero". Por que teriam sistemas de cooperação e coexistência pacífica cedido lugar a sistemas de competição e guerra?" (p. 46). Usando várias autoras, aí incluída Lerner, Johnson afirma que a geração de excedente "não causou desigualdade, uma vez que a partilha é tão possível quanto a acumulação. Excedentes foram, entretanto, uma precondição que tornou possível a desigualdade" (p. 46).

Ressalta a relevância que passa a ser atribuída ao controle, inclusive do meio ambiente, pelas sociedades que se sedentarizaram. Obviamente, o controle é parte integrante de toda sociedade, mas a agricultura permitiu/exigiu seu incremento. Johnson vale-se de uma hipótese de Fischer (1979) para raciocinar sobre a nova relação estabelecida entre, de um lado, os seres humanos, e, de outro, a vida orgânica e a matéria inorgânica. Para pôr isto na linguagem adequada para expressar os raciocínios de base deste artigo, poder-se-á afirmar que o ser social, à medida que se diferencia e se torna mais complexo, muda sua relação tanto com a esfera ontológica inorgânica

como com a esfera ontológica orgânica, elevando seu controle sobre ambas. Os seres humanos, que tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais, transformaram-na em controle e dominação. O patriarcado é um dos exemplos vivos deste fenômeno.

Quando se passou a criar animais para corte ou tração, sua reprodução mostrou-se de grande valor econômico. Foi fácil, então, perceber que quanto mais filhos um homem tivesse, maior seria o número de braços para cultivar áreas mais extensas de terra, o que permitia maior acumulação. Passam, então, os seres humanos, a se distanciar da natureza e a vê-la simplesmente como algo a ser controlado e dominado. Isto tudo foi crucial para estabelecer entre os homens e as mulheres relações de dominação-subordinação. Além disto, a compreensão do fenômeno reprodutivo minou os poderes femininos. Como afirma Johnson:

Se a reprodução não era uma questão de mágica feminina e poderia ser controlada como qualquer outra coisa, então, a conexão especial das mulheres com a força da vida universal estava perdida e os homens podiam colocar-se no centro das coisas. O conhecimento de que os homens desempenhavam um papel na reprodução, por exemplo, abriu as portas para a crença de que homens, e não mulheres, são a fonte da vida, aqueles que plantam sua semente nos campos passivos e férteis dos úteros das mulheres (p. 47).

O outro sentido da concepção de totalidade de Lerner é representado pela consideração da história da humanidade até quando os registros e achados arqueológicos permitem. Trata-se, portanto, de obra da maior seriedade. Contudo, um só intelectual não pode realizar uma tarefa cumulativa, necessariamente de muitos. Desta maneira, ainda que certamente se precisará voltar à obra de Lerner, continuar-se-á a recorrer também a outros autores.

A datação de Johnson difere da de Lerner. A humanidade tem, no mínimo, 250 mil anos, a maior parte dos quais, segundo este autor, não conheceu uma vida social organizada em torno do controle, da dominação e da competição. Afirma:

As raízes do patriarcado são também as raízes da maior parte da miséria e da injustiça humanas, incluindo opressão de raça, de classe e étnica e a destruição do meio ambiente. (p. 51). O medo que os homens têm de outros homens é crucial, porque o patriarcado é dirigido pelo modo pelo qual os homens tanto o causam quanto respondem a ele. (...) A participação dos homens no patriarcado tende a encerrá-los em uma infinita busca de controle e de defesa contra ele, já que, sob o patriarcado, o controle é a fonte de seu medo e, ao mesmo tempo, a única solução que eles encontram para este medo. (...) Os homens pagam um enorme preço para participar do patriarcado. Quanto mais controle eles tentam ter, por exemplo, menos seguros eles se sentem. (...) Ao invés de fazer os homens se sentir seguros, grande poder fá-los necessitar de ainda maior controle para se protegerem de homens ainda mais poderosos trancados no mesmo circuito" (p. 29). (...) Toda oportunidade de controle, entretanto, pode também ser uma ocasião de um fracasso de controle, um fato que

pode introduzir questões de controle e poder na maioria das situações sem nenhum vínculo com estes fenômenos. A intimidade é perdida como uma chance de ser aberto e vulnerável no caminho de uma conexão mais profunda. (p. 30). (...) Paradoxalmente, ..., o ciclo de controle e medo que dirige o patriarcado tem mais ver a com relações entre homens que com mulheres, pois são os homens que controlam a postura dos homens como homens" (p. 31). ... o patriarcado promove o ódio das mulheres como uma reação ao medo que os homens têm das mulheres. Por que deveriam os homens temer as mulheres? Todo sistema opressivo depende, em certa medida, da cooperação dos grupos subordinados, na sua própria subordinação. O outro lado disto é o potencial para minar o esquema de dominação e se rebelar. Isto torna a opressão inerentemente instável e os grupos dominantes vulneráveis (p. 39).

Johnson foi muito feliz ao perceber que o patriarcado se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que formam um círculo vicioso. Há muito tempo, afirmou-se que os homens ignoram o altíssimo custo, inclusive emocional (mas não só), com amputação da personalidade, da exploração-dominação que exercem sobre as mulheres (SAFFIOTI, 1987). Outra faceta importante da análise de Johnson consiste na percepção de que o patriarcado é um "negócio" entre homens. Tome-se o exemplo da sistemática curra a que é submetido na prisão o estuprador. Teriam os demais prisioneiros uma moral mais elevada que este e, por isso, o puniriam com a curra? Não parece ser este o caso, na medida em que há, dentre eles, homicidas cruéis. A hipótese mais plausível reside em, partindo da análise de Johnson, pensar o seguinte: o estuprador violentou uma mulher não disponível sexualmente para ele, mas sexualmente disponível para os demais. Invadiu, por conseguinte, território alheio. Desta forma, não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente, controle e medo.

Ser do sexo masculino é, de longe, o maior fator de risco para a violência. Daly e Wilson apresentaram 35 amostras de estatísticas de homicídios de catorze países, inclusive sociedades de coletores de alimentos e sociedades pré-letradas, além da Inglaterra do século XIII. Em todas elas, homens matam homens com frequência imensamente maior do que mulheres matam mulheres – em média, uma frequência 26 vezes maior. (PINKER, 1999, p. 522).

Se a maior parte da história da humanidade foi vivida em uma outra organização social, especialmente de gênero, é pertinente raciocinar com Johnson em termos da emergência de fatos: descobertas e invenções aparentemente desvinculados das relações homem-mulher e que, no entanto, funcionaram como precondições da construção do patriarcado, há, aproximadamente, sete mil anos. Sua periodização difere da de Lerner. Embora o patriarcado diga respeito, em termos específicos, à ordem de gênero, expande-se por todo o corpo social. Isto não significa que não existam violências praticadas em, por exemplo, sociedades coletoras. Mas o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas

da convivência social. Ainda que a maioria das definições de gênero implique hierarquia entre as categorias de sexo, não visibiliza os perpetradores do controle/violência. "Ignorando o patriarcado, entretanto, o feminismo liberal torna o privilégio masculino um problema individual, apenas remotamente conectado a sistemas mais amplos, que o promovem e o protegem" (JOHNSON, p. 115).

O reparo que se pode fazer ao excerto transcrito é que não existem sistemas mais amplos que o patriarcado. Pessoas podem se situar fora do esquema de dominação-exploração das classes sociais ou do de raça/etnia. Ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, e travestis ficam fora do esquema de gênero patriarcal. Do ângulo quantitativo, portanto, que é o indicado pela palavra usada por Johnson (*larger*), o patriarcado é, nas sociedades ocidentais urbano-industriais-informacionais, o mais abrangente. Da perspectiva qualitativa, a invasão desta organização social de gênero é total. Tomem-se, por exemplo, as religiões. Estão inteiramente perpassadas pela estrutura de poder patriarcal. A recusa da utilização do conceito de patriarcado permite que este esquema de exploração-dominação grasse e encontre formas e meios mais insidiosos de se expressar. Enfim, ganha terreno e se torna invisível. Mais do que isto, é veementemente negado, levando a atenção de seus participantes para outras direções. Cumpre, pois, um desserviço a ambas as categorias de sexo, mas, seguramente, mais ainda à das mulheres. "O patriarcado é tratado (pelas feministas liberais) como um conceito-sombra, sem sério papel analítico a desempenhar na tarefa de dar sentido ao gênero" (JOHNSON, p. 116), o que não se aceita aqui.

As feministas radicais, todavia, revelam as bases material e social do patriarcado. Muita discussão foi travada a propósito dos serviços gratuitos – domésticos e sexuais – que as mulheres prestam aos homens: a seus companheiros e aos patrões de seus companheiros. Muito se escreveu sobre os privilégios masculinos em geral e as discriminações praticadas contra as mulheres. Convém lembrar que o patriarcado serve a interesses dos grupos/classes dominantes (SAFFIOTI, 1969, 1987) e que "o sexismo é mais que mero preconceito: é preconceito mais o poder de agir de acordo com ele" (JOHNSON, p. 122). No que tange ao sexismo, o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. Em outras palavras, os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo. Não é esta, porém, a interpretação cotidiana de preconceito e de sexismo. Mesmo intelectuais de nomeada consideram o machismo uma mera ideologia, admitindo apenas o termo patriarcal, isto é, o adjetivo. Como quase nunca se pensa na

dimensão material das idéias, a ideologia é interpretada como pairando acima da matéria.

O ponto de vista aqui assumido permite ver a ideologia se corporificando em sentido literal e em sentido figurado. Com efeito, este fenômeno atinge materialmente o corpo de seus portadores. A postura corporal das mulheres enquanto categoria social não tem uma expressão altiva. Evidentemente, há mulheres que escapam a este destino de gênero (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995), mas se trata de casos individuais, jamais podendo ser tomados como expressão da categoria mulheres, extremamente diversificada. Em via de regra, as mulheres falam baixo ou se calam em discussões de grupos mistos. Nas reuniões festivas, o comum é se formarem dois grupos: o da Luluzinha e o do Bolinha. Como este último está empoderado e, portanto, dita as regras, o primeiro se sujeita ao jogo socialmente estabelecido. A ideologia sexista corporifica-se nos agentes sociais tanto de um pólo quanto de outro da relação de dominação-subordinação. O sentido figurado da corporificação das ideologias em geral e da sexista em especial reside no vínculo arbitrariamente estabelecido entre fenômenos: voz grave significa poder, ainda que a pessoa fale baixo. O porquê disto encontra-se na posição social dos homens enquanto categoria social face à das mulheres. A voz grave do assalariado não o empodera face ao seu patrão, pois o código na estrutura de classes é outro.

O difícil é lidar com o nó formado pelas três subestruturas: gênero, classe, raça/etnia. Uma voz menos grave ou mesmo aguda de uma mulher pode não ser relevante em sua atuação segundo o preconceito étnico-racial, mas o é, seguramente, na relação de gênero e, até certo ponto, na de classes. O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (SAFFIOTI, 1998). Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída.

A imagem do nó não consiste em mera metáfora; é também uma metáfora. Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe – embora as análises tendam a separá-las. Aliás, os prejuízos científicos e político não advêm da separação para fins analíticos, mas sim da ausência do caminho inverso: a síntese. Como já se mostrou, o patriarcado, com a cultura especial que gera

e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social, não correspondendo, há muito tempo, à base material da economia de *oikos*. De outra parte, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero, linguagem aqui considerada inadequada. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas.

Parafraseando Marx (1957)⁹, pode-se afirmar que é este novo arranjo que permite compreender sociedades igualitárias, não baseadas no controle, na dominação, na competição. A organização das categorias históricas no interior de cada tipo varia necessariamente. Assim, da mesma forma como a anatomia do homem é a chave para a compreensão da anatomia do símio, a sociedade burguesa constitui a chave para o entendimento das sociedades mais simples. Cabe ressaltar também, seguindo-se este método, que a análise das formas mais simples de organização social só é possível quando a forma mais desenvolvida de sociedade se debruça sobre si mesma como tema de pesquisa e compreensão.

Neste ponto da discussão, convém fazer uma incursão na vertente sexual, crescentemente apêndice, da teoria/doutrina política do contrato. Para tanto, recorrer-se-á a Pateman:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne RICH, de 'lei do direito sexual masculino'. O contrato

⁹ "Assim, a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga etc. (...) Mas, é preciso não identificá-las. Como, além disso, a própria sociedade burguesa não é senão uma forma antitética do desenvolvimento histórico, são relações pertencentes a formas anteriores de sociedade que não se podem reencontrar nela senão inteiramente estioladas ou mesmo travestidas" (p. 169-170).

está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (1993, p. 16-17).

Integra a ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a idéia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringindo-se este último à esfera privada. Segundo este raciocínio, o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo que as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possam negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. "A liberdade civil depende do direito patriarcal" (p. 19).

Raciocinando na mesma direção de Johnson, Pateman mostra o caráter masculino do contrato original, ou seja, é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: "o pessoal é político". Dentre outras alegações, a polissemia do conceito de patriarcado, aliás existente também no de gênero, constitui um argumento contra seu uso. Abandoná-lo

".. representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente a sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. (...) Grande parte da confusão surge porque 'patriarcado' ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado. Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro das fronteiras dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada" (PATEMAN, p. 39-40).

Não apenas se endossa o pensamento de Pateman, como também se reforça sua preocupação com o abandono do conceito de patriarcado, evocando-se uma autora hoje contrária ao uso deste constructo. "As categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias consistentes e coerentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto para nossa compreensão quanto para nossas práticas sociais" (HARDING, 1986, p. 649).

Efetivamente, quanto mais avançar a teoria feminista, maiores as probabilidades de que suas formuladoras se libertem das categorias patriarcais de pensamento. Ou melhor, quanto mais as(os) feministas se distanciarem do esquema patriarcal de pensamento, melhores serão suas teorias. Colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal que torna natural essa dominação-exploração. Ainda que muitas(os) teóricas(os) adeptas(os) do uso exclusivo do conceito de gênero denunciem a naturalização do domínio dos homens sobre as mulheres, muitas vezes, inconscientemente, "invisibilizam" este processo através, por exemplo, da apresentação de dados, como se verificou atrás. À medida que as(os) teóricas(os) feministas forem se desvencilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para nomear de patriarcado o esquema atual de relações homem-mulher, como também abandonarão a aceção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. Isto equivale a dizer que o agente social marido se constitui antes que a figura do pai. Esta se encontra atenuada nas sociedades complexas contemporâneas, mas ainda é legítimo afirmar-se que se vive sob a lei do pai. O *patria potestas* cedeu espaço, não à mulher, mas aos filhos. O patriarca que nele estava embutido continua vivo enquanto titular do direito sexual. O pensamento de Pateman, neste sentido, vai ao encontro do de Harding: trata-se da enorme "abrangência do direito sexual masculino" (PATEMAN, 1986, p. 49).

Muitas análises, em termos de patriarcado, pecam por não se terem dado conta de que os vínculos familiares extrapolam os limites domésticos, estendendo-se pela sociedade inteira e, mais importante, lançando, no máximo, numa nebulosa, a relação marido-mulher, uma vez que é desta ordem de gênero esconder a relação original, como tão bem mostra Pateman, no excerto a seguir.

A interpretação patriarcal do 'patriarcado' como direito paterno provocou, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação entre marido e esposa. O fato de que homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento – um contrato original que instituiu o casamento e a família – e de que eles são maridos e esposas antes de serem pais e mães é esquecido. O direito conjugal está, assim, subsumido sob (sic) o direito paterno e... as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino (p. 49). A sociedade moderna é estruturada pelos vínculos convencionados e universais do contrato, e não pelos vínculos particulares e imputados do parentesco (p. 52).

Caberia, então, novamente, a pergunta: por que manter-se o nome patriarcado? Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque:

1. não se trata de uma relação privada, mas civil;
2. dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Haja vista o débito conjugal explícito nos códigos civis inspirados no Código Napoleônico e a ausência sistemática do tipo penal estupro no interior do casamento, nos códigos

- penais. Há apenas uma década, e depois de duas de muita luta, as francesas conseguiram capitular este crime no Código Penal, não se tendo conhecimento de se, efetivamente, há denúncias de maridos que violentam suas esposas;
3. configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade;
4. tem uma base material;
5. corporifica-se;
6. representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Pateman traz, com a teoria do contrato, grande contribuição para a boa compreensão do conceito de patriarcado no contexto atual, mostrando as ciladas das categorias patriarcais de pensamento. Embora não mencione Harding, pode-se aproveitar a reflexão desta autora para reforçar seus argumentos. A teoria do contrato, mais uma vez, auxilia o entendimento do caráter invasivo desta ordem, supostamente só de gênero. "Uma das vantagens da abordagem do problema do patriarcado através (sic) da história do contrato sexual é mostrar que a sociedade civil, inclusive a economia capitalista, tem uma estrutura patriarcal" (PATEMAN, 1986, p. 63).

Focalizar o contrato sexual colocando em relevo a figura do marido permite mostrar o caráter desigual deste pacto, no qual se troca obediência por proteção. E proteção, como é notório, significa, no mínimo a médio e longo prazos, exploração-domação. Isto revela que as mulheres jamais alcançaram a categoria de indivíduos, com poder de contratar de igual para igual. E esta categoria é de suma relevância na sociedade burguesa, na qual o individualismo é levado ao extremo. O conceito de cidadão, rigorosamente, constitui-se pelo indivíduo. O casamento capaz de estabelecer relações igualitárias ter-se-ia que dar entre indivíduos. Ora, não é isto que ocorre, pois ele une um indivíduo a uma subordinada. Aquilo que é trocado no casamento não é propriamente propriedade ou, pelo menos, não é necessário que assim seja. Evidentemente, nas camadas abastadas há uma tendência ao encontro de fortunas, mas esta não é a regra na sociedade em geral, mesmo porque a grande maioria da população não detém bens de monta ou é completamente despossuída.

... o contrato é firmado e a relação é instituída por meio da troca de promessas, ou seja, pela utilização da fala (ou da troca de outros signos, tais como assinaturas). Uma vez que as promessas são proferidas, o contrato está selado e os indivíduos posicionam-se um diante do outro, numa nova relação. Portanto, no contrato social, indivíduos masculinos se transformam em indivíduos civis (cidadãos); no contrato de trabalho, os homens tornam-se patrão e empregado e, no contrato de casamento, as mulheres se convertem em esposas e os homens em maridos, em virtude de dizerem 'sim'. (...) A Segunda troca não poderia ser mais diferente da primeira. A nova relação é estruturada no decorrer do tempo por uma troca permanente entre as duas partes – a troca de obediência por proteção (...). A peculiaridade dessa troca é que uma das partes do contrato – que dá proteção – tem o direito de determinar como a outra cumprirá a sua parte na troca. (p. 91). (...) Para que Adão fosse pai, Eva teve que se tornar mãe. Em outras palavras, o direito sexual ou conjugal precede necessariamente o direito de

paternidade. A gênese do poder político reside no direito sexual ou conjugal de Adão, e não em sua paternidade. A autoridade política de Adão está assegurada antes de ele se tornar pai. (p. 133).

Tem razão Pateman, pois o *status* de indivíduo constitui pré-condição para a constituição do sujeito em cidadão. A Revolução Francesa foi um marco importante desta transição, cabendo lembrar que as mulheres foram deixadas à margem da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Quando Olympe de Gouges resolveu protestar, redigindo o correspondente feminino daquela declaração, foi condenada e executada na guilhotina. Dentre as questões discutidas no excerto transcrito acima, fica patente que a mulher já entra no contrato de casamento em situação de inferioridade. Isto lembra Mathieu, quando mostra a incapacidade das mulheres de consentir na violência contra elas praticada pelos homens. A rigor, as mulheres não podem contratar, uma vez que não detêm o mesmo poder que os homens. É exatamente por isso, como afirma Mathieu, que, diante das ameaças de violência, as mulheres cedem, mas não consentem, pois o ato de consentir exige autonomia, sobretudo se se usar este termo no sentido que lhe empresta Johnson. Desta sorte, o homem já entra no contrato de casamento empoderado; e o contrato o torna ainda mais poderoso.

Até como trabalhadoras, as mulheres estão subordinadas aos homens diferentemente da maneira como os homens estão subordinados a outros homens. As mulheres não foram incorporadas à estrutura patriarcal capitalista de trabalho como 'trabalhadoras', mas apenas como mulheres; e como poderia ser diferente se as mulheres não são, e não podem ser homens? O contrato sexual é parte integrante da sociedade civil e do contrato de trabalho; a dominação sexual estrutura o espaço de trabalho, tanto como o lar conjugal. ... os homens também são submetidos enquanto trabalhadores – mas encarar o trabalhador como nada mais do que um escravo assalariado não apreende a dimensão essencial de sua situação na sociedade civil; ele é aquela raridade, um senhor prisioneiro (p. 210-211).

Cabe ressaltar a convergência da análise sociológica de Kergoat (1978) e a abordagem política, via teoria do contrato, de Pateman dez anos depois (a edição original do livro é de 1988). Desde seus inícios, a exploração econômica da mulher faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade. Como bem mostra Lerner (1986), a escravização de mulheres dos povos conquistados (os homens eram assassinados para sufocar, de antemão, qualquer possibilidade de rebelião) envolvia, desde sempre, não apenas a exploração de sua força de trabalho, mas também o uso (ou abuso) de sua sexualidade. É óbvio que este fato pré-existiu, de longe, à emergência do capitalismo; mas este se apropriou desta desvantagem feminina, procedendo com todas as demais da mesma forma. Tirou, portanto, proveito das discriminações que pesavam contra a mulher (SAFFIOTI, 1969), e assim continua atuando. Como se pode verificar facilmente nas cadeias produtivas nacionais e internacionais, as mulheres predominam nos estágios mais

degradados da terceirização ou quarterização. A Nike, por exemplo, usa mão-de-obra feminina oriental trabalhando a domicílio e recebendo quantias miseráveis. Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam sua mais acentuada subordinação. Isto equivale a dizer que quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas.

O perigo deste tipo de análise reside em resvalar-se pelo dualismo. Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-domação. Alternam-se as formas, para evitar a má interpretação da precedência de um processo. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo. Mitchell (1966, 1971, 1974) e Hartmann (1979a, 1979b), não obstante suas grandes contribuições, laboraram/laboram na direção da teoria dos sistemas duais (YOUNG, 1981; JÓNASDÓTTIR, 1993). E isto significa operar na lógica binária, de um lado, do pensamento cartesiano, e, de outro, dos constructos impingidos pelas ideologias de gênero, raça/etnia e classe, elaboradas pelas categorias sociais poderosas.

Convém, neste ponto, introduzir a crítica ao conceito de patriarcado de Hartmann, feita por Jónasdóttir. Esta acusa aquela de conceber o patriarcado como uma transação entre homens, na qual a mulher figura como objeto. Neste sentido, como ela própria reconhece, encontra-se em Hartmann a influência de Rubin. Como o livro de Johnson é bem posterior, Jónasdóttir não conhecia suas idéias, que caberiam em sua crítica. Aqui seria interessante evocar Beauvoir:

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a êle; ela não é considerada um ser autônomo. 'A mulher, o ser relativo ...', diz Micelet; por isso que Benda afirma em Rapport d'Uriel: 'O corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que êste parece destituído de significação se não se evoca o macho ... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem'. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o 'sexo' para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para êle, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não êste em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (s /d, p. 10).

Não se trata, nem no caso de Hartmann nem no de Mitchell, no de Rubin ou de Beauvoir de assumir o ponto de vista patriarcal. Trata-se de constatar de que maneira se dão, empiricamente, as relações de gênero em todas as esferas sociais. Beauvoir foi, e ainda é, muito criticada por, pretensamente, haver considerado a mulher como o Outro. A interpretação que se costuma fazer disto é incorreta, como é incabível a crítica de Jónasdóttir a Hartmann, Mitchell e Rubin. O fato de o patriarcado ser um pacto

entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. Como já se patenteou, sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote. No caso específico de Beauvoir, a crítica é ainda mais injusta, porquanto ela, comentando idéia expressa por Levinas no ensaio *Le Temps et l'Autre*¹⁰, afirma: "Suponho que Levinas não esquece que a mulher é igualmente consciência para si. Mas é impressionante que adote deliberadamente um ponto de vista de homem sem assinalar a reciprocidade do sujeito e do objeto. Quando escreve que a mulher é mistério, subentende que é mistério para o homem. De modo que essa descrição que se apresenta com intenção objetiva é, na realidade, uma afirmação do privilégio masculino" (p. 10-11, nota 1).

Beauvoir é acusada de negar à mulher a capacidade de transcender, de tratá-la apenas na imanência, quando, na verdade, está longe de proceder desta forma. Ao usar as categorias de ser-em-si e para-si, de Sartre (1997), Beauvoir trabalha o dado histórico da mulher como ser vivendo grandemente na imanência, mas também capaz de viver a transcendência. Lembra-se, aqui, o pequeno conhecimento que se tinha da história das mulheres no pós II Guerra Mundial, de suas lutas cotidianas para resistir à dominação masculina. Mesmo assim, o que era conhecido é utilizado e mencionado explicitamente. Nos casos de Hartmann, Rubin e Mitchell, este pequeno conhecimento contou menos, mas, ainda assim, não foi desprezível.

Há um ponto importante de aproximação entre Jónasdóttir e Pateman. Com efeito, afirma a primeira: "O que resulta novo na história do domínio masculino ou patriarcado é que o poder dos homens em relação às mulheres já não se pratica tanto em virtude da paternidade ou da instituição do chefe da família como em virtude de 'sua masculinidade adulta coletiva'"¹¹ (p. 110).

Embora não satisfaça inteiramente à perspectiva adotada neste trabalho e em outros da mesma autora (do nó presente no patriarcado-racismo-capitalismo), há que se reconhecer que Jónasdóttir não menciona a problemática "articulação" (KERGOAT, 1982) entre o privado e o público, entre a reprodução e a produção, trabalhando mais proximamente à linha de Bertaux. O termo "articulação" denuncia a implantação deste tipo de pensamento na teoria dos sistemas duais, recusada pela autora em pauta, o que vai ao encontro das idéias aqui esposadas. Ademais, realizando uma apreciação da teoria de Tormey, declara Jónasdóttir, criticando-o:

... do meu ponto de vista, não logrou capturar completamente o mais vital, as dinâmicas reais do processo de exploração sócio-sexual e não explicou claramente quem são as

¹⁰ "O sexo não é uma diferença específica qualquer ... A diferença dos sexos não é tampouco uma contradição ... Não é também a dualidade de dois termos complementares, porque esses dois termos complementares supõem um todo preexistente ... A alteridade realiza-se no feminino. Termo do mesmo quilate mas de sentido oposto à consciência", *apud* Beauvoir, *ipsis litteris*.

¹¹ Expressão tomada de empréstimo de Rubin (1975, p. 168).

partes importantes nesta relação" (p. 142). ...a exploração sócio-sexual não é só uma questão de trabalho ou tarefas domésticas divididas desigualmente. (...) As circunstâncias que permitem a existência deste tipo de acordo se inserem em uma relação de poder assentada mais profundamente; uma relação de apropriação e compromisso. Requer-se das mulheres (...) que concedam seus poderes vitais, que estejam totalmente disponíveis, sem poder de controle ou com muito pouco. Se as mulheres desejam aceder às fontes reprodutivas da vida sócio-sexual, se desejam ser capazes de crescer como seres sociais independentes, como indivíduos mulheres, devem fazê-lo mais ou menos dentro dos limites da submissão. (...) Segundo minha opinião, a oposição principal dá-se entre a mulher/esposa e o homem/marido. (p. 147-148).

Ao reconhecer como privilegiada a posição social do homem como marido e dar primazia à relação homem/marido-mulher/esposa, apóia-se certamente, em Pateman da qual usa, em seu livro, nove trabalhos. Efetivamente, a análise de Pateman revela a dimensão mais profunda e essencial do patriarcado dando-lhe um significado sobre o qual a maioria de suas (seus) utilizadoras(es) ignoram. Além disto, esta autora ressignifica outras questões, presumivelmente apenas circundantes. Imputa-se, via de regra, uma responsabilidade quase exclusiva à socialização sofrida pelas mulheres a submissão destas. Pateman dispõe de outro argumento. "A percepção que as mulheres têm de si mesmas não é, como muitas explicações famosas fazem supor, uma consequência da 'socialização'; pelo contrário, sua consciência reflete exatamente sua posição estrutural como mulheres e esposas. (...) Um marido expressou claramente a lei do direito sexual masculino ao comentar: 'eu não tenho um cachorro, eu mesmo lato' " (p. 210).

Obviamente, a socialização faz parte deste processo de se tornar mulher/esposa. Mas não se trata apenas daquilo que as mulheres introjetam em seu inconsciente/consciente. Trata-se de vivências concretas na relação com homens/maridos. Tanto assim é que, nas sociedades ocidentais modernas, a mulher perde direitos civis ao casar. Data de 27/08/1962, no Brasil, a Lei 4.121, também conhecida como estatuto da mulher casada. Até a promulgação desta lei, a mulher não podia desenvolver atividade remunerada fora de casa sem o consentimento de seu marido, dentre outras limitações. Era, literal e legalmente, tutelada por seu cônjuge, figurando ao lado dos pródigos e silvícolas, quanto à sua relativa incapacidade civil. Ainda hoje, não tem o direito de viajar para o exterior levando um filho menor sem o consentimento do marido. A propósito desta questão, evoca-se o já citado texto de Mathieu, no qual ela trabalha, ampla e profundamente, a "consciência dominada" das mulheres.

A teoria do contrato, com efeito, lança muita luz na análise da dominação masculina. Afirma Pateman:

As mulheres têm que entrar no contrato de casamento, mas o contrato sexual exige que elas sejam incorporadas à sociedade civil em bases diferentes das dos homens. Estes criam a sociedade civil patriarcal e a nova ordem social fica estruturada em

duas esferas. A esfera privada é separada da vida civil pública e, ao mesmo tempo, faz e não faz parte da sociedade civil – e as mulheres são e não são parte da ordem civil. As mulheres não são incorporadas como 'indivíduos', mas como mulheres, o que, na história do contrato original, significa subordinados naturais – os escravos são uma propriedade. O contrato original é cumprido, e os homens têm o direito patriarcal reconhecido, somente se a submissão das mulheres na sociedade civil estiver assegurada. (p. 266-267).

Como tão-somente o contrato gera relações livres, presumindo igualdade de condições das partes, é necessário incorporar as mulheres à sociedade civil por meio de um contrato. Entretanto, simultaneamente, é preciso que este contrato reconheça e reafirme o direito patriarcal. Assim, no pensamento político contemporâneo, a subordinação civil ganhou o nome de liberdade por meio da negação da interdependência entre liberdade civil e direito patriarcal. Tem razão a autora em pauta, quando enuncia:

O patriarcado contratual moderno tanto nega quanto pressupõe a liberdade das mulheres, e não funciona sem esse pressuposto. A recuperação da história do contrato sexual permite o acesso a essa percepção extremamente importante. (...) O debate político tem que abandonar as histórias das origens e dos contratos originais ... Voltar-se para um ato primitivo é obscurecer a distinção entre a liberdade e a sujeição. Há outras formas de acordo livres pelas quais as mulheres e os homens podem instituir relações políticas ... (...) A fim de que o domínio dos homens seja substituído pela autonomia mútua das mulheres e dos homens, a liberdade individual tem de ser limitada pela estrutura das relações sociais, às quais a liberdade é inerente. (p. 339-340).

Sem dúvida, a abordagem das relações de gênero via teoria do contrato permite adentrar certos meandros importantes, que sempre, ou quase sempre, passam despercebidos. Não se pode esperar que esta perspectiva de análise aponte o melhor caminho para a construção de uma sociedade igualitária. Todavia, como esta abordagem se aprofunda no que é essencial na ordem patriarcal, permite a formulação de estratégias de luta que, talvez, possam queimar certas etapas e, portanto, apressar o processo.

O argumento final aqui desenvolvido em favor das idéias até agora defendidas girará em torno da recusa do uso exclusivo do conceito de gênero. Por que este conceito teve ampla, profunda e rápida penetração não apenas no pensamento acadêmico, mas também no das(os) militantes feministas e, ainda, em organismos internacionais? Efetivamente, o Banco Mundial só concede verbas a projetos que apresentem recorte de gênero. Residiria a resposta tão-somente na necessidade percebida de alterar as relações sociais desiguais entre homens e mulheres? Mas o conceito de patriarcado já não revelava este fenômeno, muito antes de o de gênero ser cunhado? Não estaria a rápida difusão deste conceito vinculada ao fato de ele ser infinitamente mais palatável

que patriarcado e, por conseguinte, poder ser considerado)? Estas perguntas apontam para uma resposta: o conceito de gênero, ao contrário do que afirmaram muitas(os), é mais ideológico do que o de patriarcado.

Como não se é a favor de jogar fora o bebê com a água do banho, defende-se:

1. utilidade do conceito de gênero, mesmo porque ele é muito mais amplo do que o de patriarcado, dando conta dos 250 mil anos da humanidade;
2. uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios;
3. impossibilidade de mera e redutora substituição de um conceito por outro, o que tem ocorrido nessa torrente bastante ideológica dos últimos dois decênios.

Nem sequer abstratamente se podem conceber sociedades sem representação do feminino e do masculino. Descobertas recentes sobre a capacidade de aprender dos animais, indicam que se pode levantar a hipótese de que os hominídeos já fossem capazes de criar cultura. Não se precisa, no entanto, ir tão longe, podendo-se examinar, embora ligeiramente, o processo de diferenciação que está na base da terceira esfera ontológica: o ser social. A esfera ontológica inorgânica constitui condição *sine qua non* do nascimento da vida. Uma proteína, provavelmente, deu origem à esfera ontológica orgânica. Diferenciações nesta esfera geraram seres sexuados. O sexo, desta forma, pertenceu, originariamente, apenas à esfera ontológica orgânica. À medida que a vida orgânica ia se tornando mais complexa, ia, simultaneamente, surgindo a cultura. Os hominídeos desceram das árvores, houve mutações e a cultura foi-se desenvolvendo. É pertinente supor-se que, desde o início deste processo, foram sendo construídas representações do feminino e do masculino. Constituí-se, assim, o gênero: a diferença sexual, antes apenas existente na esfera ontológica orgânica, passa a ganhar um significado, passa a constituir uma importante referência para a articulação das relações de poder. A vida da natureza (esferas ontológicas: inorgânica e orgânica), que, no máximo, se reproduz, é muito distinta do ser social, que cria sempre fenômenos novos. Como afirma Tertulian, a propósito da obra magna de Lukács:

... a primeira é dominada pela causalidade espontânea, não teleológica por definição, enquanto a segunda é constituída através dos atos finalísticos dos indivíduos. Mas a conexão indissolúvel entre o finalismo e a causalidade lhe permite demonstrar tanto o caráter de irreducibilidade do mundo dos valores, que é produto da consciência 'ponente' (os fins nunca são apenas epifenômenos da causalidade natural) como o necessário enraizamento dos valores na rede das cadeias causais, objetivas e subjetivas" (p. 63) ... as posições teleológicas são duplamente condicionadas: autocondicionadas pela consciência que põe, que age impulsionada pelas necessidades e pelos projetos individuais, e heterocondicionadas pelas determinações objetivas do real (1996, p. 64).

A ontologia lukácsiana permite ver, com nitidez, que os seres humanos, não obstante terem construído e continuarem a construir uma esfera ontológica irreducível à natureza, continuam a pertencer a esta unidade, que inclui as três esferas ontológicas. Mais do que isto, Lukács distingue dois tipos de posições teleológicas: as posições que

incidem sobre a natureza, visando à satisfação das necessidades, por exemplo, econômicas; e as posições cujo alvo é a consciência dos outros, na tentativa de modelar-lhes a conduta. Está aqui, sem dúvida, a "consciência dominada" das mulheres (MATHIEU, 1985) e, ao mesmo tempo, sua possibilidade de escapar de seu destino de gênero. Com efeito, para Lukács, não existe igualdade entre as intenções de um agente social e seu resultado, exatamente porque outros *socii* atuam sobre o primeiro. Enfim, não há coincidência exata entre intenção e o resultado que produz, em virtude da pluralidade de intenções/ações presentes no processo interativo. Situado num terreno muito distinto do de Weber, o Lukács da *Ontologia* enfatiza o fato de o resultado das intenções individuais ultrapassá-las, inscrevendo-se na instância causal e não teleológica, o que abre espaço para as contingências do cotidiano.

Objetivando contrapor uma concepção aberta do ser à concepção fechada, decidido a demolir as velhas interpretações necessitaristas do cosmos e da sociedade para abrir caminho a uma verdadeira filosofia da liberdade, Lukács utiliza os resultados de várias ciências para demonstrar que a concepção do mundo como totalidade fechada está definitivamente abolida. A ontologia que ele preconiza concebe o ser como uma interação de complexos heterogêneos, em perpétuo movimento e devir, caracterizada por uma mistura de continuidade e descontinuidade, que produz incessantemente o novo e cuja característica fundamental é a irreversibilidade. (TERTULIAN, p. 67).

Quando a consciência humana se projetou sobre a natureza, introduzindo a marca do nexos final nas cadeias causais objetivas, teve origem o ato intencional, teleológico, finalista. Desta sorte, a teleologia é uma categoria histórica e, portanto, irredutível à natureza. Deste ângulo, o gênero inscreve-se no plano da história, embora não possa jamais ser visto de forma definitivamente separada do sexo, inscrito na natureza. Ambos fazem parte desta totalidade aberta, que engloba natureza e ser social. Corpo e psique, por conseguinte, constituem uma unidade. Como praticamente a totalidade das teorias feministas não ultrapassa a gnosiologia, permanecendo no terreno das categorias meramente lógicas ou epistemológicas, não dá conta da riqueza e diversidade do real. Revelam-se, por isso, incapazes de juntar aquilo que o cartesianismo sistematizou como separado. O gênero independe do sexo apenas no sentido de que não se apóia necessariamente no sexo para proceder à formatação do agente social. Há, no entanto, um vínculo orgânico entre gênero e sexo, ou seja, o vínculo orgânico que torna as três esferas ontológicas uma só unidade, ainda que cada uma delas não possa ser reduzida à outra. Obviamente, o gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico. Não seria o gênero exatamente aquela dimensão da cultura por meio da qual o sexo se expressa? Não é precisamente por meio do gênero que o sexo aparece sempre vinculado ao poder?

As evidências históricas, como já se mostrou, caminham no sentido da existência de um poder compartilhado: papéis sociais diferentes, mas não desiguais. Ainda que isto cause engulhos nas(os) teóricas(os) posicionadas(os) contra a diferença sexual, na

gênese, ela teve extrema importância. Esta, aliás, constitui uma das razões pelas quais se impõe a abordagem ontológica. Ao longo do desenvolvimento do ser social, as mediações culturais foram crescendo e, portanto, deixando cada vez mais remota e menos importante a diferença sexual. Como, porém, o ser social não poderia existir sem as outras duas esferas ontológicas, não se pode ignorá-las. Mais do que isto, o ser humano consiste na unidade destas três esferas, donde não se poder separar natureza de cultura, corpo de mente, emoção de razão etc. É por isso que o gênero, embora construído socialmente, caminha junto com o sexo. Isto não significa atentar somente para o contrato heterossexual. O exercício da sexualidade é muito variado; isto, contudo, não impede que continuem existindo imagens diferenciadas do feminino e do masculino. O patriarcado refere-se aos milênios da história mais próxima nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, "neutralizando" a exploração-dominância masculina. Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito. Desta sorte, trata-se de conceito crescentemente preciso, que prescindir das numerosas confusões de que tem sido alvo.

Chegou-se a uma situação paradoxal: teóricas feministas atacando o conceito de patriarcado e teóricos feministas advogando seu uso. A título de ilustração, veja-se o que afirmam Johnson e Kurz.

O patriarcado é pleno de paradoxo, o mínimo sendo o fato de que ele existe mesmo. (...) Apesar de tudo (avanços), estamos presos no patriarcado, cercados pelo preconceito e pela opressão de gênero, fundamentalmente na desigualdade. Que tipo de máquina social poderia criar e manter tal sistema opressivo face todas as boas razões que existem contra ele? Por que patriarcado?" (JOHNSON, p. 24) (...) "Mais do que qualquer outra coisa, o patriarcado é baseado no controle como um princípio nuclear em torno do qual são organizadas sociedades inteiras. O que preside o patriarcado enquanto um sistema – o que alimenta a competição, a agressão e a opressão – é uma relação dinâmica entre controle e medo. ... embora usualmente pensemos o patriarcado em termos de homens e mulheres, ele diz mais respeito ao que se passa entre homens. A opressão das mulheres é certamente uma parte importante do patriarcado, mas, paradoxalmente, esta pode não ser a peculiaridade do patriarcado (p. 26).

... o patriarcado está longe de ser verificado em todas as culturas. Na história sempre houve sociedades que conheceram uma relação bastante igualitária entre os sexos. (...) ... a pesquisa histórica e sociológica feminista descobriu há tempos que a desvantagem e a depreciação da mulher na modernidade não representam nem um 'resquício' de relações pré-modernas nem uma simples vindicação masculina do

poder, mas radicam profundamente nessas próprias relações modernas. Isso porque o moderno sistema produtor de mercadorias não é tão universal como parece ser. Ele tem de certa forma um reverso, que permanece obscuro na sociologia oficial. Refiro-me a todos os âmbitos e aspectos da vida que não se deixam exprimir em dinheiro. E esse reverso do sistema é tudo menos sexualmente neutro, pois dele basicamente as mulheres foram feitas responsáveis. (KURZ, 2000, p. 12).

Como a teoria é muito importante para que se possam operar transformações profundas na sociedade, constitui tarefa urgente que as teóricas feministas se indaguem: a quem serve a teoria do gênero utilizada em substituição à do patriarcado? A urgência desta resposta pode ser aquilatada pela premência de situar as mulheres em igualdade de condições com os homens. É evidente, que esta luta não pode (nem deveria) ser levada a cabo exclusivamente por mulheres. O concurso dos homens é fundamental, uma vez que se trata de mudar a relação entre homens e mulheres. Todavia, é a categoria dominada-explorada que conhece minuciosamente a engrenagem patriarcal no que ela tem de mais perverso. Tem, pois, obrigação de liderar o processo de mudança. Recusando-se, no entanto, a enxergar o patriarcado ou recusando-se a admiti-lo, a maioria das teóricas feministas dá dois passos para trás:

1. não atacando o coração da engrenagem de exploração-dominação, alimenta-a;
2. permite que, pelo menos alguns homens, encarnem a vanguarda do processo de denúncia das iniquidades perpetradas contra mulheres e mostrem o essencial para a formulação de uma estratégia de luta mais adequada.

Ainda que as teóricas feministas também desejem construir uma sociedade igualitária do ângulo do gênero, o resultado da interação de todos esses agentes sociais será necessariamente diverso de suas intenções, lembrando Lukács. É necessário precaver-se no sentido de impedir que a resultante da ação coletiva fique aquém, ou muito aquém, do fim posto. E a teoria desempenha papel fundamental neste processo.

Embora trabalhando em outro campo epistêmico, a leitura de pequeno excerto de Lévi-Strauss poderá permitir ao leitor visualizar o ponto originário do gênero.

A proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural... Constitui o passo fundamental graças ao qual, pelo qual, mas, sobretudo, no qual se realiza a passagem da natureza à cultura. Em certo sentido pertence à natureza porque é uma condição geral da cultura e, por conseguinte, não devemos nos espantar em vê-la conservar da natureza seu caráter formal, isto é, a universalidade. Mas, em outro sentido também já é a cultura, agindo e impondo sua regra no interior de fenômenos que não dependem primeiramente dela. Fomos levados a colocar o problema do incesto a propósito da relação entre a existência biológica e a existência social do homem e logo verificamos que a proibição não depende exatamente nem de uma nem de outra. ...a proibição do incesto constitui justamente o vínculo que as une uma à outra. Mas, esta união não é nem estática nem arbitrária... é menos uma união do que uma transformação ou passagem. Antes dela a cultura ainda não está dada. Com ela, a natureza deixa de existir no homem, como um reino soberano. A proibição do incesto é o processo pelo qual a natureza se

ultrapassa a si mesma. ...forma-se uma estrutura de novo tipo, mais complexa, e se superpõe, integrando-as, às estruturas mais simples da vida psíquica, assim como estas se superpõem, integrando-as, às estruturas, mais simples que elas próprias, da vida animal. Realiza, e constitui por si mesma, o advento de uma nova ordem.

A formulação de políticas públicas dirigidas às mulheres, visando ao estabelecimento da igualdade social entre elas e os homens, exige que se conheça, a fundo, a história das relações entre eles – os indivíduos – e elas – as subordinadas. Os estudos feministas caminharam tanto, que já não se pode aceitar meramente uma análise dos papéis sociais, desempenhados por eles e por elas. O conhecimento das origens deste “patriarcado moderno (...) fraternal, contratual (...), [que] estrutura a sociedade civil capitalista” (Pateman, p.45), é fundamental para o domínio dos meandros da sociedade como um todo e, por conseguinte, para capacitar a todos a participar desta empreitada e/ou a entender transformações que afetarão, profundamente, suas vidas. Urge que a educação, em todos os níveis, seja oferecida ao povo brasileiro, com recorte de gênero e enfoque democrático, ou seja, em direção à igualdade social entre homens e mulheres, brancos e negros, abastados e pobres. Em si mesmo, este enfoque deve integrar o próprio ato educacional interessado na construção de uma democracia plena. Ademais, existiria outro caminho para a eliminação ou, pelo menos, uma drástica redução da violência?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRY, Kathleen. (1984). *Female sexual slavery*. Nova Iorque e Londres: New York University Press.
- _____. (1993). *The prostitution of sexuality*. Nova Iorque e Londres: New York University Press.
- BEAUVOIR, Simone (s/d) *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. A primeira edição, em francês, é de 1949.
- BERTAUX, Daniel. (1977). *Destins personnels et structure de classe – Pour une critique de l'anthropologie politique*. Vendôme: Presses Universitaires de France; (1979) *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe – Para uma crítica da antropologia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BRIDENTHAL, Renate, KOONZ, Claudia. (1977). *Becoming visible: women in european History*. Boston, MA: Houghton Mifflin.
- CARROLL, Berenice. (1976). *Liberating women's history: theoretical and critical essays in women's history*. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- CHAUÍ, Marilena. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência in: Várias autoras, *Perspectivas antropológicas da mulher* Nº 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 25-62.
- CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry. (1964). *Images de la femme dans la société*. Liège: Les Éditions Ouvrières.
- DAWSON, Kipp et alii. (1971). *Kate Millett's sexual politics – a marxist appreciation*. Nova Iorque: Pathfinder Press, Inc.

EISENSTEIN, Zillah (org.). (1979). *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. Nova Iorque e Londres: Monthly Review Press.

FIGES, Eva. (1970). *Patriarchal attitudes*. Nova Iorque: Stein and Day.

FIRESTONE, Shulamith (1972) *The dialectic of sex*. Nova Iorque: Bantam Books.

FISHER, Elizabeth (1979) *Woman's creation: sexual evolution and the shaping of society*. Garden City, NY: Doubleday.

FOUCAULT, Michel (1976) *Histoire de la sexualité – la volonté de savoir*. França: Éditions Gallimard. Outros livros do mesmo autor também abordam a questão.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1972) Sobre o conceito de tradição. *CADERNOS* N° 5, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, USP, p. 9-41.

GIMBUTAS, Marija (1982) *Godesses and gods of old Europe*. Kerkeley, CA: University of California Press.

GODELIER, Maurice. (1982). *La production des grans hommes*. Paris: Librairie Arthème Fayard.

GREGORI, Maria Filomena (1989) Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. *Novos Estudos CEBRAP*, N° 23, p. 163-175.

GUILLAUMIN, Colette. (1978). Pratique du pouvoir et idée de Nature, *Questions féministes*, N° 2, p. 5-30, e N° 3, p. 5-28, Paris.

HARDING, Sandra. (1986). The instability of the analytical categories of feminist theory, *signs – a journal of women in culture and society*, vol. 11, N° 4, p. 645-664, Chicago.

HARTMAN, Mary S. & BANNER, Lois (orgs.). (1974). *Consciousness raised: new perspectives on the history of women*. Nova Iorque: Harper & Row.

HARTMANN, Heidi. (1979a). The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union, capital and class, N° 8, p. 1-33. Versão muito semelhante foi publicada em 1981 in: SARGENT, Lydia (org.) *Women and revolution – a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South End Press, p. 1-42.

_____. (1979b). Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex in: EISENSTEIN, Zillah R. (org.) *op.cit.*, p. 206-247.

JANEWAY, Elizabeth (1971) *Man's world, woman's place: a study in social mythology*. Nova Iorque: Morrow.

_____. (1980). *Sexism: the male monopoly on history and thought*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.

JOHNSON, Allan G. (1997). *The gender knot: unraveling our patriarchal legacy*. Filadélfia: Temple University Press.

JÓNASDÓTTIR, Anna G. *El poder del amor. Le importa el sexo a la democracia?* Madri: Ediciones Cátedra, S.A.

KERGOAT, Daniele. (1978). Ouvriers = ouvrières?, *Critiques de l'économie politique*, Nouvelle série n° 5, Paris, p. 65-97.

_____. (1982). Em defesa de uma sociologia das relações sociais in: *O sexo do trabalho*. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, p.79-93.

_____. (1996). Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho in: LOPES, M.J.M., MEYER, D.E., WALDOW, V.R. (orgs.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 19-27.

KOEDT, A., LEVINE, E., RAPONE, A. (1973) *Radical feminism*. Nova Iorque: The New York Times Book Co.

KURZ, Robert. (2000). O eterno sexo frágil, *Mais!, Folha de S. Paulo*, 09/02/2000, p. 12.

LERNER, Gerda. (1979). *The majority finds its past: placing women in history*. Nova Iorque: Oxford University Press.

_____. (1986). *The creation of patriarchy*. Nova Iorque: Oxford University Press.

LESSA, Sergio. (1997). *A ontologia de Lukács*. Maceió: UFAL.

LUKÁCS, Georg. (1976-81). *Per una ontologia dell'essere sociale*. Roma: E. Riuniti.

MARX, Karl. (1957). *Contribution à la critique de l'économie politique*. Introduction. Paris: Éditions Sociales, p. 149-175.

MATHIEU, Nicole-Claude. Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques-unes de leurs interprétations en ethnologie. In: MATHIEU, N.-C. (org.) *L'arraisonnement des femmes*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 169-245.

MEILLASSOUX, Claude. (1975). *Femmes, greniers & capitaux*. Paris: François Maspéro.

MELLAART, James. (1964). Excavations at Catal Hüyük: 1963, Third Preliminary Report. *Anatolian Studies*, vol. 14, p. 39-120, *apud* Lerner, 1986.

_____. (1966). Excavations at Catal Hüyük: 1965, Fourth Preliminary Report. *Anatolian studies*, vol. 16, p. 165-192, *apud* Lerner, 1986.

MILLETT, Kate. (1969, 1970). *Sexual politics*. Nova Iorque: Doubleday and Company, Inc.; (1971) *La politique du Mâle*. Paris: Stock.

MILKMAN, Ruth. (1985). *Women, work & protest – a century of U.S. women's labor history*. Boston, MA: Routledge & Kegan Paul plc.

MITCHELL, Juliet. (1966). Women: the longest revolution. *New Left Review*, Londres, N° 40, p. 11-37.

_____. (1971). *Woman's estate*. Nova Iorque: Pantheon Books.

_____. (1974). *Psychoanalysis and feminism*. Nova Iorque: Pantheon Books.

PARSONS, Talcott (1965) The normal american family in: FARBER, S.M., MUSTACCHI, P. WILSON, R.H.L. (orgs.) *Men and civilization: the family's search for survival*. Nova Iorque: McGraw-Hill, p. 31-50.

PATEMAN, Carole. (1993). *O contrato sexual*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A.

PINKER, Steven. (1999). *Como a mente funciona*. São Paulo: Companhia das Letras.

REED, Evelyn. (1969). *Problems of Women's Liberation*. Nova Iorque: Merit Publishers.

RUBIN, Gayle. (1975). The Taffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, Rayna R. (org.) *Toward na anthropology of women*. Nova Iorque: Monthly Review Press, p. 157-210.

SAFFIOTI, H.I.B. (1969a). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora.

_____. (1969b). *Professoras primárias e operárias*. Araraquara: UNESP, mimeo.

_____. (1977). Mulher, modo de produção e formação social, *Contexto*, N° 4, Novembro, São Paulo, p. 45-57.

_____. (1987). *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna.

_____. (1988). Movimentos sociais: face feminina in: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.) *A condição feminina*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda./Edições Vértice, p. 143-178.

_____. (1991). Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, M.A. (org.) *Mulher em seis tempos*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, p. 141-176.

_____. (1993). Circuito Cerrado: Abuso sexual incestuoso in: *Vigiladas y castigadas*. Lima: CLADEM, p. 167-213. Edição brasileira: Circuito Fechado: Abuso sexual incestuoso in: *Mulheres: vigidas e castigadas*. São Paulo: CLADEM, 1995.

- _____. (1996). No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual in: MADEIRA, Felícia R. (org.) *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/UNICEF, p. 135-211.
- _____. (1997a). Equidade e paridade para obter igualdade, *O Social em Questão*, Nº 1, Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio, Jan./Jun., 1997.
- _____. (1997b). No caminho de um novo paradigma. *Paper* apresentado na Mesa Redonda ANÁLISES DE GÊNERO CONSTRUÍRAM PARADIGMAS METODOLÓGICOS?, no XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro/97.
- _____. (1998). Prefácio a MORAES SILVA, M.A. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora UNESP, p. 5-9.
- _____. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____. e ALMEIDA, S.S. (1995) *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda.
- SARGENT, Lydia (org.) (1981). *Women and revolution – a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South End Press.
- SARTRE, Jean-Paul. (1997). *O ser e o nada*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. A primeira edição, em francês, é de 1943.
- SCOTT, Joan W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis, *American historical review*, Vol. 91, Nº 5. Também publicado em HEILBRUN, Carolyn G., MILLER, Nancy K. (orgs.) (1988) *Gender and the politics of history*. Nova Iorque: Columbia University Press, p. 28-50. Versão brasileira: Gênero: uma categoria útil de análise histórica, *Educação e realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- STOLLER, Robert (1968) *Sex and gender*. Nova Iorque: Aronson.
- TERTULIAN, Nicolas (1996) Uma apresentação à *ontologia do ser social*, de Lukács, *Crítica Marxista*, São Paulo, Editora Brasiliense S.A., Vol. 1, nº 3, p. 54-69.
- TORMEY, Judith Farr. (1976). Exploitation, oppression and self-sacrifice. In: GOULD, C., WARTOFSKY, M. (orgs.) *Women and philosophy. Toward a theory of liberation*. Nova Iorque: Capricorn Books.
- WEBER, Max. (1964). *Economía y sociedad*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- _____. (1965). *Essais sur le théorème de la science*. Paris: Librairie Plon; Versão norte-americana (1949): *The Methodology of the social sciences*. Nova Iorque: The Free Press of Glencoe. Versão brasileira (1993): *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora.
- WHITBECK, Caroline. (1983) A different reality: feminist ontology. In: GOULD, Carol C. (org.) *Beyond domination – new perspectives on women and philosophy*. Totowa: Rown & Allanheld, p. 64-88.
- YOUNG, Iris. (1981). Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory in: SARGENT, *op. cit.*

TRAJETÓRIA DOS FEMINISMOS: INTRODUÇÃO A ABORDAGEM DE GÊNERO

Maria de Fátima Guimarães

DIRETORA E PROFESSORA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, PERNAMBUCO; COORD. DO GRUPO DE ESTUDO GÊNERO E HISTÓRIA DO DEP. DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, BRASIL

Os conceitos, bem como as palavras que os denominam, são históricos, sendo criados e mudados ao longo do tempo. Por isso, situá-los temporalmente é um passo importante para compreendê-los. É com esse enfoque que buscamos, neste texto, "historicizar" a palavra e o conceito 'gênero'¹.

De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001:1441), a palavra gênero já é encontrada no século XV, conforme *Índice do Vocabulário de Português Medieval*. Ainda segundo o mesmo dicionário, gênero é um "conceito geral que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres ou de objetos". Entre todos os significados atribuídos ao termo gênero, não existe nesse dicionário nenhuma referência que expresse a maneira utilizada, a partir de 1970, pelas feministas, que passaram a usá-lo como forma de entender e referir-se à organização social da relação entre os sexos, e como forma de resistência ao "determinismo biológico implícito no uso dos termos como sexo ou diferença sexual", portanto, passando a "ênfatisar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" (SCOTT, 1996:1). Como reclama o movimento feminista, o conceito gênero em seu uso mais recente, como instrumento de análise, ainda não tem espaços nos dicionários.

O conceito 'gênero', formulado na academia na década de 1970, é historicamente fruto do movimento feminista contemporâneo. Contudo suas raízes são bem mais profundas, o que nos mostra a necessidade de recuperar na história do feminismo o momento de sua incorporação e da utilização da palavra gênero, para melhor compreender seus desdobramentos teórico-metodológicos e políticos.

¹ Acreditamos que as palavras têm história e que, portanto, elas nascem através de seu uso, antes mesmo de seu ingresso oficial na Língua ser devidamente registrado nos dicionários. Por isso, optamos, neste texto, por utilizar alguns termos ainda não oficializados (como historicizar, por exemplo), entendendo que eles representam melhor a idéia, que nos propomos a passar, que os vocábulos já oficiais. E evidenciamos tal situação, grafando o termo entre "aspas".

Ao longo da história, mulheres e homens tiveram atitudes e comportamentos que denunciavam a desigualdade entre os sexos, mas essas ações não foram coletivamente estabelecidas e, mesmo sendo consideradas feministas, não constituíram um movimento organizado. O movimento feminista, como ação organizada de caráter coletivo, que tem como objetivo combater a particular situação de subordinação das mulheres, surgiu no meio das mudanças que marcaram a história da Europa ocidental a partir do século XVIII. Vinculou-se ao desenvolvimento da democracia e a uma quantidade de fatos históricos da época da Ilustração, da Revolução Americana e da Revolução Francesa. Tendo raízes anteriores a esse período.

Algumas estudiosas (SLEDZIEWSKI, 1991; MOLLINA, 1994; MIGUEL, 1995) citam a obra do filósofo Ponlain de la Barre como um marco teórico inicial do feminismo. Nos anos de 1673, 1674 e 1675, foram publicados vários textos de autoria de Ponlain de la Barre, polemizando com os partidários da inferioridade das mulheres. A idéia desse autor é que a desigualdade entre homens e mulheres não é consequência da desigualdade natural baseada na biologia, mas, pelo contrário, é a desigualdade social e política que produz teorias que postulam a inferioridade da natureza feminina.

Neste sentido, Enrique Gomáriz (1992:88) assinala que é a partir do conceito de Estado Moderno de Thomas Hobbes em seu *Leviatã* (1661), que se pensa a Revolução Liberal. Os principais mentores dessa revolução (LOCKE, HOBBS, ROUSSEAU, MONTESQUIEU) tinham idéias diferentes sobre a posição das mulheres na sociedade: Hobbes e Locke reconheciam os direitos das mulheres somente quando rainhas ou pertencentes à alta nobreza, enquanto Rousseau e Montesquieu eram partidários de que a natureza humana, de uma forma ou de outra, determinava que as mulheres deviam ser subordinadas ao homem.

No século XVIII, cristalizou-se a idéia de que a desigualdade individual e coletiva não é um fato natural, e sim histórico. *O discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*, de Jean-Jacques Rousseau, mostrou que a desigualdade, longe de ser um fato natural, é uma produção social, política e econômica. Rousseau tornou-se um defensor radical da igualdade política e econômica entre os homens, e se tornou também um teórico da "feminilidade", ao não estender às mulheres a igualdade, que com tanto afincou defendia para os homens. A elas atribuía uma tarefa natural de esposa e mãe, para corresponder às necessidades do esposo e formar "bons" cidadãos, e um espaço natural adequado às mulheres, o doméstico. Rousseau acreditava que, assim como a sociedade está dividida em dois sexos, deve estar dividida em dois espaços: o espaço público aos homens e o espaço privado e doméstico às mulheres.²

² Sobre o assunto, ver entre outras obras de Rousseau: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*. Portugal: Publicações Europa-América, 1990 e, ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Cartas a Sofia. Correspondência filosófica y sentimental*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

A idéia de que o gênero é uma construção social consolidou-se na Ilustração. A partir desse momento, houve reivindicações feministas por igualdade política e jurídica para as mulheres. Nesse sentido, três outros textos juntaram-se aos de Polain de la Barre e, mesmo com tons distintos, são considerados importantes para o feminismo: um de Condorcet, um de Olympe de Gouges e outro de Mary Wollstonecraft.

Condorcet, em análise publicada em 1790 no *Journal de la Société*, coloca a questão da exclusão das mulheres do direito de cidadania, tratando-a como um exemplo representativo do problema, mais geral, da desigualdade (SLEDZIEWSKI, 1991:50).

Olympe de Gouges, com a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs, redigida em 1791, faz uma denúncia da exclusão das mulheres, no tocante ao princípio do universalismo dos direitos. E faz uma crítica ao conceito de igualdade contido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada na França em 26 de agosto de 1789. A Declaração de Olympe não tenta uma universalidade para os sexos e suas denúncias são no sentido de uma complementaridade que seja igualitária. Requer que a diferença sexual não justifique a exclusão das mulheres do poder e da cidadania política, que haja uma participação política de homens e mulheres e igual dignidade para os dois sexos, como se podem constatar nos Artigos II e III:

Artigo II – O objetivo de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem, esses direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Artigo III – O princípio de toda a soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem: nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles. (GOUGES, 1971)

Nesses artigos, percebe-se com clareza a conotação política que orientava a ação de Olympe, além do que, no Posfácio da Declaração, ela clama as mulheres a se organizarem:

Ó mulheres! Mulheres, quando deixareis de ser cega? Quais são as vantagens que tirastes da Revolução? Um desprezo mais evidente, um desdém maior. Nos séculos de corrupção reinastes apenas sobre a fraqueza dos homens. Vosso império está destruído, que vos resta então? (GOUGES, 1971)

Essa convocação era a resposta às mudanças introduzidas pela Revolução Francesa que afetavam negativamente a vida das mulheres, às quais eram negados os direitos de cidadania. É importante observar a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs como um texto político. E mais ainda, como referente a uma população excluída da vida pública, que, além das reivindicações normais do corpo social geral, tinha as específicas de sua natureza socialmente produzida. O texto de Olympe tem uma conotação eminentemente política e se centra no compromisso militante e na luta contra a tirania dos homens.

Mary Wollstonecraft, escritora feminista inglesa, publicou em 1792 *Vindications for the rights of woman*, que nas palavras de Rosa Cobo é "um texto básico pelo qual o feminismo não se pode desvincular da Ilustração", afirmação com a qual estamos totalmente de acordo. Mary, nesse texto, defende a igualdade entre homens e mulheres, a luta radical contra os preconceitos, a exigência de uma educação igual para meninos e meninas, reclamando ainda a cidadania para as mulheres (COBO, 1994). Denuncia os pensamentos patriarcais de Rousseau, contrapondo-se às idéias dele sobre a natureza débil e inferior das mulheres e à associação das mulheres à natureza e dos homens à cultura.

O livro de Mary Wollstonecraft *Vindications for the rights of woman* foi traduzido livremente pela brasileira Nísia Floresta e publicado sob o título *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, em 1832, na cidade de Recife. A obra teve ainda três outras edições: 2ª edição - Porto Alegre, em 1833; 3ª edição - Rio de Janeiro, em 1839 e a 4ª edição - São Paulo, em 1989.

Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo adotado por Dionísia de Faria Rocha, republicana, abolicionista, destacada intelectual do período e uma das primeiras feministas brasileiras, precursora dos ideais de igualdade e independência da mulher brasileira, defendia mais educação e uma melhor posição social para as mulheres em nossa sociedade. Nísia publicou várias obras, entre elas: *Conselhos a minha filha*; *A lágrima de um Caeté*; *Dedicação de uma Amiga* e *Opúsculo Humanitário*. Publicou artigos em vários periódicos do país e do exterior. Realizou conferências defendendo a emancipação dos escravos, a liberdade de culto e a federação das províncias, com o sistema republicano. Inaugurou em 1838, no Rio de Janeiro, o Colégio Augusto, onde colocou em prática suas idéias sobre educação feminina. Seu projeto educativo voltado para as meninas combinava o tradicional ensino de trabalhos manuais com sólidos conhecimentos de português e de línguas estrangeiras, além de noções de geografia. Sua proposta inovadora recebeu grandes críticas dos educadores da época. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2000)

Deste modo, o feminismo vai se desenvolver tanto como teoria que supõe uma revisão crítica das construções teóricas que falam sobre as mulheres, manifestando que a tarefa destinada historicamente às mulheres não tem sua origem na natureza e sim na sociedade, quanto como movimento organizado de mulheres dispostas a combater sua particular situação de opressão.

As reivindicações das feministas do século XIX eram relativas à necessidade de inclusão das mulheres na vida pública. Elas se opuseram à exclusão de todas as atividades consideradas importantes para a sociedade. De acordo com Cristina Molina (1994), essa situação de exclusão das mulheres relaciona-se com a quebra das promessas da modernidade. Ou seja, a promessa da modernidade de liberação da humanidade,

celebrando o poder da razão com o triunfo da ciência natural. O que não se cumpriu, pelo menos no que se refere às mulheres.

Assim, o pensamento liberal, depois da Revolução Francesa, trabalhou no sentido de redefinir o espaço público e o privado, delimitando as esferas de atuação de mulheres e de homens, pois a distribuição e valorização de papéis entre os sexos eram desiguais e a mulher ficava no pólo dominado. Sob essa perspectiva, levava-se a cabo a sujeição das mulheres e, por conseqüência, consolidava-se a divisão sexual do trabalho e a subordinação das mulheres ao domínio dos homens através do uso do poder estatal: "Fuera de lo público no hay razón, ni ciudadanía, ni igualdad, ni legalidad, ni reconocimiento de los otros". (MOLINA, 1994:21)

Mesmo sabendo que a divisão sexual do trabalho é anterior à Revolução Industrial, foi na sociedade capitalista que ela se reorganizou e se intensificou, tendo como principal razão a separação entre o lugar de trabalho e o lugar de residência, novidade que passou a caracterizar as cidades. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, como a máquina a vapor, implantou-se uma concentração industrial que favoreceu amplamente a divisão sexual do trabalho. Esta repartição entre lugar de morar e lugar de trabalhar refletia a separação entre a produção social e a reprodução dos seres humanos. O espaço público e o da produção, o privado e o da reprodução humana, passaram a ser também, respectivamente, os espaços específicos de homens e de mulheres.

Não podemos perder de vista que um dos fatores mais importantes nascidos do sistema da Revolução Industrial foi o domínio do trabalho-mercadoria, que se materializou na fábrica, ao contrário do trabalho-utilidade, sem valor de troca, todavia indispensável à reprodução da força de trabalho realizado na casa - este foi o quinhão que coube às mulheres nessa nova forma da antiga divisão sexual do trabalho. Em tal reorganização dos papéis sexuais, aos homens correspondeu o mundo público, no qual se desenvolviam as tarefas produtivas e remuneradas, a participação política e a criação científica e cultural. Ao mundo privado, o das mulheres, correspondeu o espaço doméstico que era concebido como uma atividade secundária, pouco valorizada. As atividades mais importantes, com mais recursos, estavam no público, na esfera masculina.

Como já mencionamos, a Revolução Industrial e o Capitalismo reafirmam a desigualdade das relações entre os sexos. Ao mesmo tempo em que as mulheres das classes mais abastadas permaneceram no âmbito doméstico, representando também o *status* do homem (marido, pai), as oriundas das classes menos abastadas incorporaram-se maciçamente ao trabalho industrial. Estas eram mãos-de-obra mais baratas e tinham uma postura mais submissa do que os homens. Neste sentido, no que se refere à ação concreta em nível mundial, os primeiros grupos de mulheres que

se organizaram para lutar pela igualdade de direitos entre mulheres e homens desenvolveram suas ações a partir da inspiração da Revolução Francesa, sob os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. As mulheres encontraram nestes ideais inspirações para suas lutas. É bom registrar ainda que o movimento de mulheres, tal qual outros movimentos por emancipação do século XIX, mesmo tendo, como foi dito anteriormente, sua inspiração nas demandas igualitárias da Ilustração, surgiram também como respostas aos problemas gerados pela Revolução Industrial e pelo Capitalismo. A partir desses ideários, as mulheres fizeram da luta pelo sufrágio feminino sua maior preocupação. Para elas, a conquista do voto feminino poderia resolver outras questões discutidas na época, tais como o direito à propriedade, a reforma do matrimônio e as liberdades sexuais. (NYE, 1993)

Tais lutas se intensificaram e tiveram maior visibilidade no século XIX, na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, levadas a cabo pelo que se denominou feminismo liberal. Então, lutavam pelo sufrágio feminino e por uma maior presença das mulheres na vida social e política. No Brasil, no século XIX, registrou-se uma imprensa feminina³, reivindicando educação, trabalho e direitos iguais entre os sexos. Dentro dos princípios liberais, as brasileiras, como as norte-americanas, européias e de outros países de América Latina, apoiavam um maior desempenho do papel de mãe e de educadora dos futuros cidadãos como justificativa para seus direitos.

No século XIX, desde a área da Medicina até as das Ciências Sociais, a situação das mulheres não ficou fora do debate, mesmo que algumas correntes de pensamento partindo de teses "culturalistas" ou naturalistas fossem contrárias à igualdade de direitos das mulheres. Como exemplo, podemos mencionar as teses evolucionistas que tinham um grande peso na teoria social da época e apontavam a inferioridade das mulheres, discutindo entre outros temas a dimensão do cérebro feminino. Ao mesmo tempo, antropólogos como Morgan e Bachofen, mostravam, a partir de suas investigações, que o papel das mulheres não tinha necessariamente que ser o mesmo em todas as sociedades, em diferentes épocas históricas.

O debate sobre a situação das mulheres passou a fazer parte dos discursos científico, artístico, filosófico, religioso e político. Nessa linha de pensamento, estavam os socialistas que tinham como centro de seus aportes a situação econômica e social da classe trabalhadora. Os socialistas utópicos foram os primeiros a abordar a situação das mulheres, repudiando sua condição de submissão. Assim, além dos saint-simonianos Fourier e Owen, destaca-se Flora Tristan, que deu uma grande contribuição na construção do movimento operário no século XIX. Ela, em 1843, publicou *Union ouvrière* no qual dedica um capítulo à situação da mulher, chamando a atenção para as

³ Sobre o assunto, ver: HAHNE, 1981; TELLES, 1997; SIQUEIRA, 1995.

gravíssimas conseqüências da discriminação feminina na História da Humanidade: "Estou convencida de que todas as desgraças do mundo provêm desse esquecimento e desprezo que se notam até hoje em relação aos direitos das mulheres". (TRISTAN, 1986 apud. KONDER, 1994: 90)

O socialismo marxista ou científico, como passou a ser conhecido, tendo em Marx e Engels suas principais expressões, trouxe novas perspectivas para a discussão sobre a opressão feminina. As mulheres desta corrente de pensamento se inspiravam nas idéias de Friedrich Engels que, em sua obra redigida em 1884, *A origem da família da propriedade privada e do Estado*, identifica a origem da subordinação das mulheres ao surgimento das classes sociais, de forma que, com a supressão dessas classes se extinguiria a opressão. E sugere que, a incorporação das mulheres na produção facilitaria as bases de sua libertação.

O movimento feminino socialista teve na Alemanha, através de Clara Zetkin, um grande impulso. Clara dirigiu a revista feminina *Die Gleichheit* (Igualdade) e organizou em 1907 uma Conferência Internacional de Mulheres.

Um pouco mais tarde, o movimento conta com o impulso de Alexandra Kollontai, com a obra publicada em 1909 *As bases sociais da questão feminina*, inspirada em Engels e August Bebel, *A mulher e o socialismo*. Nessa obra, colocou a importância da igualdade entre homens e mulheres, mostrando sua direta relação com a revolução socialista, ao mesmo tempo em que registrava suas preocupações com a consolidação, no mundo socialista, dessas reivindicações (KOLLONTAI, 1982).

Seguindo as linhas de pensamento do século XIX, não podemos deixar de registrar a posição dos anarquistas em relação à situação das mulheres, mesmo o seu movimento não tendo apreciação teórica referente à defesa da igualdade entre os sexos. Cabe destacar, como o faz Ana de Miguel (1995), que uma das expressões desse movimento, Pierre J. Proudhon, manifestava na época posições antiigualitárias extremadas. Contudo, o anarquismo dessa época teve a participação de muitas mulheres que expressavam as idéias individualistas das quais eram oriundas. Estas idéias tinham como base a crença de que as mulheres se libertariam graças a sua própria força e seu esforço individual. Emma Goldman foi uma das mulheres que expressavam tal pensamento no final do século XIX. (MIGUEL, 1995)

A discussão sobre a situação das mulheres adquiriu novas dimensões a partir da Revolução Russa de 1917. Segundo essa visão não são as mudanças tópicas, defendidas pelas feministas liberais no plano da legislação e dos costumes, que vão deixar a sociedade mais igualitária; o fim do sistema de classes, inerente ao capitalismo burguês, é que vai permitir a plena e definitiva emancipação das mulheres.

As novas visões sobre a emancipação das mulheres contradiziam o discurso das sufragistas, fazendo com que na década de 1920 o movimento feminista se dividisse

em duas linhas de atuação: as feministas liberais e as feministas socialistas. Estas acreditavam que só uma revolução que mudasse radicalmente a sociedade tornaria possível a emancipação das mulheres.

Como resultado das lutas e reivindicações das sufragistas, a conquista do voto ocorreu em alguns dos Estados europeus, norte-americanos e latino-americanos, nas primeiras décadas do século XX. A França e a Itália foram os últimos a consegui-lo, em 1945 e 1946, respectivamente. No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932⁴. Mais que o voto, as lutas pelo sufrágio haviam conseguido igualdades formais que tenderam à equiparação legal entre mulheres e homens, embora na prática não houvesse mudanças significativas. Isso gerou "um abandono gradual por parte do feminismo da igualdade que adotou uma mentalidade mais conservadora". (MIYARES, 1994:85)

A modernidade tem sido uma produção dos homens para atender às suas necessidades, as mulheres foram incluídas em seu processo na medida em que a racionalidade abriu espaço à vida e à transparência e o mundo social ganhou maior visibilidade, sendo impossível ocultar a existência de sujeitos essenciais à produção e reprodução da vida cotidiana. Esta transparência, unida à pressão de uma grande massa de mulheres organizadas nos mais diversos movimentos, levou-as ao cenário político. Foram lutas das quais participaram diversas correntes de pensamento político, desde liberais até radicais de esquerda, todas em busca da igualdade entre os sexos. O cenário próprio para tudo isto foi a modernidade, como espaço racional de construção dos sujeitos indispensável à transformação da sociedade.

Foi, pois, na modernidade que se consolidou o processo de organização das mulheres passando o feminismo a integrar a perspectiva de mudança que envolveu a emancipação dos indivíduos das formas tradicionais da vida social. A recusa do esclarecimento em conferir à tradição um poder intelectual, moral e normativo das relações sociais uniu o feminismo com as promessas de reconstrução social, fazendo eco na modernidade. Nesse último século, com a ampliação dos direitos civis das mulheres (eleitorais e trabalhistas) cumpriu-se parte das promessas da modernidade.

NOVO FEMINISMO

No mundo ocidental, os anos de 1960 foram marcados pelos movimentos de questionamento dos grandes problemas contemporâneos. Neste sentido, a "Primavera de Praga" colocou a questão da liberdade no mundo do socialismo real. Os estudantes

⁴ A conquista do voto pelas mulheres no Brasil, em 1932, soaria como conservadora. Apesar da grande luta e mobilização de parcelas de mulheres que lutavam por seus direitos, só em 1946 as mulheres brasileiras vão efetivamente votar. Sobre o assunto ver: ALVES, 1980; HAHNER, 1981; TABACK e TOSCANO, 1982.

europeus fizeram o "maio" das revoltas para a transformação do ensino; o movimento hippie pregou a liberdade e o respeito à natureza. Ao mesmo tempo, novos questionamentos foram trazidos ao cenário da vida política e acadêmica: as classes sociais, as nações oprimidas, os preconceitos raciais, o mundo marginal tornaram-se objetos das preocupações políticas e das ciências humanas e sociais. Nos Estados Unidos, paralelamente à luta dos negros americanos contra a segregação racial e ao movimento político contra a guerra do Vietnã, ressurgiu o movimento feminista.

O feminismo contemporâneo, também chamado "novo feminismo", tem como principal inspiração as idéias expressas pela francesa Simone de Beauvoir em seu livro *O segundo sexo*, publicado em 1949. Nessa obra, a autora examina o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos de sua socialização, que a tornam alienada e submissa ao homem.

As mulheres norte-americanas, francesas, suecas, inglesas, italianas se organizaram e saíram às ruas tendo como palavras de ordem "o privado também é político", "nosso corpo nos pertence"... Esta nova onda do feminismo tinha como base o fato de que a mulher se descobre [...] e se quer como sujeito de sua vida, o que produz as mais diversas conseqüências políticas, econômicas e culturais. O feminismo advoga para as mulheres um espaço exclusivo de atuação política e de luta por interesses, percebidos como específicos. (FRANCHETO, 1981:16)

O "novo feminismo" surgido no Brasil nos anos 1970 caracterizou-se por algumas especificidades, que o diferenciava dos Estados Unidos e países da Europa, na década de 1960. As feministas brasileiras tinham os mesmos questionamentos que suas congêneres americanas e européias, como explicita Soares:

As feministas traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua subordinação e exclusão do poder, e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade. Sua concreção se dá a partir da construção de uma prática social que negue aqueles mecanismos, que impedem o desenvolvimento de uma consciência como ser autônomo que supere a exclusão. As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sociais seu objetivo central. (SOARES, 1981:15)

O feminismo "brasileiro" se diferenciava na defesa de propostas que não eram específicas da condição feminina, sem assumir posição radical como as que mobilizavam as mulheres daquelas sociedades. Isto se explica fundamentalmente pelas condições políticas em que se encontrava o Brasil, sob uma forte ditadura militar, e marcado por profundas desigualdades sociais. Não havia espaço para um "movimento de liberação das mulheres centrado exclusivamente em questões específicas das mulheres". (SOARES, 1981:15)

Ainda que o "novo feminismo" fosse herdeiro do movimento sufragista de fins do século XIX e começos do século XX, as mulheres perceberam que, ao conquistarem algumas de suas reivindicações, punham manifestas outras desigualdades mais

profundas e a complexidade do processo de subordinação da mulher. Foi a partir destas inquietações que o movimento ressurgiu com maior força. Primeiro nos Estados Unidos, e depois se estendendo rapidamente por países da Europa e América Latina. Nesse momento, o feminismo se diversificou em várias correntes de pensamento e de ações práticas como por exemplo: liberalismo, radicalismo, socialismo, entre outras.

OS DIVERSOS FEMINISMOS

Herdeiro direto da luta sufragista, o feminismo liberal emergiu nos Estados Unidos na década de 1960. Tinha como preocupação fundamental impulsionar políticas e medidas, a partir de instituições estatais e privadas, em favor da igualdade de direitos entre mulheres e homens. O feminismo liberal contava com organizações criadas na luta pelo sufrágio e com a Organização Feminista N.O.W. (Organização de Mulheres), co-fundada por Betty Friedan em 1966. Da corrente do feminismo liberal, destacamos Betty Friedan que publica em 1963 *The feminine mystique*, em que analisa a situação de submissão da mulher estadunidense do pós-guerra, centrada no cuidado da família e em seu próprio corpo-objeto, sem nenhum projeto pessoal. Estes problemas, com a repressão e a insatisfação individual, passaram a serem nomeados por Friedan “como problemas que não tem nome” (sic). Eles afetavam um grande número de mulheres, especialmente donas-de-casa da classe média, que começavam a tomar consciência da situação em que viviam.

O feminismo radical surgiu dos movimentos contestatórios norte-americanos dos anos 1960. Esta corrente faz uma crítica radical da cultura patriarcal e se define como anticapitalista, anti-racista e em luta contra a supremacia masculina. No âmbito do feminismo radical, houve uma grande proliferação de grupos com distintas posições práticas e teóricas. As principais teóricas das correntes radicais combinam sua formação com o materialismo histórico, do qual procediam, e com a obra de Simone de Beauvoir.

Kate Millett, uma das expressões teóricas do feminismo radical, publicou em 1970 o livro *Sexual politics*, partindo do fato de que o sexo é uma categoria social impregnada de política, sendo elemento básico do patriarcado, e mediante o qual o homem estabelece poder, perpetuando-se de maneira onipresente, no tempo e no espaço, graças à imbricação de práticas de socialização, construções ideológicas e meios institucionais sexistas. (MILLETT, 1975: 31-78)

Sulamith Firestone foi a teórica que mais caracterizou o feminismo radical e quem mais gerou polêmica. Em sua obra *The dialectic of sex* (1971), ela teoriza, partindo da convicção de que toda a opressão social se assenta sobre a desigualdade sexual, que por sua vez deriva da experiência dolorosa da maternidade e que gera o sistema de classes e o racismo. Firestone formulou o feminismo como um projeto radical que deveria ir à raiz da opressão.

O feminismo socialista centra sua discussão na origem da opressão/exploração das mulheres. É herdeiro do feminismo socialista da década de 1920, porém, nesta nova conjuntura, assume características diferentes: segue a tradição marxista, mas reconhece que as categorias econômicas do marxismo não são suficientes para entender e explicar a opressão da mulher. A essa, soma-se outra questão: é necessário revelar o caráter das relações entre mulheres e homens, mas a análise feminista radical, por si só, é inadequada para tal e, portanto, não resolve o problema. Partindo destas colocações, as feministas socialistas combinam as duas análises: o marxismo, com seu método histórico e materialista, e o feminismo radical, com sua compreensão das relações patriarcais, para conformar as teorias do feminismo socialista.

Fazendo uma retrospectiva no pensamento e ação feministas a partir dos anos 1960, encontramos além das três correntes de pensamento acima citadas, outras posturas com as quais as feministas dessas e de outras correntes tentam entender e explicar a subordinação das mulheres, como por exemplo o feminismo da diferença. No campo da ação prática, os movimentos feministas, a partir de 1975, iniciaram uma nova fase de articulação internacional, com o estabelecimento das grandes conferências internacionais e a participação dos governos de diversos países: México em 1975, Copenhague em 1980, Nairobi em 1985 e Pequim em 1995, com a IV Conferência Mundial das Mulheres.

No final da década de 1970, o movimento começou a mudar suas formas de organização e mobilização, saiu das ruas com suas grandes manifestações, passando a institucionalidade sob forma de organizações, governamentais ou não. Além disso, a preocupação com a discriminação feminina passou a fazer parte das agendas dos governos de diversos países e de organismos internacionais. Em 1979 a “Convenção sobre a eliminação de toda forma de discriminação contra a Mulher” foi aprovada na Organização das Nações Unidas. A partir de 1981, a Convenção conta com um comitê coordenado pela ONU, que se encarrega de informar anualmente a situação das mulheres e as medidas tomadas pelos países para combater as desigualdades e as discriminações. Foi esse também o momento em que se introduziu a discussão sobre a discriminação positiva. Nesse momento também passou a se consolidar, nas estruturas universitárias de vários países, os estudos sobre as mulheres. Portanto, foi nesse contexto e na intercessão entre movimento feminista e academia, que se formulou na década de 1970 o conceito de gênero, que leva à compreensão da construção social e cultural das diferenças entre mulheres e homens.

O GÊNERO

A noção de gênero surgiu a partir da ideia de que o feminino e o masculino não são fatos naturais ou biológicos, mas construções sócio-culturais. Importa à sua

compreensão que não são as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas e valorizadas que vai constituir o que é feminino e o que é masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Nesse sentido, Rubin assim define o que ela denomina sistema sexo-gênero:

É o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. (1993:2)

Ou seja, os sistemas de gênero são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais, que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anatômico-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e, em geral, ao relacionamento entre as pessoas. (DE BARBIERI,1992:114)

A ênfase no caráter fundamental social não pretende negar que o gênero se constrói sobre o sexo, mas ressaltar a construção social produzida sobre as características biológicas. Desse modo, coloca-se o enfoque no campo do social, de uma vez que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros.

É importante registrar a característica relacional do conceito de gênero. Nesse sentido, os estudos sobre as mulheres são também estudos sobre os homens e ao contrário, procura-se contextualizar evitando as afirmações generalizadas. O conceito exige uma pluralidade ao pensar as representações sobre mulheres e homens levando em consideração as suas diversidades.

Um avanço dos estudos do Gênero foi ultrapassar o seu uso puramente descritivo, no qual o gênero é usado como sinônimo de mulher – ou seja, o gênero se confunde com a variável 'sexo'. No seu uso como categoria de análise busca observar como o gênero funciona nas relações sociais, e como ele dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico. Esse novo uso do gênero, isto é, como categoria de análise histórica, foi sistematizado por Joan Scott.

Essa historiadora norte-americana Joan Scott é um destaque no campo dos estudos de gênero. Em 1986 ela escreveu o artigo *Gender: a useful category of historical analysis*, que passou a ser amplamente utilizado por estudiosas(os) interessadas(os) nas relações de gênero. Nesse artigo, Scott faz uma análise retrospectiva dos estudos sobre as mulheres e das diversas correntes de pensamento que tentam através das várias disciplinas dar conta da análise e explicação da subordinação das mulheres. Para tanto, percorreu desde a teoria marxista à teoria da linguagem de Jacques Lacan, passando pelas análises de Lévi-Strauss e pela contribuição de Michel Foucault. A autora, em sua análise, aponta as dificuldades encontradas nas várias correntes de pensamento e, sem negar as possibilidades de algumas delas, toma por empréstimo alguns conceitos, sobretudo os pós-estruturalistas e, mais particularmente, os elaborados

por Michel Foucault e Jacques Derrida. Esses aportes complementam a sua definição de gênero, que expõe na segunda parte do artigo.

A definição de gênero de Joan Scott constitui-se de duas partes e várias subpartes, tendo como núcleo essencial a conexão integral de duas proposições: "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (SCOTT,1996:11). Neste sentido as relações de gênero remetem a espaços primários das relações familiares e implicam na construção de uma subjetividade sexuada e de identidade de gênero. Os elementos constitutivos, em relação à primeira parte da definição, implicam quatro elementos relacionados entre si:

1. O primeiro refere-se a "símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Maria e Eva como símbolo da mulher, por exemplo na tradição ocidental cristã – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção" (Idem, p. 11). A apresentação desses símbolos pode propiciar múltiplas interpretações, mas são contidas em interpretações binárias, a partir de explicações culturais. Estes elementos estão articulados a uma série de dimensões da vida social e política de uma dada sociedade, sendo significados imaginários que produzem efeitos concretos sobre as diferentes práticas sociais.
2. O segundo elemento refere-se a "conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher" (Idem). Um exemplo disso é a virilidade associada à masculinidade e a sensibilidade, ao feminino. Um homem não pode ter um comportamento mais dócil que, automaticamente, será rotulado de efeminado. De qualquer forma estas normas fazem com que o sistema sexo-gênero, em sua expressão atual, apareça como consensual, seja expresso e reforçado com toda sua simbologia no conjunto de outras instituições sociais, como já mencionado.
3. Tem-se como terceiro elemento "a noção de fixidez [...] que leva à aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros" (Idem). Para romper com tal noção de fixidez, é necessário pensar sobre as verdades estabelecidas, "desconstruindo" as visões binárias e incluindo outras possibilidades de compreensão do masculino e do feminino que se constituem socialmente. Incluindo ainda outros elementos, como por exemplo: o econômico e o político.
4. O quarto elemento refere-se à noção de identidade subjetiva, que nos permite observar como as identidades de gênero são construídas, a partir da formação de conceitos, imagens e símbolos. Dessa forma, as mulheres e os homens levam consigo uma carga do simbólico, do cultural e do normativo. Do mesmo modo nos percebemos como sujeitos e geramos nossas próprias práticas sociais, nossas próprias percepções, que nos fazem aceitar ou questionar a situação estabelecida.

A segunda parte da definição de Joan Scott é que "o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (Idem, p.12). Esta proposição encontra-se relacionada

com os quatro elementos vistos anteriormente. É dela que se nutre a concepção de mundo a que estamos acostumados e é ela que influencia a nossa percepção dos processos sociais. Ou seja, o peso do poder masculino, transcende as relações entre os sexos, refletindo-se, também, no conjunto da sociedade. Assim, a divisão do mundo fundada em diferenças biológicas vai além das diferenças mulher-homem.

A referência às diferenças biológicas começa a estabelecer uma distribuição de poder, um controle e um acesso diferenciado aos recursos materiais, culturais e simbólicos, tanto para mulheres como para homens. O gênero, tal como é vivenciado, legitima as relações de poder e marca uma forma de valorização social e política, que transcende o próprio gênero.

Através das colocações de Joan Scott (1996), podemos perceber a importância da categoria gênero, não só para analisar as relações entre mulheres e homens, mas também para ver como elas influem na dinâmica social e política. E como é difícil "desconstruir" estes aspectos normativos, simbólicos, políticos e subjetivos.

Reconhecendo a importância da categoria gênero para entender a dinâmica social e a realidade concreta das mulheres e dos homens, temos, porém, que evitar os riscos do reducionismo e do universalismo, para não incidirmos nos mesmos erros que combatemos.

Neste sentido, a mulher e o homem são construídos socialmente, a partir de uma cultura historicamente situada no tempo e dentro das circunstâncias possíveis, determinadas por essa temporalidade. Sujeitos de seu tempo, imersos em um conjunto específico de relações sociais historicamente situadas, cada ser-mulher e cada ser-homem têm um grupo originário e estão submetidos às regras de comportamento que se firmam conforme a ética hegemônica. Assim sendo, sob o ponto de vista da construção de sua especificidade de mulher e de homem, são determinantes sua classe, raça, religião e a forma de inserção na sociedade. Deste modo, a partir dessas variáveis fundamentais se constroem o ser-mulher e o ser-homem.

Outro aspecto importante da categoria analítica gênero é sua articulação com outras categorias de análise, as categorias classe e raça.

Concordamos que a articulação entre classe, raça e gênero é importante para a compreensão da situação das mulheres em nossa sociedade. Além disso, a falta de tal articulação contribui para a ocultação da existência de relações de poder entre as mulheres (assim como entre os homens), que ocorre em todos os âmbitos sociais.

Uma das compreensões do gênero é que ele é transversal às outras dimensões do social e não as exclui. Como afirma Nelly Stromquist, "o gênero não é uma categoria isolada e sim uma relação social entre homens e mulheres que modifica e influi em outras relações e é, por sua vez, influenciada e modificada por elas" (1991:191-220). As relações de gênero estruturam-se como categoria social, assim como as classes e as

raças. Isso quer dizer que gênero é visto como relação social que perpassa outras relações sociais e as constrói parcialmente, e vice-versa. Como diz Sandra Harding, "não há relações de gênero per si, sim relações de gênero construídas por e entre raças, classe e cultura" (1995:23). Melhor dizendo, as relações de gênero são construídas na dinâmica das contradições sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- COBO, Rosa. La construcción social de la mujer em Mary Wollstonegraff in: AMORÓS, Célia (coord.). *História de la teoría feminista*. Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid, 1994.
- DE BARBIERI, Teresita. Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. *ISIS Internacional*. Santiago: Ediciones de las Mujeres. n. 17, 1992, pp. 111-128.
- FRANCHETO, B. Antropologia e feminismo in: FRANCHETO, B. e outros. *Perspectiva antropológica da mulher*. vol. 1. Rio do Janeiro: Zahar, 1981.
- GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. *ISIS Internacional*. Santiago: Ediciones de las Mujeres. n. 17, 1992, pp. 83-110.
- GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã in: BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Angela (org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995. pp. 301-312.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: 1981.
- HARDING, Sandra. Después del eurocentrismo: desafíos para la investigación feminista en Occidente in: POLEZ MARTINEZ, Cándida (ed.). *Feminismo, Ciencia y transformación social*. Granada: Feminae, 1995.
- HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Onjetiva, 2001.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e revolução sexual*. São Paulo: Global editora, 1982. Tradução Ana Corbisier.
- KONDER, Leandro. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- MIYARES, Alicia. Sufragismo in: AMORÓS, Celia (coord.). *Historia de la teoría feminista*. Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid, 1994.
- MIGUEL, Ana de. Feminismos in: AMORÓS, Celia (coord.). *10 palabras clave sobre la mujer*, Pamplona: Edv, 1995. pp.217-235.
- MOLINA PETIT, Cristina. *Dialéctica feminista de la ilustración*. Madrid: Anthropos, 1994. pp. 105-164.
- NYE, Andréa. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1995.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1996.

- SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- SIQUEIRA, Elisabeth e outras. *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Ed. Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.
- SLEDZIEWSKI, Elisabeth G. Revolução Francesa. A viragem in: *História das Mulheres*. vol. O século XIX. Fraisse, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- SOARES, Vera. Movimento Feminista paradigmas e desafios in: *Revista de Estudos Feministas*. A. 2, Número Especial. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/URFJ, 1994. pp.11-24.
- STROMQUIST, P. Nelly. Las mujeres y el analfabetismo: la interrelación entre la subordinación de género y la pobreza in: GUSMAN, Virginia, PORTOCARRERO, Patricia & VARGAS, Virgia (orgs.). *Una nueva lectura: género en el desarrollo*. Lima: Entre Mujeres, Flora Tristan, 1991.
- TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras in: Del Priori, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. pp. 401-442.

NOVAS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Ana Paula Portella

SOCIÓLOGA. SOS CORPO. RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL

Vamos apresentar nesta contribuição o resultado de reflexões produzidas ao longo dos últimos dois anos, a partir de um intenso debate ocorrido no movimento de mulheres em Pernambuco. Neste período, uma série terrível de assassinatos de mulheres não solucionados nos levou a indagar a respeito de nossas próprias compreensões, análises e propostas políticas para o problema da violência contra as mulheres. Diante das centenas de mulheres assassinadas a cada ano, nos perguntamos se não seria o momento de iniciar uma profunda revisão sobre nossas práticas e, para isso, precisaríamos, evidentemente, também iniciar novos processos de reconhecimento da violência enquanto fenômenos social, cultural e político. Sabemos que este caminho é longo e complexo e o que eu apresento aqui são apenas as primeiras idéias, ainda vagas e muito imprecisas, à espera das necessárias reflexões coletivas que lhes fortaleçam.

De uma maneira muito simplificada, o pensamento feminista a respeito da violência contra as mulheres está informado por duas idéias centrais. A primeira é a de que a violência é um produto e, ao mesmo tempo, um elemento estrutural na subordinação das mulheres, dependendo fortemente, para sua perpetuação, desta mesma subordinação, na qual as mulheres perdem a sua condição de sujeito. A violência, portanto, é um componente das relações desiguais de gênero e, por isso, "atravessa" as demais relações sociais, sobrepondo-se a elas, e manifestando-se de forma relativamente homogênea em todas as classes e segmentos sociais. A segunda idéia é de que a condição primordial para se lidar com a situação violenta é a recuperação da autonomia das mulheres – ou o seu "empoderamento" – para que elas mesmas sejam capazes de sair da situação em que se encontram. As ações do Estado e da sociedade teriam, portanto, dois propósitos centrais: o primeiro seria deslegitimar a violência contra as mulheres, ou seja, torná-la um problema público de justiça e cidadania que, portanto, diria respeito a toda a sociedade e teria que fazer parte do conjunto das preocupações de governo. O segundo propósito seria proteger as mulheres vítimas de violência oferecendo-lhes apoio direto e construindo suportes institucionais para que elas possam sair da situação violenta. Em um horizonte político mais largo, a intenção

é que as mulheres tornem-se sujeitos de suas próprias vidas e que sejam superadas as relações de subordinação e opressão que dão origem à violência (Portella, 2004)¹.

Alguns dados recentes de pesquisa, porém, questionam esta suposta manifestação "democrática" da violência contra as mulheres, ou seja, a idéia de que mulheres de todas as raças, grupos sócio-econômicos e perfis culturais estariam expostas e sofreriam violência masculina na mesma medida. Isso é verdadeiro apenas enquanto demonstração da assertiva de que a violência contra as mulheres é uma expressão da dominação masculina que, ao mesmo tempo, estrutura e perpetua as relações de poder entre homens e mulheres. A rigor, portanto, toda e qualquer mulher estaria virtualmente exposta a esta violência, do mesmo modo que todo e qualquer homem poderia, em algum momento de sua vida, se tornar um agressor, desde que vivessem ambos em sociedades patriarcais. Do ponto de vista teórico e político, esta afirmação é da máxima importância, pelo fato de tratar do fenômeno da violência contra as mulheres como estrutural das relações sociais e, portanto, conferir-lhe um estatuto de problema social e político que diria respeito a toda a sociedade e não apenas às mulheres. Afirmar a universalidade do problema leva à exigência de responsabilização pública e governamental com relação ao mesmo e chama a atenção para a sua natureza emergencial, mas, como em qualquer processo de generalização, deixa escapar singularidades e, com isso, a complexidade do fenômeno.

Deve-se dizer, porém, que afirmar que todas as mulheres estão expostas à violência não é o mesmo que dizer que todas as mulheres estão expostas à mesma violência ou à mesma intensidade e severidade das agressões. Hoje sabemos que há determinantes diferenciados, fatores de risco e fatores de proteção e contextos mais e menos vulneráveis à violência, porque as relações de gênero que fundam a violência não existem no vazio, mas, sim, em contextos históricos e sócio-culturais específicos que conferem características diferenciadas à violência.

Entre os anos 2000 e 2003, a Organização Mundial de Saúde realizou em oito países uma pesquisa sobre violência contra as mulheres². No Brasil, a pesquisa foi realizada no município de São Paulo e em 15 municípios da Zona da Mata de Pernambuco. Foi uma pesquisa quantitativa, de base domiciliar, na qual foram entrevistadas cerca de 4000 mulheres de 15 a 49 anos. Orientadas pelo princípio da manifestação democrática da violência, nós não esperávamos encontrar diferenças importantes entre a situação das pernambucanas e das paulistas – mas encontramos.

¹ Portella, Ana Paula. *Violência contra as mulheres em Pernambuco: um breve contexto e algumas questões políticas*. Recife: 2004. Mimeo.

² SCHRAIBER, Lilia B. & D'OLIVEIRA, Anna Flávia Lucas. *World health organization multi country study on women's health and domestic violence against women in Brazil*. São Paulo: Relatório Preliminar de Pesquisa, 2002. Mimeo.

A primeira delas refere-se à própria prevalência de violência: 24% em São Paulo e 36% em Pernambuco, um diferencial estatisticamente significativo. Diferem também as características da violência. Em Pernambuco, a violência é mais severa, há mais lesões, hospitalizações e tentativas de homicídios. Há mais episódios e ocorrências de violência por parte de diferentes parceiros, e muito maior referência ao uso de armas de fogo. As pernambucanas pensam mais e tentam mais vezes tirar a própria vida, demorando mais a sair da situação violenta e procurando menos ajuda do que as paulistas. Para quem vive em um país como o nosso, as explicações para essas diferenças quase nos saltam aos olhos. Em Pernambuco, há mais pobreza, menos serviços e poder público, menos redes de solidariedade, menos informação e mais armas. Menos democracia, portanto, na medida em que os conflitos resolvem-se privadamente, através do uso da força, e o direito à vida e à segurança não é garantido para mais de um terço das mulheres desta região. Estas diferenças regionais se apresentaram também nos outros países. Em Cuzco, por exemplo, a ocorrência de violência contra as mulheres é duas vezes maior do que a encontrada em Lima e, assim como em São Paulo, na capital peruana a situação é menos severa do que no interior.

O fato é que existem contextos mais e outros menos favoráveis à violência em geral e à violência contra as mulheres em particular. De maneira geral, podemos dizer que a violência precisa de legitimidade para ser exercida, sendo esta o que irá determinar o maior ou menor grau de permissividade ou licença social para a violência. Contextos democráticos e mais igualitários são, teoricamente, menos permissivos com a violência, estimulando as formas negociadas e institucionalmente mediadas para a resolução de conflitos. Este não é o caso de Pernambuco, que, há pelo menos dez anos, se situa entre os estados de maior ocorrência de homicídios no país, mantendo-se de forma consistente na liderança deste triste ranking.

Em 2003, 300 mulheres foram assassinadas em Pernambuco e quase 12 mil queixas foram registradas nas Delegacias da Mulher³. A maior parte dos homicídios de mulheres ocorre na Região Metropolitana do Recife. Analisando notícias de crimes de mulheres na imprensa local, verificamos que, de janeiro a outubro de 2003, 38% de todos os homicídios de mulheres da RMR aconteceram em Recife e 27% dos crimes aconteceram nos 11 demais municípios da região⁴. Até julho deste ano, de acordo com a Secretaria de Defesa Social, 188 mulheres já haviam sido assassinadas.

Estes casos de homicídio mesclam as características da violência doméstica, cometida por pessoas próximas da vítima em ambiente privado, com características da violência urbana ou do crime organizado. Ainda segundo as informações da imprensa, 52,8%

³ Dados da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (www.sds.pe.gov.br).

⁴ Banco de Dados do Gajop (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares), gentilmente cedido ao SOS Corpo.

dos homicídios em 2003 ocorreram em espaços públicos, em situações relacionadas à pobreza e à ausência de equipamentos de segurança pública. Quase 60% do total de homicídios apresentaram características de "crimes urbanos", tais como chacinas, vingança, queima de arquivo, disputas ou brigas, balas perdidas etc. De outra parte, cerca de 40% dos crimes aconteceram dentro da residência da vítima, na esfera privada, 35% dos quais cometidos por companheiros ou familiares. Cerca de 90% destas mulheres são pobres, residentes em áreas de periferia da região metropolitana ou em áreas rurais. É provável que as agressões contra mulheres continuem a ser um fenômeno "democrático" que não respeita as fronteiras de raça, classe ou idade; mas os homicídios, expressão mais trágica dessa violência, têm um alvo certo e atingem apenas aquelas que não têm possibilidades de escapar do ciclo da violência. Assim como entre os homens, e a despeito da ausência de informações oficiais que nos permitam conhecer melhor características das vítimas, é possível afirmar que são as mulheres negras e pobres as principais vítimas de homicídios e, por isso, é necessário entender, nos novos contextos de violência urbana, em que medida a violência de gênero se articula a outros tipos de violência de modo a produzir o trágico quadro que enfrentamos atualmente.

O fenômeno da violência contra as mulheres vem apresentando algumas características que demandam um maior esforço de análise e compreensão de nossa parte. Tomando Pernambuco como exemplo de um contexto fortemente marcado pela confluência entre cultura patriarcal, desigualdades sociais, estagnação econômica e enraizamento de redes criminosas nacionais e internacionais e sabendo que este é um contexto presente em outras áreas do Brasil, estamos desafiadas a melhor entender algumas questões (Portella, 2004).

Em primeiro lugar, os já referidos homicídios de mulheres. De 1979 a 2002 o número de homicídios de mulheres quadruplicou, enquanto que o de homens cresceu duas vezes e meia, em Pernambuco. Os homicídios com uma única vítima oscilam entre a estabilização e uma pequena redução nos últimos três anos, mas os múltiplos homicídios cresceram. Além disso, parte dos homicídios de mulheres em Pernambuco é antecedida de estupro e tortura, em longas sessões de sofrimento e dor, nas quais o corpo das mulheres é desfigurado. Dada a frequência e a distribuição dos homicídios e essa característica, que os distingue dos homicídios de homens e os aproximam dos assassinatos de gays, seria possível caracterizá-los como crimes de ódio (Portella, 2004). Um crime baseado no ódio é um ato motivado, completamente ou em parte, pelo ódio ou por preconceitos. Para constituir um crime de ódio, as ações do agressor têm que ter base na raça real ou percebida, na cor, na religião, na origem nacional, no sexo, na incapacidade ou orientação sexual de outro grupo ou indivíduo. Esta tipologia que não

existe em nossa legislação, mas tem sido tema de debate nos movimentos negro e homossexual e, em muito menor medida, no movimento de mulheres.

Uma terceira questão diz respeito à "ambiência criminosa" e à vulnerabilidade das mulheres. Ambiência criminosa é um termo que se refere àquelas áreas "ocupadas" pelo crime – em geral, pelo tráfico de drogas – nas periferias e bairros pobres das grandes cidades brasileiras. É sabido que as populações pobres destas cidades são aquelas mais expostas à violência, graças à ação e ao poder exercido pelo crime no âmbito das comunidades. Contextos autoritários e violentos reforçam as relações de desigualdade entre grupos sociais: os pólos mais fracos tornam-se mais vulneráveis aos mais fortes e o uso da força é legitimado como forma de resolução de conflitos e aquisição de status na comunidade. A valorização e legitimação do uso da força e das armas, em detrimento das formas democráticas de relação entre as pessoas, também valorizam as demais hierarquias sociais e, com isso, favorecem e legitimam o uso da violência nas relações entre homens e mulheres, adultos(as) e crianças, jovens e idosos(as), heterossexuais e homossexuais, brancos(as) e negros(as), além de tornar as pessoas vulneráveis à ação do crime propriamente dito. Isso coloca essas populações em uma situação radicalmente diferente daquelas que residem nas áreas de maior ordenamento urbano, nas quais as normas da institucionalização democrática estão mais presentes na vida cotidiana. Para as mulheres que vivem em áreas de atuação do crime, cresce a sua vulnerabilidade e as possibilidades de enfrentamento e saída da situação violenta tornam-se extremamente reduzidas (Portella, 2004-2).

Nesta sinergia perversa, as "antigas" legitimidades da tradição patriarcal e racista são renovadas e reconstituídas a partir do novo processo de legitimação do poder da força, da violência e das armas, encarnado no homem e apenas nele. Todo o esforço político do último século no sentido de retirar as questões do "sexismo" e do racismo da esfera privada, trazendo-as para o plano da política, entendendo-as como questões públicas que dizem respeito a toda a sociedade e também ao estado, parece cair por terra e esfarelar-se neste cenário em que domina o indivíduo armado e apartado de qualquer referência institucional. É bem verdade que este indivíduo é, na maior parte das vezes, negro e pobre e, embora possa experimentar alguma melhoria financeira em sua vida, dificilmente irá ocorrer aí qualquer tipo de mobilidade social real. A reprodução dos valores dominantes pelos dominados é um fenômeno por demais conhecido e estudado pelas ciências sociais, não sendo nenhuma surpresa encontrá-lo nestas circunstâncias. Mas isso não reduz em nada o tamanho de nosso desafio. E ainda neste campo da reprodução conservadora, torna-se crescentemente visível a violência entre lésbicas, em uma clara replicação dos modelos conjugais heterossexuais, levando-nos a separar definitivamente sexo e gênero – uma vez que aqui os padrões de gênero operam a partir de dois corpos femininos.

Correlato a isso, há ainda o problema do envolvimento das mulheres com o crime. Alguns estudos demonstram que isso vem acontecendo cada vez mais, especialmente com relação ao tráfico de drogas, mas não sabemos ainda qual a amplitude deste fenômeno. Tampouco sabemos com clareza como e porque as mulheres chegam até o crime e de que modo se dá a sua inserção neste universo (Portella, 2004). Algumas análises apontam para as relações amorosas ou familiares como a via de acesso das mulheres à criminalidade e, também aqui, operam os mesmos padrões de gênero que, em contextos tradicionais, se constituem como o único caminho das mulheres para a vida pública e para a política. O perfil destas mulheres também não é muito definido, mas tudo nos leva a crer que seja semelhante ao perfil dos homens envolvidos com o crime, à exceção de um reduzido, mas crescente, grupo de mulheres de classe média, brasileiras e estrangeiras, que cumprem pena nos presídios brasileiros por tráfico de drogas. As conseqüências deste envolvimento, para as próprias mulheres e para as comunidades das quais elas fazem parte, permanecem como uma incógnita.

Como a violência é um problema complexo, as soluções políticas para a sua prevenção e erradicação são também complexas, requerendo uma compreensão ampla da questão – ou seja, entendendo que é um problema da sociedade e do Estado e não das mulheres –, exigindo vastas e criativas ações voltadas para diferentes grupos sociais e a mais abrangente inter setorialidade entre as políticas públicas (PORTELLA, 2004-2)⁵. Mas, a despeito disso e a despeito, ainda, do crescente sentimento de insegurança da população, o poder público em Pernambuco atua de maneira apenas reativa, parecendo, muitas vezes, minimizar ou negar o problema, não se responsabilizando e fazendo pouco caso das vítimas e de seus familiares. Há alguns anos, há em Pernambuco um intenso debate a respeito do modelo de segurança pública, que vem passando por processos de mudança inspirados na experiência da cidade de Nova York. Os recursos aí investidos são vultosos, mas o mesmo não se pode dizer dos resultados, uma vez que se mantêm os altos índices de criminalidade e não se reduz a sensação de insegurança por parte da população. A pequena queda no número de homicídios observada nos últimos dois anos é pouco significativa e não nos parece seguro afirmar que representa uma tendência. Com relação às mulheres, a omissão é quase absoluta, tanto no velho como no novo modelo, e as ações governamentais reduzem-se à manutenção ou ampliação de aparelhos de segurança, sem qualquer traço de inter setorialidade necessária a políticas públicas realmente eficazes. Um modelo mais interessante vem sendo colocado em prática pela Prefeitura do Recife é baseado na citada inter setorialidade, mas sem qualquer vinculação mais estreita com as políticas

⁵ Portella, Ana Paula. *Diretrizes para políticas de segurança e prevenção de todas as formas de violência contra as mulheres*. Documento político de preparação para o processo das Conferências de Políticas para as Mulheres. Recife: 2004. Mimeo.

de segurança e justiça e com intervenções orientadas apenas para as vítimas. Esta política reproduz o clássico modelo feminista de políticas de prevenção e combate à violência contra as mulheres que, embora continue sendo fundamental, já apresenta algumas limitações na sua capacidade de resposta para o problema.

De maneira geral, qualquer política pública que promova a igualdade entre homens e mulheres, a superação da pobreza e a construção da democracia em todos os planos da vida social, o que inclui a vida privada, contribui para o fim da violência porque toca diretamente em algumas de suas causas. No entanto, para que alcancem resultados efetivos e sustentáveis é necessário que haja intencionalidade – ou seja, que as políticas globais tenham como propósito explícito atacar as causas da violência – e que venham acompanhadas de políticas específicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres (Portella, 2004-2).

Isso significa, pelo menos, duas frentes de intervenção política no nível governamental. Em primeiro lugar, o conjunto das políticas públicas deve ser repensado e reestruturado de modo a também se orientar pelo propósito de enfrentar as causas da violência contra as mulheres. Isso significa, por exemplo, pensar em políticas urbanas que ofereçam condições de vida digna nas periferias das grandes cidades, o que inclui a existência de serviços de segurança pública orientados pelo respeito aos direitos humanos. Significa ainda políticas de justiça que combatam enfática e prioritariamente o crime organizado – enfrentando a corrupção, a lavagem de dinheiro, o jogo, os diferentes tipos de tráfico e o envolvimento da polícia e dos agentes da Justiça com o crime. Neste grupo, incluem-se ainda, as formas de combater as causas da violência através de políticas de educação, saúde, desenvolvimento rural e industrial, emprego, enfim, em todos os campos da ação governamental. Além disso, há que se implantar políticas públicas especificamente voltadas para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres, integradas ao conjunto das políticas de governo. É aqui que cabe a política de segurança que tem como eixo as delegacias especializadas de atendimento à mulher, os centros de referência e as casas-abrigo. Mas cabem também: os serviços de atendimento a mulheres em situação de violência na rede de saúde, as ações de capacitação das polícias e profissionais de saúde para a identificação de casos de violência contra as mulheres, e as políticas de assistência social e proteção policial para as mulheres em situação de risco, entre outras (Portella, 2004-2).

Até o momento, estivemos limitadas ao campo das políticas específicas e, no plano da sociedade, apenas começamos a esboçar uma rejeição da violência contra as mulheres, restrita ao plano das opiniões e sem qualquer eficácia prática. Não se pode negar que milhares de brasileiras devem suas vidas a estas políticas e às ações do movimento de mulheres, mas não podemos omitir também que ainda estamos longe de tocar nas condições que constroem a violência e perpetuam injustiças e desigualdades.

UNIDOS CONTRA A VIOLÊNCIA

Mércia Carréra de Medeiros

ARQUITETA, RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL

Ao longo da história da humanidade, não se conhece nenhuma sociedade que não tenha em seu percurso o registro de situações de violência de forma a atingir os indivíduos, grupos e sociedades. Objeto de diversos estudos, concluiu-se que a violência não compõe a natureza humana, mas é um fenômeno biopsicossocial, complexo e dinâmico cujo espaço de surgimento e desenvolvimento é a vida em sociedade. Portanto, passando a ser um comportamento aprendido e internalizado culturalmente.

A conscientização crescente dos valores da vida e dos direitos de cidadania e mudanças no perfil de morbimortalidade no mundo e no Brasil, tem tido como consequência o interesse em se desenvolver estratégias de avaliação e intervenção sobre o impacto do crescimento da violência na sociedade.

Em virtude deste aumento, pelo número de vítimas e pela magnitude de seqüelas orgânicas e emocionais que produz, a violência adquiriu um caráter endêmico sendo convertida em um problema de saúde pública, em vários países. Assim sendo, tem sido objeto de preocupação da justiça, da segurança pública e também dos movimentos sociais.

VIOLÊNCIA: UM DESAFIO SOCIAL

Vivemos em um mundo em que a violência está presente em todos os lugares, de todas as maneiras, produzindo cada dia mais vítimas, como se fosse um vírus que contaminasse as pessoas, provocando uma verdadeira epidemia na sociedade.

O que fazer para erradicar esta epidemia? Infelizmente, o problema é muito grave, a começar pela variedade existente deste vírus, chamado "violência". Para encontrar o antídoto correto será preciso identificar qual o tipo a ser combatido. Sabemos que este mal quase sempre acarreta prejuízo ao ser humano, provocando atitudes agressivas em um nível de descontrole causando danos irreparáveis.

Este fenômeno doentio que se apresenta na sociedade atual não é um fenômeno novo, existe e tem sido diagnosticado já há muitas gerações. Dentro deste quadro observamos a violência de diversas formas: a violência contra a mulher, contra as crianças, contra os idosos; a questão racial e social... Enfim, a luta contra essa epidemia

generalizada não é nada fácil, será preciso que haja muita força, determinação, dedicação e amor pela causa. Provavelmente, esses serão os principais ingredientes na formulação do antídoto correto para erradicar este quadro triste em que a sociedade atual se encontra.

O processo de erradicação deverá ser trabalhado pela sociedade, levando em consideração a especificidade de cada caso, ou seja, de acordo com cada segmento da sociedade que esteja sofrendo as consequências desta doença.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência tem como facilitador para a sua contaminação, o poder de dominação, isto é, só atinge os que, de alguma maneira, estão em situações consideradas inferiores. Dentre as formas de violência, abordamos como exemplo "a violência contra a mulher" também expressa como "a violência de gênero".

Sabemos que a violência contra a mulher nada mais é do que uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, que tem conduzido a dominação da mulher pelo homem, a discriminação contra a mulher, provocando impedimentos contra o seu pleno desenvolvimento.

Ressaltamos que a violência de gênero não tem apenas como fator determinante diferenças biológicas entre mulheres e homens. Mas esta violência também poderá ocorrer pelos papéis sociais impostos a homens e mulheres, reforçados por culturas patriarcais, que estabelecem relações de violência entre os sexos.

Para enfrentar esta cultura patriarcal e machista são necessárias políticas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos.

Um caminho para modificar a violência em geral e de gênero em particular seria as políticas públicas transversais visando a equidade entre homens e mulheres, ou seja, reconhecer igualmente o direito de cada um.

Segundo a teoria do dualismo hierarquizado, a subordinação da mulher, colocada como ser inferior, é a raiz da violência de gênero.

Constatamos que a violência de gênero atinge as mulheres nas diversas etapas do ciclo da vida: desde a infância, adolescência, idade adulta e na velhice. Em estudos sobre o tema, observamos que a violência é uma epidemia mundial, apresentando-se de diversas maneiras: homicídios em nome da honra, abuso sexual doméstico, mutilação genital, estupro, tráfico de mulheres etc. De acordo com dados do Banco Mundial, estima-se que a violência de gênero no mundo causa mais danos e mortes às mulheres entre 15 a 44 anos do que doenças como câncer e malária, ou mesmo acidentes de trânsito ou até mesmo as guerras. Com estes dados, temos que considerar a importância

e a gravidade do problema sendo visto como uma questão de saúde pública, além de uma violação clara de direitos humanos.

A violência contra a mulher está presente em todas as sociedades e em todas as classes sociais independente do nível de educação ou de renda, etnia ou raça. E na maioria das situações, expressam-se de forma direta, como nos casos de espancamentos e assassinatos. Podendo, entretanto apresentar-se de forma indireta, como nos casos de violência simbólica e outras modalidades mais sutis de opressão e maus-tratos.

Infelizmente, a violência reina e a cada dia se alastra, de forma acelerada, na sociedade em que vivemos. Numa reflexão humanística e holística, não é suficiente, apenas registrar o fato, mas é importante equacionar as causas e apontar os caminhos, a serem percorridos, para atingirmos a dignificação humana.

O mundo e o tempo em que vivemos, com os poderosos meios de divulgação de que dispomos, tornaram-se sem dúvida, uma influente escola de violência. A sociedade é fortemente influenciada pela escola paralela, designadamente a mídia, seja pela televisão ou outros meios de divulgação, onde a violência impera. A escola familiar é também em diversas situações um modelo degradante uma vez que aumenta os casos de violência doméstica provocadas pelo álcool, pela instabilidade no setor laboral e pelos desequilíbrios afetivos.

O medo e a vergonha por estar sendo vítima são constrangimentos permanentes que limitam o acesso da mulher às suas atividades e aos possíveis recursos de proteção tornando-se obstáculo à obtenção da igualdade de gênero. A busca pelo equilíbrio entre ações e características masculinas e femininas parece ser uma das chaves para obtenção de igualdade de gênero, é um objetivo a ser alcançado. Desta maneira surge a esperança de um mundo mais justo, sem a disputa entre os sexos tão prejudicial para os seres humanos.

Enfim, compreender o fenômeno da violência contra a mulher é reconhecer a discriminação histórica da mulher, o que tem aprofundado a desigualdade: econômica, social e política entre mulheres e homens, onde a mulher sempre ocupou e ocupa posição inferior. Provavelmente, é a falta de igualdade que faz a mulher vulnerável a violência.

A violação dos direitos da mulher, muitas vezes não percebida por ela como violência, deixa desta maneira de ser denunciada e ao mesmo tempo de ser detectada. Muitas vezes a violência é denunciada, mas isto não garante a proteção das vítimas e nem mesmo a punição dos agressores. No entanto, o silêncio e a omissão são cúmplices da impunidade e da violência.

CONDUTAS DE AÇÃO

A proposta de ação sem dúvida seria romper com o silêncio! É preciso promover denúncias, incentivar as mulheres vítimas da violência a denunciarem os seus

agressores, para que se possam exigir a punição dos mesmos, promovendo a justiça, contribuindo para minimizar, ou mesmo erradicar esta epidemia, que traz tantos males a sociedade.

O estado não poderá se ausentar do seu papel, diante do contexto atual, onde a sociedade contemporânea clama por intervenção imediata, levando ao bem comum. Portanto deverá tomar providências necessárias para a solução do problema de "agressão e violência contra a mulher".

A discussão pública da violência contra a mulher é a oportunidade de formular novos paradigmas sócio-antropológicos, onde homens e mulheres possam estabelecer um pacto, absolutamente essencial para a sobrevivência da própria espécie. Desta forma, entendemos que devemos reivindicar a participação dos homens assumindo (conosco) a luta contra a violência sofrida pela mulher. Apesar do homem fazer o papel do vilão na violência contra a mulher, não seria conveniente para as mulheres terem uma postura radical, em querer destruí-los, e sim, sabiamente, conquistar o inimigo e aliá-lo a luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro apresentado sobre a violência contra a mulher ou violência de gênero, tem a finalidade de divulgar o problema com o intuito de se reconhecer sua gravidade, tentar prevenir, denunciar e deter, o quanto antes, o vírus da violência contra a mulher.

Quando a sociedade se conscientizar de que combater a violência, no sentido mais amplo, significa viver em uma sociedade na qual se respeitam as diferenças entre os seres humanos e a convivência pacífica entre os mesmos será o resultado positivo da erradicação completa do vírus da violência.

"Unidos contra a violência" sairemos vitoriosos e orgulhosos do papel que desempenhamos como cidadãos dentro de uma sociedade carente de paz e união.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOLDENBERG, P., MEDRADO, M. A. & PASTEROSTRO. A violência contra a mulher: uma questão de saúde in: LABRA, E. (org.). *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes & Abrasco, 1989. pp. 185-200.
- MINAYO, MCS. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. *Cadernos de saúde pública* 10 (supl.) 07-18, 1994.
- MINISTÉRIO da Saúde. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Portaria MS/GM n. 737 de 16/05/2001. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- TELES, Maria Amélia de Almeida & MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- TRINDADE, José Damião L. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002.
- VELHO, Gilberto (coord.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

CONSTRUCCIÓN PSICOSOCIAL DE LOS MODELOS DE GÉNERO: SUBJETIVIDAD Y NUEVAS FORMAS DE SEXISMO

Isabel Martínez Benlloch

PROFESSORA DA FACULTAT DE PSICOLOGIA/INSTITUT UNIVERSITARI D'ESTUDIS DE LA DONA/UNIVERSITAT DE VALÈNCIA, ESPANHA

1. INTRODUCCIÓN

"Al evocar el nombre y destino de las mujeres, pensamos en el espacio generador de nuestra especie, más que en el tiempo, en el devenir o en la historia. Las ciencias modernas de la subjetividad, de su genealogía o de sus accidentes, confirman esta división que puede ser el resultado de una coyuntura socio-histórica. Freud, en los estudios sobre el aprendizaje de la función simbólica por los niños demuestra que la permanencia y la calidad del amor materno condicionan la aparición de los primeros puntos de referencia espaciales. Éstos inducen en primer lugar la risa infantil y luego toda la gama de manifestaciones simbólicas que llevan al signo y a la sintaxis [...] En cuanto al tiempo, la subjetividad femenina parece darle una medida específica que, entre sus múltiples modalidades conocidas por la historia de las civilizaciones, se centra básicamente en la repetición y la eternidad. Por una parte, ciclos, gestación, eterno retorno de un ritmo biológico acorde con el de la naturaleza [...] Por otra, una temporalidad maciza, sin fisuras y sin fugas. Tiene tan poco que ver con el tiempo lineal que el nombre mismo de linealidad no se le ajusta. [...] Estos dos tipos de temporalidad, cíclica y maciza, están tradicionalmente vinculados a la subjetividad femenina, en la medida en que se concibe como necesariamente maternal". (KRISTEVA, Julia. *Tiempo de Mujeres*)

El tema que me propongo abordar comporta pensar tanto en la necesidad cuanto en el modo de articular un espacio de relaciones interpersonales - obviamente intersexuales - que nos permita a las mujeres historiarnos, como genérico y sujetos, desde un imaginario que partiendo de relaciones inter-subjetivas de reconocimiento mutuo (libres e iguales) posibilite la emergencia de identidades personales - a menudo controvertidas, múltiples y no cohesionadas, pero autónomas - que reconozcan su parcialidad - que no su falta - y se representen incardinadas en una comunidad de semejantes.

La cuestión de la identidad del yo, de la subjetividad, problema filosófico antiguo, ha incidido en análisis realizados desde diferentes disciplinas y se ha convertido en nodal para el feminismo. Una aproximación a este campo de estudio está relacionada con el problema de la representación de la diferencia sexual. En concreto, los diferentes

feminismos pretenden desvelar tanto la construcción de las identidades desde ideologías androcéntricas y misóginas como los efectos de estas subjetividades normalizadas: es decir, las formas variables de dominación que producen, las violencias que generan y los conflictos existentes en torno a cuestiones tan cruciales como la vivencia de la sexualidad, las asimetrías de poder y la violencia que subyace a ellas, los malestares psíquicos de las mujeres, los dominios de conformación de la ética, entre otras dimensiones.

Desde hace más de una década, en el seno del feminismo se está desarrollando un debate que ha convertido la cuestión de la identidad en un problema político ya que mientras algunas feministas defienden la necesidad de articular la experiencia de las mujeres para legitimarla y transformarla desde una perspectiva de género, otras a través de propuestas post-estructuralistas-discursivas inciden en la necesidad de cuestionar la lógica de las oposiciones binarias a fin de desvelar la violencia que produce la coerción y restricción de las normas dicotómicas de género. A pesar de su interés, este debate en torno a la dimensión filosófica política de las identidades no centrará esta contribución. Por el contrario, intentaré plantear cuestiones relativas a la dimensión intrapsíquica de las identidades de género en su relación con la violencia contra las mujeres.

En todas las culturas un amplio conjunto de ideas, representaciones, prácticas y prescripciones sociales, relativas a nuestra condición sexuada, conforman los papeles de género que simbolizan y construyen socialmente lo que 'es propio' de los hombres (lo masculino) y lo que 'es propio' de las mujeres (lo femenino). El género - como categoría de relación - actúa a modo de "deber ser social" que es generado y, a su vez, genera discursos que constriñen acciones y estrategias personales. Esta ordenación social no sólo es una astucia de la cultura que opera en la dirección de la reproducción de la especie, sino que, fundamentalmente, es un mecanismo que instaura relaciones asimétricas de poder que, en cada momento histórico, delimitan y definen las posiciones de los sujetos en función de su sexo. Posiciones que al adquirir estatus de *esencia* favorecen la legitimación y jerarquía social del género e inciden en las condiciones de posibilidad subjetiva, i.e, en alcanzar el estatuto de ciudadanía y, por lo tanto, acceder a la individuación, al saber, al disfrute de los recursos y a la plena autonomía.

Así, la diferenciación anatómica actúa como elemento discriminador al convertirse en desigualdad, en inferioridad, pues, a pesar de que cualquier diferencia "*per se*" no debe connotar ningún tipo de valoración, el sistema patriarcal, al introducir la distinción entre lógica de producción y lógica de reproducción - sus lógicas de la complementariedad y de la división sexual del trabajo -, facilitó que las diferencias sexuales se cargaran de valor y, en consecuencia, justificó la discriminación. Pero, no sólo eso, como señala Judith Butler (1990) partir de la dualidad sexual coloca en los

márgenes a un considerable número de sujetos y les niega la posibilidad de existir bajo la categoría de lo humano.

Una de las paradojas del pensamiento es que no refleja la realidad sino que la simboliza, con las consecuencias psicológicas, sociales y políticas que ello comporta, por lo que las interpretaciones socioculturales que se realizan de nuestra condición sexuada adquieren estatus de propiedades objetivas. En el proceso de socialización, el lenguaje es fundamental en la construcción del orden simbólico y del imaginario social y su función estructurante permite que la realidad simbolizada actúe como punto de partida en el proceso de construcción del sujeto y en sus posibilidades de relación diferenciada con el mundo. Por eso, en una cultura androcéntrica como la nuestra, el cuerpo, esa superficie que nos envuelve, actúa como bisagra que articula lo social y lo psíquico y es simbolizado en estos dos ámbitos. La representación intrapsíquica del cuerpo, lo subjetivo, necesariamente pasa por el imaginario e incorpora elementos de lo simbólico, de lo normativo, mientras que la representación social, de ese cuerpo vivido, se articula a partir de lo simbólico y lo cultural.

Esta doble dimensión de nuestra experiencia pone de manifiesto que tanto el género como la diferencia sexual están a la base de nuestra construcción subjetiva, pues la identidad psico-social es el resultado de nuestra construcción en sistemas de significado y representaciones culturales que están inscritos en jerarquías de poder. Como afirma Marta Lamas (2000) el cuerpo es campo tanto de la interpretación cultural, de la identidad de género producto del lenguaje y las prácticas y representaciones simbólicas que operan en cada contexto social, como de la simbolización derivada de los procesos intrapsíquicos vinculados a la vivencia de la diferencia sexual, por lo que las categorías masculinidad/feminidad y la manera en que cada sujeto asume su condición sexuada es fundamental en la estructuración psíquica del deseo y en su identidad social. La diferencia sexual no remite a la cultura, no es producto de ella - como ocurre con el género-, sino que apela al ámbito psíquico, a la subjetividad, por eso son tan importantes sus marcas, i.e, los malestares que puede generar. Y no quedan ajenos a estos malestares los modos en que tenemos experiencias de sujeto.

En la actualidad el avance de los movimientos sociales y la implementación de políticas públicas han favorecido cambios en todos los órdenes de la vida, impensables hace tan sólo algo más de medio siglo. Transformaciones que se manifiestan en las mentalidades, en leyes que propugnan la igualdad de derechos entre los sexos, en el reconocimiento del derecho a la educación y al trabajo de las mujeres, en la transformación de las estructuras familiares, en leyes contra la violencia de género etc. Sobre todo para las mujeres jóvenes este hecho ha supuesto poder alcanzar considerables desarrollos tanto en autonomía personal como en inserción socio-laboral. Sin embargo, el cambio de los modelos sociales no deja de ser paradójico y muy parcial

porque, por un lado, continúan vigentes idealizaciones trasnochadas de masculinidad/feminidad y además, cada día más, las mujeres soportamos la losa de una idealización inalcanzable: el mito de la "belleza, delgadez y eterna juventud" y, por otro, a pesar de la cada vez mayor apariencia de igualdad formal, en la vida cotidiana muchas prácticas sociales, de manera encubierta, continúan impidiendo que la igualdad entre varones y mujeres sea una realidad.

2. PROCESOS DE INDIVIDUACIÓN EN EL SISTEMA SEXO/GÉNERO

"Desde una perspectiva feminista ambos [varones y mujeres] son prisioneros del género, aunque de modos muy diferenciados pero inter-relacionados. Los varones como grupo siguen estando privilegiados en relación con las mujeres en la mayoría de las sociedades y existen fuerzas sistemáticas que generan, mantienen y repiten las relaciones de dominación de género." (FLAX, Jan. *Psicoanálisis y feminismo*)

2.1. DE LOS ORÍGENES Y MITOS DE LA FEMINIDAD

La mujer se piensa. Esta auto-constitución en espacio de pensamiento desencadena una alteración sin precedentes en la noción - de - realidad de lo humano,... la emergencia de un nuevo deseo: el del pensamiento de la mujer que busca una identidad propia... Y en nuestra situación cultural... la mujer no puede ser hecha realidad sino por la mujer, por una mujer que se busca desde su irrealidad... ya que el hombre (genérico, no individual) ha sido el constructor de la sombra de irrealidad donde la mujer se ignora... El deseo de realidad de la mujer es, inevitablemente, un deseo de poder sobre su propio inconsciente, sobre su naturaleza. (LORITE Mena, José. *El orden femenino. Origen de un simulacro cultural*)

Desde tesis antropológicas, se enfatizan los aspectos de la evolución que han determinado la relación de cada persona con el mundo y consigo misma, explicando las implicaciones que el determinismo biológico ha tenido como articulador del mantenimiento de la mujer en un orden de la naturaleza, en el interior de un orden que ha superado esta fase para convertirse en simbólico.

Como plantea Lorite Mena (1987) el factor casual de este desordenado orden fue un ejercicio de poder articulado en torno a la maduración de tres procesos fundamentales: instrumentación, aparición del lenguaje articulado y sexuación de las relaciones interpersonales. Lo fundamental de este nuevo orden simbólico - que se sitúa en los orígenes del proceso de hominización y que permitió sustituir la lógica biológica por una lógica objetival (instrumental, lingüística, sexual, económica, familiar) -, fue que no sólo permitió ver el mundo, sino que, y sobre todo, lo interpretó, estableciendo un 'hacer mundo' inexistente hasta entonces. El varón al interpretar el mundo contribuyó a su configuración estableciendo paradigmas. Y uno de ellos será la mujer.

El dimorfismo sexual se estructuró en una a-simetría social: el poder y la ausencia de poder. La elaboración y justificación cultural de esta asimetría delimitó el ser y el no-ser de la mujer, es decir la mantuvo en un orden de signos y no de símbolos. La diferenciación genérica de roles hizo posible que el varón heredara el poder del macho y, en consecuenal, al entrar en el orden simbólico, dotara al mundo de significados atribuyendo valor a los aspectos más importantes para él e infravalorando aquellos que no lo eran. Así, el varón configuró un imaginario, que perdura, en el que la mujer sólo alcanza valor en su relación respecto a él. La mujer adquiere vida y valor en tanto es 'mirada' por el hombre, y su existencia se significa en cuanto signo integrado en el orden simbólico patriarcal. Orden en el que la aparición de un mundo de significados, además de su utilidad operativa, modeló, marcó y categorizó a las personas, originando su espacio de representación individual y social.

La aparición de un orden simbólico - historiarse como genérico con realidad propia e individuarse - hizo que el varón 'superara' el orden biológico en todas sus relaciones pero mantuviera la estructura biológica de las relaciones macho-hembra a lo largo de la historia de las relaciones varón-mujer. A lo largo de los siglos la mujer ha continuado siendo signo social, sólo como transmisora a los hijos e hijas de la visión del mundo de los varones; signo sexual, sólo como reproductora y objeto de placer del varón; propiedad privada, como signo de poder del hombre y de su capacidad de transmitirlo: signo de imperfección por su diferencia con el varón. Esta representación del espacio subjetivo de las mujeres lamentablemente aún pervive.

Almudena Hernando (2000) mantiene que, ante la complejidad de la realidad vital, los seres humanos han sentido y seguimos sintiendo la necesidad de desarrollar mecanismos que nos orienten en el mundo y produzcan sensación de seguridad y control. Aunque las distintas representaciones simbólicas de la realidad, que cognitivamente ha construido cada grupo humano, generan mundos distintos en los que vivir, en todos ellos para construir esa realidad existente se necesita comprender la representación que se hace del tiempo y del espacio. Las referencias *espacio* y *tiempo* permiten establecer relaciones de posición entre los hechos observables. Así, mientras el espacio relaciona los hechos con referencias inmóviles el tiempo los relaciona con referencias móviles (Eliás, 1992; Tuan, 1987; *apud* Hernando, 2000). Asimismo, los modos esenciales que tenemos los humanos de representar la realidad son: la metonimia - a través de signos contenidos en la realidad que se representa, (bandera, iconografía) - y la metáfora - a través de signos arbitrarios, externos a la realidad e de símbolos (escritura, lenguaje lógico-matemático) -. El espacio se connota de mito, alude al rito y la emoción, por lo que es fundamentalmente femenino, mientras que el tiempo apela a la ciencia, a la sistematización, al orden y la razón y es fundamentalmente masculino. Hernando (2000; 120) afirma:

los hombres han utilizado a las mujeres en su transformación hacia la individualidad, sustituyendo la gratificación afectiva y emocional de los mitos con la gratificación afectiva que ellas, que seguían más vinculadas a los mitos, seguían necesitando dar y establecer para construir su identidad.

Para entender la individualización en el mundo occidental es fundamental tomar en consideración las transformaciones sociales acaecidas. Así, tanto el surgimiento de la burguesía como el pensamiento emancipatorio de la modernidad han contribuido, de manera relevante, a la individualización de la sociedad posibilitando que alguno de sus miembros se colocara en distintas posiciones sociales y personales y estableciera mundos nuevos en los que vivir. En principio la lógica nos lleva a pensar que los efectos de estos procesos de cambio social debían incidir por igual en ambos sexos, por lo que todos sus miembros, incluidas las mujeres, deberían haber podido acceder al estatuto de individuo. Pero, estrategias sutiles de exclusión desposeyeron a las mujeres del estatuto de ciudadanía. Para ello se utilizaron artimañas mitificadoras, como por ejemplo: el arquetipo de "amor cortés" en el que la mujer ocupó la posición de *objeto* de deseo y la idealización del "ángel del hogar", metáfora de sumisión y renuncia.

Además, los cambios de la modernidad afectaron a la concepción de la maternidad. Rousseau o Voltaire van a contribuir a facilitar esta transformación hacia la *nueva madre* que se caracterizará por condensar todos sus deseos de poder en la persona de sus hijos. Así, la mujer se desdibuja en favor de la madre hasta el punto de que la vida de la madre se subordina a la del hijo/a. Al poder que las mujeres *creían* poseer sobre los bienes materiales domésticos añaden el poder sobre sus hijas. Esta idealización de la maternidad la convierte en gratificante lo que lleva a aceptar sacrificarse y sacrificarlo todo en beneficio de sus hijos. La fagocitación de la madre por los hijos sólo puede entenderse desde la reificación del instinto maternal, instinto que con una especial fuerza cultural y social revela la manera como en el psiquismo inciden representaciones sutiles de la dominación de la mujer.

Este ideal no incluye ninguno de los rasgos que, sobre todo en las mujeres, la sociedad considera negativos: el egoísmo, la independencia, la angustia, la satisfacción del propio erotismo, más bien los excluye, negando en ellas cualquier tipo de necesidad, de demanda. Elisabeth Badinter (1980) plantea que esta mayor carga de responsabilidades referidas a la función materna llevó a mantener que la abnegación formaba parte de la naturaleza femenina, enfatizando que en ella residía la fuente de la felicidad de las mujeres. Con sus ideas Rousseau alcanzó un logro muy importante: ante cualquier supuesto error, la culpabilidad ganó el corazón de las mujeres. En este sentido, como he señalado, los varones construyeron el significado de las imágenes que delimitan el lugar de las mujeres en el mundo, - su subjetividad y destino social - conformando el imaginario femenino al servicio de las estructuras patriarcales. Además, al ser tan sutil su interiorización, se dificulta la toma de conciencia por lo que

a las personas se nos hace difícil resistirnos, ante todo el complejo proceso de configuración de lo imaginario y lo simbólico.

2.2. CONFORMACIÓN DE LAS IDENTIDADES Y CONSTRUCCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD: ESTEREOTIPOS Y NUEVAS FORMAS DE SEXISMO

Las mujeres -biológicas- han sido feminizadas -socialmente-: transformadas en sexo dominado. Convertidas -anulando su subjetividad- en reposo del guerrero. A través de los tiempos, la razón masculina (mayoría dominante/minoría oprimida) ha producido distintas aplicaciones: activo/pasivo, en Grecia; divino/demoníaco, en la Edad Media; razonable/irrazonable, en la Edad Moderna. Encarnan la razón las clases dominantes: varones, blancos, propietarios, heterosexuales, adultos, cuerdos, sanos, urbanos... Encarnan la sinrazón las clases dominadas: mujeres, personas de color, proletarios, homosexuales, niños, locos, enfermos, rurales... Como antes lo encarnaban lo activo y lo pasivo, lo divino y lo demoníaco. Las ciencias sociales, las sociologías y las psicologías, son dispositivos de aplicación de esta razón falocrática. (IBÁÑEZ, Jesús *Por una sociología de la vida cotidiana*)

Hombres veo que de hombres sólo tienen, sólo gastan el parecer y el cigarro, el pantalón y la barba (HERNÁNDEZ, Miguel. *Los cobardes: Obra poética completa*)

El concepto identidad, como sistema de codificación que auto-referencia al sujeto, es la síntesis de un proceso por el que se establecen las diferencias entre el yo y la alteridad. Para ello se elaboran procesos de categorización que se insertan de manera prospectiva y retrospectiva en relación, por un lado, con los intercambios con los otros individuos y, por otro, con el entorno y la relevancia o prestigio social de los grupos, ya que el estatus social del grupo de pertenencia influye sobre la identidad individual. La identidad permite tomar conciencia del sí mismo, del lugar que se ocupa en el mundo y en relación a los demás.

Frente a las teorías que defienden la unicidad de la identidad, de la individualidad, los teóricos de la cognición social, cuyos máximos representantes son Tajfel y Turner, sostienen que los procesos que subyacen a su origen no son exclusivamente individuales, sino que tienen una dimensión sociocultural en la que interviene tanto la relación -a la que subyace el reconocimiento- que la persona establece con otros miembros de su grupo, como la relación de su grupo con otros grupos. Por ello, las identidades individuales y colectivas son complejas, están en constante proceso y se construyen con múltiples influencias. La relación que se establece entre las categorías sociales y las interacciones sociales lleva a necesitar analizar su producción, ya que para comprender la conceptualización y organización de las relaciones sociales, así como el contenido de las diferencias relevantes, será necesario historiarlas. (SCOTT, 1996; WOODWARD, 1997) Las identidades personal y social sufren transformaciones vinculadas a circunstancias vitales que producen experiencias subjetivas diferenciadas y a las concepciones que tanto el sujeto como su contexto cultural tengan del mundo. En

este sentido, ante la diversidad humana, las identidades genérica, étnica, social, actúan como referente unificador.

Reconocer que las identidades son expresión de dinámicas de origen interno y externo al sujeto, tal como desde tesis socio-cognitivas argumentan Lorenzi-Cioldi (1988) y Amancio (1997), supone analizar la articulación entre los componentes singulares del yo y colectivos de la identidad y, en consecuencia, desvelar los efectos que producen las posiciones de subordinación social. Para ello se hace necesario establecer metodológicamente la diferencia entre grupos dominantes y grupos dominados.

El grupo dominante -Amorós (1985) lo denomina 'de los iguales'- será más bien una colección de individualidades, teniendo cada una su propia unicidad y especificidad, presentando cualidades personales -aparentemente extracategoriales- y propiedades idiosincrásicas. Su identidad será autónoma, interna, legítima e indiferente a la presión del grupo, y por ello los miembros que lo constituyen no necesitan autodefinirse con respecto a su grupo. Por el contrario, el grupo dominado -'de las idénticas', en palabras de Amorós- estará constituido por una mezcla de sujetos relativamente indiferenciados, lo que favorece elaborar su identidad alrededor de propiedades colectivas, definitorias del grupo, vinculadas a heteronomía, externalidad e indiferenciación, de ahí que sus miembros se autodefinan y sean definidos en referencia al grupo.

Desde una perspectiva socio-cognitiva Lorenzi-Cioldi (1988) denuncia la parcialidad y androcentrismo que subyace al concepto 'unicidad de yo' ya que mantiene una oposición radical entre lo personal y lo social. Asimismo, legitima la relación entre grupos dominantes y dominados, en particular al hacer referencia a las relaciones intersexuales, puesto que el concepto identidad del yo se encuentra cerca de la representación de lo masculino. Además, la construcción de ambos términos no puede desligarse de la presión de modelos sociales determinados por relaciones sociales asimétricas.

Como afirma Habermas (1976) en la identidad del yo se da una paradoja: el yo -en cuanto persona (público)- debe ser igual a todas las otras personas, pero -en tanto individuo (privado)- debe ser esencialmente diferente al resto de los individuos. Si se acepta por identidad del yo la competencia de un sujeto -capaz de lenguaje y acción- para responder ante determinadas exigencias y situaciones de manera consistente, se debe admitir que esta identidad se gesta en el proceso de socialización -en el que el propio cuerpo será un elemento esencial- permitiendo a la persona, en un primer momento, integrarse en un sistema social determinado para apropiarse de generalidades simbólicas, y posteriormente, a través de un proceso de individuación, llegar a establecer una creciente independencia con respecto a los sistemas sociales desde la que legitimar sus actos (BENHABIB, 1987; WOODWARD, 1997). Ahora bien, desde esta perspectiva el reconocimiento mutuo es imprescindible.

A pesar de que el reconocimiento de la unicidad y humanidad de cada persona constituye el núcleo de la democracia liberal, entendida como un modo de vida política y personal, en nuestra cultura la pertenencia a un grupo sexual se elabora en una relación asimétrica que une un grupo al otro grupo, constituyendo los fundamentos de la identificación colectiva de los individuos. De este modo, los hombres - como genérico - pertenecen a los grupos dominantes y colección, mientras que las mujeres -también como genérico - pertenecen a los grupos dominados y agregados (Lorenzi-Cioldi, 1988). En opinión de Amorós (1985), opinión que comparto, el poder nunca es de los individuos, sino de los grupos y sólo puede implantarse en aquel espacio en el que los sujetos se reconocen mutuamente, en el espacio de los iguales porque, apropiándose de su expresión, poder es poder diferenciarse. Estos desarrollos teóricos permiten poner de manifiesto la dificultad de las personas pertenecientes a determinados grupos, prácticamente en el caso de las mujeres una mayoría, para individuarse y ser sujetos autónomos.

Aun cuando no entremos en el debate, considero de interés señalar algunas reflexiones que desde el feminismo se hacen a la cuestión de las identidades. Seyla Benhabib (1990) considera necesario partir de una idea de identidad que afirme que la naturaleza interna, aún siendo única no es algo dado e inmutable. Las interpretaciones de las necesidades y motivos individuales llevan consigo las huellas de aquellas experiencias, fantasías y anhelos de la infancia, así como los fines autoconscientes de la persona [...] Todo acto de auto-referencia expresa simultáneamente la unicidad y la diferencia del self, así como lo común que hay entre los selves.

Igualmente propone que

la identidad debe ser pensada como instancia de segundo orden, como capacidad reflexiva de un individuo para generar activamente significados futuros a partir de su biografía pasada y presente, así como la capacidad dinámica de una persona para comprometerse con otros yoes.

(Propuesta de identidad en la que se contempla la posibilidad de modos futuros de otredad desde las formas actuales de la constitución del género.)

Por su parte, ante el epitafio de Simone de Beauvoir *no se nace mujer, se llega a serlo*, Butler (1990) cuestiona que la identidad generizada se convierta en locus corpóreo de significados culturales tanto recibidos como innovados, y que el llegar a ser suponga todo un proceso corpóreo de interpretación dentro de una red de normas culturales totalmente establecidas. Afirma que cuando se concibe el cuerpo como locus cultural de significados de género, deja de estar claro qué aspectos de este cuerpo son naturales o cuáles carecen de impronta cultural. ¿Cómo vamos a encontrar el cuerpo que preexiste a su interpretación cultural? Si el género es determinado en la dialéctica entre cultura y elección ¿a qué rol sirve entonces el sexo? y, ¿deberíamos concluir que la

distinción misma entre sexo y género es anacrónica?. Para dar cuenta de lo problemático de la noción de identidad de género y de la necesidad de desafiarla Butler (1990) señala que el sistema de género diádico posibilita el mantenimiento de posiciones feministas que, al considerar la diferencia sexual un hecho irreductible, reifican el aspecto femenino cayendo en propuestas esencialistas. Concibe a la mujer como «el orden metafísico del llegar a ser, es inventar la posibilidad de su experiencia incluida la posibilidad de no llegar a ser nunca una *mujer* sustantiva, autoidéntica.

Es evidente que tanto las propuestas de Lorenzi-Cioldi como las de Benhabib sitúan al mismo nivel lo personal y lo social, integrándolo, al tiempo que desvelan el sesgo androcéntrico sobre el que se asienta el orden social. Benhabib ante la constante dualidad personal-social; público-privado defiende que la validez de las normas morales viene dada por el solo procedimiento discursivo. Sin embargo, actualmente, incluso en el hiperdesarrollado mundo occidental la posición de género - garante de dualidad-actúa como eje vertebrador en el mantenimiento de las relaciones de poder. El efecto estigmatizador del estereotipo sexual es tal que, el desarrollo de las potencialidades en las mujeres - de su subjetividad - depende, casi exclusivamente de la valoración que de ellas se hace, en cada momento histórico, desde el complejo entramado jerárquico que conforma el orden patriarcal.

En este contexto, la interacción de los fenómenos que subyacen a los procesos identitarios -en los que intervienen: los diversos registros biológicos de la condición sexuada; las prácticas culturales de crianza y los contextos político, económico y social- constituye la subjetividad, pues en ella se imbrican, como afirma Marcela Lagarde (1998), los conocimientos, habilidades y destrezas del sujeto con su afectividad y experiencias. La subjetividad es pues producto de la articulación de las cosmogonías, filosofías, valores y normas del sujeto, la síntesis, de dimensiones éticas y socio-culturales incardinadas en un cuerpo vivido, que subyacen en el reconocimiento del sujeto como individuo.

El hacer psicosocial de la identidad de género es un logro socialmente organizado. Por medio de la socialización los dispositivos de control socio-cultural someten a los individuos a un conjunto de prácticas que les permiten desarrollar repertorios de conductas, valores y creencias para hacer frente y adaptarse a unas condiciones sociales concretas y dar forma a relaciones sociales vividas según patrones preestablecidos. Sin embargo, el hecho de que los acontecimientos de la vida cotidiana, las informaciones que se reciben, las relaciones que se establecen, las expectativas e intereses que se crean, se presenten con un cierto grado de ambigüedad favorece que cada persona elabore su propia visión del mundo. Ahora bien, no se puede pensar que esta elaboración constituya un proceso meramente individual puesto que todo sujeto está incardinado en un amplio y complejo entramado en el que diferentes órdenes

actúan. En primer lugar, es básico el papel de la familia en la transmisión de los procesos fundamentales del desarrollo psíquico. Del mismo modo, la pertenencia a diferentes grupos sexual, social y étnico –que en ocasiones constituyen minorías– incide en la elaboración de la propia realidad, favoreciendo que sus miembros compartan sistemas de pensamiento y representaciones. Por ello, será en la encrucijada de lo social y lo psíquico donde se instale el sujeto, donde se simbolice. Pero, ¿qué es lo que atraviesa la aprehensión de lo cotidiano, de lo normativo?, ¿qué lugar ocupa en este devenir el sistema sexo/género? y ¿cómo se justifica la asimetría entre los sexos? El propio discurso científico nos permitirá desentrañar estos interrogantes.

Las representaciones sociales, en tanto estructuras cognitivas, facilitan una aprehensión rápida y eficaz de fuentes de información que, por el hecho de ser simbólica y estar contextualizada –como ocurre con la información social–, se presenta de manera ambigua y confusa. Las representaciones actúan preparando la acción, inciden tanto en el comportamiento subjetivo como en la configuración del mundo y nos inscriben en relaciones colectivas concretas, de ahí su importancia en los procesos de identidad y en la construcción de los estereotipos. Cuando las relaciones intersubjetivas se asientan en posiciones asimétricas, frente al desarrollo de espacios de reconocimiento, se significan los estereotipos.

El concepto estereotipo apela a un conjunto rígido y estructurado de creencias infundadas que comparten los miembros de la sociedad sobre características personales (rasgos de personalidad, atribuciones, expectativas, motivaciones) y/o comportamientos propios de un grupo específico. Desdibujan los límites de la individualidad al homogeneizar las características de las personas que constituyen una categoría a fin de facilitar una comprensión sencilla y rápida de los procesos psicosociales, i.e. el consenso social y cultural que se construye sobre una cuestión conforma un estado de opinión que anula toda especificidad. En su sentido negativo los pensamientos estereotipados evocan actitudes de prejuicio y conductas discriminatorias. Así, los estereotipos permiten justificar de forma simplista la naturaleza de las relaciones entre los grupos, puesto que desde el conocimiento estereotipado –que tiene una fuerte carga emocional– se filtra de manera reduccionista la realidad objetiva, homogeneizando a los miembros de un grupo y, por lo tanto, objetualizándolos. Esta actividad cognitiva permite al sujeto confirmar algunas de sus creencias y adaptarse al medio en el que está inmerso. Cuando los grupos pueden definirse en función de características físicas –por ejemplo el sexo, el color de la piel– los estereotipos son percibidos como 'categorías naturales'.

Los estereotipos se aprenden e interiorizan en procesos de interacción social y facilitan tanto la valoración positiva del propio grupo como la justificación de las percepciones del exogrupo. En el mantenimiento de las viejas definiciones sociales y

en el establecimiento de las nuevas, las elites políticas, económicas e intelectuales han desempeñado y desempeñan un papel fortísimo, a menudo no consciente (SALTZMAN, 1989). Si, además, tenemos en cuenta que durante largo tiempo –no creo que resulte exagerado decir siempre– las elites han sido abrumadoramente masculinas, no debe sorprendernos que muchas definiciones sociales estereotipadas sean androcéntricas. Los estereotipos de género cumplen una función simbólica pues a través de ellos se ha favorecido la matriz de todas las dominaciones: la dominación de las mujeres por los hombres.

Por todo ello, la categorización cognitiva resultante de todo conocimiento estereotipado no se fundamenta en una correspondencia de atributos manifiestos, i.e. en el fenotipo, sino que es un proceso de inferencia que remite al nivel subyacente, el genotipo. Dado que los estereotipos sexuales –en cuanto construcción subjetiva– más que del sujeto *hablan* del personaje, de la máscara, es fácil observar que, a pesar de presentarse como complementarios, guardan poca relación con las actitudes, capacidades y conductas de varones y mujeres en la vida real, lo cual puede llegar a producir conflictos.

En el deslizamiento del sexo –desde las instancias biológicas a un espacio de posibles delimitado por la cultura– será donde se intercale el género como resultado de un proceso de tipificación. Cada cultura, a lo largo del tiempo, ha establecido, respecto a la diferencia anatómica, una interpretación socio-histórica y simbólica y en esa trama los sujetos van a establecer la diferencia entre el 'yo' y la 'otredad'. En esta evolución se articulará el orden de las representaciones, que actuará tanto en la sexualidad (en la elección de objeto) cuanto en la identidad de género (la internalización del sistema de creencias y valores relativos a la diferencia sexual), y permitirá al sujeto actuar por un saber aprendido y transmitido en la cultura, lo que le posibilita individuarse en la forma de combinar simbólicamente el deseo. (BENLLOCH, Martínez y BONILLA, 2000).

Como ya señaló Rubin (1975) al conceptualizar el sistema sexo/género, en las sociedades conocidas –para justificar las diferencias de valor y poder asociadas a nuestra condición sexuada–, los pueblos han articulado un amplio conjunto de convenciones por las que se transforma la sexualidad biológica en productos de la actividad humana, en los que se satisfacen las necesidades sexuales transformadas y se establece una ordenación jerárquica de los sexos. Así, al ser el género una categoría que introduce la distinción relativa a la cultura lleva a que se defina como un 'deber ser' social que actúa como ideal regulador al convertir las creencias en mandatos. 'Deber ser' en el que son agentes privilegiados madres, padres, profesorado y medios de comunicación. De este modo, el concepto 'género' evidencia la naturaleza psico-social, y no 'natural', del ser varón o mujer, configurando no sólo un conjunto de roles sociales sino también una

subjetividad sexuada que 'legitima' un determinado modo de 'ser' y de 'estar' en el mundo. En nuestra cultura, la categoría género es tan relevante que convierte en prácticamente irreversible ese proceso (BENHABIB, 1992; MARKUS et al., 1987; SPENCE, 1993).

Afirmar que los papeles de género son culturales implica reconocer su origen situacional y considerarlos una construcción que identifica las transacciones adecuadas para cada uno de los sexos. Esta tesis, defendida por un considerable número de investigadoras feministas (BOHAN, 1993; HARE-MUSTIN & MARECEK, 1994; MALSON, 1995; UNGER, 1997), mantiene que 'a priori' no existe ninguna característica, conducta o posición social que pertenezca intrínsecamente a uno de los sexos, por el contrario, el género apela al lugar donde el cuerpo rompe a hablar, donde se inscriben y se explicitan las diferentes posiciones que ocupan los sexos en las relaciones de poder (BARBERÁ & MARTÍNEZ BENLLOCH, 2004; LAGARDE, 1998; RUSSO & GREEN, 1993; TUBERT, 2001).

A lo largo de la historia, tanto en la mitología como en la vida cotidiana, el carácter normativo de lo masculino (representado por un cuerpo armónico y un espíritu modélico) ha prevalecido convirtiéndose, por ello, la diferencia en desigualdad respecto al modelo hegemónico. Indicadores del grado de desigualdad de una sociedad son tanto la dominancia de los varones en la esfera política y económica como la violencia física, psicológica y simbólica ejercida sobre las mujeres, pues ésta constituye uno de los pilares del mantenimiento de las asimetrías de poder entre los sexos (BOURDIEU, 1999; LORENZI-CIOLDI, 1988; SANDAY, 1981; TUBERT, 2001).

Toda relación asimétrica necesariamente implica un reconocimiento desigual, por lo que para comprender la experiencia subjetiva debemos considerar la articulación sujeto-cultura. En este sentido, la investigación desde la perspectiva de género, al analizar los efectos derivados de las complejas relaciones que se articulan en el trípode: *diferencia, desigualdad, opresión*, ha aportado, y debe seguir aportando, propuestas que permitan implementar modelos transformadores de las instituciones de lo simbólico, propuestas que subviertan los mitos y fantasmas que cada cultura articula para significar la masculinidad y la feminidad (MARTINEZ, BENLLOCH y BONILLA, 2000). Pero, además, no debemos olvidar que el sistema de género no sólo jerarquiza las relaciones entre los sexos sino que la significación social de la dicotomía sexual constituye un conflicto para muchas personas, entre otras, las intersexuales o transexuales.

La investigación sobre los efectos psicosociales de los estereotipos se ha llevado a cabo fundamentalmente en dos dominios, el sexual/género y el racial/etnia (FERNBERGER, 1948; KATZ & BRALY, 1933; TERMAN & MILES, 1936). En ambos el referente definicional es el mismo, aunque la carga evaluativa va a ser diferente, mostrándose más rígidos y negativos, mucho más cristalizados, los estereotipos raciales que los de género, aun cuando las implicaciones de ambos son similares. Por ello, las mujeres de étnias y

culturas marginales sufren una doble exclusión. Seguramente la necesidad de legitimar situaciones de discriminación y desigualdad social, fundamentalmente de supervivencia infrahumana en países no desarrollados, esté en el fondo de esta rigidez.

Lo expuesto nos lleva a reconocer la importancia que, en nuestra cultura - entendida ésta como conjunto de las interrelaciones de las diversas prácticas sociales -, adquiere la representación del propio cuerpo, pues será nuclear en el desarrollo de la subjetividad. Es decir, un hecho biológico (el dimorfismo anatómico) se estructura en fenómeno social en el que la influencia de ciertas elaboraciones ideológicas de la cultura marcará un amplio repertorio comportamental y psíquico, que reproduce las sociedades estableciendo distinciones que asocian sexo, clase o étnia con rasgos sociales, características psicológicas y posición social.

El imaginario social de cada momento histórico impone un perfil específico impregnado del sistema de creencias de esa época, por el que los cuerpos sexuados se recrearán en un proceso social que individualmente, mediante el hilo ontogenético, los construye y socializa (DURÁN, 1987), pero también los somete, pudiendo llegar a enfermarlos, por lo que son múltiples los destinos del cuerpo. En suma, es en el cuerpo donde se inscriben las demandas sociales y es en él donde, con mayor facilidad, se constata la normalización pues, frecuentemente, los cuerpos postergan sus deseos en beneficio del ajuste social. Cada vez con mayor frecuencia, los resultados de las investigaciones ponen de manifiesto que el sexo no es una esencia (piénsese en el transexualismo) sino una contingencia y el género una construcción social, lo que implica que las diversas especificidades culturales (aun aceptando la globalización) producen representaciones y percepciones de la diferencia entre varones y mujeres que posibilitan formas diversas de inscripción e integración en el orden social, generando, por consiguiente, enormes diferencias intraindividuales e interculturales.

Pero, ante las transformaciones sociales que se han producido en los últimos tiempos ¿nos atrevemos a afirmar taxativamente que nuestra sociedad continúa HACIENDO GÉNERO? Responder a este interrogante implica reconocer que a pesar del evidente cambio en las relaciones entre los sexos y del avance personal de las mujeres para dar cuenta de los fenómenos sociales todavía, tanto desde las distintas teorías psicológicas como desde la cultura popular, a menudo, se recogen y justifican descripciones idealizadas de las relaciones entre mujeres y varones, en las que algunas propiedades supuestamente 'esenciales' de las diferencias entre los sexos estructuran distintos dominios de la experiencia social, habiendo, en general, un fuerte consenso sobre las características específicas de los arquetipos de género. West y Zimmerman (1991) señalan que masculinidad y feminidad se ven como prototipos de expresión esencial que caracterizan básica y profundamente a la persona, pudiendo manifestarse en cualquier situación social por medio de actos convencionales que muestran nuestra

asignación en las relaciones. Así, hacer género significa crear disimilitudes entre niños y niñas, de tal modo que una vez construidas, éstas son utilizadas para reforzar la ilusión de la esencialidad del género. En otras palabras, como postula Tajfel (1981), es establecer procesos de categorización social que comportan sistemas de orientación que crean y definen las posiciones de una persona en la sociedad, incidiendo en el desarrollo de fenómenos molares tales como: la cosmovisión, el estilo de vida, el autoconcepto etc.

Así pues, se observa una amplia variedad de marcos institucionalizados que favorecen una generización de los espacios vitales. En este sentido los discursos literarios y mediáticos constituyen un medio extraordinario por el que se transmiten no sólo las representaciones arquetípicas de las relaciones entre los sexos, sino también un amplísimo conjunto de elementos que constituyen el gran LOGOS. De este modo, la ficción actúa como espejo y vehículo de las ideologías inscribiéndose en los diferentes contextos sociales, políticos y culturales, como creaciones enteramente autónomas que funcionan a modo de realidad. En estas producciones discursivas la representación que se hace de las mujeres y de sus espacios vitales esconde la dominación que, en la sociedad patriarcal, se ejerce sobre ella, alimentando mitos que plasman los fantasmas, el imaginario masculino sobre las relaciones entre los sexos que sobreviven en las tradiciones y mentalidades. Aunque, desde siempre, algunas mujeres han intentado contribuir a la elaboración de discursos acerca de sí mismas y de sus posiciones de sujeto, esforzándose por dar un significado a las representaciones literarias y sociales que las definen, estos intentos tienen mucha dificultad para ser visibilizados y producir transformaciones. Como plantea Ana Brawer (1990) esa invisibilidad se ha debido, en gran medida, a que esas otras miradas, las miradas de las mujeres -por tanto diferentes y heréticas respecto al orden del discurso-, legitiman un sentir propio y distinto del orden dominante. A menudo cuando la mujer toma la palabra, esa palabra es rebelde derivándose de ello un cuestionamiento del orden y de la naturaleza, i.e. se rebela contra el orden simbólico.

Más allá del manifiesto avance en el proceso de individuación de muchas mujeres, (es considerable el aumento de mujeres que: tienen trabajo remunerado, son estudiantes universitarias, ejercen profesiones liberales, e incluso pueden ser empresarias o ministras, pero sobre todo pueden vivir libre y autónomamente), todavía, en el mundo occidental (en las otras culturas huelga plantearlo), esta posibilidad de desarrollo personal continúa siendo inalcanzable para otras muchas. Posiblemente debamos abordar el tema del sexismo con matizaciones y para ello preguntarnos si a estas nuevas manifestaciones de relación y reconocimiento intersexual subyacen modernas formas de discriminación, de sexismo hacia las mujeres, que, de manera

encubierta, fundamentalmente por medio de las nuevas posiciones y demandas sociales, siguen manteniendo juicios que actúan fomentando creencias estereotipadas.

Como en toda respuesta evaluativa, en el sexismo intervienen diversos componentes: afectivo, cognitivo y comportamental. El componente afectivo apela a los sentimientos o emociones derivados de creencias relativas al objeto que desencadena la actitud, siendo el prejuicio, como evaluación negativa, uno de sus elementos. Por su parte, el *estereotipo* es el componente cognitivo que nos aproxima a la percepción del objeto con pensamientos e ideas preconcebidas y, por último, dar un trato de inferioridad, discriminar, actúa como componente comportamental.

También conviene señalar una particularidad del "sexismo": los sentimientos sexistas no son equiparables al prejuicio tal como lo entendió Allport al definir el prejuicio racial. El hecho de que las relaciones intersexuales se sustenten en relaciones de intimidad (maternidad-paternidad y relaciones amorosas) dificulta un rechazo explícito hacia el sexo opuesto y permite que se de una profunda ambivalencia y, por lo tanto, que coexistan sentimientos subjetivamente positivos y de hostilidad. Actualmente este antagonismo de pensamientos y sentimientos se manifiesta en dos tipos de sexismo.

Por un lado, nos encontramos ante actitudes que explícitamente responden al prejuicio y la discriminación al fundamentarse en la "supuesta" inferioridad de las mujeres, por lo que son fácilmente detectables y denunciables. Este tipo de actitudes forman parte de lo que Glick y Fiske (1996) denominan "sexismo hostil" y se manifiesta en creencias como, por ejemplo: mantener que las mujeres utilizan su atractivo sexual para ganar poder y controlar a los hombres. Por otro lado, en la vida cotidiana observamos todo un conjunto de actitudes ambivalentes -el "sexismo benevolente"- que, aunque se siguen fundamentando en la dominación tradicional del varón, y por lo tanto continúan estereotipando a las mujeres, son mucho más difíciles de detectar porque actúan a modo de trampa. La trampa radica en que a pesar de circunscribir la vida y los espacios de las mujeres a los requerimientos de los papeles de género, estas actitudes son percibidas como sentimientos y acciones positivos hacia ellas pues estimulan comportamientos pro-sociales de integración y potencian relaciones de intimidad, es decir, se manifiesta en actitudes cariñosas, lo que no visibiliza sus efectos discriminatorios. Por ejemplo: alabar las habilidades de las mujeres en el cuidado de los niños; considerar que para la mujer por encima de todo está su familia. Manifestaciones de sexismo a las que, de manera preferente, están sometidas las mujeres y en las que el control del cuerpo y de la sexualidad ocupa un lugar relevante.

Las manifestaciones de sexismo hostil siguen perdurando en aquellas culturas que mantienen como valor: el paternalismo dominador (control familiar); la competitividad entre los sexos (al poder estructural de los varones, que les capacita

para el control de las instituciones políticas, económicas, religiosas y legales, se contraponen el poder emocional-diádico de las mujeres, poder que radica en su capacidad reproductiva); y, por último, la hostilidad heterosexual (percepción, por parte de los varones, de que el poder sexual de las mujeres supone peligro y manipulación).

Frente a estas creencias el sexismo benevolente se sustenta y realimenta en el siguiente trípede: paternalismo protector (la mujer debe ser cuidada y protegida); diferenciación de género complementaria (la contribución de las mujeres a las cuestiones de la vida - madre y esposa - es muy válida porque sus capacidades y características complementan las de los varones); e intimidación heterosexual (la paternidad de los varones, como grupo dominante, depende de las mujeres lo que lleva a idealizar a las mujeres como objetos de amor romántico - educación sentimental).

He intentado poner de manifiesto que las posiciones de género, garantes de la perpetuación de la hegemonía del grupo dominante, producen efectos en la producción social y subjetiva de la existencia. Las experiencias personales en posiciones de subordinación conllevan costes que no sólo repercuten en la salud física y psíquica, sino que inciden en el aislamiento social.

En su dimensión social, no son ajenos a estos efectos experiencias como: "doble jornada", "feminización de la pobreza", "suelo pegajoso", "techo de cristal".

En su dimensión intrapsíquica el peso de la definición cultural de la femineidad y sus idealizaciones ("idealización de la maternidad", "nido vacío", "idealización de la delgadez, de la eterna juventud" Fátima Mernisi nos recuerda que el burka de las mujeres occidentales es la idealización de belleza, delgadez y juventud), esos efectos de la cultura se adivinan en un amplio repertorio de síntomas que presentan una prevalencia significativa entre las mujeres. Los trastornos alimentarios asociados al ideal de delgadez, los trastornos psicósomáticos, en los que interactúan cuerpo, mente y contexto social, básicamente: angustia y estrés, depresión-indefensión, ansiedad, fibromialgia y, por último, los efectos socio-psico-somáticos de la más perversa de las violencias: la violencia contra las mujeres.

En síntesis, la ordenación social que sostienen los modelos de género es un mecanismo que instaaura relaciones asimétricas de poder que, en cada momento histórico, delimitan y definen las posiciones de los sujetos en función de su sexo. Posiciones que al esencializarse inciden en las condiciones de posibilidad subjetiva, en alcanzar el estatuto de ciudadanía, es decir, en el acceso a la individuación, al saber, al disfrute de los recursos y a la plena autonomía. De esta manera considerada por muchos natural, la subjetividad femenina se construye sosteniendo el peso de la cultura y su mal-estar. Se articula así un orden simbólico que permite someter a las mujeres a condiciones de identidad que coartan su alteridad. Conviene señalar que a menudo muchas mujeres se posicionan maternalmente aún cuando no tengan hijos.

3. IMPLICACIONES DE LA GENEERIZACIÓN

Desigualdad-discriminación-violencia forman parte de un particular circuito de realimentación mutua que se despliega a través de la producción social de las diversas formas de aceptación que legitiman tanto la desigualdad como las prácticas discriminatorias y, a la vez, invisibilizan los violentamientos. [...] Puede considerarse que los procesos de desigualdad-discriminación-violencia no son en rigor invisibles sino que están invisibilizados. [...] Se han invisibilizado en un complejo proceso sociohistórico. (GIBERTI, Eva & FERNANDEZ, Ana. M *La mujer y la violencia invisible*).

La legitimación es un instrumento privilegiado que confiere a los privilegiados el privilegio supremo de no aparecer como privilegiados. (BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*)

3.1. SUBJETIVIDADES FEMENINAS "VULNERABLES" Y SUBJETIVIDADES MASCULINAS "DOMINANTES"

Para los varones, el poder racional y económico; para las mujeres, el poder de los afectos. Esta distribución de áreas de poder ha tenido efectos de largo alcance sobre la salud mental de varones y mujeres. En el caso concreto de las mujeres, la centración en el poder de afectos fue un recurso y un espacio específico, dentro del ámbito doméstico, mediante la regulación y el control de las emociones que circulaban dentro de la familia. (BURÍN, Mabel. *Género y psicoanálisis: subjetividades femeninas vulnerables*)

La posición de género (femenino o masculino) es uno de los ejes cruciales por donde discurren las desigualdades de poder, y la familia, uno de los ámbitos en que se manifiesta. Esto es así porque la cultura ha legitimado la creencia en la posición superior del varón: el poder personal, la autoafirmación, es el rasgo masculino por antonomasia. Ser varón supone tener derecho a ser protagonista (independientemente de cómo se ejerza ese derecho). (BONINO, Luis. *Micromachismos*)

Muchos discursos teóricos continúan hablando de la subjetividad femenina articulada en la construcción simbólica de la mujer como madre, hablan, en suma, del sujeto humano mujer incardinada en el orden social patriarcal, construida como sujeto deseante en interacción con la cultura que la subordina y aliena. Toman como punto de partida el *statu quo* de las mujeres para explicar sus experiencias y psiquismo lo que implica invisibilizar las relaciones asimétricas de poder entre los sexos y, en consecuencia, obviar que la dualidad social masculino/femenino y sus funciones, actúan como eje vertebrador en el mantenimiento de la opresión hacia las mujeres. Los mitos en torno a la femineidad, que en gran medida se apoyan en el amor romántico entendido como dependencia y adicción, enfatizan la posición de esposa y madre como lugar de abnegación, sacrificio, renuncia personal y preocupación absoluta por el bienestar de los otros. Esta idealización tan anuladora de la individualidad produce

efectos de tal magnitud (sumisión, devaluación personal, dependencia de los varones – como figuras de autoridad- negación de toda necesidad personal, necesidad de ser querida etc.) que coloca a las mujeres en posiciones de vulnerabilidad, por lo que se hace necesario vincular subjetividad y política para, desde ese marco, implementar políticas de intervención y acción positiva.

Actualmente muchas mujeres siguen considerando que lo que da sentido a su vida es la maternidad (piénsese en las Técnicas de Reproducción Asistida). Colocadas en esa posición a menudo se mantienen sujetas a lo cotidiano sin posibilidad de proyecto propio; identifican el goce femenino con el goce místico ya que de lo contrario se sienten perversas o furcias; como educadoras, perpetúan el orden androcéntrico a través de la transmisión de los roles de género, taponando así la angustia ante la pluralidad de formas que puede adoptar el deseo. Este ideal maternal justifica su completud y omnipotencia narcisista, idealización que, muchas veces, contrasta con su impotencia real y su intensa necesidad de ser amada para poder autovalorarse. Estas creencias anidan una concepción naturalizada de la maternidad que posibilita alimentar la fantasía de satisfacción plena, de indiferenciación fusional con el Otro, y no una consideración en términos simbólicos, como una representación ideológica. Este imaginario social de la maternidad está mediatizado por una estructura social que oculta sus resortes y cuya finalidad básica será no alterar la estabilidad del sistema. Para ello, las mujeres se convierten sin saberlo, y la mayoría de las veces sin quererlo, en agentes del orden establecido, sobredimensionando como señala Ferro (1991) el hecho de que un hijo/a les devuelve su narcisismo perdido, su integridad narcisista.

Como afirma Asunción González de Chávez existe una estricta normativa que conforma el ideal del comportamiento materno. Esta normativa permite perpetuar el dominio masculino, así:

la sumisión femenina tiene también la función de proteger la imagen del hombre. La virilidad de éste parece DEPENDER de la subordinación de la mujer, quien estaría abocada a ocupar un rol materno en relación a su marido, al sexo masculino en general, en cuanto tiene que 'defender su reputación' 'aparentando' ignorancia, inferioridad" (1998; 308) se debe "suprimir de la psique femenina todos aquellos impulsos que implican autonomía, autoafirmación, placer... pues la Norma (la moral, las religiones, las ciencias psicológicas...) prescriben que una buena madre –una buena mujer- debe desarrollar ante toda capacidad de autorrenuncia y una constante disponibilidad hacia las necesidades de los otros. (1998; 316)

Ante este panorama y ante la ausencia de espacios en los que, como afirma Rosaldo (1979), las mujeres puedan hacer demandas de forma legítima, a menudo éstas articulan mecanismos sutiles que obligan a los otros a satisfacer esas demandas. Estos mecanismos siempre están adscritos al poder de los afectos, poder que, en gran medida, se vuelve contra las propias mujeres porque más que un poder es un yugo, ya

que poner en juego ese tipo de astucias las inhibe frente al derecho legítimo de autoafirmación y explicitación directa de sus intereses.

Si aceptamos que el orden simbólico es el que permite la estructuración del sujeto sexuado en la cultura, la estrategia deseante de cada sujeto vendrá dada por las diferentes posiciones que asuma respecto a esa diferencia simbólica, diferencia que se sostiene en representaciones cuya significación es histórica. Como afirma M. Jesús Buxó (1878;49) el peso de las ideologías subyace a las tipificaciones:

son las condiciones de orden simbólico las que han permitido originar y mantener culturalmente las formas elaboradas de comportamientos sexo-sociales diferentes (...) Las ideologías sirven para justificar las acciones y asegurar la identificación y la regularidad del comportamiento de los individuos en sociedades específicas (...) toda ideología es poder. Y de esta ideología participan todos los miembros de la sociedad: dominantes y dominados.

Abordar aunque solo sea someramente, el destino de las pulsiones infantiles nos puede permitir avanzar en el deseo de transformación social. Una revisión desde la perspectiva de género del desarrollo psicosexual de la niña que parta de la base de que la maternidad no es lo que define la femineidad, permitirá establecer la existencia de lugares posibles para la mujer en o al margen de la maternidad.

En la socialización de las criaturas se trasmite ideología y ésta contribuye a conformar el sistema superyó-ideal del Yo. Además, en este momento del desarrollo es cuando se construye el sujeto psicológico y las marcas o efectos de este sistema son innegables. Como señala Burín (1996, 61-95), es evidente que todas las mujeres no tenemos la misma subjetividad, los diversos modos de subjetividad femenina están íntimamente relacionados con la ubicación social de las mujeres en la estructura patriarcal. De esta ubicación dependerá que el proceso de exclusión produzca marcas diferentes de unas mujeres a otras.

Siguiendo a esta autora vamos a plantear el diferente destino que, en niños y niñas, tienen dos procesos intrapsíquicos fundantes de la subjetividad, como son: la pulsión hostil y el juicio crítico, En las prácticas de crianza se ponen en juego diferentes mecanismos en función del sexo de las criaturas, frente a una potenciación de la pulsión hostil en los niños, en la dirección del acceso al conocimiento y al control del medio a través de la independencia y la autonomía, en las niñas está pulsión se inhibe y, en consecuencia, se reprimen tanto la autonomía y asertividad como la agresividad. Durante la infancia se desencadenan mecanismos psicológicos que llevan a transformar las pulsiones en deseos o en afectos. Los deseos se desarrollan a partir de pulsiones que invisten representaciones, es decir, que producen cargas libidinales capaces de transformar lo que se desea. Analizar el devenir del deseo hostil –deseo diferenciador que permite la creación de nuevos deseos, como por ejemplo el deseo de saber y el

deseo de poder- nos permitirá comprender la posición de las mujeres en las experiencias de violencia de género.

En la primera infancia en contraposición al deseo amoroso se desarrolla la pulsión hostil. Mientras que el deseo amoroso se manifiesta en experiencias de goce y satisfacción libidinal en el vínculo identificatorio madre-hijo/a, la pulsión hostil enfatiza las diferencias y lleva a la criatura a enfrentarse al vínculo fusional. A diferencia de lo que ocurre con los niños, a los que se les estimula a romper el vínculo con la madre y 'salir' al mundo, a las niñas, por lo general, se les reprime esa capacidad a fin de mantener la identificación con la madre y con su posición. Vinculado a este proceso es interesante diferenciar entre lo que supone un desarrollo de afectos como la hostilidad, y un desarrollo de deseos, como el hostil.

La hostilidad es un afecto complejo resultante de la frustración de una necesidad (FREUD, 1895, 1915, 1923), es un afecto que, según su intensidad, provoca movimientos de descarga para la tensión insatisfecha, bajo la forma de estallidos emocionales (cólera, resentimiento) o bien algunas de las vicisitudes de las transformaciones afectivas (su transmutación en altruismo), o su búsqueda de descarga mediante representaciones en el cuerpo (una investidura de órgano). (...) en tanto la hostilidad como desarrollo afectivo busca su descarga bajo diferentes formas, el deseo hostil, por el contrario, provoca nuevas cargas libidinales y promueve nuevas búsquedas de objetos libidinales al aparato psíquico. (BURÍN, 1996; 89)

Otro proceso que incide de manera relevante en la subjetividad es el juicio crítico. El juicio crítico es una forma de pensamiento que surge en la infancia ligado a sentimientos de injusticia, por lo tanto es un proceso que opera en el psiquismo cuando se dan crisis vitales. En un primer momento las criaturas desarrollan una forma de pensamiento –juicio identificatorio– en el que predominan las reglas impuestas por el narcisismo y en el que no hay diferenciación yo/no yo, yo/Otro. Como plantea Burín (1996; 90):

A partir de la experiencia de displacer-dolor psíquico, se inicia la ruptura del vínculo identificatorio, a la vez que va perdiendo su eficacia el juicio identificatorio concomitante. (...) el aparato psíquico de la criatura pequeña opera expulsando de sí lo que le resulta displacentero-dolorígeno, colocándolo fuera de sí, como no yo. A partir de este acto expulsivo, donde se gesta la diferenciación yo/no-yo, lo expulsado inaugura un nuevo lugar que habrá de contener los deseos hostiles mediante la expulsión de lo desagradable y/o ineficaz.

En la medida en que en las prácticas de crianza predominen criterios de regulación normativa de género, la dificultad para tomar distancia de la madre, como elemento de identificación de las niñas, será mayor, y, en consecuencia también lo será la posibilidad de construirse – en el tránsito del ciclo vital – como sujetos autónomos, ya que estas estructuras fundantes de la subjetividad emergen en las crisis.

Aunque sea someramente quiero señalar que el proceso por el que los varones internalizan la construcción social de la masculinidad es similar al descrito. Desde el poder patriarcal se construye un modelo ideal y por tanto inalcanzable de masculinidad. Como plantea Kimmel (1997) la definición hegemónica de la masculinidad es la de un hombre en el poder, un hombre con poder y un hombre de poder. Si la masculinidad es un indicativo de poder debe demostrarse constantemente con manifestaciones que lo confirme. Por ello, los hombres deben esforzarse para demostrar que no son mujeres, que son verdaderos hombres y para ello reafirmarse en que *deben ser* varoniles; activos frente a la pasividad; fuertes frente a la debilidad; enérgicos frente a lo pusilánime; dominantes frente a la sumisión; independientes frente a la dependencia; con criterio y argumentos frente a la obediencia; mantener el honor frente al deshonor y la razón frente a la emoción.

El aprendizaje de la hombría (gran metáfora de la masculinidad hegemónica) permitirá apropiarse del poder, de la capacidad de dominar a los otros, en particular a las otras, y del ejercicio de la violencia. Supone auto-controlar las emociones ya que el hombre debe ser dueño de ellas y ocultar todo sentimiento de vulnerabilidad. Para ser un hombre cabal hay que mostrar fortaleza moral (amar y/o sufrir en secreto); orgullo, integridad, reserva emocional, autoafirmación, en suma, *ser protagonista* (BONINO, 1998). Como pone de manifiesto Kaufman (1995, 150):

La adquisición de la masculinidad hegemónica (y la mayor parte de las subordinadas) es un proceso a través del cual los hombres llegan a suprimir toda una gama de emociones, necesidades y posibilidades, tales como el placer de cuidar a los otros, la receptividad, la empatía y la compasión, expresadas como inconsistentes con el poder masculino (...). Eliminamos estas emociones porque podrían restringir nuestra capacidad y deseo de autocontrol o de dominio sobre los seres humanos que nos rodean y de quienes dependemos en el amor y la amistad. Las suprimimos porque llegan a estar asociadas con la feminidad que hemos rechazado en nuestra búsqueda de la masculinidad.

Esta concepción de masculinidad es reproducida tanto por los hombres como las mujeres, aunque ellas están colocadas en un plano instrumental y secundario. Además al estar la masculinidad vinculada a la paternidad y control del espacio familiar se manifiesta, de manera paradigmática, en el desencadenamiento de la violencia contra las mujeres. No nos queda más remedio que con estos mimbres ancestrales abordar el gravísimo problema de la violencia contra las mujeres, violencia que realmente es una forma de terrorismo.

3.2. VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES

Existen dos representaciones sociales de mujer 1) Encarnada por aquella mujer a la que se suele considerar sumisa, dócil y temerosa 'la pobrecita' que generalmente se sitúa en la posición de víctima 'para siempre'. Este estereotipo de mujer suele estar

relacionado con la propia historia personal y con las vicisitudes que los efectos de la sumisión y obediencia han tenido para su vida. Pero, más allá de los casos particulares, la idea de víctima pasiva asociada a lo femenino tiene sus raíces en la opresión de género que se ha ejercido sobre las mujeres a lo largo de la historia. (...) y 2) mujeres a las que se suele considerar agresivas, hostiles, provocadoras - 'la que se la buscó', 'se lo merece' (...) la mujer activa que puede presentar resistencia a un ataque (...) y desplegar otros comportamientos para su defensa y protección, corre el riesgo de que estos actos sean interpretados como provocación y/o consentimiento. Esto llevará a que se justifique al atacante y que la violencia no se considere como tal. (VELÁZQUEZ, Susana. *Violencias cotidianas, violencias de género*)

La violencia de género es expresión de la fragilidad masculina. Ante el desajuste entre la idealidad que subyace a lo masculino y la percepción de la propia subjetividad muchos hombres recurren a la violencia (en sus múltiples formas y gradaciones) para desde ella perpetuar la masculinidad y la dominancia, de este modo la violencia se transforma en una forma de poder (BOSCH & FERRER, 2002). Poder que cumple una doble función: opresiva y constreñidora - a fin de conseguir la voluntad de quien la ejerce -, y configuradora de mentalidades.

A su vez, la violencia de género puede ser explícita, en los casos más extremos y trágicos, y en su devenir produce un proceso de intensa degradación personal, fundamentalmente en la víctima. Horror, impotencia, miedo, soledad de la víctima son sentimientos cotidianos en el largo camino que, por lo general, se recorre antes de poder salir de este tipo de agresión. Pero también se dan formas encubiertas de violencia que por ser cotidianas, invisibles, legitimadas e impunes están invisibilizadas. Estos mecanismos de negación llevan a creer que la violencia es algo natural -mi marido me pega lo normal- ocultando los malestares que genera. Este tipo constituye lo que Bonino (1998) denomina *micromachismos* y están a la base de la violencia psicológica. Este tipo de violencia es circular. La dependencia que tienen los hombres del poder diádico de las mujeres lleva a que la violencia contra ellas se incardine en un proceso circular en el que toda situación de agresión viene seguida de manifestaciones de amor y dependencia masculina. Rueda que poco a poco se va estrechando hasta convertirse en un punto en el que se instala la violencia extrema.

Cabe señalar que no hay perfiles sociales de quienes sufren o ejercen la violencia, pero si que existen condiciones sociales y psicológicas que pueden ser pre-disponentes. A continuación, aunque sintéticamente, se recogen los efectos que producen las creencias que subyacen a la estereotipia sexual y cómo desde ellas se alimentan posiciones de sujeto desde las que con mayor probabilidad se desencadenan actitudes violentas en la pareja.

Respecto de las mujeres maltratadas conviene señalar:

- MITOS EN TORNO A LA FEMINIDAD:
 - "Poder" del amor romántico.- entendido como adicción y dependencia

- Posición/poder diádico (dependencias, protección hacia las mujeres, idealización objeto amor)
- Ángel del hogar (énfasis en esposa y madre: abnegación, sacrificio, renuncia, aceptación por bienestar de otros)
- CONSECUENCIA DE LA INTERNALIZACIÓN DE LOS MITOS
 - Dependencia/sumisión: protección por obediencia, falta de autonomía personal
 - Dévaluación personal. Valor en relación al "otro", orgullosa marido/pareja e hijas
 - Falta o posposición de proyecto vital. Se vive por y para los demás (ética del cuidado erótico y maternal), se vive al "servicio" de los otros
 - Interiorización del sexismo: dependencia del varón y de las figuras de autoridad (padre/hermanos/pareja/hijos)
 - Estrategias emocionales: leer y satisfacer necesidades y demandas de los otros, ocultar sus propias necesidades
- EFECTOS QUE PRODUCE LA VIOLENCIA
 - Desesperanza: alto grado de autocrítica
 - Baja autoestima: ausencia de respuestas emocionales y falta de energía
 - Ansiedad, miedo, angustia al vacío, culpabilidad
 - Incomunicación y aislamiento familiar
 - Incapacidad para tomar decisiones
 - Trastornos del sueño
 - Sentimiento de estar atrapada y no saber cómo salir ni qué hacer
 - Doble estigma
- COSTANTES OBSERVACIONALES EN LAS MUJERES MALTRATADAS
 - Ver el mundo con los ojos del agresor, compartir valores y razones del agresor "mi marido me pega lo normal; el amor es la hostia"
 - Aislamiento social
 - Sentimiento de miedo, desconcierto, frustración, vergüenza, culpabilidad
 - Autoestima dañada, pero esperanza en que todo sea "como antes"
 - Ante la falta de motivos para la violencia: incapaz e impotente para evitar ataques
 - Tienen a autoprotgerse (mecanismos de defensa internos que llevan a la pasividad) para proteger a sus hijas
 - "síndrome de Estocolmo" se comparte o han compartido vínculos muy estrechos
 - ante la situación de riesgo y falta de salidas: culpabilidad y apatía.

Adaptación: sobrevivir a la violencia y con la violencia. Resentimiento. Rueda de la violencia.

Por lo que respecta a los varones maltratados se observa:

- MITOS EN TORNO A LA MASCULINIDAD
- Virilidad: asertividad y alta autoestima
- Poder estructural (control social, político, económico, familiar). Dominio y superioridad sobre las mujeres
- Dominio (fortaleza, racionalidad, control del entorno, autoridad, independencia)
- Restricción emocional y consecución de logros y éxito
- La sexualidad es el medio fundamental para probar la masculinidad

- El éxito en las relaciones comporta subordinación de las mujeres a través del poder y control de la relación: autoridad en casa

➤ CONSECUENCIA MITOS

- Fuerte interiorización de la virilidad
- El poder es masculino
- Violencia como recurso de resolución de conflictos
- Paradoja: ante su dependencia e inseguridad se busca sensación de poder
- Enamorado impenitente, riesgo porque acumula víctimas.
- ESTRATEGIAS PARA CONSEGUIR EL DOMINIO (Micromachismos, L. Bonino)
 - ⇒ Control psicológico:
 - Maternalización de la mujer
 - Chantaje emocional: "eres todo para mí"; "daría cualquier cosa por ti, no me dejes"
 - Ser "encantador"
 - Maniobras de explotación emocional: Culpabilizar por el placer que siente la mujer de estar con otras personas
 - Sospechas sin ton ni son
 - Desautorización continua y sistemática: insultos, descalificaciones, falta de reconocimiento
 - Paternalismo: "debes hacer esto, es lo mejor"
 - Falta de intimidad emocional
 - Alteración de la realidad: dijiste; hiciste; querías etc.
 - Autoindulgencia sobre la propia conducta: "quiero cambiar, pero no puedo"; "no me doy cuenta".
 - Implicar a los hijos
 - ⇒ Control económico
 - Conseguir que deje el trabajo remunerado
 - ⇒ Poder sexual
 - Imponer sus pautas de relación
 - ⇒ Control social y físico
 - Aislamiento de la familia, amigos etc.
- TIPOS DE MICROMACHISMOS
 - Coercitivos: Uso fuerza moral, psíquica, económica... para doblegar y desautorizar a la mujer.
 - Manifestación: Intimidación, ejercicio repentino de mando, apelación a argumentos lógicos, insistencia abusiva, control del dinero, uso expansivo espacio público etc.
 - Efectos: inhibición, desconfianza, disminución de autoestima en la mujer.
 - Encubiertos: Por medio de estrategias sutiles se oculta el interés de dominio.
 - Manifestación: Abuso de la capacidad femenina de cuidado, maniobras de explotación emocional y desautorización, paternalismo, engaño, autoindulgencia sobre conducta violenta etc.
 - Efectos: Confusión (impide pensamiento y acción eficaz), desconfianza, desvalimiento, dudas de sí. Fomenta respuestas incomprensible: rabia, frialdad etc.
 - De crisis: Cambio en los "espacios" de poder de la pareja. Ante el aumento del poder personal en la mujer, independencia, pérdida de poder del varón.

- Manifestación: Falso apoyo, distanciamiento, hacer méritos, dar lástima etc.
- Efectos: Aislamiento, culpabilidad etc.

Por último, destacar los mitos que perviven sobre la violencia contra las mujeres. Posiblemente esta permanencia se deba la angustia que produce poder reconocernos en cualquiera de las dos posiciones: víctima o verdugo. Considerar que la violencia contra las mujeres trasciende nuestro espacio vital puede ser un mecanismo inconsciente para acallar nuestras conciencias ante la violencia y, específicamente, ante un tipo de violencia tan perversa que se desencadena en un contexto de cuidado y protección como es el familiar.

- Mitos en cuanto al contexto, este es marginal
 - Sólo se da en países subdesarrollados
 - Se da en familias desestructuradas y grupos sociales marginales
- Mitos sobre los maltratadores:
 - Las mujeres maltratan igual que los hombres (entre el 95-97% son mujeres)
 - Los hombres que maltratan han sido maltratados por sus padres (sólo en 15-30% varones). Hay relación directa con estilo de vinculación infantil- humillación; falta de apego)
 - Enfermos mentales (sólo 5-7%, no alcoholismo)
 - Son alcohólicos o drogodependientes. Correlación positiva. Desencadenante, sin embargo no todos los alcohólicos son violentados de género
 - Celos. No son causa pero sí estrategia de control de las mujeres y de sus relaciones sociales (50%) LOS CELOS NO SON PRUEBA DE AMOR
- Mitos sobre las mujeres maltratadas:
 - Comparten características o rasgos específicos
 - Si no abandonan la relación es porque son masoquistas
- Finalmente, aunque cada vez menos, la violencia contra las mujeres continúa siendo un delito oculto entre otras razones porque:
 - Las mujeres sólo quieren que las dejen de maltratar, pero no quieren hacer daño a su pareja
- Por las fases que atraviesa el proceso:
 - Confían poder cambiar la relación de violencia
 - Intentan establecer "estrategias de negociación" para "manejar" la violencia del hombre
 - Ante el fracaso, creen que la culpa es de ellas
 - Huyen de la relación (separación, suicidio)
 - Se produce en las mujeres una paralización subjetiva (miedo; dependencia económica y/o emocional; negación a reconocer la existencia de violencia; sentimiento de culpa; vergüenza por fracaso personal; desconfianza en las instituciones públicas; miedo a las consecuencias de la denuncia – acoso, mayor agresión)

Finalmente, aunque cada vez menos, la violencia contra las mujeres continúa siendo un delito oculto entre otras razones porque:

Las mujeres sólo quieren que las dejen de maltratar, pero no quieren hacer daño a su pareja.

Por las fases que atraviesa el proceso:

- Confían poder cambiar la relación de violencia
- Intentan establecer "estrategias de negociación" para "manejar" la violencia del hombre
- Ante el fracaso, creen que la culpa es de ellas
- Huyen de la relación (separación, suicidio)
- Se produce en las mujeres una paralización subjetiva (miedo; dependencia económica y/o emocional; negación a reconocer la existencia de violencia; sentimiento de culpa; vergüenza por fracaso personal; desconfianza en las instituciones públicas; miedo a las consecuencias de la denuncia –acoso, mayor agresión)

Para las mujeres, salir del laberinto de la angustia, sufrimiento y miedo es la única posibilidad de reencontrarse consigo misma y dignificar su condición de sujeto. El trabajo de los maltratados pasa por preguntarse acerca del privilegio de los privilegiados.

4. AUTONOMÍA Y DESARROLLO PERSONAL

"¿Adónde van los anhelos abortados, los silencios forzados y las renuncias autoimpuestas? (...) La autopostergación pone en evidencia que existe un reparto poco equitativo de las oportunidades. (...) Por miedo, muchas mujeres ceden espacios, postergan proyectos (...) toleran dependencias, silencian opiniones y asumen unilateralmente la responsabilidad de la 'armonía familiar'. (...) Cuando el espacio psíquico está 'ocupado' las posibilidades de crecimiento y desarrollo personal se reducen indefectiblemente" (CORIA, Clara. *Las negociaciones nuestras de cada día*).

Después de haber abordado el análisis de la construcción intrapsíquica creo que no sorprende afirmar que en muchos casos las identidades normativas producen en las mujeres subjetividades vulnerables y en los varones subjetividades supuestamente dominantes. En ambos casos la representación social tanto de la feminidad como de la masculinidad es problemática hasta el punto que, con frecuencia, provoca síntomas. En el caso concreto de muchas mujeres las renuncias sistemáticas a favor de los otros, la dificultad para reconocer sus intereses sin culpabilizarse pasa su factura. En el caso de muchos varones, los desajustes entre un yo fuerte y controlador idealizado y la manifestación de las dependencias subjetivas generan sentimientos de devaluación ante los que, al algunos casos, se recurre al ejercicio del poder en el espacio familiar, es decir contra la mujer puesto que ella es supuestamente la inferior. tomar conciencia de las evidentes consecuencias que para el desarrollo psíquico tienen las relaciones sociales patriarcales, pues su ideología socava los aspectos más inconscientes de nuestra mente conformándolos aporta herramientas para, por un lado, explicitar el

simulacro sobre el que se sustenta la feminidad y la vacuidad que conforma la masculinidad y, por otro, implementar estrategias psíquicas y sociales que nos permitan, como individuos, tomar distancia de esas idealizaciones.

Constatar que las asimetrías de género no sólo producen efectos en el ámbito socio-político sino que fundamentalmente inciden en nuestro psiquismo, potenciando o limitando la capacidad de generar espacios de reconocimiento personal – básicos para sentir y actuar como sujetos autónomos-, es importante, porque solamente desde esa posición se puede hablar de ciudadanía, de autonomía, y denunciar que las nuevas manifestaciones sexistas continúan mermando el avance de la democracia en nuestras sociedades, al no potenciar tanto el pleno acceso de las mujeres a los diversos espacios sociales como las manifestaciones emocionales y de cuidado en los varones. El acceso de las mujeres, de manera plena, a los derechos y deberes de ciudadanía es imprescindible para el desarrollo de las democracias, pero es fundamental asumir que para poder acceder plenamente a esos derechos es ineludible poder disfrutar de dos recursos básicos en el desarrollo personal: reconocimiento y valoración social como individuo y disposición personal de las propias capacidades, lo que, necesariamente implica, tener posibilidad de organizar el propio proyecto de vida, para lo que es necesario disponer de tiempo propio. Poder acceder al espacio y al tiempo, más allá de nuestra pertenencia sexual, camina en la dirección de trascender las prescripciones de género favoreciendo el desarrollo de relaciones intersexuales igualitarias en las que las asimetrías de poder sean reductos del pasado. Porque, como ya he señalado, poder, es poder diferenciarse, es poder romper con los modelos identitarios para construirse como sujeto de deseos y juicios propios.

Sin embargo, una de las contradicciones de las sociedades industrializadas contemporáneas se manifiesta en el hecho de que por un lado, se enfatiza la capacidad de cada persona para alcanzar el logro y una deseable posición personal y social, lo que conlleva responsabilizar al propio sujeto de sus expectativas y consecuentes cambios para lograr alcanzarlas, mientras que, por otro, además de las exigencias que, para las mujeres, comportan las idealizaciones de la feminidad, continúa estando vigente, a pesar de las restricciones legislativas, la división sexual del trabajo. Pues, aunque en la actualidad se reconozca la igualdad de capacidades entre los sexos, las nuevas formas de división sexual del trabajo –que trascienden roles sexuales específicos- se manifiestan en una devaluación social de aquellas funciones, intereses, espacios sociales, profesiones, que culturalmente se consideran femeninos o a los que, como efecto de las transformaciones sociales, las mujeres hemos accedido. Asimismo, en un momento histórico en el que la familia patriarcal está en crisis, la mitología que continúa rodeando a la maternidad hace que las mujeres deban asumir, en gran medida, además de la responsabilidad del bienestar familiar, con los sentimientos de

culpabilidad que pueden llegar a generar situaciones de desestructuración familiar o personal, la doble jornada laboral. Por lo cual, el principio de igualdad entre los individuos no deja de ser formal.

Deconstruir la ideología patriarcal en la que ambos sexos estamos atrapados pondrá las condiciones para superar los diversos tipos de violencia que sufrimos los humanos, fundamentalmente las mujeres, en sus registros simbólica, psíquica, física e institucional. Pensar nuevas formas de relación intersubjetiva permitirá a las mujeres narcisizarnos tomando distancia del *universal* destino maternal y de las constricciones de la sexualidad construida. Habrá pues que proponer nuevos modos de abordar la crianza, el cuidado y las necesidades de la vida familiar y personal –pues de lo contrario la sociedad está condenada a enfermar, un poco más si cabe–, para, manteniendo y compartiendo las funciones que éstos espacios requieren, comprometer en su desarrollo a los miembros de la pareja, pues esto no sólo contribuirá a una mejor calidad de vida de varones y mujeres, sino que sobre todo contribuirá a un desarrollo psicológico más saludable de hijos e hijas al aportarles una mayor variedad de modelos de identificación.

Si somos capaces de cambiar la significación de las representaciones de la diferencia sexual, produciremos efectos estructurantes que posibilitarán una subjetividad más autónoma. En las mujeres esta autonomía necesariamente se manifestará en la capacidad para responder desde el auto-reconocimiento y valoración a las demanda de dependencia y sumisión, y en los varones potenciará el desarrollo emocional y la asunción de conciencia de vulnerabilidad.

BIBLIOGRAFÍA

- AMANCIO, L. The importance of being male: Ideology and context in gender identities. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 1997, , 79-94.
- AMORÓS, C. Espacio de los iguales, espacio de las idénticas. Notas sobre poder y principio de individuación. *Arbor*, nov-dic 1987, 113-121.
- BADINTER, E. *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel*. Paris: Flammarion, 1980. Trad. esp. Barcelona: Paidós. 1991.
- BARBERÁ E., y Martínez Benlloch, I (coords.). *Psicología y Género*. Madrid: Pearson. Prentice Hall, 2004.
- BENHABIB, S. El otro generalizado y el otro concreto: la controversia Kohlberg-Gilligan y la teoría feminista in: S. Benhabib y D. Cornellà (coords.). *Teoría feminista y teoría crítica*. València: Alfons el Magnanim. 1990.
- BENHABIB, S. Debate sobre el desarrollo moral en las mujeres. *Isegoría*, 1992, 8, 37-56.
- BOHAN, J. Regarding gender: essentialism, constructionism and feminist psychology. *Psychology of Women Quarterly*, 1993, 17, 5-22.
- BONINO, L. *Micromachismos*. Madrid. Cekom, 1998.
- BOSCH, E y Ferrer, V.A. *La voz de las invisibles Las víctimas de un mal amor que mata*. Madrid. Cátedra, 2002.

- BOURDIEU, P. *La dominación masculina*. Barcelona. Anagrama, 1999.
- BRAWER, A. Virginia Wolff: de la ventana y del enigma in: COLAIZZI, G. (ed.). *Feminismo y teoría del discurso*. Madrid. Cátedra, 1990.
- BURIN, M. Género y psicoanálisis: subjetividades femeninas vulnerables in: BURIN, M. y BLEICHMAR, E. Dio (comp.). *Genero, Psicoanálisis, Subjetividad*. Buenos Aires. Paidós, 1996. pp. 61-99.
- BUTLER, J. *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- BUXÓ M, J. *Antropología de la mujer*. Barcelona: Promoción Cultural, S.A, 1978.
- CORIA, C. *Las negociaciones nuestras de cada día*. Buenos Aires: Paidós, 1996.
- DURAN, M. A. *De puertas adentro*. Madrid: Ministerio de cultura, Instituto de la Mujer, 1987.
- FERNBERGER, S, W. Persistence of stereotypes concerning sex differences. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 1948, 43, 97-101.
- FERRO, N. *El instinto maternal o la necesidad de un mito*. Madrid: Siglo XXI, 1991.
- FLAX, J. *Thinking Fragments: Psychoanalysis, Feminism and Postmodernism in the Contemporary West*. California. University of California Press, 1990. Traduc. castellana. Madrid: Cátedra. 1994.
- GIBERTI, E y Fernandez, A.M. (comps.). *La mujer y la violencia invisible*. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.
- GONZÁLEZ DE CHÁVEZ, M. A. *Feminidad y masculinidad. Subjetividad y orden simbólico*. Madrid: Biblioteca Nueva (Psicología Universidad), 1998.
- HABERMAS, J. *La reconstrucción del materialismo histórico*. Madrid: Taurus. (1981)
- HARE-MUSTIN, R. T., & MARECEK, J. Asking the Right Questions: Feminist Psychology and Sex Differences. *Feminism & Psychology*, 1994, 4, 4, 531-537.
- HERNANDO, A. *La construcción de la subjetividad femenina*. Madrid: Paidós, 2000
- IBÁÑEZ, J. Masculino/Femenino - Producción/Sedución in: IBÁÑEZ, J. *Por una sociología de la vida cotidiana*. Madrid. Siglo XXI. 1994. pp. 64-66.
- KATZ, D., & Braly, K. W. Racial stereotypes in one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 1933, 28, 280-290.
- KAUFMAN, M. Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres in: ARANGO, L., LÉON, M. y VIVEROS, M. (coords.). *Género e identidad. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino*. Santa Fé de Bogota: Uniandes, 1995.
- KIMMEL, M. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina in: VALDÉS, T. y OLIVARRÍA, J. (coords.). *Masculinidades, poder y crisis*. Santiago de Chile: Mujeres, 1997.
- KRISTEVA, J. *Histoires d'amour*. Paris: Denoël, 1983. Traduc. castellana. Madrid: Siglo XXI, 1988.
- LAGARDE, M. *Identidad genérica y feminismo*. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer, 1998.
- LORENZI-CIOLDI, F. *Individus dominants et groupes dominés*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1988.
- _____. Professions au masculin et au féminin: un moyen terme entre le masculin et le féminin. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 1987, 2, 135-152.

- LORITE MENA, J. *El orden femenino. Origen de un simulacro cultural*. Barcelona: Anthropos, 1987.
- Malson, 1995.
- MARKUS, H., Hamill, R., & Sentis, K. P. Thinking Fat: Self-Schemas for Body Weight and the Processing of Weight Relevant Information. *Journal of Applied Social Psychology*, 1987, 17, 1, 50-71.
- MARTÍNEZ BENLLOCH, I. & Bonilla, A. *Sistema sexo/género, identidades y construcción de la subjetividad*. Valencia. PUV (Publicaciones de la Universitat de Valencia), 2000
- ROSALDO, M. Mujer, cultura y sociedad: una visión teórica in: Harris y Young (comp.) *Antropología y feminismo*. Barcelona: Anagrama, 1979. pp.153-180.
- RUBIN, G. The traffic in women: Notes on the Political Economy of sex in: REITER, R. (ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.
- RUSSO, N. F., & Green, B. L. Women and Mental Health in: DENMARK, F. L. & PALUDI, M. A. (eds.). *Psychology of Women*. Westwood. Greenwood Press, 1993. pp. 379-436.
- SALTZMAN, J. *Gender Equity. An Integrated Theory of Stability and Change*. Sage Publications, 1989. Traduc. castellana. Madrid: Cátedra.1992.
- SANDAY, P.R. *Poder femenino y dominio masculino. Sobre los orígenes de la desigualdad sexual*. Barcelona: Mitre, 1981.
- SCOTT, J. W. *A Feminist and History*. Oxford: Oxford University Press. Reading in Feminism, 1996.
- SPENCE, J. T. Gender-related traits and gender ideology: Evidence for a multifactorial theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1993, 4, 4, 624-635.
- TAJFEL, H. *Human groups and social categories*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- TERMAN, L. M., & Miles, C. C. *Sex and Personality. Studies in Masculinity and Femininity*. New York: McGraw-Hill, 1936.
- TUBERT, S. Deseo y representación. Convergencias de psicoanálisis y teoría feminista. Madrid: Síntesis, 2001.
- UNGER, R. K. Toward a redefinition of sex and gender. *American Psychologist*, 1979, 5, 1085-1094.
- VELÁSQUEZ, S. *Violencias cotidianas, violencia de género*. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- WEST, C. y Zimmerman, D. Doing gender in: LORBER, J. & S. Farrell, *The social construction of gender*. London: Sage Publication, 1991.
- WOODWARD, K. *Identity and difference: Media and identities*. London: Sage, 1997.

LECTURAS DE LA VIOLENCIA: LA TENTACIÓN CONTRACULTURAL

Márcia Castillo-Martín

INSTITUT UNIVERSITARI D'ESTUDIS DE LA DONA. UNIVERSITAT DE VALÈNCIA, ESPANHA.

"El Pato Donald en los dibujos animados, como los desdichados en la realidad, recibe sus golpes para que los espectadores aprendan a habituarse a los suyos."
(ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. Dialéctica de la Ilustración)

Como sabemos hoy, y denunciaban Adorno y Horkheimer a finales de la década de los cincuenta, las estructuras que sustentan la dominación y la exclusión resultan de la reproducción continuada, histórica, a cargo de los discursos que conforman la cultura, de ideologías y estereotipos frecuentemente inconscientes. En el seno de ésta los discursos no pueden por tanto ser inocentes, como hace tiempo que el feminismo nos ha enseñado. "Leer con sospecha", preguntarnos por las motivaciones y efectos de los discursos públicos, sean literarios, artísticos o de masas, sigue siendo un ejercicio imprescindible para desvelar el metatexto que condicionará irremediamente nuestra identidad social. Los discursos públicos cooperan de manera muy sutil para dar forma a los imaginarios que sustentan la dominación simbólica. Para Pierre Bourdieu, ésta no se reproduce en la lógica pura de las conciencias sino en los hábitos, es un trabajo al que contribuyen, además de unos agentes singulares, unas instituciones entre las que Bourdieu señala la familia, la iglesia, la escuela, el estado.

Sin embargo, actualmente, los discursos institucionales han asumido, en la mayoría de las sociedades occidentales, los valores democráticos e igualitaristas y son, paradójicamente, aquellos que se pretenden contraculturales los que con frecuencia explotan con fines artísticos la violencia, la misoginia o la permanente perpetuación del carácter simbólico de la mujer como objeto artístico percibido.

A mi modo de ver, en la sociedad occidental postmoderna, y en este sentido también postmoral, irrumpen toda una serie de nuevos discursos, que dan lugar a una especie de pedagogía social contemporánea cuya enorme influencia en los imaginarios es mayor que la de la familia, la iglesia, la escuela o el estado. El cine y su instrumentalización más o menos irónica de la violencia – *Átame* o *Kika* de Pedro Almodóvar o las películas de Tarantino–, la música y los videoclips, los cómics, la moda y su escenografía publicitaria, la prensa juvenil y la mal llamada "femenina", cierta literatura más o menos marginal y otros discursos de masas conforman una suerte de

"pedagogía juvenil" enormemente influyente que da forma sutilmente al imaginario social contemporáneo y que como señalaron críticos de la cultura de masas como Adorno y Horkheimer, no son inocentes.

Estas formas de comunicación pueden en principio parecer marginales pero a menudo resultan más influyentes que los discursos más o menos interiorizados del poder institucional, precisamente porque se reclaman alternativos a éste.

Quisiera a continuación centrarme en algunos ejemplos de esta necesaria lectura: dos recientes obras literarias, un artículo de prensa sobre el caso de Marie Trintignant y varias imágenes publicitarias de moda.

Todos ellos coinciden en acercarse al problema de la violencia contra las mujeres desde lecturas alternativas –contraculturales, neorrománticas o esteticistas– pero en cualquier caso alejadas de la denuncia. A pesar de su origen tan diverso, tienen en común un uso de la violencia con aspiraciones estéticas o contraculturales, con una pretensión de diferir o contrastar con los valores más extendidos en la sociedad global.

Sorprendentemente, muchos de estos discursos han dado en oponerse a valores como la igualdad para así reclamarse libres de las constricciones de los excesos de lo políticamente correcto que ha pasado a identificarse, en su vertiente más excesiva y pacata, con el feminismo o la defensa institucional de los valores democráticos.

Estas lecturas supuestamente contraculturales de la violencia, aunque muy distintas entre sí, son muestra de un acercamiento similar a la cuestión.

1. LOS JÓVENES ESCRITORES POLÍTICAMENTE INCORRECTOS: HERNÁN MIGOYA Y EFRÁIN MEDIDA REYES

Hernán Migoya publicó un libro de relatos, intrascendente desde el punto de vista literario, significativamente titulado *Todas putas* (Madrid: El cobre ediciones, 2003). En el relato del mismo título un violador defiende el derecho a violar mujeres; en otro, titulado "Porno del bueno", un adulto recoge a una niña en la escuela y posteriormente la viola, advirtiéndole cariñosamente de que no debe contárselo a sus padres.

Esto no habría tenido alcance alguno si no fuera porque tuvo la "suerte" de que su editora, Miriam Tey, fuera nombrada directora del Instituto de la Mujer durante el anterior gobierno del Partido Popular, lo que suscitó la consiguiente polémica al respecto de la dudosa sensibilidad feminista de la representante recién nombrada del organismo institucional de igualdad más importante de España.

Las adhesiones de todo tipo fueron numerosísimas, y como respuesta a quienes pedían la retirada del libro y la dimisión de la editora, surgió todo un debate sobre la libertad de expresión –que reivindicaron por ejemplo los académicos Muñoz Molina y Pere Gimferrer – y sobre las imposiciones de lo "políticamente correcto" – el cineasta García Berlanga defendió con entusiasmo el valor de Migoya porque, en su opinión, se enfrentaba a ello.

Pero lo más interesante es en qué términos defendió el propio Migoya su texto al calor de esa polémica. Aparte de declararse misógino y defender esa postura como

"algo muy sano" de lo que está orgulloso, reivindicaba una vena provocadora en toda su creación porque "cuando la sociedad impone unos tabúes me siento obligado a rascar en ellos hasta que el monstruo despierta". Él se declara un "kamikaze cultural" que pretende romper con todas las buenas formas reinantes y superficiales que fomentan el pensamiento único, es una "puta de las historias de ficción", un "romántico desengañado".

Y además sugiere el carácter pedagógico de sus relatos cuando señala que educamos muy mal a los chavales en cuestión de sexo y sentimientos y que le da pena que un adolescente no pueda expresar sus deseos sexuales porque en nuestra sociedad *progre* se supone que estas cosas están superadas.

Como conclusión afirma que no tiene "esa ansiedad por mostrar lo buena persona que es", sino solo por ser escritor. Y "los mejores escritores suelen ser unos hijos de puta" concluye en el foro de Internet organizado al calor de la polémica.

Aunque en su opinión es peor la mediocridad que la maldad "por desgracia estamos en una sociedad que premia el ser cordero, el gris, el estar con la masa", y, por lo visto, para separarse de la masa e ingresar en las orteguianas elites Migoya no encuentra otro camino que la misoginia. De hecho, Migoya enarbola la bandera de opositor a lo que califica de "las buenas formas reinantes y superficiales" de la sociedad *progre* y defiende su estatus de escritor minoritario en un ejercicio que recuerda levemente a la "bofetada al gusto público" de las vanguardias históricas.

Otro caso parecido al de Migoya es el de Efraim Medina Reyes y *Técnicas de masturbación entre Batman y Robin* (2003) libro escrito, nos dicen las reseñas, con el propósito de escandalizar y como fusión de géneros y discursos para defender "una visión desmitificadora del mundo, la ironía y el humor." (GARCÍA RAMOS. Escritura y placer in: Diario ABC, 18 de octubre de 2003)

Se trata de la fragmentaria biografía de un personaje, Sergio Bocafloja, el cual en un momento del libro encuentra en la calle a una mujer que acaba de ser violada por varios individuos. La auxilia como puede y ella se abalanza sobre él deseosa de proseguir con la experiencia sexual. Una vez más la violación es interpretada por un escritor joven con fama y voluntad de provocador –ha posado desnudo para los entrevistadores tapándose con su libro– en clave humorística, la cuestión de la violencia contra las mujeres adquiere el carácter de argumento heterodoxo sobre el que es lícito ironizar. Medina Reyes además, en la revista literaria del diario ABC, justifica sus personajes con el argumento de que "la mujer" (sic) despierta su curiosidad porque "no entiende sus codigos, son un enigma". Sorprende una vez más esta recurrencia de algunos escritores jóvenes a insistir en la diferencia de las mujeres en la línea de un decimonónico "eterno femenino" que supuestamente los lleve más allá de lo socialmente aceptable.

Parece que en una época de agotamiento artístico, en la que tras las vanguardias todas las rupturas estéticas posibles han sido deglutidas, les resulta muy difícil encontrar

discursos rupturistas tanto artísticos como políticos. Y uno de los recursos más socorridos empieza a ser últimamente las relecturas misóginas de los diversos ámbitos artísticos. No preciso insistir en lo peligroso que resulta que se identifiquen los valores de la igualdad con el apoltronamiento burgués que tanto critican los que se pretenden culturamente subversivos, o que frente a los excesos de lo políticamente correcto se opte por una vuelta al pasado enarbolando la bandera de la libertad de expresión y de la contracultura. Ejemplos de discursos de este tipo hay también muchos en el cómic *underground*, del que proviene por lo demás Migoya, y que ejerce tanta influencia en los imaginarios juveniles.

2. LA PERVIVENCIA NEORROMÁNTICA: EL CASO TRINTIGNANT Y LA LECTURA DEL PERIODISTA SERGI PÀMIÉS

Aunque distinto se pueden reconocer coordenadas similares en el caso que quiero comentar a continuación: el tratamiento que el periodista Sergi Pàmies dio del caso de Marie Trintignant en una crónica publicada en El País Semanal. Todos conocemos la muerte de Marie Trintignant que fue asesinada por su novio el cantante Bertrand Cantat. Pues bien, aunque el caso no pasa de un episodio más de violencia de género, Pàmies se obstina en reinterpretarlo como un episodio de pasiones amorosas llevadas al extremo desde el mismo título del artículo: "Pasiones que matan", a pesar del cual nos queda la sospecha de que a Marie la mataron los golpes y no precisamente la pasión amorosa.

Al inicio de su relato de los hechos, Pàmies menciona unas "circunstancias dramáticamente literarias" de esa muerte – aspectos literarios del caso que él justifica con datos tan peregrinos como que Marie sea hija de actores o que estén rodando en Vilnius. A continuación insiste repetidamente en el carácter pasional de los protagonistas, habla de flechazo, del amor como motor más potente de sus conductas, describe su relación en términos de "artefacto emotivo que les explotó en las manos" –¿a ambos por igual me pregunto yo? – y acaba preguntándose si, y cito textualmente, "¿pueden un hombre y una mujer amarse sin destruirse?"

Entre los testimonios de los familiares y allegados selecciona el de la ex mujer de Cantat, quien opina que se trata de la historia de "dos personas que se amaban apasionadamente", pero no menciona ninguno de los de la familia de Marie, que no fueron ni mucho menos tan complacientes. Y entre las declaraciones de Marie resalta una: "creo que hay que tirarse de cabeza a la pasión y arriesgarse a sufrir y a ser feliz", seleccionada y resaltada en el cuerpo del artículo con negrita y una fuente mayor, de manera que todo el artículo coopera para dar la impresión de que Marie aceptó ese destino como el único posible, para idealizar un modelo de relación amorosa más propia de las hermanas Brontë que de un periodista en el siglo XXI.

Pero además insiste en ensalzar la figura de Cantat: de él resalta su faceta de intelectual – el nombre de su grupo Noir Désir es una referencia al psicoanálisis – comprometido por medio de su música con causas sociales, e incluso lo humaniza

cuando señala que durante el interrogatorio sus declaraciones se interrumpían con lágrimas que se contagiaban a los policías.

Pàmies vulnera de este modo todas las recomendaciones de los documentos autorreguladores de los medios de comunicación: menciona el alcohol y las drogas como posible desencadenante, insiste en desacreditar a Marie señalando su lado frívolo y su poca fidelidad a las relaciones, cita opiniones de los allegados etc.

Dejando aparte las motivaciones últimas, que no acierto a alcanzar, de un periodista relativamente joven y miembro de un periódico progresista, el tratamiento que da al asesinato de Marie Trintignant resulta dolorosamente indicador de lo muy arraigadas que permanecen en las mentalidades los estereotipos del amor romántico vulgarizado. La "literaturización" de lo que supone ni más ni menos que una conducta criminal es una estrategia cuando menos ambigua en el plano literario pero enormemente peligrosa e inaceptable en el periodismo por mucho que éste pertenezca, como se podría argumentar para el artículo que comentamos, al ámbito de la opinión y no a la mera información.

3. LA ESTETIZACIÓN DE LA VIOLENCIA EN LA FOTOGRAFÍA PUBLICITARIA DE MODA

El tercer caso que quiero comentar consiste en el llamativo uso esteticista de la violencia contra las mujeres en la fotografía de moda de alta costura, cuya insistencia en la presentación de las mujeres en actitudes de sumisión, cuando no como víctimas directamente, sorprende aún más porque son imágenes especialmente orientadas a las propias mujeres. Estas imágenes se difunden sobre todo en la prensa llamada "femenina", es decir van dirigidas a un público femenino y mayoritariamente joven que se identifica con facilidad con una víctima que se presenta revestida con las galas del lujo más inalcanzable y es portadora de la belleza de moda.

Así, como vemos en las imágenes 1 y 2, Versace presenta a un pelele de lujo, a una mujer vencida –¿muerta, golpeada, violada?– como promoción de su marca. Gucci, en dos anuncios que merece la pena comparar, opta por la imagen de la sumisión (3) al presentar a la mujer a los pies de un hombre que representa el poder sexual. La mujer ni siquiera osa dirigir la mirada hacia éste y vuelve el rostro. Con significativo contraste, en la siguiente imagen de la misma marca (4) aparece el hombre a los pies del cuerpo femenino, pero en este caso su actitud no es ni pasiva ni sumisa sino que manipula activamente el cuerpo femenino desprovisto esta vez de cualquier rasgo de poder sexual: el sexo ha sido reemplazado por el logo de la marca. Por su parte, Dior, en una extensa campaña publicitaria de sus complementos optó por unas agresivas imágenes cuya estética recuerda al manga japonés (5 y 6). Uno se pregunta por qué la imagen de una mujer atacada, desgarrada, de rostro convulso, es una opción estética que supuestamente debe seducir a las propias mujeres que adquirirán esos bolsos y relojes de lujo.



Imagen 1



Imagen 2



Imagen 3



Imagen 4



Imagen 5



Imagen 6

La imagen siguiente, también de Dior (7) presenta otra de las constantes de estas representaciones: una imagen muy decadentista de la mujer extenuada por la pasión publicita la línea cosmética Dior Addict, cuyo maquillaje además evoca los hematomas de una mujer golpeada. También Swarosky (8), en su calendario de 2003, convierte a la mujer en un objeto de lujo cubierto de brillantes cristales que es controlado, literalmente pisado, por una simbólica masculinidad representada por esos zapatos de hombre propios de los años treinta.

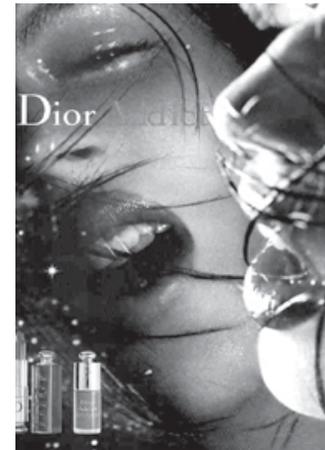


Imagen 7



Imagen 8

Da la casualidad que las imágenes de este calendario son obra del reverenciado Helmut Newton, un fotógrafo cuya obra explota insistentemente una imagen femenina manipulada, objetualizada o abiertamente degradada (9, 10 y 11). Estas experiencias estéticas del fotógrafo berlinés no tienen por lo demás nada de innovadoras, a pesar de las constantes alabanzas que la crítica de todo signo les dedica, puesto que ya estaban presentes en las estéticas finiseculares o vanguardistas.



Imagen 9



Imagen 10

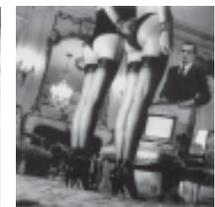


Imagen 11

Basta comparar la fotografía de Newton (11) con los cuadros del decadentista Felicien Rops *Diabolique* o el famoso *Pornokrathes* (12 y 13) para reconocer una misma estética.



Imagen 12



Imagen 13

Y también, conviene recordar cómo la vanguardia histórica exploró el montaje, la distorsión y la manipulación en general del cuerpo femenino con intención artística (14, 15 y 16) para apreciar lo escasamente innovadores que son estos recursos. Si las vanguardias los emplearon con intención antiartística y subversiva, hoy no van más allá de un recurso mercantil.



Imagen 14



Imagen 15

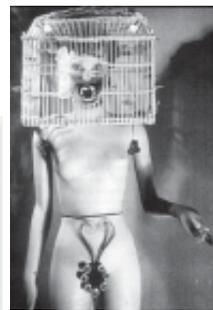


Imagen 16

Como recuerda Michelle Perrot, en *Les femmes ou les silences de l'histoire*, las mujeres, siempre representadas por la mirada ajena, son espectadoras de sí mismas (354). En este sentido, resulta sorprendente la insistencia de la imagen publicitaria de las casas de alta costura y objetos de lujo en representar a las mujeres en actitudes de sumisión o incluso explícitamente como víctima, de forma que se favorece la identificación de las mujeres con ese papel, toda vez que la víctima aparece como protagonista de un lujoso decorado y revestida por el prestigio de la belleza. La imagen a menudo, recuerda Bourdieu, niega la individualidad, pero en el caso de la fotografía

publicitaria esa negación parece afectar a las mujeres únicamente. Me parece enormemente revelador comparar las imágenes anteriores con la publicidad de objetos de lujo similares, pero esta vez dirigidos al consumo masculino (17, 18, 19, 20 y 21). Casi sin excepción las campañas de productos masculinos ofrecen una misma composición: un rostro de hombre, con frecuencia en blanco y negro, sereno, que mira directamente al espectador y sugiere estar en posesión de su individualidad.



Imagen 17



Imagen 18



Imagen 19



Imagen 20

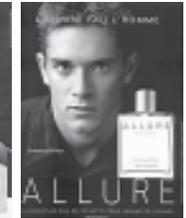


Imagen 21

El malditismo finisecular reexplorado por Migoya y por Medina Reyes es un tópico decadentista que fue retomado por las vanguardias y su oposición a todo lo burgués, otros exploran la relectura de la violencia en clave neo romántica y pasional y otros sencillamente como recurso estético de ruptura en un panorama de agotamiento vanguardista. Pero todos enarbolan como bandera la libertad creativa, o una pretendida heterodoxia cultural que tiende a la subversión de las ideologías dominantes. Sin embargo, defender en nombre de la libertad la oposición a valores democráticos como la igualdad me parece cuando menos contradictorio.

De que algunos artistas "contraculturales" identifiquen feminismo o igualdad con el poder establecido, se pueden seguir dos reflexiones. Una, positiva, indica que ciertos valores defendidos por los discursos institucionales afortunadamente están permeando la sociedad, están siendo interiorizados. Otra, negativa, es que la defensa de la igualdad por parte de los discursos institucionales, empieza a ser contestada desde el entramado artístico enarbolando la bandera de lo contracultural y subversivo.

BIBLIOGRAFÍA CITADA

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Dialéctica de la Ilustración*. Madrid: Trotta, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama, 2005.
- ENCUENTROS digitales. Hernán Migoya. *El-mundo*, 23/05/2003. <http://www.el-mundo.es/encuentros/invitados/2003/05/740/>
- GARCÍA Ramos, A. "Escritura y placer". *ABC Cultural*, Sábado 18 de octubre de 2003.
- MEDINA Reyes, E. *Técnicas de masturbación entre Batman y Robin*. Madrid, Destino, 2003.
- MIGOYA, H. *Todas putas*. Madrid, Ediciones del Cobre, 2003.
- PÁMIÉS, S. "Pasiones que matan". *El País Semanal*, octubre, 2003.
- PERROT, M. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris, Flammarion, 1998.
- VALLVEY, A. Entrevista a Efraín Medina Reyes: "Escribo porque busco la belleza". *ABC Cultural*, Sábado 18 de octubre de 2003.

NOTICIAS DE, SOBRE, CONTRA LOS MALOS TRATOS DOMÉSTICOS

Rosa Solbes

JORNALISTA E ESCRITORA. EX-PRESIDENTE DE LA UNIÓN DE PERIODISTAS VALÉNCIANS. ESPAÑA

INTRODUCCIÓN

Partimos de que los medios, junto a la familia, la escuela y la iglesia, son los socializadores principales de la sociedad de hoy. Y de que es inadmisibles el argumento (tantas veces esgrimido como excusa para justificar el uso mercantil de los espacios radiofónicos o televisivos, de las páginas de periódicos o revistas) de que los medios son sólo reflejo de la sociedad, tanto si es patriarcal como si no lo es. Porque al mismo tiempo, lo que hacen es conformar poderosos instrumentos para la construcción de esa misma sociedad a través de la representación o del ocultamiento de sus fenómenos y de todo un sistema de signos y convenciones.

¿TODO VALE?

No hay nada que a las y los periodistas nos moleste más que nos digan qué hemos de contar y cómo debemos hacerlo. Al menos a la generación de quienes bregamos en España con las prohibiciones, las represalias, las amenazas y las agresiones durante el último franquismo... y nos oxigenamos con los primeros soplos de periodismo democrático ejerciendo una información y una expresión relativamente libres, al menos comparadas con la época de la dictadura franquista. Pasado el tiempo, la natural repugnancia a la censura no sólo no es incompatible, sino que más bien se complementa y enriquece con la conciencia de que necesitamos implementar ciertos mecanismos de autorregulación. El rechazo al "todo vale" se ha extendido entre los sectores más progresistas de la profesión, aquellos que más se han batido el cobre por la libertad de expresión aunque interesadamente haya quien menosprecie estas iniciativas siguiendo la moda de desprestigiar lo que pueda ser tildado de "políticamente correcto". Aunque al principio pueda sonar a paradoja, creo que es todo lo contrario: perfectamente coherente.

Somos deudoras, las periodistas que hemos promovido o apoyado manuales de uso y libros de estilo, del trabajo realizado por estudiosas, pioneras en poner su mirada sobre el tratamiento de los medios respecto a la violencia de género. Y nos congratulamos de que la práctica totalidad coincida, como punto de partida, en que es

conveniente e importante que se haya empezado a dar a conocer estos casos que antes permanecían en la esfera de la intimidad. Exponerlos a la luz pública ha otorgado al problema una dimensión social y política. Esa mayor visibilidad contribuye también a destacar el carácter de noticia (de hecho no "normal") de situaciones que para muchas pudieran parecer comunes y soportables. Y, obviamente, es imprescindible informar a la sociedad para que pueda tomar posición.

También solemos estar de acuerdo en que el desgraciado acontecimiento que marcó un antes y un después en el tratamiento periodístico de la violencia machista fue la muerte, en 1997, de Ana Orantes, quemada viva por su marido después de que denunciara públicamente en un programa de la Televisión Autónoma Andaluza las vejaciones a las que se veía sometida.

Aquel punto de inflexión supuso el inicio de la presencia cuantitativa de la violencia de género en el ámbito mediático, aunque habría sido ingenuo pensar que esta mayor presencia numérica iba a conllevar automáticamente un adecuado tratamiento cualitativo. Focalizar a las víctimas y no a los verdugos, ausencia de análisis y de contextualización, otorgamiento de credibilidad a fuentes desinformadas (vecinos) o estrictamente policiales, han sido (y son) parte de la rutina en las redacciones, donde todavía se usan a veces inconscientemente expresiones que parecen justificar las causas de la agresión, en una especie de obsesión por las cinco W y principalmente por apresurados intentos de explicar el "por qué".

Y claro, cuando finalmente se cree poseer la clave de ese "por qué" no es para que las crónicas expliquen el arraigo en el "alma" social de valores que responden a un sistema de dominación sexista. Más bien se dice hallar (¡eureka!) móviles "sentimentales", naturalmente con el "sentimiento" dominante de los celos como una secreción lógica del amor y no como un derivado del afán posesivo y cosificador de los hombres hacia las mujeres que ha impregnado la sociedad patriarcal.

LOS CELOS

"Nueve años seguidos quisiera estarla matando"

(SHAKESPEARE, William. *Otelo*)

Como "arrebato", "venganza pasional", "amores frustrados" los hombres parecen justificar que es posible quitar la vida a una persona por amor. Una crónica de la agencia Efe fechada en Vilna (Lituania) explicaba así la condena de 8 años al cantante francés Bertrand Cantat por el asesinato de su novia la actriz Marie Trintignant: "Sin embargo, nunca quise que esto ocurriera. Amaba a Marie y la amaré siempre", expresó Cantat. "Cada segundo pienso en ella. La única cosa que puedo hacer es rogar el perdón."

Por el contrario, la cineasta Nadine Trintignant, madre de la víctima, reconocía en El país, 20 de mayo de 2004, que no había sabido descifrar en Marie los signos del maltrato. Y formulaba las siguientes reflexiones:

A estos maltratadores no les interesan las sumisas. Buscan mujeres libres para someterlas. "Cuanto más libres, más se ceban. El maltrato es una exhibición de dominio. No existe un perfil de maltratada, pero sí de maltratador. Se da en todas las clases sociales y en todas las ideologías, también en la izquierda. No son bestias: los animales no matan a sus parejas..."

Como se ve, un muy interesante discurso y un punto a favor del diario que lo reproduce, ofreciendo claves más allá del "suceso sangriento". Sin embargo, este mismo periódico había publicado el 18 de diciembre: Un hombre mata de una puñalada a su compañera sentimental en Huelva y se entrega a la policía.

(Al parecer, la "compañera sentimental" le había comunicado que le abandonaba. Por cierto, ella viene identificada con nombre y dos apellidos. El "presunto" sólo con las iniciales)

Del diario Levante de Valencia, el 8 de abril de 2001: "Un hombre cegado por los celos mata a puñaladas a su mujer" (titular) El presunto homicida es su compañero sentimental.

Esta es una expresión muy común al informar de casos que se podrían encuadrar en lo que El país tituló como "Otelo, en los suburbios". Se escribe "compañero sentimental" porque quien redacta la noticia no se ha parado a reflexionar sobre que es imposible que asesino y asesinada puedan compartir sentimientos, sino que más bien se trata de que las intenciones y perspectivas de vida de ambos son diferentes e incompatibles y de que él no está dispuesto a tolerar que las de ella se realicen.

En el siguiente ejemplo, la crónica está fechada en Barcelona y tiene su origen en un despacho de la agencia Efe en el que se reproducen comentarios procedentes de las llamadas "fuentes oficiales", muy proclives también a realizar improvisadas atribuciones de causalidad: Al parecer, el móvil del crimen son los celos, según informó ayer la Jefatura Superior de Policía de Catalunya.

Pero durante los últimos meses, el abandono por parte de la mujer como desencadenante de la acción violenta, la bárbara expresión del orgullo herido de quien se considera su dueño y señor, comienza a ser un factor tenido en cuenta también en los medios. El 27 de julio de 2004, El país recogía en un titular a tres columnas una de las claves informativas básicas: El 46% de las fallecidas por violencia machista había roto con su pareja.

Aunque de inmediato recogía la reflexión de la directora del Instituto de la Mujer advirtiéndole que hay que seguir denunciado porque "el silencio no lleva a ninguna parte" y exigiendo que "el Estado y los poderes públicos deben garantizar su protección y que el agresor no tenga resquicio alguno".

Sin embargo la falta de reflexión, la premura de tiempo, o quizá ambos factores, había llevado al mismo periódico a redactar el 9 de julio un gran titular: Un hombre mata a dos de sus hijos días después de separarse de su mujer.

Obviamente, del texto que sigue no se deduce que ÉL se hubiera separado de nadie, sino que había sido ELLA la que se había separado de él. No es lo mismo.

"RADIO PATIO"

Cada minuto es importante cuando se trata de dar una noticia. En la competitiva carrera de quién lo cuenta antes, rara vez se sacrifica un tiempo con tal de explicarlo mejor. Decimos que son gajes del oficio y, en cualquier caso, es indiscutible que la rapidez forma parte esencial, y hasta cierto punto irrenunciable, de la información audiovisual (la prensa escrita suele disponer del privilegio de un plazo más razonable para la elaboración de noticias, siempre que los hechos no se produzcan a última hora).

¿Qué ocurre, entonces, cuando llega a la redacción de una emisora de radio, o de televisión, o de agencia informativa, la primera alarma sobre una mujer asesinada? Que todo el mundo quiere llegar primero, antes de que levanten el cadáver, antes de que la familia deje de llorar, antes de que laven la sangre de la escalera o del portal. Hay que entrevistar a alguien. Este mismo: "no, no les conocía mucho, pero parecía un buen chico..." La de más allá: "Desde luego, ella salía mucho con sus amistades... no se qué ha pasado..."

Como se ve, testimonios desinformados, especulativos, muchas veces contrapuestos, de gentes del vecindario que buscan o aceptan sus 15 segundos de gloria ante las cámaras sin imaginar el significado o la trascendencia de cada uno de estos comentarios. Incluso los periódicos se dejan llevar por estas fuentes dudosas, aunque a veces les da tiempo de contrastar unos comentarios con otros de signo distinto.

Diario Levante:

Un joven asesina a su compañera el día de su cumpleaños en Castellón" (titular) Y sigue: "El móvil del crimen, previsiblemente pasional, estaba siendo investigado anoche. Los vecinos del inmueble comentaron que se trataba de una pareja normal, a la que no habían visto discutir ni tampoco habían escuchado gritos... Sin embargo, otros testimonios recogidos en el lugar de los hechos apuntaban a que la fallecida tenía intención de romper la relación, por lo que se presume que el suceso ocurrido podría estar motivado en esa posible ruptura.

Hay, también, una cierta tendencia tanto por parte de los vecinos, policías o periodistas, a aventurar diagnósticos psiquiátricos sobre el verdugo, atribuyéndole trastornos mentales que posteriormente se suelen demostrar ficticios, pero que en un principio desvían la atención del auténtico origen del problema. En este caso se otorga credibilidad

a parientes del asesino, que le exculpan, nada menos que en un antetítulo de la primera página: La familia del agresor señala que tiene problemas mentales y que debía haber recibido tratamiento. (Levante, 10 de mayo del año 2004)

MÁS ALLÁ

Será difícil saber hasta qué punto han tenido influencia las iniciativas de auto-regulación, pero lo cierto es que durante los últimos tiempos se ha detectado en los medios una sincera intención de ir un poco más allá del caso individual, investigando y denunciando carencias, publicando cifras y consideraciones globales, recogiendo propuestas y estudios. Ejemplos:

El país, 21 de septiembre de 2002:

La mitad de los hombres que maltratan a su pareja físicamente también agreden a sus hijos" (titular a 5 columnas)

"El ámbito escolar no se aprovecha para advertir riesgos" (misma página, titular de "despiece")

El Mundo, 8 de noviembre de 2003:

Interior sólo ha cubierto 94 de las 500 plazas de la nueva unidad contra la violencia de género.

Los sindicatos policiales denuncian que el plan presentado en marzo por Acebes es "un absoluto fracaso"

(Reportaje a toda página, sección España, recogiendo también críticas de las asociaciones de mujeres)

Levante, 14 de septiembre de 2002

La dirección de la Mujer da cobijo a las inmigrantes ilegales y luego las denuncia. Una noticia que provocó indignación.

(titular a 5 columnas curiosamente en páginas Comunidad Valenciana, no en Sucesos y Tribunales como suele ser habitual, y precedido por el antetítulo "Derechos humanos")

Este mismo rotativo se salta también el espacio de la crónica negra y vuelve a las páginas de información general bajo el epígrafe "Comunidad Valenciana" para publicar a 5 columnas:

El Poder Judicial investiga a los jueces que tramitaron las denuncias de la mujer asesinada. La última denuncia contra su esposo fue admitida a trámite días después de la muerte de la víctima.

Poco más tarde se ofrecía un reportaje en las páginas dominicales denunciando que año tras año se aprueban las mismas medidas. El titular a toda página y de gran tamaño supone una contundente denuncia:

Violencia doméstica, sin soluciones políticas.

Poco a poco se ha ido ampliando la perspectiva desde la cual abordar la cuestión, que ha saltado a las portadas de los suplementos dominicales y pasado a formar parte de pleno derecho de noticiarios y tertulias de radio y televisión.

Mujeres líderes feministas, expertas, políticas, miembros de la judicatura, han sido consultadas y entrevistadas. Las páginas de los diarios recogen balances, estadísticas y denuncias. Se habla de sentencias que llaman la atención, de investigaciones abiertas sobre jueces, de fallos en la protección y prevención...

Levante, 1 de mayo de 2004:

Antetítulos, en primera página:

El parricida volvió al piso con gasolina horas después de amenazas a la víctima y de acudir a la policía.

Los amigos de la fallecida acusan a los jueces de no haber protegido a Jenny pese a tres años de acoso

Estaba condenado por maltrato y tenía orden de alejamiento

En esta misma edición se dedican a la noticia un editorial y 4 páginas en las que se abordan no sólo los detalles del crimen sino también los aspectos políticos y el balance de víctimas.

En otras ocasiones (El país, 18 de diciembre de 2002) se prima el análisis sociológico y las informaciones complementarias que se refieren a cómo los malos tratos pasan factura a la salud de las mujeres. Estos dos titulares ocupan una página entera:

Casi dos millones de españolas son víctimas de la violencia doméstica

Las víctimas padecen más angustia e insomnio

Los recursos públicos a disposición de las mujeres han empezado ya a abrirse hueco en las informaciones, muchas veces desde un punto de vista crítico por su escasez. Las Provincias destacaba este titular en su primera página del 18 de mayo de 2004:

63 valencianas viven conectadas a la policía de forma permanente por el alto riesgo de malos tratos.

En páginas interiores, datos, declaraciones críticas y diagnóstico de expertos con el mensaje de que es necesaria una educación integral en igualdad.

El problema se ha instalado ya en la agenda mediática e impregna buena parte de las secciones incluyendo Cartas al Director, Opinión y Editorial. Muchos de los más prestigiosos columnistas se ocupan de la violencia de género como de un asunto político de primera fila (el debate sobre la Ley le ha abierto un hueco en las páginas de Política). Un ejemplo: Javier Pradera en El país, 15 de febrero de 2004, comentando el documento de la Conferencia Episcopal que atribuye la violencia familiar a la "revolución sexual". El título del artículo es "El crimen que no cesa":

Algunos sostienen que el incremento de los casos de violencia doméstica registrado en las estadísticas no se correspondería con un aumento real de la criminalidad, sino que sería sólo la consecuencia de una mayor visibilidad social propiciada por la intervención de las autoridades, la alerta de la opinión pública y la atención prestada por los medios de comunicación; esa hipótesis, válida tal vez para el recuento pormenorizado de daños menores, no cubre, sin embargo, el recuento de las muertes y de las lesiones graves, también inocultables en tiempos pasados para los policías, los jueces y los médicos. Parece más probable que los valores igualitarios del sistema democrático, la incorporación de las mujeres al trabajo cualificado y la creciente presencia femenina en la educación superior estén correlacionadas con la firmeza en la defensa de sus derechos y con la brutalidad reactiva de las agresiones masculinas dirigidas a sofocar resistencias a la autoridad patriarcal antes inimaginable. El despliegue de la libertad femenina pone en marcha, como contradictoria implicación, el recurso machista a la violencia para impedirlo: el intento de culpabilizar a las víctimas de la decisión de ejercer sus derechos frente a los verdugos—una melodía que resuena en la pastoral de los obispos—es inseparable de la historia de la emancipación humana.

Es interesante anotar también cómo empieza a ser frecuente que las noticias incluyan sistemáticamente (despachos de agencia, radio, prensa y televisión) balance de detenidos de cada día o de cada fin de semana acusados de agresiones. Es fácil imaginar que la propia policía está interesada en ofrecer estas informaciones que pueden desmentir su inacción, pero no deja de ser interesante su publicación por cuanto transmiten el mensaje de que la brutalidad es perseguida y castigada.

El Debate Profesional

El Periódico de Cataluña publicaba recientemente una crónica de Olga Pereda sobre el tratamiento mediático de la violencia contra las mujeres. Sin ofrecer nombres propios, se decía que:

Las imágenes sanguinolentas, los dramas explicados con un exceso de morbo, las historias truculentas, los testimonios extemporáneos de vecinos y la información poco contrastada... ¿producen un efecto de mimetismo?. De momento, no existe ningún estudio que relaciones estos hechos, pero todos los expertos consultados por este diario están de acuerdo en el hecho de que el "boom" de noticias sobre violencia doméstica puede provocar imitaciones de potenciales agresores. No son partidarios de la censura e insisten en que, evidentemente, se ha de informar. Sin embargo se ha de hacer con más prudencia y menos morbo.

Las voces más autocríticas, desde el campo profesional, coinciden en parte de la argumentación, pero añaden importantes matices. Es el caso de Ana Jover, presidenta de Dones i Comunicació d'Alacant, en artículo de opinión titulado "Los medios ante las palizas" (Información, 3 de agosto de 2004):

....Todos los profesionales que tratan directa o indirectamente con mujeres maltratadas se quejan—y con razón—de lo perjudicial que resultan los testimonios de los

vecinos...Lejos de la prensa rosa o de quien comercia con su dolor, creo que es un acierto sacar las denuncias, las estadísticas, las sentencias—justas e injustas—porque también es importante demostrar que esto no es un suceso...Carecemos de información en la mayoría de los casos y estamos a expensas de la buena voluntad de interlocutores profesionales: abogados, juristas, fuerzas de seguridad, médicos, políticos...

LOS MANUALES

Los intentos de articular un sistema de buena praxis profesional no son nuevos. Hace ya casi cinco años que el Instituto Andaluz de la Mujer, basándose en un estudio encargado a la Doctora en Filología Eulalia Lledó, editó un manual titulado "Cómo tratar bien a los malos tratos" (Manual de Estilo para los Medios de Comunicación).

La siguiente iniciativa en el mismo sentido la encontramos en el debate que en 2001 abre la Unió de Periodistes Valencians y que se concretará en el primer texto de autorregulación elaborado por una asociación profesional y a propia iniciativa. El manual se resume también en un decálogo para lograr el objetivo que aparece en su título: "Noticias con lazo blanco". Este libro de estilo sería posteriormente aprobado, reeditado y distribuido entre sus 7.000 socios por la Federación de Asociaciones de la Prensa de España (FAPE), y la iniciativa merecería diversos reconocimientos por parte de organismos para la igualdad, sindicatos y grupos feministas. También sirvió de inspiración al decálogo elaborado y editado por el Institut Balear de la Dona y el Sindicat de Periodistes de les Illes Balears bajo el título "Pacte sobre la violencia contra la dona" (recientemente el poco informado Observatorio contra la violencia doméstica ha pedido a la FAPE la elaboración de unas recomendaciones, ignorando que hace dos años que están siendo difundidas).

En noviembre de 2002, el grupo RTVE y el Instituto Oficial de Radio y Televisión organizaban el I Foro Nacional con el epígrafe "Mujer, violencia y medios de comunicación", del que se derivaba la consiguiente publicación y decálogo.

"Medios de comunicación y violencia contra las mujeres" fue el título de un Seminario Internacional organizado en Sevilla por el Instituto Andaluz de la Mujer, la RTVA y la Fundación Audiovisual de Andalucía. De él se derivó un completo libro de ponencias.

Y en julio de 2004, la Secretaria General de Políticas de Igualdad, Soledad Murillo, y la Directora General de RTVE, Carmen Caffarel, presentaban el diseño de una nueva asignatura universitaria (que incorpore la perspectiva de género en la formación de los y las futuras periodistas) y el Manual de información en género, que recoge las aportaciones de quince personas expertas en el tema de distintas universidades.

(Quede constancia que desde ese momento, de la teoría se ha pasado a la práctica, y los informativos de TVE han empezado a prescindir del tratamiento morboso y el testimonio de vecinos, antes tan habituales).

Respecto al apoyo del profesorado de Periodismo a las propuestas de auto-regulación, la experiencia de quien suscribe ha sido bien diversa: desde el apoyo incondicional traducido en la organización de charlas con el alumnado, seminarios, jornadas etc. que encontramos en las universidades públicas, a la ignorancia o simple desprecio en la universidad privada donde una profesora llegó a despachar el asunto de un plumazo: "este manual no sirve para nada".

CONCLUSIONES

Siempre provisionales, ante un fenómeno (el de la auto-regulación) que no ha hecho más que empezar. Por todo lo anteriormente expuesto, hemos de concluir con la profesora Juana Gallego, pionera en la pedagogía de género, que sostiene que cuantas más recomendaciones existan, mejor, pero que hay que ir más allá y cuestionar las prácticas productivas, que es donde se generan las diferentes representaciones de los roles y estereotipos de género. Para ello habría que contar con la buena voluntad de las empresas de comunicación (y de sus directivos, mayoritariamente masculinos), a las que previsiblemente molestará la renuncia a lo que hasta ahora ha sido un filón informativo. Pero no sólo eso: difícilmente las noticias bien tratadas serán eficaces si el resto de la programación continúa impregnada de chascarrillos y convirtiendo la violencia en espectáculo de *reality show*.

Pero esto nos llevaría de lleno a otro debate: el de los medios de comunicación concebidos como servicio a la sociedad, algo que incluso a los de titularidad pública les cuesta asumir.

ANEXO

El manual "Noticias con lazo blanco" sintetiza, en un "decálogo" que aquí reproducimos, las recomendaciones a las y los periodistas que se ocupan de estos temas. Son algunas de las cualidades que debería tener una noticia sobre violencia machista para recibir la máxima puntuación.

NOTICIA 10

- 1.- situar la violencia doméstica en el marco de los derechos humanos.
- 2.- evitar presentar la noticia desconectada de otras similares.
- 3.- no caer en estereotipos, prejuicios y tópicos para explicar la violencia doméstica.
- 4.- investigar también lo que no se ve.
- 5.- distinguir claramente entre víctima y agresor.
- 6.- crear opinión e influir en la sociedad.
- 7.- no recrearse en el amarillismo.
- 8.- intentar reflejar la complejidad de la realidad.
- 9.- no conformarse con las fuentes informativas policiales.
- 10.- dar también información útil y complementaria.

BIBLIOGRAFÍA

- CÓMO tratar bien a los malos tratos. *Manual de Estilo para los Medios de Comunicación*. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer, 1999.
- NOTICIAS con lazo blanco. *Manual para periodistas sobre la violencia doméstica*. Valencia: Unió de Periodistes Valencians, marzo de 2002.
- I FORO Nacional *Mujer, violencia y medios de Comunicación*. Madrid: Grupo RTVE. Instituto Oficial de Radio y Televisión, noviembre de 2002.
- MEDIOS de comunicación y violencia contra las mujeres*. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer. RTVA. Fundación Audiovisual de Andalucía, 2003.
- PACTE sobre la violencia contra la dona. Decàleg per al tractament informatiu dels maltractaments a l'entorn familiar*. Institut Balear de la Dona, Sindicat de Periodistes de les Illes Balears, 2003.
- MANUAL de información en género*. Madrid: Grupo RTVE. Instituto Oficial de Radio y Televisión, 2004.

IMAGENS DA MULHER EM UM LIVRO DIDÁTICO

Severino Vicente da Silva

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO;
MEMBRO DO INSTITUTO PENSARTE E DO INSTITUTO HISTÓRICO DE OLINDA, BRASIL

Vivemos em sociedade; ela nos ensinou, e nos ensina a cada dia, qual o lugar que cada qual deve ocupar na sociedade. Ocupar um lugar social não significa, contudo, que não haja movimento, que não ocorra mudança naquele local em que se está. Os locais sociais são, por sua natureza, movimentos. Movimentando-se em seu lugar é que se garante a permanência. A permanência pode ser, dessa forma, a conservação dos espaços historicamente recebidos. Quais os lugares que foram dados às mulheres ao longo da história e como esses lugares são transmitidos e mantidos, se é que se deseja manter os espaços dados.

Os espaços sociais são definidos, ensinados e mantidos através das lendas e dos mitos nas sociedades ágrafas. Mesmo nas sociedades que utilizam padrões de escrita para a manutenção de suas criações e inovações, a oralidade e a memória continuam presentes e são bastante importantes na criação e manutenção social. Essa oralidade é mais usada nas relações internas das famílias, no contato amistoso, nas camaradagens, nos lugares sagrados. Nesses espaços, a repetição de normas, de dizeres, de adivinhas, de brincadeiras, historietas, fábulas e tantas outras maneiras de ensinar apresentam-se como fundamentais na transmissão e manutenção da ordem social. Isso é mais perceptível naquelas sociedades em que os métodos de leitura e escrita não foram majoritariamente dominados e assimilados. Quando uma sociedade, ou grupo social, tem pleno domínio das técnicas da escrita e leitura, os documentos grafos tornam-se os principais meios de transmissão e recriação da sociedade. E nesses documentos tornam-se tão ou mais sagrados que as lendas, parolendas e outras formas transmissoras dos valores sociais. É nos documentos escritos – livros, jornais e cadernos – onde aos mais jovens são oferecidas e ensinadas as maneiras corretas de comportamento social.

Somos uma sociedade cada dia mais tendente à universalização da escrita e da leitura, por isso os livros têm se tornado os principais agentes transmissores de valores, re-criadores da forma social desejada. Alguns livros estão ligados às maneiras tradicionais e sagradas de explicação da sociedade são os livros religiosos cujos textos

devem ser seguidos de maneira absolutamente igual e, em seu próprio texto lançam maldição àqueles que venham a modificar um "i" ou "j". Mas esses livros são "lidos" até mesmo por aqueles que não lêem. Foi assim e tem sido assim com a Bíblia para alguns grupos judeu-cristãos. As religiões ou filosofias para-religiosas assim fazem até os dias de hoje pela pena dos teólogos oficiais, peritos em escrever o mesmo texto de maneiras diferentes, com objetivo de assegurar que não ocorram leituras diferentes daquelas fundadoras da sociedade. Assim agem os pregadores das religiões nas missas católicas, nos cultos dos diferentes protestantismos, nas reuniões espíritas, nas sessões de umbanda, nos toques dos terreiros de candomblé, nas horas de meditações das tradições de origens mais orientais a Greenwich. Nesses discursos e práticas ensinam-se os comportamentos esperados, desejados e glorificados pelos grupos. E, ao mesmo tempo, vivemos em uma sociedade que desenvolveu formas de religiões não sacras. Temos outros livros sagrados, outros locais de cultos e novos tipos de sacerdotes.

As necessidades da sociedade que se formou a partir da experiência européia têm exigido que seus membros passem a maior parte do seu tempo de vida na produção de bens e riquezas que vão além das necessidades habituais de sobrevivência. Talvez melhor seja dizer que ele desenvolveu novas maneiras de definir o que é sobrevivência e redefiniu aquilo que se tem como necessidades básicas. Essas definições atenuaram a importância do papel desempenhado pela família e pelos religiosos na transmissão dos valores de nossa sociedade. Instituições escolares têm sido criadas, desde o século XV, para assumir tarefas que antes eram creditadas às famílias e aos grupos religiosos. A frequência às escolas tornou-se mais importantes que a frequência aos templos. Os novos sacerdotes, os professores assumiram parte dos papéis sociais dos pais e líderes religiosos. São eles os novos sacerdotes e os livros por eles escritos, manuseados, indicados, são os novos textos sagrados. Neles é que encontramos as novas e mais corretas formas de comportamentos esperadas que garantem a sobrevivência dos indivíduos e da sociedade. Neles, também, é que devemos procurar quais os valores, quais os espaços que são definidos para os membros da sociedade. Na sua forma de apresentação dos temas, na importância e relevância que eles dão aos temas e personagens abordados é que encontraremos os valores significativos para as novas gerações. São os livros utilizados nas escolas que nos dizem no que devemos crer, como devemos nos comportar, como devemos tratar os diversos membros da sociedade. Talvez não encontremos nada de novo nesses livros, pois, quem sabe?, esses livros repetem, à sua maneira, à maneira de uma religião laica, os valores sagrados de antanho. Que nos dizem eles das mulheres? Como nos dizem das mulheres?

Quando se lê uma história, quando se conta uma fábula, se ensina e se aprende os valores nelas contidos. Quando se ensina sobre o passado, de certa forma se orienta para como se deseja o futuro. Se quisermos saber como se deseja o futuro da mulher,

talvez seja interessante verificarmos como se diz e o que se diz do comportamento das mulheres no passado. Costumamos dizer que a mulher ocupa espaço cada vez maior em nossa sociedade e que ela virá a ter um papel de maior significância no futuro. Como será que isso se retrata nos livros escolares, especialmente naqueles do ensino fundamental, aqueles que são utilizados no período de formação das novas gerações? Talvez esse venha a ser um caminho interessante para a nossa pesquisa, para verificarmos se a sociedade está mesmo empenhada em reservar um lugar social mais especial para as mulheres no futuro de nossa sociedade.

À guisa de um pequeno exercício, tomei o livro *Pernambuco*, de Lúcia de Souza, aprovado pelo MEC/FAE, no Projeto de Educação Básica para o Nordeste, publicado pela Editora FTD, de São Paulo, para o ensino de Estudos Sociais (1º. Grau), no ano de 1993. O livro tem 128 páginas. Nelas aparecem 42 gravuras; 43 fotos e 24 mapas. Vejamos agora como as mulheres são apresentadas nesse livro que é destinado a crianças que freqüentaram a quarta ou quinta série no estado de Pernambuco, em uma escola pública da cidade de Arcoverde, no ano de 1994.

Das 42 gravuras que são postas para a observação dos leitores, 11 retratam mulheres e das 43 fotos apenas 6 têm a mulher como tema.

	Gravuras	Fotos	Total
Mulheres	11	6	17
Outras¹	31	37	68
Total	42	43	85

FOTOS

Página	Situação
15	Mulher pobre alimentando dois filhos sob um viaduto
16	Mulher, sentada ao lado do marido e rodeada por seis filhos, tendo um no colo, em frente de sua casa de pau a pique
22	Mulher curvada na tarefa de plantar arroz
22	Mulheres selecionando uvas para exportação, na cidade de Petrolina
34	Mulher da tribo Xucuru
108	Mulher fazendo bordado

¹ Ao dizermos outras, nos referimos ao fato de as fotos e as gravuras estarem relacionadas com homens, na sua maioria governadores e presidentes, além de prédios, tais como engenhos e edifícios oficiais. Cabe, em outra oportunidade, uma análise sobre a escolha das fotos dos edifícios públicos apresentados neste livro.

GRAVURAS

Página	Situação
33	Mulheres e homens formando uma comunidade indígena
40	Mulher índia cortando o pau Brasil
41	Mulheres indígenas cozinhando
47	Mulher indígena aprisionada, com uma corda no pescoço, caminhando com uma criança agarrada à sua perna.
48	Mulher negra escrava sendo vendida em um mercado, com uma criança no colo.
69	Campo de lavoura com duas mulheres negras, com enxada nas costas, e uma terceira com um balaio de macaxeira na cabeça, retornando de um dia de trabalho.
76	Mulher negra, possivelmente escrava, fazendo a limpa de grãos de café em fazenda.
81	Mulheres carregando água, com potes na cabeça.
99	Mulher branca fazendo pagamento de compras em uma mercearia.
101	Mulher branca, camponesa, observando o marido e o filho lavrando a terra com enxada; na mesma gravura, um homem dirigindo um arado mecânico.
110	Duas mulheres brancas fazendo compras e uma atendendo como balconista

Que idéia do papel da mulher na construção da sociedade nos é apresentada neste livro, com a seleção de imagens apresentadas? Talvez ela nos apresente que o papel da mulher é estar sempre em uma situação de subordinação, realizando trabalhos domésticos, cuidando de filhos e, também, em situação de consumo. Cuidar das crianças, velar pelo marido, fazer compras, agir na domesticidade do lar. Lugares de reclusão e de participação menor nos negócios da sociedade. Transmitindo tais valores, como esperar que as novas gerações de mulheres venham a se sentir sujeitas de suas próprias histórias e entender-se como parte de um processo maior?

Excetuando duas autoras citadas na bibliografia e três técnicas que trabalharam na sua confecção, a autora é a única mulher cujo nome é citado em todo o livro. Isso quer dizer que para a autora não existiu nos 400 anos da história de Pernambuco, nenhuma mulher digna de ser mencionada. Não houve nenhuma mulher que pudesse ser apresentada como participante ativa da construção histórica do povo pernambucano e brasileiro. Será isso verdadeiro? Por que razão mencionar, em um espaço de 3 páginas, por quatro vezes o nome de Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco e deixar de mencionar sua esposa dona Brites Albuquerque que dirigiu a capitania após a sua morte? O que significa mencionar a luta pela abolição dos escravos sem mencionar Dona Olegarina Mariano, organizadora do Clube do Cupim? Como citar Lampião e esquecer sua mulher, Maria Bonita? Não teria sido interessante, quando falar do poder Legislativo, nomear a primeira deputada, Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, eleita em 1947?

Quando discutimos a respeito da violência sobre as mulheres, costumeiramente somos tentados a pensar na violência física e individualizada. É esta violência que nos chegam pelos jornais, pelos noticiários dos rádios e das emissoras de televisão. Sendo os meios de comunicação social parte do aparato formador das mentalidades médias da sociedade, muitas vezes completando a tarefa realizada nas escolas, por livros como esse que estamos examinando, não é difícil entender como as situações de inferioridade das mulheres continuam a serem vistas como parte "natural" da vida social. A criança, seja qual for o seu gênero, aprende essas situações de divisão de tarefas sociais e, sem dúvida, quando alcançar a adolescência e a juventude, terá dificuldades em reorganizar o seu mundo na direção de uma sociedade mais aberta para a igualdade e diversidade das atividades sociais, políticas e econômicas para todos os seus membros, independente dos gêneros a que pertença.

Este pequeno estudo, sobre apenas um livro, pretende chamar atenção a essa situação de conservação das permanências negativas às mulheres nos espaços de socialização, especialmente aqueles que atendem mais diretamente as pessoas, meninas e meninos, das camadas mais exploradas da sociedade. Esta é uma violência sobre o futuro das gerações, pois apresenta o passado como um modelo a seguir por aqueles que viverão no futuro. Livros didáticos como o analisado, ainda que de forma rápida e não em todas as suas possibilidades, indicam o caminho da submissão para as mulheres e também para os homens. Esses estão condenados a serem o que são, uma vez que suas mulheres serão o que sempre foram desde que se estabeleceu uma sociedade de dominação patriarcal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/presencafeminina/AdalgisaCavalcanti.html>
BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001.
CABRINE, Conceição et alli. *Ensino de História, revisão urgente*. São Paulo: EDUC, 2000.
CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995. 3ª. edição.
DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991. 3ª. edição.
NIKITIUK, Sônia L. (org.). *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Cortez, 1996.
NUNES, Silma do Carmo. *Concepções de mundo no ensino da História*. Campinas: Papirus, 1996.
PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.
SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.
SOUSA, Lúcia de. *Pernambuco: estudos sociais*. São Paulo: FTD, 1993.

"O ADÃO PERNAMBUCANO" VIOLÊNCIA E PODER NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Virgínia Maria Almoêdo de Assis

PROFESSORA DO DEP. DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, BRASIL

A reflexão, que este artigo pretende ensinar, se liga ao estudo do processo de colonização da capitania de Pernambuco, para o qual se parte do pressuposto de que ao se implantar o regime de capitanias hereditárias no Brasil, anunciava-se uma legitimidade do estabelecimento da ordem ibérica e a chegada dos conseqüentes mecanismos de controle e coerção que se consubstanciaram em atos de violência, simbólicos ou explícitos, recaindo particularmente sobre as comunidades nativas e no seio destas, mais especificamente, sobre as mulheres.

A exploração sexual da mulher indígena não passou despercebida às autoridades coloniais, principalmente àquelas ligadas a igreja católica, caso do jesuíta Manuel da Nóbrega que ao visitar Pernambuco, em 1551, registrava a lassidão dos costumes e hábitos dos homens da terra, inclusive de alguns representantes do clero, se "amancebarem" com as índias.

Ao escrever aos Irmãos do Colégio de Coimbra, Nóbrega chamava a atenção para a necessidade que tinha a donataria de Duarte Coelho de receber uma visita dos padres da Companhia, justamente por ser "povoada de muito e ter os pecados mui arraigados e velhos".

Também a D. João III, de Olinda, a 14 de setembro de 1551, Nóbrega fazia as mesmas queixas, até de modo mais contundente: "Nesta capitania se vivia muito seguramente nos pecados de todo gênero, e tinham o pecar por lei e costume. (...) Quase todos tem negras forras do gentio e quando querem se vão para os seus" (Nóbrega, Manuel da. *Cartas do Brasil, 1549-1560, 1988, p. 122-123*).

É de se notar, que nenhuma palavra fora proferida contra a violência que subjazia a esses atos. Na verdade, ao que Nóbrega se opunha não era à violência contida no ato de muitas índias serem tomadas à força; o que sua crítica evidenciava era a concepção de pecado fomentada pela igreja católica sobre a sexualidade humana.

Tratando-se da capitania de Duarte Coelho, cabe aqui informar que o jesuíta não deixou de tecer elogios ao donatário e a sua mulher, Brites de Albuquerque, tanto pelo

desenvolvimento econômico que Pernambuco havia atingido já no período, como pelas virtudes cristãs demonstradas pelo casal, o que não o impediu, entretanto, de lançar contra Duarte Coelho um certo "veneno", classificando-o de velho, e, "faltandolhe muito para o bom regimento da justiça". Além do que, na mesma missiva Nóbrega exortava o monarca para reintegrar à sua posse a jurisdição de toda a costa do Brasil, na qual, naturalmente se incluía a capitania de Pernambuco, de propriedade particular.

Não se pode deixar de notar que Nóbrega ao se referir a Duarte Coelho dizendo lhe faltar muito para administrar a justiça, ele se reportava à primeira obrigação imposta pelo rei aos donatários, expressa já na primeira doação de capitania, a de Machico, feita em 1440 e, com seu texto reeditado em todas as demais, nas quais estavam abarcadas e resumidas as funções governativas dos capitães - donatários, como seja: administrar os povos em tempo de paz e guerra e ministrar a justiça, originalmente uma prerrogativa do rei.

As Cartas de Doação e os Forais passados aos donatários do Brasil entre 1534 e 1536, e suas confirmações, se constituíram nos instrumentos privilegiados pela Coroa para formalizar o trespasses das suas competências jurisdicionais, de maior ou menor amplitude.

No processo de elaboração dos Forais, os desembargadores encarregados de fazê-los ponderaram o direito que a Ordem de Cristo tinha sobre os dízimos das terras do Brasil, tendo em vista, sobretudo, a bula do papa Júlio II *Sincerae devotionis affectus*, de 1506, que atribuiu a Dom Manuel e a seus sucessores, por 30 anos, os dízimos das terras incultas que estivessem fora do reino, "para as poder repartir, a seu arbítrio, pela Ordem de Cristo e seus cavaleiros" (A.N.T.T., Bulas. março 30, n.º 16 in CHORÃO, 1999, p.5).

As Capitanias configuravam rigorosamente o disposto na Bula - terras incultas, dadas de sesmaria e, em todas as doações estavam contidas as referências aos dízimos devidos à Ordem de Cristo, o que não causa estranheza, haja vista ter sido em nome da Ordem, cujo Grão-Mestre era o próprio monarca português, se consolidou o sistema colonial português no Brasil.

Administração, jurisdição e rendimentos formavam as três ordens basilares do governo dos capitães donatários no Brasil e que lhes foram transferidos, avultando-se a justiça sobre as demais.

Mesmo considerando os limites desse trabalho, não podemos deixar de observar que a concessão da capitania não trazia em si a doação do seu solo, mas, a sua jurisdição - no sentido de poder político-, que se avulta já nas Cartas de Doação das capitanias brasileiras, nas quais expressamente estabelecia-se ao capitão-donatário a apropriação de uma parcela fundiária do território constituído em capitania hereditária, que se destacava do patrimônio inerente ao domínio régio.

De acordo com as Cartas de Doação era prerrogativa dos capitães donatários resgatarem e mandarem ao reino os "escravos na dita terra do Brasil", ou seja, os indígenas que aprisionassem. Para Pernambuco, como para Espírito Santo, Itaparica, Porto Seguro e outras capitanias, o número estabelecido era de vinte e quatro, mas, para São Vicente e Xingu, a última capitania criada no Brasil, em 1685, reforçava-se esse número para quarenta e oito "peças".

O problema posto pela teologia sobre a liberdade indígena, tanto para Espanha como para Portugal, terminou por conduzir a uma série de medidas com vistas a proibir o cativeiro dos nativos no Brasil, notadamente, a lei de Dom Sebastião, datada de Évora de 20 de março de 1570, reiterada por outros diplomas, como as decisões régias de 11 de novembro de 1595, a de 5 de julho de 1605 ou a de 30 de julho de 1609.

É possível que essa legislação tenha influenciado nas mudanças operadas nos textos das doações, como a que foi instituída para a ilha de Santa Catarina, em 1666, na qual se lê a advertência:

posto que se diga nesta carta que poderá mandar cada ano a este reino o dito Capitão e governador e seus sucessores quarenta e oito escravos dos que resgatarem e houverem nas terras do Brasil para eles fazerem o que lhes bem estiver, lhes não concedo esta condição por estar proibida a trazida dos escravos a este Reino por uma Provisão do Senhor Rei Dom Sebastião, que a Santa Glória haja, feita a vinte de Março de mil quinhentos e setenta. (Documentos da Biblioteca Nacional, 1928-1955, p. 86-87).

Essa limitação só se deu tardiamente para as demais capitanias brasileiras, através das Confirmações das Doações, como as que foram passadas para Itaparica (1613), Espírito Santo (1675), São Vicente em 1676 ou Xingu em 1685, razão porque no projeto de reforma das doações das Capitanias ultramarinas, elaborado por Pinheiro da Veiga - Procurador da Coroa, uma das declarações de menção obrigatória era a de que nas cláusulas referentes ao tratamento e liberdade dos índios deviam ser observadas as leis, com determinação do que em contrário se concedeu nas ditas doações, "conforme a lei impressa do ano de 1570 no livrinho delas". (Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 7627 f. 37, 37v e 71-72 in SALDANHA, António. *As capitanias...*, 1992, p. 237)

Para Pernambuco, não constou das Confirmações das doações a advertência e, embora se saiba que o comércio de indígenas também existiu aqui, não conhecemos sua freqüência, sendo, entretanto, necessário atentar para o fato de que mesmo não sendo impossível a acumulação proporcionada pelo trato de escravos índios, ela se mostrava incompatível com o sistema colonial, haja vista, como alerta Felipe de Alencastro:

(...) esbarrar na esfera mais dinâmica do capital mercantil (investido no negócio negreiro), na rede fiscal da Coroa (acoplado ao tráfico atlântico africano), na política imperial metropolitana (fundada na exploração complementar da América e da África portuguesa) e no aparelho ideológico do Estado (que privilegiava a evangelização dos índios). (ALENCASTRO, *O Trato dos Videntes*, 2000, p. 126/127).

Independente do número de leis proibitivas promulgadas contra a escravização dos índios do Brasil, a elas sobreviviam outras ordens ou concessões especiais permitindo o contrário, contudo é de se notar que essas leis tinham um caráter geral e, apenas, enquadravam-se nelas, aqueles índios que já "catequizados" integravam os projetos missionários. Aos demais, o motivo da "guerra justa" era suficiente para dizer e escravizar, o que era bem utilizado por aqueles que o faziam.

A título de guerra justa foram usados os mais diversos artifícios para prender, matar e utilizar o indígena como mão-de-obra compulsória nos engenhos de açúcar, o que não se constituiu uma prática limitada apenas aos primórdios da colonização do Brasil. Por todo o período colonial se assistiu a escravização e atrocidades cometidas contra o indígena no Nordeste.

Para o momento a que se refere este texto, como seja, o tempo em que a capitania de Pernambuco foi particular, é exemplar a célebre divisão ocorrida entre Tabajaras e Caetés, não por força da evangelização, mas, por estratégia política dos senhores da capitania.

Nessa divisão, um dos principais personagens é justamente Jerônimo de Albuquerque, irmão de Dona Brites de Albuquerque, chegado ao Brasil em 1535, na mesma caravana que acompanhou Duarte Coelho na sua aventura colonizadora.

Alcunhado de "Adão Pernambucano" pelos genealogistas, em vista da enorme prole que constituiu, para alguns algo em torno de sessenta e cinco filhos, Jerônimo de Albuquerque foi homenageado por Bento Teixeira que na sua *Prosopopéia*, denominou de "Branco Cisne Venerando". Ao seu tempo, contudo, Jerônimo de Albuquerque era mesmo chamado de "o torto", por ter perdido um olho, atingido por flecha, o que não parece lisonjeiro à sua imagem de herói conquistador, com todos os significados que a expressão encerra na língua portuguesa.

Para Hélio Viana, Jerônimo de Albuquerque "pertencente a uma das brilhantes estirpes portuguesas" foi junto a Vasco Fernandes de Lucena, outro integrante da comitiva de Duarte Coelho e participe na administração da capitania, o responsável pela política de boa vizinhança empreendida com os indígenas, "ambos cedo ligados às índias filhas de chefes". (MANA, Capítulos de História Luso-Brasileira, 1968, p. 153)

Sobre Vasco Fernandes, Dom Domingos de Loreto Couto escrevia: "Era este Vasco Fernandes estimado entre os gentios. O principal se honrava de o ter por seu genro e os mais o temiam, porque o supunham feiticeiro" (LORETO COUTO. *Desagravos do Brasil (...)*, Apud, Mello, 1986, p. 213).

De Jerônimo de Albuquerque muito se tem escrito, e embora não seja nosso propósito fazer-lhe a biografia, não podemos deixar de anotar certas singularidades. De acordo com Oliveira Lima, Jerônimo cedo se juntou maritalmente à filha batizada do cacique Arco Verde, "originando-se largas e ilustres famílias, entre elas os Cavalcanti

de Albuquerque, os Albuquerque de Melo, dos abundantes frutos desse e de outros episódios de amor" (OLIVEIRA LIMA, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil* - HCP-, 1924, p.298).

Calcado na tradição, como o próprio aponta, Carlos Malheiro escreve que no dia do seu casamento (com Dona. Filipa de Melo), por imposição da rainha viúva de Dom João III, Jerônimo de Albuquerque, então com 55 anos de idade, apareceu acompanhado de "onze filhos naturais que tivera, uns da filha do cacique Uira-Uby, outros de suas mancebas tupis" (MALHEIRO. HCP, 1924, p.LX).

Mais de uma vez Jerônimo de Albuquerque ficou a frente da Capitania junto à irmã Brites. A primeira se deu em 1554, ano da morte de Duarte Coelho em Lisboa, em vista do herdeiro da capitania, o segundo Duarte Coelho, por ser ainda de menoridade, não poder assumi-la.

Sobre esse primeiro governo de Jerônimo de Albuquerque, o franciscano, Frei Vicente do Salvador, informa na sua História do Brasil, não sem antes lhe louvar as virtudes "por sua natural brandura e boa condição, como por ter muitos filhos das filhas dos principais", que o gentio tratava-o com respeito, embora considerando a ausência do titular do senhorio, "voltasse a cometer trepolias (sic), matando e comendo os brancos e escravos que lhes caíssem às mãos" (FREI VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil*, p. 198-199).

Recuperando um episódio de confronto entre os índios e os "seus amigos" Jerônimo de Albuquerque e Vasco Fernandes, Frei Vicente do Salvador escreve que para castigar os índios, fizeram-nos embebedar-se numa festa, para, então se denunciarem reciprocamente e prendendo Jerônimo os mais 'notórios', "fê-los amarrar em bocas de bombardas e dispará-las à vista dos mais, para que os vissem voar feito pedaços" (FREI VICENTE DO SALVADOR. *História do Brasil*, 6.ª ed, 1975 p. 116-120).

Da crueldade que a ação encerrava nenhuma palavra de Frei Vicente e, na sua interpretação foi justamente por causa desse episódio que as duas mais importantes tribos de Pernambuco, do ponto de vista demográfico, se dividiram, ficando os Tabajaras conhecidos por aliados.

Por mais duas vezes Jerônimo de Albuquerque governou a capitania. Em 1555, em vista das constantes guerras contra os índios, escreveu a D. João III solicitando substituto para o governo de Pernambuco, nomeado pela coroa.

A ausência dos titulares no governo das capitanias hereditárias constituiu-se um problema indissociável da história da existência dessas circunscrições político administrativas do Brasil Colônia desde o início de sua história.

Ainda que o espaço não possibilite análises mais aprofundadas das questões postas, o quadro apresentado revela a exploração sexual, além do uso compulsório da força de trabalho da mulher índia, mas, antes de tudo, o descaso da literatura sobre a questão feminina.

Diante do que, nos parece, que a partir deste período da nossa história se funda o mito, que perdura até hoje, da permissividade sexual da mulher brasileira. Primeiro a índia, depois a negra, a mestiça que pejorativamente passa a ser mulata e que por fim atinge a todas nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BIBLIOTECA Nacional. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro: 1928-1955. vols. 2, 5, 64, 79 e 80.
- DIAS, Carlos Malheiro (ed). *História da colonização portuguesa do Brasil*. 3 vols. Porto.
- LORETO COUTO, Dom Domingos de. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. Ed. fac-símile.
- NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988.
- SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias – o regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa*. Região Autônoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil – 1500-1627*. 6.ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.
- VIANA, Hêlio. *Capítulos de história luso-brasileira*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1968.

DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA PATRONAL CONTRA AS TRABALHADORAS RURAIS NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO

Christine Rufino Dabat

PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, BRASIL

Paulo Freire já falou do silêncio reinando entre os trabalhadores rurais da zona canavieira devido à opressão patronal. Ele é quase absoluto quando se trata da metade feminina dessas populações. No entanto, algumas trabalhadoras e trabalhadores¹ se dispuseram a rompê-lo, no clima de confiança permitido pelo meio sindical, para falar das diversas dimensões da violência patronal que sofreram nos engenhos. Se ela é comumente admitida para o período da escravidão, certa vertente historiográfica encabeçada por grandes nomes como Gilberto Freyre e José Lins do Rego imprimiu na mente de seus inúmeros leitores – entre os quais muitos alunos de segundo grau² – a idéia que as relações empregatícias vigentes nos engenhos após a abolição eram amigáveis: elas se distinguiam das anteriores e posteriores (sob a tutela dos usineiros) pelas qualidades humanas dos senhores e das senhoras de engenho para com seus empregados rurais e as famílias desses. Essa lenda dourada envolvia particularmente as mulheres na medida em que momentos cruciais e perigosos de suas vidas – como os partos – eram sempre citados como ilustrando a bondade patronal. O testemunho de canavieiras e de canavieiros vem contradizer frontalmente essa visão da história, destacando-se aqui os diversos aspectos da violência patronal contra as trabalhadoras rurais.

"Antes desses direitos, o direito era pau"³

¹ Entrevistas realizadas para tese de doutorado da autora deste artigo: *Moradores de engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Pernambuco: UFPE, 2003. As entrevistas se referem ao período anterior a 1975, início do Programa Pro-álcool. Isto não significa que a violência tenha cessado depois, mas precisa exatamente a temática evocada pelas entrevistadas.

² Orientados a ler obras como *Menino de engenho*, por exemplo.

³ Sr Abel Santos, citado por MIRANDA, Moema Maria M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 1991. p. 100. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ Isto é, a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e o início da aplicação da legislação trabalhista no campo

Antes do que se costuma chamar de "Era dos Direitos"⁴ - contam as entrevistadas e entrevistados - a violência patronal exercia-se sem freio legal pela imposição de condições extremas de exploração, sob a permanente ameaça de castigos físicos contra empregados agrícolas. Embora livres, eles eram "coagidos pela fome", nas palavras de Sidney Mintz,⁵ a aceitarem as condições ditadas pelo proprietário.

A história das práticas violentas parece ser tão antiga quanto a própria atividade sacaricultora. O terror era instrumental na manutenção dum sistema escravista plurisecular, e a plantação já fora comparada a um campo de concentração.⁶ Os senhores de escravos usavam armas para manter seu poder. A abolição não lhes tirou esse hábito. Os plantadores mantêm, até hoje, homens armados nas atividades de cabo e vigilantes nos locais de trabalho.

Nas plantações, a vida era regida de forma implacável e abrangente pelas exigências da produção de cana que impunha a lógica da organização capitalista impregnada da rude herança escravista nas relações de trabalho. Normas inflexíveis eram aplicáveis a todos os envolvidos no trabalho braçal, independentemente de idade ou sexo. A sobredeterminação da atividade produtiva moldava a vida das famílias empregadas no engenho. A demanda premente de mão-de-obra nas épocas de maior atividade acarretava a universalidade do trabalho no eito, portanto a sujeição direta dessas famílias aos prepostos patronais, bem como a ritmos e condições de trabalho conhecidas por sua dureza. Rosendo Vicente de Sales conta: "Naquele tempo, trabalhava todo mundo; trabalhava mulher, trabalhava menino."

A exploração extensiva de toda a mão-de-obra disponível na plantação era garantida por níveis miseráveis de remuneração incapazes de manter uma unidade familiar. Para afugentar a fome e sobreviver, todos seus membros deviam, portanto, contribuir às tarefas para permitir a subsistência mais elementar do grupo: na roça, para a produção alimentícia; e no eito, como assalariados da empresa. Os membros mais vulneráveis da família participavam em proporções variáveis de ambas as atividades. Tentava-se protegê-los ao máximo não somente da dureza do trabalho no eito em si, mas sobretudo das ocasiões de sofrer abusos e violências por parte do patronato. Na Cooperativa Agrícola de Tiriri no Cabo, criada em 1963, os membros decidiram imediatamente pela exclusão das crianças até doze anos do trabalho nos canaviais, embora isto constituísse uma perda em termos de ganho familiar.⁷ Os cooperados pretendiam também excluir as mulheres!

⁵ MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. Christine Rufino Dabat. Recife: UFPE, 2003.

⁶ ELKINS, Stanley M. *Slavery: a problem in: American institutional and intellectual life*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

⁷ DABAT, Christine Rufino. Os primórdios da cooperativa de Tiriri, *Clio: revista de pesquisa histórica, Série História do Nordeste*, n. 16, 1996, p. 41-63.

Circunstâncias familiares determinavam, às vezes, a entrada precoce nos canaviais. Severino Antônio do Nascimento conta: "Ajudava porque minha mãe, meu pai deixou; mas com sete anos, eu ajudava, semeava, ganhava um cruzado pra semear uma conta; cada conta era um cruzado." Se os meninos começavam a trabalhar muito cedo na cana, aos 7 ou 8 anos, evitava-se, na medida do possível, levar as meninas. Alguns canavieiros enfatizam o fato de que os chefes de família faziam questão de manter suas filhas longe do canavial. João Oliveira da Silva descreve a atitude de seu pai.

Era o seguinte: a mulher, as minhas irmãs, esse povo novo, a classe de gente nunca trabalhou não. Que meu pai era um homem de muita luta, um homem muito trabalhador; e entences, quanto aos filhos, trabalhar na cana; e entences as moças, tomar conta da casa e cuidar do roçado. (...) Mas que as minhas irmãs nunca trabalharam em eito de cana não, porque o velho, meu pai, era um cabra de muita luta.

Mulheres, no entanto, iam para o eito, em caso de necessidade premente e desde a mais tenra idade. Severina Maria Silva começou com 8 anos.

Trabalhavam, as mulheres tudo trabalhavam; tinha mulher que trabalhava. Agora, tinha pai de família que possuía as coisas dele, aí não trabalhavam não; só trabalhavam somente no roçado. Mas tinha muitos que as mulheres deles trabalhavam seis dias também no serviço para acompanhar ele,

confirma José Francisco da Silva. Em primeiro lugar, as mulheres adultas, as esposas, junto com seus familiares. Para as moças e meninas o trabalho na roça era preferido, pois era considerado mais seguro, mais decente.

Assunto tabu, o assédio sexual é raramente aludido. Apenas Francisco Julião, deputado e líder das Ligas Camponesas, ousou denunciar graves casos de abuso por parte de senhores de engenho, seus filhos ou empregados graduados:

José dos Prazeres não era filho de camponês; era filho de um senhor-de-engenho com uma camponesa. Esses filhos, que os senhores-de-engenho tinham por aí e não registravam. Reconheciam de fato, mas de direito não. Muito poucos tiveram a preocupação de dar um certo apoio. (...) Aí está outra tragédia da mulher, sobretudo da camponesa.⁸

Nos melhores dos casos, conta Paulo Cavalcanti, "quando um filho de 'senhor de engenho' deflorava uma mocinha, corria o padre velho a arrumar-lhe casamento de 'papéis passados' com algum operário", sendo a paróquia beneficiada em retribuição. Mas havia muitos casos de violência explícita tanto no crime inicial, quanto no tratamento que as raras vítimas que denunciavam seus agressores recebiam. Outros

⁸ Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no projeto A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste. Recife: FUNDAJ/CEHIBRA. p. 58.

⁹ MONTENEGRO, Antônio. Destinos cruzados - A rainha e a plebéia numa rua do Recife. *Nossa História*. Ano 1/ n. 8. Junho de 2004. Issn 1679-7221. Rio de Janeiro. Editada pela Biblioteca Nacional.

testemunhos narram o destino infeliz (prostituição no meio urbano) de moças coagidas ou seduzidas.⁹

VIOLENTADA NO ENGENHO CARICÉ SOB AMEAÇA DE UM REVÓLVER¹⁰

O culpado era o administrador. "O crime foi cometido no momento em que a menor trabalhava num lugar ermo. Somente depois de 4 meses foi que teve coragem de denunciar o crime à polícia. O revide não se fez esperar. O administrador José Guedes da Silva e o patrão Luis Cisneiro de Almeida arrombaram a porta da residência da vítima e desalojaram-na da propriedade, sem ao menos dar permissão para colher o produto de uma lavoura que tinham no engenho."

As estratégias de proteção montadas pelo grupo familiar para evitar a presença de meninas e mulheres no eito visavam também protegê-los como um todo. Pois os adultos masculinos, tendo de responder às agressões,¹¹ colocariam a si próprios e à família em situação de perigo de conseqüências potencialmente muito graves. Uma dupla ameaça, em suma, à qual preferiam não se sujeitar,¹² recorrendo a manobras para evitar tais situações, embora nem sempre escapando de represálias.

Assim, Gregório Bezerra relata como sua mãe, frente a atitudes indecorosas, mandou minhas irmãs para a roça no interior, para a casa da vovó. Esse rapaz [filho do senhor de engenho] entrou lá da porta a dentro e falou com minha mãe: Cadê as meninas? Minha mãe disse: Ah! Seu capitão (...) minhas meninas foram pra casa da vovó delas, de minha mãe, que está muito doente. Ele saiu enraivecido. Compreendeu o gesto de minha mãe e depois ultimou que minha mãe tirasse o cultivo do roçado, tirasse a lavoura.¹³

A perda da produção do sítio e roçado significava um desfalque importante no precário abastecimento alimentar da família. Era o preço a pagar pela segurança das moças. Eugênio Benvindo M. Freitas adotou a mesma conduta prudente:

Eu vim pra cidade porque eu enviuvei. (...) [Minha mulher] morreu, eu fiquei com seis garotas pequenas, seis menina fêmeas, com licença da palavra pro senhor que tá me ouvindo. Seis meninas. Aí, pra eu trabalhar no engenho com essas meninas, aí e dar de comer a essas meninas, lutar com essas meninas e trabalhar, não dava; porque os homens, naquele tempo, eram muito duros que nem eu disse pro senhor. Aí eu tinha um parente que morava aqui, aí eu vim na casa de um parente aqui, aí ele disse assim: Do jeito que você tá, é melhor você vir pra rua, vir pra rua. Aí fui na cabeça dele, aí vim pra rua.

⁹ Nos arquivos policiais ou na imprensa os relatos de estupro e assédio sexual são muito raros. *Diário de Pernambuco*, 28.11.59 (Ver DP 19.09.59).

¹¹ Tentou seduzir a esposa de seu morador e foi agredido. *Diário de Pernambuco*, 24.11.59.

¹² CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina. O caso eu conto como o caso foi. Da coluna Prestes à queda de Arraes*. vol. 1. Recife: Guararapes, 1980, p. 210.

TRABALHO NA ROÇA

Lançando mão de uma complexa estratégia para conseguir comida, as famílias de trabalhadores rurais usavam dos diversos talentos de seus membros. Era preciso aproveitar da melhor forma possível a terra da qual podiam dispor. As mulheres e as crianças eram os agentes principais dessa atividade de produção de alimentos. "Nesse tempo as mulheres não trabalhavam não, viviam em casa mesmo. No roçado plantavam uma lavoura branca", diz Alfredo Cosme dos Santos. Imbricado com as tarefas domésticas nas ocupações de todos os membros da família, grandes e pequenos, o sítio e/ou o roçado era facilmente considerado um espaço de preponderância feminina, bem como um lugar de aprendizagem agrícola para todos os filhos e filhas da família. "Tinha mulher que trabalhava [no roçado]; minha mãe mesmo trabalhava muito, plantava; meu pai plantava uma parte da terra de roça pra ela, e ela plantava pra eu", lembra José Amaro dos Santos. Todo mundo sabia "plantar", isto é, praticar culturas alimentícias básicas como mandioca, macaxeira, batata doce, conhecimento que se perdeu com a expulsão generalizada dos moradores dos engenhos.

Para certas meninas e moças, as tarefas se somavam, pois trabalhavam tanto na palha da cana quanto no roçado, sem falar dos afazeres propriamente domésticos que são raramente mencionados. Severina Benvinda relata:

Mais ou menos doze anos acima já começava a pegar na ticuca. Conheci muitas que, coitadas, ia prá ticuca, tirava aquela ticuca. Quando chegava em casa, o pai dizia: "Olhe, minha filha, tem uma conta de roça pra limpar. Você só vai almoçar quando tirar aquela conta." A pobre ia fazer os pés a onde; por uma parte, era bom. Mas por outra, era o sofrimento também.

[Quando você era menina, como era a vida?] Trabalhava. Na idade de 10 anos, comecei trabalhar no campo.

[Começou com 10 anos. Trabalhava o quê?] No canavial.

[Não era na roça, não?] Não, no canavial mais minha mãe!

[Sua mãe e quem mais, ou só tinha você?] Tinha mais; tinha eu e tinha mais 4 filhos.

[Moravam dentro do engenho?] Era sim Senhora.

[Toda família trabalhava no engenho?] Não, só trabalhava eu, minha mãe e meus três irmãos.

[E quem cuidava da roça, era todo mundo ou eram só as mulheres?] Era tudinho da família. Quem tivesse morando no engenho, a família. Digamos, a família mora nessa casa aqui, os que não estavam trabalhando iam trabalhar no roçado e trabalhar no canavial; os que ficavam em casa ficavam cuidando da casa. Quando a gente chegava do campo, ia trabalhar no roçado."

Entrevista com Severina Benvinda

"Fome, era muito. Chorei até de fome."

Generino Luis da Silva

"Quando o pobre come galinha, um dos dois está doente."

Provérbio camponês¹⁴

"A gente come um dia e jejua no outro".

Deolinda¹⁵

Entre as virtudes supostas da 'morada', uma das mais destacadas pela literatura hagiográfica era a oportunidade de providenciar uma boa alimentação para a família do trabalhador rural, dispondo de terra cedida generosamente pelo proprietário para praticar culturas destinadas ao consumo ou à venda nos mercados próximos. Paradoxalmente, essa afirmação convive na historiografia com o consenso, amplamente comprovado, que os canavieiros sofriam de grave desnutrição. Josué de Castro¹⁶ calculou que o trabalhador rural da zona da mata absorvia mais ou menos 1.700 calorias por dia,¹⁷ e constatou que 40% das crianças estavam com anemia declarada.¹⁸ Nelson Chaves demonstrou a incompatibilidade dessa alimentação com o desempenho físico exigido no eito.¹⁹ Fernando Antônio Gonçalves conduziu um minucioso levantamento na zona canavieira, concluindo que "as famílias pesquisadas não ingerem (...) as quantidades necessárias ao fornecimento das calorias indispensáveis à manutenção das condições híginas de saúde".²⁰ Carências graves (protéicas, calóricas e vitamínicas) enfraqueciam os organismos e provocavam atraso no crescimento das crianças.²¹ Fator agravante: diversas parasitoses atingiam todas as famílias de trabalhadores rurais. A polêmica autora de *Death without weeping*²² ilustra a gravidade da situação estabelecendo comparações entre a subnutrição das populações que estudou na zona canavieira de Pernambuco – isto é, assalariados na atividade mais rica do Estado, em tempo de paz – e aquela dos lks²³ ou dos habitantes do gueto de Varsóvia.²⁴

¹³ Gregório Bezerra. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no projeto A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste. Recife: FUNDAJ/CEHIBRA.

¹⁴ A Liga. Rio de Janeiro: n. 2, 16.10.62. Arquivo Público Estadual. Fundo DOPS. SSP (Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco) 31.519.

¹⁵ Trabalhadora rural moradora da Usina Mussurepe, entrevistada pelo Diário de Pernambuco porque deu à luz a trigêmeos, casada com Pedro Queiroz da Silva. Diário de Pernambuco, 29.06.46.

¹⁶ Sua obra, *O problema alimentar brasileiro*, de 1934, lançou a pesquisa científica a respeito e foi um marco importante na questão da desnutrição das classes trabalhadoras.

¹⁷ CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

¹⁸ CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, 1967., 2ª ed. p. 54.

¹⁹ CHAVES, Nelson. *Fome, criança e vida*. Recife: Massangana, 1982. p. 73.

²⁰ GONÇALVES, Fernando Antônio. Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco in: *Boletim do IJNPS*. Recife: IJNPS, 1966. p. 137.

²¹ ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu. Uma geração ameaçada*. Recife: Oedip, 1987.

²² SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil*. Berkley: University of California Press, 1992.

²³ Sobre a população afetada por uma mudança geopolítica na África do Lest, ver o famoso livro: TURNBULL, Collin. *The mountain people*. London: Picador: 1973.

²⁴ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit. p. 137.

Além de extremamente baixo, insuficiente para prover a reposição de sua força de trabalho, o salário dos canavieiros, calculado por produção na maioria dos casos, era também instável. Muitas vezes, tarefas exageradamente dimensionadas impediam que as trabalhadoras e os trabalhadores conseguissem completá-las numa jornada. Deste modo, deviam trabalhar vários dias pelo preço de um só dia, conta Severina Maria Silva:

Tinha dia que a gente pegava uma conta, tirava. Tinha dia que a gente pegava, não tirava, passava a semana pra tirar 3 ou 4", conta. "Pronto, aquilo ali... em porta de venda não era pra comer, era só pra alimentar o corpo, pra trazer o corpo em pé! Mas que desse pra viver não dava.

A entrevistada lembra que essa compressão de um salário já miserável impedia o abastecimento mínimo da família por meio de compra de alimentos. Endividada no "barracão", "tinha semana que, quando a gente chegava no dia de sábado, o que a pessoa ganhava ficava tudinho na venda".

Essa situação generalizada obrigava as mães de família a malabarismos para conseguir providenciar refeições mínimas para suas proles.

Naquela época, às vezes, minha mãe saía, assim, por uns daqueles peixinhos desse tamanho, assim. Chegava em casa, botava no fogo, fervia, fazia um escaldado, dava aos filhos, às vezes, que as condições não dava pra comprar 100 gramas de charque mode dá de comer. Trabalhava todo dia, a gente trabalhava, mas as condições, às vezes, era tão precária que não dava mode comprar 100 grama de charque mode fazer um almoço pra gente, conta Antônio Virgínio da Silva.

Feijão velho e farinha: uma receita para salvar a família da inanição, lembra Anísio Francisco da Silva, celebrando a inventividade de sua mãe numa situação em que a própria vida da família estava em jogo:

A felicidade da gente foi que o cabra tinha saído da casa tinha deixado um bocado de feijão velho lá e minha mãe apanha aquele feijão mesmo sem tá maduro, né. Somente a vagem e cortava como quem cortava cenoura, né, e botava pra cozinhar pras vez comia com farinha. Não tinha farinha, pedia massa na casa de farinha. A minha mãe fazia farinha, secava aquela massa numa telha dessa de casa. Botava no fogo e secava aquele ali, fazia farinha pra comer com mé, esse mé, um mé cabaú. Talvez você não saiba nem que é isso, que bota na ração de bicho.

A falta de alimentos suficientes para nutrir-se e a seus filhos ocasionava outra oportunidade banalizada de violência contra as trabalhadoras e os trabalhadores quando tentavam enganar a fome chupando cana ou tirando uma banana de árvores presentes no engenho. A infração, cometida pelo próprio trabalhador ou alguém de sua família, muitas vezes crianças, levava a represálias patronais extraordinárias – castigos físicos, expulsão sem indenização – para todo o grupo.

"Morreu de parto,
só era o que se via.
Morreu de parto,
morreu de parto."²⁵

Além da desnutrição, a falta de assistência médica afetava as famílias vivendo nos engenhos. "A saúde ainda era mais sacrificosa, porque nesse tempo não tinha um socorro pra nada", afirma Severina Maria Silva. "Nós, naquele tempo, não sabia o que era médico." Ora, um dos pontos fortes da 'morada', a suposta relação amigável entre senhor de engenho e trabalhador rural, consistiria justamente no socorro prestado pelo patrão nos momentos de urgente necessidade em que a saúde estaria em jogo. A 'image d'Épinal' consagrando a bondade do proprietário, e tipicamente, em termos de gênero, de sua esposa, seria uma criança doente, uma esposa em trabalho de parto para as quais a senhora de engenho providenciaria todo o apoio necessário: ajuda profissional, transporte para uma unidade medical, medicamentos e enxoval.

Os entrevistados lembram, no entanto, que as mulheres grávidas e parturientes não recebiam acompanhamento qualificado algum, o que resultava em alta morbidade e mortalidade materno-infantil. Apesar das afirmações literárias reiteradas de solicitude por parte dos empregadores, e das declarações de intenção dos patrões quanto ao estabelecimento de equipamentos hospitalares adequados para as populações rurais,²⁶ a realidade era de desamparo, a não ser pelo apoio de vizinhos solidários. Como lembra Severina da Silva:

Tinha mulher de trabalhar no dia de domingo e, no caminho mesmo, descansava no meio da estrada; e chegava em casa. Quando ia socorrer, não tinha mais jeito, morria...
Se desse pra escapar, felicidade dela. E se não desse, morria! Morria muita mulher.

Nenhuma enfermaria, dispensário ou parteira profissional paga pelos empregadores, contrariamente aos planos e projetos que jornais difundiam com muito alarde, beneficiou os entrevistados e seus familiares. Como relata Amaro Rosendo Fagundes

[e]ra em casa, em casa. A assistente que entendia. Mas não era do patrão, não era do governo. Era de ninguém, era por conta dela mesma, era do povo. Uma senhora parteira que conhecia",

Uma camponesa, citada pela Folha do Povo, exclama:

"Qual é a maternidade da mulher do camponês? É capaz de dar à luz no partido de cana. A assistente é a cunhada, o berço do filho é o balaio de semear cana, o livro é o balaio, o lápis uma vara de ferrão para chamar os bois."²⁷

Até mesmo o transporte para buscar um médico ou levar a paciente a instalações hospitalares citadinas era negado.

²⁵ José Felipe Santiago.

²⁶ A assistência médica, segundo essas notícias, seria providenciada tanto para "os operários" quanto para os "trabalhadores rurais". *Jornal do Comércio*, 28.10.1962. Fora esse exemplo, as notícias tratavam de intenções, de projetos grandiloquentes mas não realizados.

²⁷ "Impressionante discurso de uma camponesa em Escada". *Folha do Povo*, 21.09.1954.

Para partos e estas coisas, assistência era muito ruim. Não tinha carro, não tinha nada naquele engenho, naquele tempo. Não tinha carro para ir buscar um doutor, uma assistência. Nada. A mulher avechava a dor a boca da noite, às vezes, no engenho não tinha. O marido andava um dia ou dois para arranjar uma assistência. Chegava lá a mulher já tava até morta. Isso aconteceu muito. Às vezes chegava noutra engenho, a mulher dizia: "No seu engenho... é muito longe, está chovendo!" É de noite, e tem que andar até outro engenho. Era assim. (...) Não tinha para quem apelar, só apelava para Deus, conta Amaro Pedro dos Santos.

As conseqüências trágicas não eram raras, como lamenta José Inácio da Silva: "E muitas morriam nas mãos das assistentes, porque elas não sabiam fazer o parto. E terminava muitas morrendo nas mãos das assistentes." José Francisco Paiva confirma a freqüência de tais ocorrências: "A parteira do mato. A mulher, às vez, embolava cinco, seis dias e morria com o filho, e não tinha. Morria sim, senhor. Vi muitas lá, vizinha de minha mãe, eu pequenininho, garoto, vi morrer muitas vezes, e não tinha o filho."

Apesar de seus eventuais fracassos e falta de formação, o grande esforço e a dedicação, em circunstâncias adversas, que essas parteiras leigas manifestavam valiam-lhes a gratidão de muitas famílias. Como informa José Barbosa do Nascimento:

Tinha aquela parteira inteligente. Ela ia pra casa, chegava uma pessoa hoje (qualquer hora da noite que chegasse!) ela se largava no mundo. Às vezes, até o domingo ela não tinha chegado em casa. Ela não tinha direito de chegar em casa enquanto não desse banho naquela pessoa que ela foi agir. Ai chegava com as pernas dessa grossura, inchadas! O que ganhava? Às vez, muito pegava um pinto, dava um pinto a ela, pronto. Era assim.

Contrariando a lenda dourada veiculada pela literatura, os patrões são sequer mencionados, a não ser negativamente, pois sua omissão era esperada. A ajuda que os entrevistados nunca carecem de sublinhar era aquela dos vizinhos, designados genericamente como "pais e mães de família". "Nesse tempo, quem ajudava na emergência, eram os pais e mães de família mesmo", assegura José Honorato dos Santos. Vizinhos, parentes, amigos estavam sempre à disposição, em qualquer situação, fornecendo apoio, encorajamentos, consolo. Pois, o desenlace fatal ocorria com freqüência.

Nós não tinha medicação quase nenhuma. Vivia vivendo porque Deus queria", diz Cassiano José de Sena. José Honorato dos Santos conclui: "Se escapar, escapou. Não escapou, morria." A mortalidade infantil "alcança a casa de 500 por mil, o que quer dizer que metade dos que nascem apenas espiam a vida um breve instante e antes de um ano já se foram para debaixo da terra."²⁸

MORADIA

As condições de higiene, vestimenta e moradia somavam-se às difíceis condições de trabalho, desnutrição e ausência de assistência médica para impor numerosas ocasiões de grande desconforto, humilhação e perigo.

²⁸ CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão*. Op. cit., p. 41-42.

As casa era umas tapera, era. As portas caindo... as casas caindo... A casa era de um jeito que a pessoa pra entrar, tanto fazia, agora tanto sítio que nem arruado, pra entrar se quisesse abrir a porta, abria; se não quisesse, até pelo lado mermo, qualquer um canto entrava pra dentro, descreve Severina Maria Silva.

Proibidas de melhorar a construção, as famílias deviam acomodar-se em pouco espaço e improvisar instalações sanitárias sumárias. Antônio Joaquim dos Santos explica: "Meu pai sempre mandava fazer um banheiro, um banheirozinho tapado com taba, e tinha umas telhas. Homem podia ir pro mato, mas a mulher não..." Filhas, irmãs e esposas deveriam ser mais protegidas dos olhares, sua privacidade garantida, particularmente em momentos de extrema vulnerabilidade, num ambiente considerado como essencialmente hostil.

PAREDE RUIM MATANDO DOMÉSTICA²⁹

A doméstica Judite Maria de Almeida (casada, 27 anos, residente no engenho da Barra, Vitória de Santo Antão) foi vítima na tarde de anteontem do desabamento de uma das paredes de sua casa, tendo em consequência sofrido fratura completa dos ossos direitos da perna, da bacia afora contusões e escoriações generalizadas. Internada e operada, ela faleceu.

As implicações dessa situação são relatadas com a crueza que a situação impunha: "Não tinha nada de mobília, a mobília era comer no chão como bicho, na vazia, mas comer no chão como bicho. Não tinha uma mesa, não tinha nada de se sentar", lembra Severina Maria Silva. A extrema miséria em que vivia sua família de trabalhadores empregados desde meninos na atividade econômica mais rica de Pernambuco só era amenizada pelos esforços de sua "mãe pra cobrir a gente. Com dois panos de saco ela cobria cinco, seis filhos. Dormia no chão, numa esteira de palha de coco." Amaro Pedro dos Santos enfatiza também as dificuldades de prover todos os membros do grupo: "Pai de família com 10, 12 filhos! Vivendo assim, no chão limpo tinha acostumado. Outro não tinha cobertor, não tinha esteira." Embora o clima tropical fosse geralmente leniente, no inverno chuvoso, algum tipo de cobertura era necessário durante as noites, além das pessoas doentes e crianças pequenas que requeriam mais agasalhos. As mães de família desenvolviam tesouros de criatividade para paliar a carência mais absoluta:

Naquele tempo a carne era naqueles fardos de 100 kg, 120 kg, aquelas estopas grandes. Chegava no barracão, pedia para o barraqueiro. Era, se o barraqueiro quisesse dar: dez tostões uma estopa dessas. Fazia um cobertor. Era estopa que vinha enrolando a carne. Isto eu vi muito. A mulher levava aquilo pro rio. Lavava, bem lavado; escaldava; passava três ou quatro dias no quarador. Quando tava bem limpinho, a gente se cobria.

²⁹ Jornal do Comércio, 19.11.61, p. 7.

Outro item que diz respeito ao decoro era a roupa. Severina Maria Silva lembra, indignada, que a maioria das empregadas e empregados num setor econômico tão importante quanto à produção de açúcar só dispunham de uma vestimenta:

Olhe, a roupa, a roupa só vindo de vê, viu? A roupa, tinha gente que ainda tinha uma pareinha pra trabalhar, e tinha uma pra ir uma feira, uma viagem. E tinha muitos que era com aquela roupazinha mermo que trabalhava. Eu mermo, eu e muitos, que a roupa que a gente trabalhava, quando era no sábado, se tivesse algum restinho de dinheiro que sobrasse da venda pra receber, lavava aquela roupa, quando era... dava um aleito, botava no corpo e ia-se embora trabalhar, ia-se embora, saía. Toda remendada, encardida, não tinha o sabão. Era um pedacinho de sabão pra passar a semana lavando.

P^o. Crespo, no seu apostolado, testemunhou a carência de roupas garantindo um mínimo de decência, o que limitava portanto, em mais uma dimensão, a liberdade de ir e vir dessas cidadãs:³⁰

Uma vez, cheguei numa casa e vi as meninas-moças correndo nos canaviais; chamei a velhinha e disse: 'Diga às meninas, suas filhas, para que venham assistir às orações, que o pai delas está para morrer, para rezar conosco!' Ela disse: 'Seu Vigário, me desculpe. Elas não podem vir não.' 'Por quê?' 'Elas estão desprevenidas, estão com umas roupinhas tão rasgadas, aparecendo as carnes. Elas têm vergonha de aparecer.'³¹

PROIBIÇÕES E SANÇÕES

Nos engenhos, a qualidade eminentemente violenta do ambiente de trabalho e de vida dos trabalhadores e de suas famílias dominava todos os âmbitos da existência. As inúmeras proibições, que afetam os deslocamentos, a comida disponível, o combustível (lenha, carvão) coletado, o uso da terra cedida, até atitudes pessoais fora do âmbito propriamente de trabalho, diziam igualmente respeito às atividades políticas e sindicais. Contrariamente ao suposto espírito benignamente familiar que teria pairado sobre os engenhos, reinava de fato um clima de medo, repressão, falta de liberdade de expressão e reunião, e sobretudo, ausência de normas trabalhistas.

A onipresença da violência patronal, seja ela efetiva ou potencial, revela-se nos depoimentos sob diversas manifestações. Uma das formas mais recorrentes, além dos castigos físicos - os trabalhadores eram "pisados" - era a expulsão dos engenhos, uma violência sofrida pelo grupo familiar inteiro. Deviam abandonar tudo o que tinham e "*pegar na estrada*" em situação de desconforto extremo e perigo. A violência podia, pois, atingir, direta e indiretamente, todos familiares do trabalhador: "Não tinha direito não. Se botasse pra fora, era pra desocupar logo! Se não quisesse desocupar, o senhor

³⁰ Ainda sem direito a voto, na medida em que eram geralmente analfabetas e que essa categoria da população só foi incorporada ao eleitorado em 1988, isto é, um século exatamente após a abolição da escravidão.

³¹ Depoimento oral fornecido em 10.07.85 a Eliana Moury Fernandez, no Projeto A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA.

destelhava a casa", indigna-se Eugênio Benvindo M. Freitas. Relatórios de polícia fazem menção a procedimentos similares: jogar os pertences na rua, destelhar, tocar fogo,³² mandar derrubar.

RELATÓRIO DE POLÍCIA

Expulsão do trabalhador rural João José dos Anjos, filho de um morador que passou 75 anos no engenho.

Construiu uma palhoça para a moradia de sua família. Explicou que assim procedeu em virtude de não poder morar com seu pai por falta de espaço vital. Não podendo continuar, como vinha, morando ao relento com três filhos e a esposa grávida assim procedeu construindo a sua pequena moradia.³³

As autoridades confortavam a violência, quando não a exerciam, elas próprias, contra a família trabalhadora, inclusive as mulheres e crianças: em Vitória de Santo Antão um proprietário queimou a cana de um camponês que, depois de três anos de trabalho, sofreu despejo sem indenização.

O patrão foi com dois oficiais de justiça, destelhou a casa do camponês (levando logo as telhas), jogou tudo que havia dentro da casa, na rua. Estava chovendo, as crianças doentes, a mulher em casa e o esposo trabalhando bem longe. Depois de destelhar a casa e jogar as coisas na rua, cortou o bananal do trabalhador. A mulher pedia para que esperasse o esposo chegar para providenciar lugar para colocar os móveis. O patrão chamava a mulher de besta e dizia: 'Não lhe prendo porque não é seu marido, se fosse seu marido prendia agora mesmo!' A mulher disse: 'Apesar de tudo eu confio na justiça de Deus!' Mas ele respondeu: 'Cale-se, besta, Deus manda no céu. Na minha terra quem manda sou eu.'³⁴

As ocasiões da violência eram as mais banais, muitas vezes relacionadas com a forma de medir o trabalho, seu pagamento³⁵ ou outro assunto de "serviço". Em depoimento do vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha, Abel Santos.

Bem, antes dos direitos era pisada de burro. Muitas vezes eu presenciei o administrador chegar e cortar a corda da rede do trabalhador porque não podia esticar a rede fora da hora, e o cabra sair na carreira, embaixo de cacete. O direito era esse, era pau vale e vale mesmo. Eu mandava o meu capanga lá e era pronto, meu direito era esse. O trabalhador morria ou tinha que ir mesmo. Porque o meu pai mesmo, só não trabalhou

a pulso no engenho. Repousou porque minha mãe trancou a porta e o administrador foi na porta com um revólver para ele sair, para atirar nele, para ele trabalhar a pulso. (...) Ele queria que ele fosse encher carro a pulso, de dez horas da noite, chuva... Ai ele disse: Não vou. No outro dia, a gente saiu fugido para não morrer, com a família com a mobília nas costas.³⁶

Documentara-se a ponta de um iceberg silenciado pelos governos anteriores ao primeiro governo Arraes.³⁷ Após o golpe militar, apenas alguns dos casos mais chocantes apareceram na imprensa,³⁸ quando os ataques contra as casas, as culturas ou outros bens da família trabalhadora desdobravam-se em violência direta contra as pessoas. A ameaça era universal.

"Os direitos eram perigosos."³⁹

"Violência. Violência total. Existia muita intimidação. Não existia para onde apelar. Porque quando o trabalhador fazia uma reclamação, aquele desaparecia."

José Antônio de Lima.

Um dos mais famosos exemplos de violência, consagrado pelo tratamento cinematográfico, foi o assassinato de João Pedro Teixeira, herói do filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho. Esta obra retrata a exacerbação da violência frente aos primórdios de organização dos trabalhadores em Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Elizabete Teixeira, viúva do líder da Liga Camponesa de Sapé (PB) foi a figura central do enredo. As vicissitudes às quais ela e sua família foram submetidas antes e, sobretudo, após 1964 ilustram amplamente o elenco das perseguições sofridas por muitas militantes e seus familiares. Caçada, presa, maltratada, fugida, tendo perdido o contato com a maioria de seus filhos e vivendo, anos a fio, na clandestinidade, Elizabete expressa também no filme a coragem e garra que não deixou de nutrir, mantendo, apesar de tudo, seu ponto de vista e seus objetivos políticos.⁴⁰

³² Relatório da polícia do Cabo, do dia 26.08.60. Os homens do senhor-de-engenho botaram fogo em duas casas. O caso foi mencionado porque havia sido objeto de uma denúncia do juiz da comarca. SSP 8098.

³³ Relatório de polícia, 21.04.60 dos investigadores a cavalo. n. 5 e 239. SSP 8098 Doc. 7.

³⁴ SSP 29.747 Ofício a Romildo Leite da DRT 20.6.73.(A fonte da citação não é mencionada).

³⁵ "Rurícola foi morto pelo administrador do Engenho". "A vítima (o trabalhador Antônio Laurentino da Silva, casado, pai de 5 filhos) reclamara seu pagamento ao administrador, gerando-se, então, forte discussão entre ambos, no decorrer do qual Sebastião Luis da Silva abateu seu antagonista, foragindo-se em seguida." DP 19.01.67.

³⁶ MIRANDA, Moema Maria M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit. p. 110.

³⁷ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 173.

³⁸ "4 mortes em Alagoas para a luta pela terra". "Ao observar que João saíra com a esposa para o campo, o que costumava fazer todas as manhãs, o administrador da fazenda resolveu atear fogo na casa. O incêndio em poucos minutos destruiu a residência, carbonizando as duas crianças que se encontravam no interior. Ao regressar, João e a esposa encontraram apenas os escombros da casa e os corpos dos garotos transformados em tochas humanas. Encolerizado o lavrador fez um juramento de vingar a morte dos filhos. Saiu em busca de Severino que se achava em frente à casa grande da fazenda. Ao avistá-lo puxou uma faca e investiu decidido. O Administrador entretanto, estava armado de revólver. Os dois travaram uma violenta luta corporal ao término da qual ouviram-se alguns disparos. Em seguida os dois corpos tombaram ao solo." DP 24.07.73, p.11-12.

³⁹ José Severo da Silva.

⁴⁰ MONTENEGRO, Antônio Torres. *Cabra marcado para morrer*. Entre a memória e a História in: SOARES, Mariza de Carvalho & FERREIRA, Jorge (orgs.). *A História vai ao cinema. Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 179-192.

DETIDA UMA CAMPONESA DE GOIANA PELO FATO DE VENDER A FOLHA DO POVO⁴¹

Protestam as Ligas Camponesas de Goiana, também - não passa de um capanga dos latifundiários o delegado de polícia de Goiana - A luta continua. Severina Maria da Conceição; detida sofreu maus tratos 24 horas.

As conseqüências de incorrer no desprazer do senhor-de-engenho ou de qualquer preposto podiam ser tão devastadoras que bastavam as histórias que se contavam nos engenhos para dissuadir muitas canavieiras e canavieiros de se exporem. As manobras de evitação eram preferidas, pois os autores da violência contra os trabalhadores não eram punidos. Além do compadrio e da proteção, que fazia com que os matadores e/ou mandantes nunca fossem condenados, evidenciava-se a solidariedade de classe entre autoridades e empregadores, no sentido mais funcional do termo: num sistema em que a violência ou sua ameaça contra todos os membros da família trabalhadora exercia uma poderosa pressão para que aceitassem quaisquer condições de trabalho e de remuneração ditadas pelos proprietários; ou seja, ela constituía-se num fator econômico.

DENÚNCIA AO DP DE NINA MENDES DE ARAÚJO⁴²

Procurando seu marido num engenho de Lagoa do Carro, em Carpina:

o delegado obrigou-a, porém a abri-lhe a porta e, antes lhe garantiu que nada de mais faria; pretendia apenas revistar os cômodos para ver se ela estava dizendo a verdade. Regina Neves assentiu de boa fé na proposta da autoridade e esta, já dentro da habitação, procedeu de maneira diversa do prometido. Fez seu filho, o menor de 16 anos, João Cazumba de Souza, sair da cama, e sob uma saraivada de bofetões, levou-o preso, sob a alegação de que 'o pai ausente, o filho iria preso'. Assim mesmo aconteceu e o menino, apesar de sua constituição franzina, pagou pelo pai, a surra que este deveria sofrer por parte da autoridade.

A violência era tão abrangente, que, como em outras situações históricas extremas, foram precisas condições políticas - durante o primeiro governo Arraes e na redemocratização posterior ao governo militar - que fornecessem uma esperança de mudança - o poder público fazendo respeitar o estado de Direito - para que se cristalizassem as aspirações antigas das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais à cidadania.

⁴¹ Folha do Povo, 04.04.50. SSP 7956.

⁴² Diário de Pernambuco. 25.11.48. No dia seguinte aparecia, no mesmo jornal, a versão da polícia, garantindo que havia detido o menor para "averiguações".

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PERNAMBUCO A DIFÍCIL TAREFA DE ENTENDER O CONTEXTO

Verônica Ferreira

ASSISTENTE SOCIAL E EDUCADORA DO SOS CORPO: INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA

A princípio, devemos ressaltar que toda análise da situação da violência contra a mulher, no estado de Pernambuco, tem, necessariamente, como pressupostos: a precariedade e a insuficiência de informações sobre o problema. Deter-me-ei neste texto justo sobre este aspecto, tendo em vista o que já foi exposto aqui em termos de informações e estatísticas sobre o problema (cf. Pereira; Portella, 2005) e que torna prescindível a apresentação exaustiva de dados. Tomarei por base o esforço cotidiano de nosso trabalho no SOS CORPO, em particular nos projetos voltados para a pesquisa sobre a violência contra a mulher em Pernambuco, voltado para construir informações e, principalmente, construir capacidade crítica de análise sobre a violência contra a mulher hoje.

O tema proposto para a minha apresentação, em si mesmo, nos oferece a oportunidade para uma *demarka* de ordem teórico-política: refere-se ao contexto da violência contra a mulher em Pernambuco. Este contexto poderia ser tomado como a síntese dos dados, informações e estatísticas sobre o problema, somadas a uma breve exploração dos determinantes da violência contra a mulher; e poderia referir-se também ao contexto sócio-econômico, cultural e político em que as expressões da violência contra a mulher tomam lugar. Porém, não há informações sem um contexto e a utilização das informações deve dar lugar a explorações mais complexas, sendo, fundamentalmente, um instrumento para uma análise de maior profundidade sobre as relações e fenômenos sociais, e em particular, sobre as relações de desigualdade que atingem as mulheres.

Isto parece óbvio, mas julgo oportuno e necessário partir desse pressuposto especialmente porque é bastante empregado hoje, sobretudo no campo dos estudos e pesquisas sobre a violência de um modo geral, com implicações para o campo da violência contra a mulher em particular, o fenômeno da reificação das estatísticas ou da utilização descontextualizada de estatísticas e informações sobre a violência. A reificação das estatísticas significa que os números ganham vida, ou seja, ganham

força de explicação em si mesmos. Esta idéia e sua crítica são bastante exploradas por autoras como Bárbara Soares (1999).

A utilização instrumental e descontextualizada de informações sobre a violência, em especial sobre a violência urbana, tem fomentado o que a mesma autora chama de *guerra de números*. Assim, diz-se que a violência aumentou, diminuiu, triplicou etc., sem explorar o contexto em que estas constatações ganham sentido ou, mesmo, sem partir de uma análise da realidade *concreta*, da totalidade e da particularidade das relações sociais que fundam a realidade social em que a violência ocorre. Nas palavras de Soares (1999:190), "tudo se passa como se esses dados apenas espelhassem a realidade e, uma vez publicados, passassem a fazer parte dela, bastando apenas divulgá-los".

À guerra de números, soma-se uma ebulição de categorias analíticas para explicar e propor intervenções no campo da violência. Mais recentemente, inclusive, fala-se em guerra civil para categorizar a situação brasileira, com foco para algumas capitais do país, dentre as quais aparece Recife. Não cabe aqui explicitar ou realizar uma análise sobre o emprego desta categoria, mas em dar um exemplo do tenso e complexo campo em que atuamos.

Em um contexto como este, os estudos e pesquisas realizadas por feministas, situam-se frente a este dilema. No campo da violência contra a mulher, contudo, as nossas maiores dificuldades são, ainda, a escassez de informações e de estudos sobre a sua prevalência e as suas conseqüências na vida das mulheres, sobre suas possibilidades de autonomia e vida digna, e, especialmente, a partir de uma perspectiva feminista. A tarefa feminista e do movimento de mulheres, dentro e fora do espaço acadêmico, continua tendo como cerne a realização de estudos e pesquisas sobre a questão, na tentativa de explicá-la – compreendendo suas expressões e determinantes universais e os modos particulares em que se expressam em contextos sociais e culturais particulares. Nós buscamos também dar visibilidade social ao fenômeno e mostrar sua real magnitude, tão claramente expressa em nossa prática política ou no cotidiano do trabalho educativo com mulheres e nos estudos realizados sobre o tema. E buscamos compreender o fenômeno da violência contra a mulher, para transformar esta situação.

Ao mesmo tempo, a violência contra a mulher é ainda desvalorizada enquanto problema social e público (inclusive partindo-se da mesma guerra de números), seja pelos poderes públicos detentores da "informação" e da "técnica" como de determinados segmentos sociais. Há uma ampla utilização das estatísticas para desconsiderar a violência contra a mulher ou, na verdade, para escamoteá-la, através de comparações simplistas entre as cifras da violência sobre os homens e as cifras da violência sobre as mulheres, simplistas porém politicamente posicionada e ancorada em concepções patriarcais.

A utilização de estatísticas, sem uma análise das relações sociais, tem muitas vezes convergido para uma certa desconsideração dos dados referentes à violência contra a mulher. Nós temos, com efeito, nos deparado com este fato por parte de alguns agentes de segurança em Pernambuco, de alguns setores da imprensa e de outros setores sociais – uma derivação ou uma expressão, sobretudo no que se refere aos governos, da discussão política realizar-se através da "avaliação" técnica dos discursos dos sujeitos em confronto.

É próprio do pensamento cultural neoliberal – e das diretrizes da gestão neoliberal – a separação entre o político e o técnico, como partes separadas. Assim, tudo o que têm caráter político é desconsiderado enquanto "a-técnico" ou mera expressão "ideológica". E este é, sem sombra de dúvida, um dos principais conteúdos ideológicos do neoliberalismo.

Em meio à discussão sobre o crescimento do número de homicídios de mulheres no Estado, por exemplo, é recorrente a afirmativa de que o número de homicídios de homens é mais elevado do que o número de mortes de mulheres por assassinato. O que nos desafia a mostrar, em primeiro lugar: trata-se de duas faces igualmente absurdas; em segundo lugar: os assassinatos de mulheres possuem determinantes particulares e, portanto, requerem atenção específica e políticas específicas. Ainda assim, fosse uma vida perdida, ainda teríamos muito que fazer.

Os homicídios de mulheres representam, para as feministas, o ápice ou o nível de severidade extrema a que pode chegar uma situação de violência – pode representar o trágico final de um ciclo de violência doméstica, por exemplo, ou expressar a violência contra a mulher decorrente da falta políticas de segurança pública. Por outro lado, representa um fenômeno social complexo cuja particularidade merece ser estudada e analisada à luz de um contexto mais geral de relação patriarcal, de legitimação da violência contra a mulher e de desigualdades baseadas na classe e na raça/cor, historicamente construídas de modo particular em nosso Estado; do crescimento da violência urbana, e do uso generalizado de armas de fogo.

Na perspectiva do feminismo, a violência contra a mulher é expressão e causa da subordinação das mulheres na sociedade, agravada pelas demais dimensões da vida social que estruturam as desigualdades como as relações sociais de classe e baseadas na raça. Por outro lado, sofre o impacto direto da subalternidade que os direitos e as políticas para as mulheres têm ainda em alguns setores das políticas públicas, como é o caso da segurança pública, no estado de Pernambuco. Número considerável de homicídios que atinge as mulheres, nos espaços públicos, poderia ser evitado caso as condições específicas de vulnerabilidade das mulheres fossem consideradas na formulação e execução das políticas de segurança. Medidas fundamentais e básicas,

como a ausência de iluminação pública, podem influenciar diretamente nas condições necessárias para o ir e vir sem ameaças.

Em Pernambuco, as relações sociais histórica e culturalmente construídas carregam uma forte marca de patriarcalismo e desigualdade racial, que tiveram na violência sexual contra as mulheres negras uma de suas mais visíveis expressões. Ainda hoje, são as mulheres negras e pobres as principais vítimas fatais da violência. A legitimidade da violência sexual contra a mulher negra foi construída no pensamento sociológico de Gilberto Freyre, que ainda hoje tem muita influência não apenas na compreensão da formação social brasileira, como também na visão predominante do que é a sociedade brasileira hoje.

No Brasil, diante do quadro mais geral de violência que assola o país, a violência contra a mulher parece assumir novas particularidades, da mesma maneira que sofre determinações diretas da violência social e das questões raciais, geracionais e de classe, esta última entendida como relação estruturante da desigualdade e de relações sociais excludentes e mercadorizadas, o que impacta distintamente nas situações de violência contra a mulher – veja-se o caso das campanhas de cerveja. Se, por um lado, podemos dizer que a violência contra a mulher não possui fronteira de classe, raça ou idade, não parece correto afirmar que se trata de um fenômeno que atinge homogeneamente e do mesmo modo a todas as mulheres. No quadro mais geral de crescimento da violência urbana e das ações do crime organizado, ou relacionada aos crimes da rua e à legitimidade e tolerância em relação à violência social no país a violência contra as mulheres assume também novas nuances e determinações.

A inexistência de informações sobre a violência contra a mulher é um entrave à qualificação da atuação pública sobre a questão – seja no nível do planejamento de ações e da resolução dos casos pelas instituições públicas, seja da visibilidade da questão junto à sociedade – e, ao mesmo tempo, revela a invisibilidade da questão nestas mesmas instituições.

Os órgãos públicos não oferecem à sociedade e aos movimentos sociais dados atualizados sobre perfis de vítimas e agressores, caracterização de crimes e ou andamento de inquéritos e processos criminais. Basicamente, temos nos valido dos dados oriundos dos sistemas de informação em saúde, especialmente o DATASUS, e estritamente em relação às informações sobre mortalidade. Essa tem sido uma de nossas fontes principais e das mais úteis, como também dados fornecidos pelas Secretarias de Saúde, no entanto, há em geral um desencontro de informações, na maioria das vezes ocasionado pela falta de integração entre os diferentes setores de políticas.

No campo da segurança pública, podemos afirmar que o acesso a informações institucionais dos órgãos de segurança, em Pernambuco, foi uma conquista do

movimento de mulheres, resultado das ações realizadas especialmente nos últimos dois anos. Atualmente, com maior ou menor dificuldade de acordo com os órgãos com que estejamos tratando, há informações disponíveis no que tange aos atendimentos nas Delegacias da Mulher e as taxas de homicídios por sexo, localidade, faixa etária. O quesito raça/cor, porém, é um dado inexistente.

Este é um problema que envolve todo o sistema de segurança nacional, embora no nível nacional algumas ações incisivas tenham sido impulsionadas pelo Governo Federal, dentre as quais destaca-se o edital público para financiamento de pesquisas no âmbito da segurança pública. Segundo Luiz Eduardo Soares

sem pesquisas científicas rigorosas e isentas, não haverá políticas públicas consistentes, nem preventivas, nem reparadoras-policiais. Essa tese que, felizmente, já é um truismo para as demais áreas temáticas (sociais, econômicas etc.), ainda é original na área da segurança pública. (2005)

No ano de 2003, a fonte mais disponível de informações, para os movimentos sociais, foi a imprensa. Através dela, levamos a público os dados alarmantes de homicídios ocorridos naquele ano, e a partir das informações deste meio, nos chamava atenção o modo como os crimes ocorriam. Ao mesmo tempo em que crescia o número de crimes fatais contra mulheres, os mesmos crimes recrudesciam em crueldade.

Seja em relação às informações das secretarias de saúde como dos órgãos de segurança pública, estamos lidando com dados secundários e, portanto, com fontes sobre as quais não temos controle, especialmente quando lidamos com a imprensa. Se, por um lado, a imprensa se mostrou e se apresenta para o movimento de mulheres e para outras organizações da sociedade civil com uma fonte importante falta-nos o controle sobre as informações daí advindas. Nem todos os casos chegam ao registro ou a serem tratados de forma relevante, e com mais informações, pela imprensa – o que *de per si* revela disparidades regionais, de classe e da própria concepção e tratamento dado à violência contra a mulher pelos meios de comunicação, que em alguns casos, em nosso Estado, ainda se baseiam no critério do horror. Ressalte-se, também, o modo factual como a imprensa lida com os casos de violência contra a mulher, de modo que pouco se alude, nas matérias, ao acompanhamento de casos, a informações sobre inquéritos etc.

A análise das informações da imprensa, excetuando-se aqui a mídia alternativa, não resiste a análises mais profundas ou mais complexas em termos de que variáveis podemos explorar e do próprio rigor e das informações disponíveis nas matérias – na maioria dos casos, não sabemos a fonte das informações, como, por exemplo, em relação à motivação do crime. Em se tratando de questões dessa natureza, essa não é uma fonte adequada, salvo para análises de outro escopo.

Não obstante essas ressalvas, a imprensa mantém-se uma fonte importante para a análise do contexto da violência, em se tratando dos homicídios, no que pese especialmente as características dos crimes. No mais, é importante a própria análise do modo com a imprensa apresenta o fenômeno da violência à sociedade.

Nesse contexto, é ainda indiscutível que o grande esforço do movimento de mulheres ainda está voltado para conferir visibilidade social à violência contra a mulher, de maneira que seja enxergada e igualmente denunciada e combatida.

É preciso fazer emergir as facetas do fenômeno da violência doméstica e das diversas formas de violência contra a mulher, nos estudos, pesquisas e discussões públicas que possam fundamentar a construção de pautas políticas que tenham justo o objetivo de que estas questões não se apresentem, tão somente, enquanto tragédias. E, ainda que se apresentem enquanto tragédias pela opinião pública, continuem a serem tratadas como tragédias de origem e fim privados, ou seja, do âmbito da intimidade e, portanto, alheios à sociedade.

Por fim, apesar da realização de importantes pesquisas sobre a violência contra a mulher, o que certamente é também uma conquista dos movimentos de mulheres, é ainda verdadeiro a lacuna de informações e de estudos profundos sobre a violência contra a mulher. Muito ainda temos a explorar sobre a violência doméstica, a violência psicológica, a violência sexual contra as mulheres. Por outro lado, o recrudescimento da crueldade nos casos de violência, o alarmante número de homicídios de mulheres em nosso Estado e seu histórico de crescimento nas últimas décadas, desafiam nossa capacidade política e de produção de conhecimento para a transformação desta realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Portella, A. P. *Novas faces da violência contra a mulher*. Recife: 2004.
- Soares, B. M. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- Soares, L. E. A eficácia pragmática da sensibilidade antropológica e a inversão do modelo defensivo. Observações sobre o lugar do simbólico na política pública de segurança. In Correa, M. et al. *Gênero & Cidadania*. Campinas: Pagu-Unicamp, 2002.
- _____. *Construindo a segurança* in: http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/construindo_a_segurana.doc. Consulta realizada em 08/05/2005.
- Saffioti, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

QUANDO O RISCO ESTÁ EM CASA: VIOLÊNCIA E GÊNERO NA FRANÇA NA VIRADA DO SÉCULO

Maria do Carmo Ibiapina de Menezes

SOCIÓLOGA, CONSULTORA. FOI DIRETORA DO SERVIÇO DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE NA PREFEITURA DE CHAMPIGNY-SUR-MARNE, REGIÃO METROPOLITANA DE PARIS, FRANÇA

Até quatro anos atrás, os dados disponíveis sobre a violência contra a mulher na França limitavam-se às declarações das próprias vítimas junto a instituições especializadas na defesa de seus direitos, que em geral são ONGs. Estas desempenham um importante papel no recenseamento e divulgação das denúncias e queixas que recebem por parte das mulheres. Mas, as estatísticas oficiais da violência e da criminalidade, publicadas anualmente pelos Ministérios do Interior e da Defesa, só fornecem dados sobre os infratores. Com exceção dos menores, nada é divulgado sobre as vítimas. Desta forma, ignorava-se quase tudo sobre as violências perpetradas contra o conjunto das mulheres vivendo no solo francês.

A primeira pesquisa sobre o tema foi realizada no ano 2000 a pedido da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e coordenada pelo Instituto de Demografia da Universidade PARIS I. Conhecida como a pesquisa ENVEFF (Enquête Nationale sur les Violences Envers les Femmes en France), ela abrangeu a população feminina de 20 a 59 anos e entrevistou seis mil mulheres. Sua realização corresponde aos engajamentos assumidos pela França na Conferência Mundial das Mulheres em Pequim, no ano de 1995.

Esta pesquisa foi acompanhada de um estudo confiado ao meio médico e cujo resultado foi entregue ao governo francês em fevereiro de 2001. Tornou-se conhecido como o "Relatório HENRION", do nome de seu coordenador.

A publicação de ambos os resultados causou surpresa e provocou um verdadeiro choque. Não somente descobria-se a extensão do problema, como se podia constatar que as mulheres na França corriam mais risco dentro de suas próprias casas do que no espaço público ou no local de trabalho.

1. OS DADOS DO PROBLEMA

1.1. A PREDOMINÂNCIA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

O conceito de violência conjugal empregado abrange todos os tipos de relação de casal, tendo ou não um vínculo matrimonial, com ou sem coabitação. Ele engloba

também a totalidade das formas de violências praticadas (verbais, psíquicas, físicas e sexuais), que se sobrepõem a maior parte das vezes. O conjunto delas foi levado em conta para a criação de um indicador global e o termo "situação de violência conjugal" foi considerado o mais adequado para expressar a realidade vivida pela maioria das vítimas.

A pesquisa revelou que o domicílio familiar ou o ambiente fechado das relações conjugais representava para muitas mulheres um perigo maior do que o espaço público. Nos 12 meses precedentes à pesquisa, uma sobre 10 mulheres tendo um parceiro, havia sido vítima de forma permanente de violências conjugais de vários tipos: verbais, psíquicas, físicas e mesmo sexuais.

Além do mais, as violências conjugais apareceram como uma das causas mais importantes da mortalidade feminina: três mulheres morrem a cada 15 dias, assassinadas pelos (ex)-maridos ou (ex)-parceiros sexuais. Em sete anos, 31% dos homicídios perpetrados contra mulheres haviam sido cometidos pelos maridos e 20% pelo parceiro sexual, segundo dados do Instituto Médico Legal de Paris.

6,7% das mulheres interrogadas viviam situações graves e 2,3% representavam casos muito graves ou seja, acumulavam quase todas as formas de agressão. Tais situações atravessam todas as faixas etárias da população feminina pesquisada, podem manifestar-se muito precocemente na vida do casal e perdurar. Mas, as pressões psicológicas são preponderantes e, muitas vezes, duram toda vida, sem, contudo, haver necessariamente uma passagem à agressão física ou sexual.

1.2. VIOLÊNCIAS CONJUGAIS, MEIO SOCIAL E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Proporção de mulheres, vítimas de violências conjugais segundo a categoria sócio-profissional e a situação de violência (%)

Status e categoria sócio profissional	Efetivos	Índice global	Nível: grave	Nível: muito grave
Agricultoras, artesãs, comerciantes, chefes de empresa	131	7,7	6,6	1,1
Executivos, profissões intelectuais	425	8,7	6,1	2,6
Profissões intermediárias	1189	8,3	6,8	1,5
Servidor público e setor serviços	1726	8,3	6,3	2,0
Operárias	311	7,9	4,6	3,3
Desempregadas	489	11,9	9,0	2,9
Estudantes	176	11,1	9,8	1,3
Outras inativas	1346	9,4	6,3	3,1
Conjunto	5793	9,0	6,7	2,3

Se a violência conjugal não segue a hierarquia social, como nos mostra a proporção de executivas e intelectuais em situações graves, uma grande instabilidade profissional e a exclusão do mundo do trabalho parecem favorecer a ocorrência de situações de

acúmulo de violências. Este mesmo fenômeno vivido pelo homem tem um impacto ainda maior sobre a violência contra a parceira. Para um ou outro, ter vivido uma só vez um período de desemprego contribui relativamente pouco para aumentar a incidência das violências. No entanto, a multiplicação destes períodos de privação de trabalho duplica a proporção global das situações de violência e triplica as consideradas muito graves.

A perpetração da violência também não parece ter a ver com o nível de escolaridade das mulheres, como nos mostram os índices relativos às estudantes. No entanto, a inferioridade do capital escolar do parceiro parece acentuar o risco de violência para a mulher.

As situações consideradas gravíssimas são compartilhadas por todos os meios sociais. Nesta rubrica, as operárias (3,3%) e as desempregadas (2,9%) são inesperadamente acompanhadas de perto pelas executivas e intelectuais (2,6%).

De uma maneira geral, o nível de renda conta menos do que o acesso direto aos recursos do casal. As mulheres que não têm nenhum acesso a uma conta bancária (3% das mulheres coabitando com o parceiro) acumulam um máximo de violências conjugais, das quais 5% representam situações consideradas muito graves.

1.3. OUTROS FATORES

A importância dada à religião é também um fator agravante. Existe uma forte correlação entre esta importância declarada pelas entrevistadas e as violências conjugais de que são vítimas, sobretudo as consideradas gravíssimas. Estas atingem 5,2% das mulheres muito ligadas à religião, contra menos de 2% entre as demais. (Trata-se aqui particularmente das mulheres de religião islâmica das comunidades imigradas).

As mulheres que não compartilham o mesmo domicílio que o seu parceiro estão mais expostas.

A diferença de idade (10 anos ou mais) é também um fator agravante.

1.4. A REAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Cerca da metade das mulheres entrevistadas falavam pela primeira vez das agressões de que eram vítimas. Destas, 31% viviam situações muito graves e 60% outras situações igualmente violentas. A metade delas sofria violências físicas e mais de dois terços eram vítimas de violências sexuais.

Do total das vítimas de todo tipo de agressão, só 8% havia dado queixa formalmente na Polícia. Dentre elas, havia uma proporção muito reduzida de vítimas de violências físicas ou sexuais, sendo que o número de vítimas de agressões sexuais era o mais baixo.

As violências sexuais são assim as mais ocultadas e geralmente só apareciam no fim da entrevista, quando as demais formas de violência eram denunciadas imediatamente.

Para um certo número de mulheres, a entrevista constituiu a oportunidade de tomar consciência da gravidade da situação e compreender a importância de formalizar a denúncia das violências sofridas.

Mas, apesar disto, as mulheres hoje reagem tanto oralmente como fisicamente às agressões. Para 60% das entrevistadas, a discussão é o primeiro reflexo e em 57% dos casos, a agressão verbal é revidada por outra agressão verbal. 27% revidam fisicamente e 35% tentam fugir.

2. A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER NA FRANÇA

Antes do final da 2ª. Guerra Mundial, a legislação francesa relativa às mulheres era extremamente repressiva e discriminatória:

- O Código Civil de 1804 considerava a mulher como menor durante toda a sua vida, sem direitos sobre ela mesma ou sobre os seus bens.
- 1880 é criada a escola de ensino médio para meninas.
- 1907 as mulheres casadas passaram a dispor do seu próprio salário e a partir de 1920 obtiveram o direito de aderir a um sindicato sem autorização do marido.
- 1920, uma lei proíbe o acesso a toda informação sobre a contracepção e criminaliza o aborto.
- 1922, o Senado recusa o direito de voto às mulheres, o que no entanto havia sido votado pelos deputados em 1919.
- 1943, uma mulher, Marie Latour, foi executada por ter praticado aborto (a pena de morte só será abolida na França no início da década de 80).
- 1944, após o fim da Guerra e da ocupação nazista, a mulher adquire o direito de voto.
- 1949, publicação do livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*.

Os anos 60 e 70 foram marcados pela luta da mulher para dispor de seu próprio corpo:

- 1960: criação do Movimento francês de planejamento familiar. Em 1962, dez mil mulheres tinham aderido. Elas eram cem mil em 1966.
- 1965 as mulheres adquiriram o direito de exercer uma profissão e abrir uma conta bancária sem autorização do marido.
- 1967, a contracepção é legalizada mas não ainda o aborto.
- 1970: fim da posição e da noção de chefe de família atribuída legalmente só aos homens até então.
- 1970: criação do MLF, Movimento de libertação das mulheres.
- 1973: criação do MLAC, Movimento de Libertação do aborto e da contracepção.
- 1975: a lei Veil (Simone VEIL) que autoriza o aborto sob certas condições é votada.
- 1981: primeira ministra dos direitos da mulher é nomeada, Yvette Roudy, no primeiro governo de François Mitterand.

Os anos 90 e os primeiros anos do século XXI foram marcados pelas conquistas das mulheres no plano da paridade e da igualdade de oportunidades no ensino, no meio profissional e na política. As violências conjugais passaram também a serem legalmente punidas:

- 1992: lei sobre as violências conjugais e o assédio sexual.

– A partir de 1994, o Código Penal passa a mencionar que a qualidade de marido ou companheiro da vítima constitui uma circunstância agravante "dos atentados voluntários à integridade da pessoa". As penas vão de três a cinco anos de prisão segundo as seqüelas físicas e psíquicas provocadas pela agressão sobre a mulher e acarretando seu afastamento temporário do trabalho.

– 2000: lei relativa ao igual acesso das mulheres e dos homens aos mandatos eleitorais e cargos eletivos. Trata-se na realidade de uma lei sobre a paridade política, paridade entre homens e mulheres nos diferentes tipos de eleições, mas que contribuiu para relançar o debate e o interesse sobre as desigualdades entre uns e outras. No seu rastro foram redigidos relatórios públicos dirigidos ao Primeiro Ministro sobre a maior presença das mulheres nas diferentes profissões, a maior igualdade entre homens e mulheres nos postos de comando das administrações públicas em todos os seus níveis. E um deles foi dirigido ao Conselho Econômico e Social sobre o lugar da mulher nos postos de decisão.

– Em março de 2001, uma circular do Primeiro Ministro ordena aos ministros a implementação em suas áreas respectivas de planos de paridade.

– Julho de 2001: lei Roudy, que transforma em obrigação (o que só era uma possibilidade dada ao empregador) uma negociação específica entre o patronato e os sindicatos sobre a igualdade entre os sexos no plano profissional. Tornou-se obrigatória uma negociação anual por empresa, e a cada três anos por ramo de atividade, baseada em relatórios comparativos com dados quantificados.

– Novembro de 2001: lei contra a discriminação de gênero e que visa igualmente a discriminação no meio profissional, dando aos sindicatos poderes específicos para agir na Justiça em caso de discriminação nas admissões, na formação, no plano de carreira, nas promoções, nas sanções, nas demissões.

De fato, as mulheres, hoje, na França, estão muito mais presentes no mundo do trabalho assim como ganharam espaço na área da formação e do treinamento.

Mas, sua presença nos postos de comando e de decisão ainda é muito reduzida.

Em 2004, a lei que reforma o divórcio e entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2005, comporta um dispositivo que permite afastar do domicílio conjugal o cônjuge violento, mesmo que este não seja acusado judicialmente nem haja pedido de divórcio em curso ou de separação de corpos.

Mas, apesar destes progressos no plano legal, nas relações domésticas e pessoais a violência está longe de ter cedido terreno.

Segundo o jornal Libération de 09/09/2004, nos dois meses do verão daquele ano, 29 mulheres tinham sido assassinadas por maridos, parceiros, ou ex-companheiros. Todas por que haviam decidido separar-se. Esta contabilidade foi feita empiricamente porque desde a pesquisa de 2001, nunca mais uma contabilidade confiável tinha sido implementada no que diz respeito às violências contra as mulheres, apesar do relatório Henrion preconizar o recenseamento metódico dos homicídios por violência conjugal e sua publicação anual.

Quanto dos homicídios de que são vítimas as mulheres todos os anos, são perpetrados por seus próprios parceiros? Quantas mortes classificadas como acidentais

não teriam sido provocadas por agressões por parte de maridos ou companheiros? Nada se sabe a respeito. As associações feministas calculam em 400 os homicídios deste tipo por ano, sem poderem contudo prová-los formalmente. Uma representante da Fédération Nationale Solidarité Femmes afirma naquele mesmo artigo de Libération, que "nos últimos três ou quatro anos verificam-se cada vez mais assassinatos de mulheres por parte de ex-maridos ou ex-parceiros. As mulheres estariam mais expostas quando seus companheiros descobrem o caráter irreversível da separação e não a aceitam".

Realidade confirmada pela pesquisadora e universitária, Patrícia Mercader, autora do livro *Crime passionnel, crime ordinaire*. Muitos dos dados relativos aos óbitos de mulheres levantaram suspeita: homicídios camuflados, desaparecimentos não elucidados, suicídios estranhos. Em 2000, 6 mil mulheres haviam morrido de quedas acidentais, 2800 se suicidaram e 192 tinham sido vítimas de homicídio. Eric Jouglu, diretor do serviço que no Inserm (Instituto de Pesquisas Médicas do Ministério da Saúde) centraliza todos os certificados de óbitos declarou que "os estudos metodológicos sobre os suicídios revelaram uma subestimação de 20%" dos homicídios perpetrados contra mulheres. Mas, continua-se a desconhecer o agressor.

Por outro lado, os movimentos feministas e associações de defesa dos direitos da mulher lamentam que apesar da criminalização, em 1994, dos atos de violência cometidos pelos parceiros, o recurso freqüente à mediação nestes casos banaliza os fatos e contribuem para a impunidade dos agressores.

No entanto, é preciso ressaltar a ação de numerosas ONGs que se dedicam ao combate de todo tipo de discriminação contra a mulher e desenvolvem programas de educação e prevenção. Cada vez mais instâncias administrativas (regiões, departamentos, municípios), bem como a escola e o setor de saúde pública e ação social preocupam-se com programas de prevenção que atuam no plano das relações entre crianças e adolescentes dos dois sexos. Um novo campo de ações preventivas também surgiu envolvendo a formação dos policiais que nas delegacias acolhem as vítimas mulheres e registram as suas queixas. O desconhecimento da condição feminina era muito grande neste meio.

Em 2003, assistimos à emergência de um movimento nascido nas periferias das grandes cidades e constituído de jovens e mulheres cujas famílias são originárias do Maghreb, ou seja, Argélia, Tunísia, Marrocos. Este movimento, "Nem putas nem submissas", organizou em 2003 e 2004 grandes marchas de protesto que percorreram o país, e está presente nas causas que envolvem todo tipo de discriminação e de violência contra as mulheres em geral. Como a pesquisa nacional demonstrou, não podemos reduzir a violência contra as mulheres aos bairros populares e ao meio da imigração, como muitos pretendem. Mas são estas mulheres, situadas na intercessão de três fontes de exclusão – ser mulher, imigrante e pobre – que hoje representam na França a locomotiva do movimento feminista moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARA, Fadela. *Ni putes ni soumises*. Ed. La Découverte, 2003.
- BARROUX, Colette. Quand l'enfer est à la Maison. *Ecole des Parents*. Abril 2001. Comentários e reflexões sobre a pesquisa e o Relatório Henrion.
- DIJAVANN, Chahdortt. *Bas les voiles*. Ed. Gallimard, 2003.
- JASPARD, Maryse et equipe ENVEFF (Enquête Nationale sur les Violences envers les Femmes en France). Nommer et compter les violences envers les femmes: une première enquête nationale en France in: *Population et société*, n.364, Ined, janeiro de 2001. Estes resultados também foram publicados no artigo Violences contre les femmes, une reconnaissance tardive in: *L'état de la France 2001-2002*. Ed. La Découverte.
- HENRION, Roger (coord.). *Relatório Henrion*. Secretaria de Estado da Saúde e dos Deficientes, fevereiro 2001.
- MÉCANISMES de la violence conjugale. Delegação regional dos direitos da mulher, região Ile de France, 1997.
- MEDA, Dominique. *Le travail des femmes*. Julho 2002. Publicado no site do Primeiro-ministro/portal do governo francês, em agosto de 2004.
- MERCADER, Patrícia, HOUEL, Annick et SOBOTA, Helga. *Crime passionnel, crime ordinaire*. PUF, 2003.
- OBSERVATORIO da violência contra a mulher do Departamento Seine-Saint-Denis. *Dossier documentaire*. n.1, março 2003; n 2, de março a novembro 2004.
- PESQUISA ENVEFF (Enquête Nationale sur les Violences envers les Femmes en France), 2000. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e da Formação Profissional, Programa de pesquisas estatísticas dos serviços públicos do Conselho Nacional de Informação Estatística.
- TREMINTIN, Jacques. Qu'il est long le chemin vers l'égalité des sexes in: *Lien Social*. n. 699, 04/03/2004. Dossiê. pp 4-9.

LOS COSTES ECONÓMICOS Y SOCIALES DE LA VIOLENCIA CONTRA LA MUJER EN ANDALUCÍA, ESPAÑA

Elizabeth Villagómez

CONSULTORA DE ALMENARA ESTUDIOS, MADRID, ESPAÑA

RESUMEN

En los últimos años, el término de violencia contra las mujeres se ha sustituido por el de violencia de género, al considerar el factor social y cultural como determinante en su existencia, y no tratarla como un fenómeno connatural o biológico del hombre. Esta violencia es sufrida por las mujeres, por el simple hecho de ser mujeres, y se traduce en maltrato físico, psíquico y sexual.

En el año 1979, ciento cincuenta países ratificaron la Convención CEDAW de Naciones Unidas (España lo hizo en 1984), en la cual se afirmaba que la violencia de género está incluida en el concepto de discriminación contra las mujeres. Un año después se reconoció que la violencia contra las mujeres es el delito encubierto más frecuente en el mundo y, en 1996, la ONU reconoce que la violencia contra las mujeres es asimilable a la tortura y, por lo tanto, debe ser legalmente penalizada.

En España, se han realizado avances muy notables en la toma de conciencia de las instituciones y, en la última década, se han desarrollado actuaciones específicas contra la violencia de género, inicialmente en el marco de los Planes de Igualdad de Oportunidades y más recientemente a través de Planes Integrales contra la Violencia contra las mujeres.

En Andalucía, el Primer y Segundo Plan de Igualdad de Oportunidades, aprobados respectivamente en 1990 y 1995, recogieron ya acciones contra la violencia de género, entre ellas el desarrollo inicial de la actual red de servicios de atención, información, asesoramiento y ayudas a las mujeres que sufren violencia. En 1998, se aprueba el Plan de Actuación del Gobierno Andaluz para avanzar en la erradicación de la Violencia contra las Mujeres que, desde una visión integral, refuerza notablemente las actuaciones específicas a través dos pilares: la concienciación de la sociedad con el problema y la consolidación de los servicios, recursos y programas de atención a las mujeres víctimas de violencia, así como a sus hijas e hijos. En la actualidad, está vigente el Plan de Acción del Gobierno Andaluz contra la Violencia hacia las Mujeres (2001-2004) cuyo objetivo fundamental es la erradicación de la violencia de género. El

Plan cuenta con un presupuesto de 38 millones de euros, que se asignan a medidas preventivas, de sensibilización, asistenciales en temas jurídicos y sociales y de coordinación institucional.

LA DIMENSIÓN DE LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN ANDALUCÍA

El número de mujeres mayores de 18 años víctimas de violencia doméstica supera las 400.000 mujeres¹ (el 13,6% de las mujeres mayores de edad), según datos referidos al año 2002. De ellas, más de 300.000 (el 10,1%) son víctimas de violencia ejercida por su pareja o ex pareja; aunque sólo unas 75.000 (el 2,5%) se autocalifica como mujeres maltratadas.

En Andalucía, 6.578 mujeres presentaron denuncias por malos tratos contra su pareja o ex pareja en el año 2002; el 80% por faltas y el resto por delitos. Atendiendo a las estimaciones del párrafo anterior, estas cifras indican que sólo denuncia en torno a un 2,2% de las víctimas. A pesar de que la cifra es muy baja, ha experimentado un ligero incremento respecto a los dos años anteriores y es superior a la media nacional.

En los últimos cuatro años (1998-2002), 43 mujeres han muerto a manos de su pareja o ex pareja en Andalucía. Al año, mueren entre 3 y 4 mujeres por cada 100.000 víctimas de violencia contra las mujeres ejercida por la pareja.

LOS COSTES ECONÓMICOS Y SOCIALES DE LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN ANDALUCÍA

Desde las distintas disciplinas implicadas en la comprensión de la violencia contra las mujeres se ha realizado un importante esfuerzo para conocer sus causas y sus efectos y para mejorar la eficacia de los programas paliativos y preventivos.

La dimensión económica del problema ha venido a sumarse a otras perspectivas, aportando nuevos argumentos a favor de la prevención y de los programas de apoyo a las víctimas. Las estimaciones del coste económico de la violencia de género, y más concretamente de la violencia doméstica, referidas a diferentes países han arrojado cifras elevadísimas, a pesar de contemplar sólo una parte de los efectos, aquellos de más fácil cuantificación.

¿Por qué es importante conocer los costes de la violencia de género? Más allá del alcance que tiene contar con un primer orden de magnitud, ya que las estimaciones son sólo aproximativas, de su coste social, el esfuerzo de la cuantificación ofrece resultados adicionales: la cifra es un argumento poderoso a favor de los programas preventivos, cuyo coste es muy bajo en comparación con el coste social de la violencia; mejora el conocimiento de los efectos y de los agentes implicados; y, por tanto, favorece el diseño de programas de prevención y atención más eficaces; favorece la

¹ Estimaciones realizadas a partir de Instituto de la Mujer, 2000: "La violencia contra las mujeres. Resultados de la macroencuesta".

difusión de la importancia del fenómeno como problema social y pone de manifiesto las lagunas estadísticas y la carencia de información adecuada para su seguimiento y valoración.

APROXIMACIÓN METODOLÓGICA

A lo largo de la última década, se han realizado una docena de estudios que aproximan los costes socioeconómicos totales de la violencia contra las mujeres en distintas áreas geográficas (barrios, regiones y naciones). Se ha avanzado también en la estimación de costes parciales, sobre todo en el ámbito de la salud, y algunas investigaciones sobre los costes económicos de la actividad delictiva en Estados Unidos y el Reino Unido han aportado las primeras cifras de costes intangibles asociados al sufrimiento de las víctimas y de sus familias.

La metodología desarrollada en esta investigación se ha apoyado en los estudios internacionales realizados hasta la fecha y en los avances teóricos hacia una metodología de estimación de costes comprensiva del fenómeno, especialmente de los realizados en el Institute for Women's Policy Research. Sin embargo, difiere de las investigaciones internacionales en que parte de una perspectiva diferente, vinculada al itinerario vital de las víctimas, de aproximación a los costes.

Una vez delimitado el ámbito de estudio, que en este caso se ciñe a la violencia contra la mujer ejercida por su pareja o ex pareja, y de obtener una aproximación a la población afectada, la metodología se ha adentrado en una identificación exhaustiva de los efectos de la violencia sobre la vida de las víctimas: la mujer y los hijos e hijas (víctimas de la violencia presenciada, contra la madre, y, en un porcentaje notable, víctimas directas también de la violencia del agresor).

El complejo proceso a través del cual los efectos de la violencia doméstica deterioran la vida de las víctimas se ha descompuesto en seis itinerarios teóricos (social, de salud, jurídico, psicológico, laboral, socioeducativo) que sintetizan, desde seis perspectivas complementarias, los caminos que las víctimas recorren durante su relación de violencia, en el momento de la ruptura y en las fases inmediatamente posteriores a ésta. Estos itinerarios se han completado con una aproximación, realizada desde el ámbito del "trabajo social", a los recursos destinados a la atención de las víctimas. Cada itinerario se ha elaborado, con una metodología homogénea, por un especialista y ha aportado una detallada identificación de efectos de la violencia sobre las víctimas.

² La muestra se ha seleccionado entre las mujeres que acuden a los centros públicos de información y atención a la mujer y entre las que se encuentran en los Centros de Acogida (casas de acogida, centros de emergencia y pisos tutelados). El trabajo de campo se ha realizado por las trabajadoras sociales del Instituto Andaluz de la Mujer.

Con objeto de medir la prevalencia, o generalización, de los efectos identificados, se ha realizado una encuesta² a trescientas mujeres víctimas de malos tratos ejercidos por su pareja o ex pareja. Este trabajo de campo ha sido una aportación decisiva a la metodología de estimación por cuanto ha permitido contar con información idónea y primaria, obtenida de las propias víctimas.

Finalmente, con la información de la encuesta como pieza clave y la utilización de fuentes secundarias se ha realizado la estimación de los costes asociados a los distintos efectos de la violencia sobre la vida de las víctimas y, por agregación, de los asociados a los distintos itinerarios en los que, de forma artificial, se ha descompuesto su realidad.

Los resultados obtenidos con esta metodología han permitido también el desarrollo de un sistema de indicadores sobre la violencia contra la mujer. El sistema cuenta con más de 100 indicadores estructurados en torno a seis bloques: gravedad y prevalencia del fenómeno, impacto sobre las víctimas, factores de riesgo, respuesta institucional y social, acceso y utilización de los servicios dirigidos a las víctimas y percepción y actitudes sociales.

Además de aportar una consistente estimación de los costes, esta metodología ha contribuido, y este es seguramente su principal valor añadido, a identificar con detalle los efectos de la violencia sobre las víctimas, las interrelaciones entre los planos en los que se agrupan los efectos y los agentes que soportan los principales costes. En definitiva, la visión integral en la que se apoya, desvela el proceso de exclusión social en el que la violencia sumerge a las víctimas y la importante capacidad de propagación del fenómeno; que se extiende tanto horizontalmente (a terceros agentes de la esfera económica y social) como en el tiempo, a través de la dinámica de numerosos efectos y de la transmisión intergeneracional de la violencia.

RESULTADOS

La violencia doméstica contra las mujeres, ejercida por su pareja o ex pareja, tiene un coste anual para la sociedad andaluza de 2.356,8 millones de euros (Cuadro 1). Este importe recoge tanto los costes directos (recursos, específicos o no, utilizados por las víctimas) como algunos costes indirectos (el valor de los bienes y servicios perdidos por la violencia, la pérdida de bienestar de la víctima y de la sociedad en su conjunto).

El coste anual vinculado al itinerario laboral de las víctimas representa el 30% del coste total (707 millones de euros); le siguen en importancia el itinerario social, que asciende a 628 millones de euros (27% sobre el total) y el itinerario de los hijos e hijas (590 millones de euros, el 25% del coste total). Los costes del deterioro de la salud física y mental de las mujeres se cifran en 371 millones de euros anuales (16% del coste total) y los costes jurídicos son los menores, 60,7 millones de euros (3% del coste total).

La distribución del coste por agentes implicados indica que las víctimas soportan la mayor parte de este coste (1.000 millones de euros, 43% del coste total). La partida

principal de este importe es la valoración de su sufrimiento. Los costes relacionados con su vida laboral, con su salud física y mental y con los efectos de la violencia sobre la vida de sus hijos e hijas son también importantísimos: 196, 98 y 92 millones de euros anuales, respectivamente. Los costes jurídicos ascienden 16,3 millones de euros anuales.

Los familiares y amigos soportan un coste estimado en 18,4 millones de euros (1% del coste total) que procede del itinerario social de las víctimas. No obstante, en este agente, la mayor parte de los costes identificados no se han cuantificado por falta de información y metodologías adecuadas.

El coste soportado por las empresas y los empleadores se estima en 385,3 millones de euros anuales (16% del coste total). Este coste procede de las repercusiones que el resto de itinerarios tiene en la vida laboral de la víctima.

El sector público (administración central y autonómica) es el segundo agente en importancia en cuanto a la distribución del coste total. Se estima que el coste para el sector público es de unos 947 millones de euros anuales (40% del coste total). Los efectos sobre los hijos e hijas y sobre la salud de las mujeres son las fuentes principales de este coste.

Por último, el coste soportado por el tercer sector se cifra en 0,6 millones de euros (0.02% del coste total).

Cuadro 1. Costes Económicos y Sociales de la Violencia Doméstica – Total Anual

Total Anual	Itinerario social	Itinerario salud física y mental	Itinerario jurídico	Itinerario laboral	Itinerario hijos e hijas	Total	%
Víctimas	602.944.911	98.173.149	16.299.845	195.876.678	92.089.947	1.005.384.529	43
Familiares y amigos	18.463.850	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	18.463.850	1
Empleadores	n.d.	n.d.	n.d.	385.302.088	n.d.	9.47.038.384	16
Sector público	6.173.897	272.784.914	44.363.664	125.950.234	497.765.676	947.038.384	40
Tercer sector	315.996	131.718	67.662	3.369	66.129	584.874	0,02
Totales	627.898.654	371.089.780	60.731.170	707.132.369	589.921.751	2.356.773.724	100
Porcentaje sobre el total	27	16	3	30	25	100	

Fuente: Elaboración propia.

La distribución entre costes directos e indirectos pone de manifiesto que las pérdidas de bienes y servicios debidas a la violencia y la pérdida de bienestar de las víctimas (costes indirectos), son muy superiores³ a los recursos específicos o generales que

³ Este resultado es similar a los obtenidos en todos los estudios en los que se han valorado los costes indirectos.

utilizan las víctimas como consecuencia de la violencia (costes directos) (Cuadro 2). Los costes directos, que recogen principalmente los costes de los servicios de salud física y mental utilizados por las víctimas (mujeres, hijos e hijas), los costes del itinerario jurídico y los servicios específicos del sector público y del tercer sector dedicados a la violencia doméstica se estiman en 834 millones de euros (35% del total). Los costes indirectos, que básicamente incluye los costes del dolor y el sufrimiento, del itinerario laboral y la pérdida de recursos en el ámbito educativo, se estiman en 1.521,9 millones de euros (65% del total).

Algunas ratios pueden ayudar a entender la magnitud de estos costes. Los costes directos estimados representan un 0.9% del PIB de Andalucía a precios de mercado⁴, en torno a 113 euros por habitante y año. El coste directo por víctima (mujer, hijos e hijas) y año se cifra en 835 euros. Y el coste directo por hogar afectado en 2.764 euros por año.

Cuadro 2. Costes Económicos y Sociales de la Violencia Doméstica

Total Anual	Costes	Costes	Costes
	Directos	Indirectos	Totales
VÍCTIMAS			
Valor absoluto (euros)	177.054.127	828.330.401	1.005.384.529
Porcentaje sobre el total	18	82	100
FAMILIARES Y AMIGOS			
Valor absoluto (euros)	6.432.600	12.031.250	18.463.850
Porcentaje sobre el total	35	65	100
EMPLEADORES			
Valor absoluto (euros)	-	385.302.088	385.302.088
Porcentaje sobre el total	-	100	100
SECTOR PÚBLICO			
Valor absoluto (euros)	650.791.144	296.247.240	947.038.384
Porcentaje sobre el total	69	31	100
TERCER SECTOR			
Valor absoluto (euros)	584.874	-	584.874
Porcentaje sobre el total	100	-	100
TOTALES			
Valor absoluto (euros)	834.862.745	1.521.914.349	2.356.773.724
Porcentaje sobre el total	35	65	100

Fuente: Elaboración propia.

⁴ Referido al año 2002.

CONCLUSIONES

Los resultados obtenidos en este estudio desvelan, desde una nueva perspectiva, la dimensión social de la violencia doméstica contra las mujeres. Sus efectos trascienden ampliamente el ámbito familiar y se extienden, como una sombra, al conjunto de la sociedad. En este avance, consume importantes recursos públicos y privados, que podrían tener usos alternativos; provoca pérdidas materiales a las víctimas, a las personas de su círculo más próximo, a las empresas y al sector público; y deteriora el bienestar individual y social. El camino de la sociedad andaluza hacia mejores niveles de desarrollo humano, hacia una sociedad en la que sus individuos puedan contar con más opciones para desarrollar su potencial humano y productivo, está lastrado por la importante privación de oportunidades en la que viven un número importante de sus ciudadanos, las mujeres víctimas de violencia y sus hijas e hijos.

La lectura de los resultados pone de manifiesto también otros aspectos a considerar en la reflexión sobre las políticas de lucha contra la violencia contra las mujeres. En primer lugar, las políticas específicas dirigidas a la prevención y a la atención de las víctimas son una parte muy pequeña de los costes de la violencia; baste señalar que las actuaciones del "Plan de Acción del Gobierno Andaluz contra la violencia a las mujeres" representa el 1,1% de los costes directos anuales de la violencia contra las mujeres que soporta la sociedad andaluza. Dado que estas políticas combaten la prevalencia del fenómeno y contribuyen a paliar sus efectos, deberían aumentarse de forma notable los recursos asignados a ellas. Más allá de los principales argumentos, relacionados con la atención a las víctimas, su aumento está también justificado en términos de eficiencia económica, como estrategia para reducir los costes totales de la violencia.

En segundo lugar, la metodología aplicada en este trabajo ha hecho posible conocer el impacto de la violencia en distintos ámbitos económicos y sociales. La envergadura de los costes obtenidos en los distintos itinerarios, que se apoyan, recordemos, en la extensión de los efectos, apuntan nuevas líneas de desarrollo en la política de lucha contra la violencia de cara a aumentar su eficacia. Al menos dos deberían de ser los ejes de reflexión: (1) La ampliación del ámbito efectivo de las políticas y (2) la diversificación de sus actuaciones. El ámbito efectivo de las políticas debe incluir a las víctimas ocultas, que son la gran mayoría. No es una tarea fácil, pero es necesario hacer llegar actuaciones específicas al conjunto de mujeres que no ha denunciado su situación ni ha roto su relación con el agresor. En relación con la diversificación de políticas, los resultados señalan que es necesario abordar los efectos sobre el ámbito laboral, aspecto muy poco trabajado en nuestro país, pero con actuaciones muy interesantes en otros; e intensificar las actuaciones en el ámbito sanitario y las dirigidas a los hijos e hijas, especialmente desde el ámbito educativo.

Por último, la elección de políticas debe incorporar los recientes esfuerzos por cuantificar los costes "intangibles" del fenómeno, mucho mayores que los costes directos. Sin su consideración se infravalora su envergadura y se incurre en el riesgo de optar por unas u otras opciones de política con información parcial.

MULHER E TRABALHO

Glauce Gaudêncio

ADVOGADA DO TRABALHO, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DA PARAÍBA, BRASIL

Escolhemos um ramo do Direito para tratar: o Direito do Trabalho.

A história nos mostra que a mulher sempre ajudou ao homem no trabalho; todavia a sua libertação para o trabalho só começou a ocorrer efetivamente com a evolução do sistema econômico. Entre a Antiguidade e a Idade Moderna, poucas mulheres conseguiram destaque no trabalho. A grande maioria era escrava do marido e algumas do patrão, exercendo empregos inferiores na agricultura.

O desenvolvimento industrial ampliou o mercado de trabalho para a mulher, mas, em compensação, aumentou a exploração sobre ela.

A indústria têxtil absorveu grande número de mulheres e crianças.

O liberalismo econômico e o individualismo jurídico constituíram a base ética e jurídica para contratar livremente essa mão-de-obra: barata, dócil e submissa, que por isso, passou a ser preferida pelos patrões, uma vez que os homens não se submetiam aos excessos da exploração advinda do liberalismo.

As mulheres trabalhavam cerca de 17 horas por dia, das 3 horas da manhã até à noite, no verão; no inverno, das 5 às 23 horas. Muitas morriam tuberculosas.

Quando pariam, seu leite se perdia, jorrando o dia inteiro molhando todo o vestido, pois a jornada de trabalho era de sol-a-sol.

A situação do operariado era degradante e a revolta começou a grassar entre eles, o que fez surgir os primeiros movimentos contra a não-intervenção do Estado nas relações de trabalho impostas pela burguesia. Surgiram as primeiras leis de proteção ao trabalho, não cumpridas por ninguém, no início. Aos poucos, alguns governantes passaram a estabelecer medidas efetivas de proteção à mulher e à criança, porém, a causa real dessa proteção foi o receio de provocar o desemprego dos homens que já se fazia sentir ante a exploração da mão-de-obra feminina, desemprego este que constituía um perigo social.

A exploração do trabalho da mulher foi tamanha, que em 1919, com o Tratado de Versailles, pondo fim a I Guerra Mundial, foi criada a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e prescrita entre outra, as seguintes recomendações:

A trabalho igual deve-se pagar salário igual, sem distinção de sexo do trabalhador.

Cada Estado deverá organizar um serviço de inspeção das leis e regulamentos para a proteção dos trabalhadores.

No Brasil, a questão do trabalho feminino até o início do século passado, não foi tão grave, por duas razões: o país não tinha indústria, era eminentemente agrícola, e a procura de trabalho feminino era muito pequena, até porque a mulher brasileira vivia enclausurada no lar, sobretudo as das classes média e alta. Só algumas, entre as pobres, trabalhavam e mesmo assim, em bordados, costuras ou fazendo doces.

Em 1920, apenas 9,9% da massa operária do país eram formadas por mulheres, que podiam, inclusive, trabalhar a noite sem adicional noturno.

Em 1917, no Projeto de Código de Trabalho, pensou-se pela primeira vez em se legislar sobre o trabalho feminino. Durante 13 anos discutiu-se esse Código, e nos debates, muitos eram contra a proteção ao trabalho da mulher principalmente porque se estabelecia que a mulher poderia trabalhar sem autorização do marido, e isso era um absurdo para a mentalidade da época. Segadas Vianna (*Instituições de Direito do Trabalho*, 11ª ed. p. 862), nos dá notícia das argumentações dos deputados, durante as discussões do Projeto. Um deles dizia que "os maridos ficariam em posição secundária". Outro dizia que "seria a repetição de uma disposição profundamente imoral e desorganizadora do lar".

Com relação à proteção da maternidade, onde o projeto previa licença de 15 a 25 dias antes do parto e até 25 dias depois, com garantia de retorno ao emprego e percepção de um terço de salário no primeiro período e, metade no segundo, o "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro de 10.09.1917, comentou:

A lei neste caso, deve ser de mero amparo à mulher, e não uma lei que torne a gravidez rendosa e cômoda profissão, fazendo o patrão, como o holandês, pagar o mal ou o bem (que não fez). Se a lei for votada com esses exageros os patrões serão naturalmente obrigados a tomar as suas precauções, e logo que tenham a menor suspeita evitarão os serviços da futura mãe. É certamente, o meio mais seguro de ensinar ao nosso operariado os processos de artificialmente diminuir a natalidade.

Nunca foi fácil para a mulher conseguir um espaço no mercado de trabalho nem proteção legal. Aos poucos, entretanto, esse espaço vem se abrindo, mais por contingências sociais do que por reivindicações partidas dela própria.

Na indústria brasileira, como no resto do mundo, a mulher conquistou primeiro seu espaço na fiação. Posteriormente, partiu para o comércio e as primeiras que ousaram trabalhar por trás de um balcão receberam críticas terríveis. Aos poucos foram conquistando os escritórios e bancos, e nestes, em um passado não muito distante, a mulher que casava era dispensada do trabalho, e isso, devia-se ao fato de, a mulher casada (há 30 ou 40 anos atrás) estar, por razões óbvias, mais suscetível de engravidar que a solteira.

No Brasil, a primeira norma a tratar do trabalho da mulher foi o Decreto nº 21.417-A de 17.05.1932, proibindo entre outras, o trabalho noturno (das 22h às 5h da manhã).

A Constituição Federal de 1934, foi a primeira a tratar do trabalho da mulher, proibindo diferença de salários em relação aos homens, o trabalho em locais insalubres e instituindo a proteção à maternidade com garantia de repouso antes e depois do parto sem prejuízo do salário.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943, consolidou toda a matéria existente na época, acerca da proteção do trabalho da mulher. Tais normas constam do Capítulo III do Título III (Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho).

A CLT tratava "Da proteção do trabalho da Mulher" entre os artigos 372 e 378. Atualmente, permanecem em vigor apenas os de nº 372, 373, 373A e 379. Os demais não foram recepcionados pela Constituição vigente.

Entretanto, permanece na CLT norma discriminadora da mulher, no que tange a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. Está contida no art. 389 § 1º que prescreve: "Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação."

O parágrafo 2º admite a possibilidade de substituição dessa exigência através de celebração de convênio com creches.

Ora, isso implica custos para a empresa, e custos com pessoal, que é o primeiro item que se corta quando se pretende economizar.

Por esta razão, muitas empresas deixam de contratar mais de 30 mulheres acima de 16 anos. Acredito que esse dispositivo é inconstitucional, ferindo os artigos 5º e 7º da Carta Magna. Discrimina a mulher e afasta do homem, quando empregado, a possibilidade de ter assistência aos seus filhos.

Ora, o artigo 7º relaciona os direitos dos trabalhadores, e entre eles, prescreve a "assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas", portanto, a norma é dirigida a todos os trabalhadores e não apenas às mulheres.

Quando a CLT diz que a empresa só está obrigada se tiver mais de 30 mulheres acima de 16 anos, diminui a admissão da mulher com carteira assinada, e afasta dos homens, enquanto trabalhador, o direito de prestar assistência aos filhos. Observe que a lei não estabelece idade máxima. A fiscalização do Ministério do Trabalho, tem exigido o cumprimento desse dispositivo. Tenho falado em reuniões, encontros, seminários, da necessidade urgente da alteração desse artigo, substituindo-se o termo mulheres por empregados ou trabalhadores para adequação ao estabelecido na Carta Magna vigente.

A Constituição Federal de 1988 acabou com toda forma de discriminação contra a mulher ao prescrever em seu art. 5º, I, que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

Por sua vez, o art. 7º que trata dos direitos dos trabalhadores, inseriu vários dispositivos garantindo direitos e proteção da mulher no mercado de trabalho, a saber:

Inciso XVIII: – "licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias".

Inciso XX: "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei"

Inciso XXV: "Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas".

Inciso XXX: "proibição de diferença de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil".

A nossa Carta Magna vedou ainda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto (art. 10, II, b, do Ato das Disposições Transitórias).

Em 1999, a lei 9.799 acrescentou um artigo a CLT, o 373 A, vedando diversos tipos de conduta das empresas que caracterizam discriminação, entre elas, "exigir atestados ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego." A primeira lei que tratou desta matéria foi a de nº 9.029 de 13/4/94.

É preciso entender-se que, enquanto a maternidade é uma questão só da mulher, a criação dos filhos é responsabilidade do casal.

Nos considerandos da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher que entrou em vigor desde 3/9/1981, encontra-se:

Tendo presente a grande contribuição da mulher ao bem-estar da família e ao desenvolvimento da sociedade, até agora não plenamente reconhecida, a importância social da maternidade e a função dos pais na família e na educação dos filhos, e conscientes de que o papel da mulher na procriação não deve ser causa de discriminação mas sim que a educação dos filhos exige a responsabilidade compartilhada entre homens e mulher e a sociedade como um conjunto.

Vale ressaltar que esta Convenção foi assinada pelo Brasil em 1981, com reservas, entrando em vigor em 1984. Apenas em 22/6/1994 foi ratificada sem reservas pelo Brasil.

A reserva feita anteriormente se tratava de igualdade de direitos entre homens e mulheres, no âmbito do casamento e das relações familiares e de um ou outro escolher livremente seu domicílio e residência.

Atualmente, nosso ordenamento jurídico não acolhe mais esse tipo de diferenças, ante a redação constante do artigo 5º, I, da Constituição Federal, já citado.

A consagração constitucional da igualdade entre homens e mulheres no tocante a direitos e obrigações tornou-se indispensável para garantia do cumprimento do princípio fundamental da preservação da dignidade humana.

Homens e mulheres só podem ser tratados de forma desigual, naquilo que a natureza os fez diferentes, ou seja, na sua fisiologia, tais como, na força física e na maternidade.

LA JUSTICIA ANTE LA VIOLENCIA DE GÉNERO

Maria José Varela

ABOGADA/BUFETE VARELA, BARCELONA, ESPAÑA

Se puede pensar que los derechos humanos son de todos, sin distinciones de sexo.

Pese a que la Declaración Universal de Derechos Humanos proclama de modo claro que todos los seres humanos nacen libres e iguales en dignidad y derechos, en 1993 la cumbre de Viena de las Naciones Unidas tuvo que especificar que hay derechos para las humanas.

La violencia familiar supone según informe del Banco Mundial de 1993 una causa tan grave de enfermedad y muerte en las mujeres en edades de procrear como el cáncer y una mayor causa de mala salud que los accidentes de tránsito y el paludismo combinados.

La Organización Mundial de la Salud estima que es la primera causa de pérdida de años de vida entre mujeres de 15 a 44 años, por encima de las guerras, los accidentes de tráfico o los distintos tipos de cáncer.

El Parlamento Europeo en su Resolución sobre Campaña Tolerancia Cero ante la violencia contra las mujeres, de 1997 indica "las estadísticas que existen muestran que la violencia es endémica en nuestras sociedades y afecta diariamente a las mujeres."

Si tenemos en cuenta que Naciones Unidas ha denunciado que la violencia Doméstica es el crimen encubierto mas extendido de la Humanidad, analizaremos con mayor interés la actuación de la justicia en este concreto aspecto.

En España un estudio realizado por el departamento de Derecho Público de la Universidad de Zaragoza, por encargo del Consejo General del Poder Judicial, indicó en diciembre del año 2000 que en el 75% de los casos de violencia familiar denunciada ante los Juzgados es entre miembros de la pareja. Al estudiarla, se obtuvo la conclusión de que en el 90 % es del hombre hacia la mujer.

El XV Congreso Estatal de Mujeres Abogadas, celebrado en Madrid en el año 2001, que estudió la jurisprudencia desde la perspectiva de género, resaltó el dato obtenido de que en el 93 % de los casos de muerte entre miembros de la pareja, había sido el

varón quien mataba y en los de violencia habitual el 98% de los condenados eran hombres dándose la circunstancia de que en el 2% que lo fueron las mujeres, el maltrato era hacia el hijo y fue comisión por omisión, es decir que ella no había sido la autora directa.

1. EVOLUCIÓN LEGISLATIVA EN ESPAÑA

El Código Penal en España no contenía una figura específica que castigara los malos tratos, y las escasas denuncias que se producían, se sancionaban en acuerdo con el tipo de lesión producida, al igual que las ocurridas en un accidente de tráfico o una pelea.

Tras el informe realizado por la Comisión de Derechos Humanos del Senado, y vista la necesidad de un tratamiento diferenciado surgió en la reforma urgente y parcial del Código Penal de 1989, una figura que tipificaba la violencia habitual en la familia como delito, aunque no existiera resultado lesivo o éste fuera leve, por lo que se dotó de un instrumento específico para su persecución penal.

El Código Penal de 1995, con algunas modificaciones, la mantuvo.

Mucho discutió la doctrina, respecto a la naturaleza, tipificación, oportunidad etc. del precepto, mostrándose mayoritariamente contrarios aunque por fin ya ahora reconocen los autores su necesidad.

2. CONSTANTES MODIFICACIONES

Como consecuencia del Plan de Acción contra la Violencia Doméstica, aprobado por el Consejo de ministros el 30 de Abril de 1998 y tras recoger las indicaciones del Consejo General del Poder Judicial, el Ministerio de Justicia presentó en el mes de Noviembre de 1998 un Proyecto de Ley Orgánica para modificar el Código Penal, pero tal iniciativa no concluyó su andadura al no obtener el pleno respaldo parlamentario de regreso a la cámara baja tras algunas enmiendas introducidas en el Senado, lo terrible del tema es que no se obtuvieron los votos necesarios por ausencia de los parlamentarios del grupo que lo proponía y la abstención de la oposición.

Inmediatamente, inició una nueva tramitación otro texto que culminó en la Ley Orgánica 14/99 que contenía cambios en el C. Penal y en la Ley de Enjuiciamiento Criminal, el cual obtuvo el consenso de todos los grupos parlamentarios.

Se incluye en la enumeración penas tales como "privación de residir en determinados lugares o acudir a ellos y la prohibición de aproximarse a la víctima o a aquellos de sus familiares u otras personas que determine el Juez o Tribunal, o de comunicarse con ellos, por tiempo superior a tres años", y a los delitos de "violencia familiar", entre los comprendidos para acordar el alejamiento en la condena y se establece la misma posibilidad para las faltas pero con una duración máxima de 6

meses. Se contempla también la prohibición de comunicación con la víctima o con sus familiares y otras personas y la prohibición de volver al lugar de comisión o donde resida la perjudicada o su familia. Amplían los sujetos a las personas que hubieran tenido la misma relación aunque hubiera cesado, comprendiendo también la violencia psicológica y se aclara el concepto de habitualidad.

Se establece que si se incumpliera la medida cautelar, dará lugar a la adopción de otra que implique mayor limitación de su libertad personal, sin perjuicio de las responsabilidades que del incumplimiento pudieran resultar.

Se añade expresamente en la Ley de Enjuiciamiento Criminal un párrafo (art. 109) que indica que en los casos de los delitos de este tipo, el Juez asegurará la comunicación a la víctima de los actos procesales que puedan afectar a su seguridad, pero pese al claro mandato legal, este es uno de los aspectos en que mayor incumplimiento se detecta en la praxis judicial cotidiana.

Como los ritmos de los procedimientos judiciales son muy lentos, la Ley Orgánica 38/2002 de reforma parcial de la Ley de Enjuiciamiento Criminal, dota de un procedimiento para el enjuiciamiento rápido e inmediato de determinados delitos y faltas y procedimiento abreviado, que es de aplicación para los casos de violencia doméstica, al estimar que los mismos incluyen hechos cuya investigación ha de resultar en principio sencilla, lo cual es sorprendente si se tiene en cuenta la complejidad de la prueba de la violencia psíquica habitual.

Está diseñado para la realización de la instrucción en el propio Juzgado de Guardia, con calificación inmediata y citación para juicio en un máximo de 15 días.

Llama la atención que al determinar las obligaciones de la Policía para con la víctima y el imputado (art. 771) refiere que respecto de aquella "cumplirá con los deberes de información a las víctimas" y en cambio respecto del denunciado "Informará en la forma más comprensible... de los hechos que se le atribuyen y de los derechos que le asisten".

Y mientras obliga al Juez personalmente a informar al imputado también "de la forma más comprensible posible", en cambio al "ofendido o perjudicado" por el delito le informará el Secretario sin indicar "de la forma más comprensible" (art. 775).

Si el Juez de Guardia acuerda seguir este procedimiento, en el mismo acto oír al Ministerio Fiscal y si no se hubiera ejercido la acusación particular el Ministerio Público presentará de inmediato su escrito de acusación o la formulará oralmente. Puede darse entonces conformidad inmediata o que el acusado presente escrito de defensa en este acto o en el plazo de cinco días.

Este diseño implica una capacidad de respuesta inmediata de la víctima fin de poder ejercer la acusación, ya que solo en el caso que desde el primer momento se ejerza la acusación puede esta contar con un plazo de dos días para presentar su

escrito acusatorio. El problema es que teniendo en cuenta la situación que sufre la mujer, es poco probable que en el momento del inicio, cargado de un enorme impacto emocional, sea capaz de aportar las pruebas o solicitar los peritajes necesarios a realizar en tan corto lapso de tiempo, especialmente si no cuenta con asesoramiento legal propio, lo que sucede la mayor parte de las veces al no ser preceptivo. Con ello, si bien el juicio se celebrará en breve muchos hechos pueden quedar impunes.

La Ley Orgánica 11/2003 de Medidas Concretas en materia de seguridad ciudadana, violencia doméstica e integración social de los extranjeros, introduce la tercera modificación del Código Penal en este ámbito desde la aprobación del Código de 1995.

Ahora la violencia es delito desde la primera acometida y si es habitual pasa a ser un tipo agravado. Se cambia la ubicación del precepto que pasa a ser uno de los comprendidos en el título VII que trata de "Las torturas y otros delitos contra la interidad moral".

Para dar una respuesta integral en los casos de violencia de género, la Ley 27/2003 regula la Orden de Protección pretende "unificar los distintos instrumentos de amparo y tutela a las víctimas", como expresa en su exposición de motivos.

A este fin se modifica el art. 544 bis de la Ley Enjuiciamiento Criminal incluyéndolo como Medida Cautelar, siendo posible su petición no solo ante el órgano judicial sino incluso ante las Fuerza y Cuerpos de Seguridad o las oficinas de Atención a la Víctima que lo remitirán inmediatamente al Juez, también podrá adoptarse en cualquier otro momento del procedimiento.

La orden de protección podrá contener medidas cautelares de naturaleza penal y civil, aunque estas últimas tendrán una vigencia de 30 días, prorrogables por otros 30 si se ha presentado demanda de un proceso de familia.

Reitera la obligación ya existente de notificar a la víctima los actos procesales del imputado que la afectan. Incluye la inscripción en un Registro Central para la Protección de víctimas de Violencia doméstica.

Según datos del Observatorio adscrito al Consejo General del Poder Judicial en los procedimientos incoados desde agosto a diciembre de 2003, la orden de protección se acuerda en un 76 % de los casos y la medida más usada es la de alejamiento en el 58,62%, pese a que la Ley de Enjuiciamiento expresa que puede imponerse cautelarmente al inculpado la prohibición de residir en un determinado lugar, barrio, municipio, provincia u otra entidad local o Comunidad Autónoma, sólo se determina en el 11,41 % de los casos y la aplicación mas generalizada al imponer un alejamiento es una distancia de 200 a 500 metros, lo cual da al agresor un conocimiento de los lugares por los que discurre la vida de la víctima. Un elemento centrado en la ubicación de ella además de añadir incertidumbre sobre su cumplimiento genera una presión más sobre la perjudicada.

La Ley Orgánica 13/2003 de reforma de la Ley de Enjuiciamiento Criminal en materia de prisión provisional, contiene especificidades para los casos de violencia doméstica. Pese a que hace una especial mención de estos casos estableciendo la posibilidad de acordarla para evitar que el imputado pueda actuar contra bienes jurídicos de la víctima, solo se ha aplicado en un 4,25 % de los casos. Ni siquiera el incumplimiento de cualquiera de las medidas cautelares adoptadas ha supuesto el inmediato encarcelamiento.

El 1 de octubre de 2004, entró en vigor una nueva modificación a través de la Ley Orgánica 15/2003, que amplía las medidas cautelares incluyendo la prohibición de aproximarse a una distancia de la víctima o de sus familiares, que afecta también a agresiones y abusos de naturaleza sexual.

3. EL PAPEL DE LA ADMINISTRACIÓN DE JUSTICIA EN LA APLICACIÓN E INTERPRETACIÓN DE LA LEY

Algunos estudios resaltan que los cambios legales han ido sucediéndose para paliar resultado que indicaban sus dificultades de aplicación.

Así lo manifestó el Magistrado Sáez Valcárcel, vocal del Consejo General del Poder Judicial, en su ponencia presentada a las Jornadas sobre crisis matrimoniales en el curso de formación de los días 20, 21 y 22 de Junio de 1994, así lo expresa también la circular 1/1998 de la Fiscalía General del Estado de 21 de Octubre de 1998 que indica que el debate sobre la insuficiencia de medios legales debe dar paso al decidido aprovechamiento de los actualmente existentes, aunque serias dificultades interpretativas en algunos preceptos que se agravan por la "ausencia de pronunciamientos jurisprudenciales del intérprete".

Los primeros datos provienen de estudios de ONG'S, como el de A.L.A. (Asociación Libre de Abogados) de Madrid, sobre 500 consultas que generaron 200 casos, de los cuales el 50% acabaron en sentencia, el 61% era condenatoria y el 39 % absolutoria, siempre en Juicios de Faltas.

Un estudio realizado, en febrero del 2001 por la abogada madrileña Dña Carmen Pujol por encargo del Consejo de la Mujer de Madrid, sobre la respuesta obtenida por las mujeres de dicha comunidad que denunciaron malos tratos arroja los siguientes resultados:

- Sentencias condenatorias 63,3%
- Sobreseimiento 1%
- Condena a ambos 1,4%
- Sentencias absolutorias 34,3%

Las penas impuestas en los juicios fueron en el 93,1% MULTAS y solo se contempló indemnizaciones para las víctimas en el 40%.

El Consejo General del Poder Judicial, realizó un informe sobre violencia doméstica, aprobado en Marzo del año 2001, en el que reconoce que las sentencias absolutarias en estos asuntos se producen en un 50% de los casos.

El Departamento de Derecho Público de la Universidad de Zaragoza, en un estudio de las sentencias en esta materia que se realizó en las Audiencias Provinciales, Juzgados de lo Penal y Juzgados de Instrucción de Aragón, Cataluña y Euskadi, tanto de los delitos como de las faltas, concluye al conocerse la primera fase del mismo a 31-12-2000:

- Se da un alto número de absoluciones en los Juzgados de Instrucción.
- Existen grandes diferencias de unos Juzgados a otros.

Dos elementos determinan el resultado:

- a) La actitud de la víctima. Teniendo especial incidencia la inasistencia de ésta o su perdón;
- b) La valoración de la prueba.

En el año 2001, la coordinadora estatal de mujeres abogadas tras analizar seiscientas sentencias firmes de las Audiencias Provinciales, Tribunales Superiores de Justicia y Tribunal Supremo entre los años 1996 y 2001, cien de cada delito (contra la vida, de violencia familiar, sexuales, amenazas, impago de pensiones y cien de robo como elemento comparativo) para ver si el sexo de los justiciables influía de algún modo en el resultado, obtuvo datos muy ilustrativos que indicaban que pese a que en el seno de la pareja mayoritariamente (93%), son los hombres los que matan, cuando son juzgados se les aplicaban penas inferiores a las que se utilizan para condenar a las mujeres en las mismas circunstancias, utilizando para ello de un modo muy diferente las atenuantes y agravantes.

La ineficacia de la respuesta judicial era tan evidente que el Consejo General del Poder Judicial, en marzo del 2001 estableció unas pautas de actuación específicas, como guía a los jueces, las cuales al no ser ley no suponen una obligación para nuestros tribunales y que desde luego aun no hemos visto cumplir.

4. CONTENIDO DE LAS RESOLUCIONES

Como ya se ha comentado la respuesta más extendida ha sido la inaplicación de la figura penal, pero además en aquellos casos en los que se juzgaba la conducta lesiva entre cónyuges tipificada como delito o falta de lesiones se han obtenido en ocasiones sentencias como las que a continuación se expresan, que reflejan la enorme influencia ideológica con la que actúan en este campo los jueces.

SS. del Juzgado de Instrucción nº 16 de los de Barcelona de fecha 5 de Febrero de 1991

...encontrándose en el interior del domicilio, hizo acto de presencia el marido, quien al tener conocimiento de la intención de la esposa, se opuso a ello, suscitándose una

discusión entre ellos, en el transcurso de la cual él cogió a la esposa por los brazos y la zarandeo... En esas circunstancias la acción del marido se considera de lo que se podría llamar, usual en la conducta de un ciudadano medio, y por tanto exenta de responsabilidad criminal y procede absolver de las faltas que le imputan el Ministerio Fiscal y la Acusación particular

SS. del Jdo. Instrucción nº 5 de Gava resolviendo un recurso de Apelación de 13/12/99 confirma la absolución respecto de la acusación de una falta de coacciones: " ha quedado probado que el denunciado sujetó a la denunciante para que no se fuera del domicilio donde reside... En el supuesto planteado, sujetar a una persona con la que se está manteniendo una discusión durante unos instantes, para evitar que se marche del lugar, no constituye ilícito penal".

Otra reciente la SS del Jdo nº 3 de Cerdanyola del Vallés de 22/10/99 el 1er día de visitas de un padre que no conocía a su hijo de 6 meses hechos probados:

En el interior de la casa el marido coge en brazos al niño y como este empieza a llorar la esposa se lo quiere coger, apretándole él fuertemente con sus brazos para impedir que el niño le sea arrebatado, dándose una situación tensa entre los padres, pues ambos quieren tener al niño. La suegra, presente en todo momento, dice al marido "has de dar tiempo al niño para que se acostumbre a ti, a lo que el marido responde "cállate puta" la suegra pregunta ¿Qué has dicho? Y da un paso hacia su yerno extendiendo éste el brazo y empujando a la suegra hacia atrás, dando el empujón en el pecho y mano de ésta" ... Este mismo día acude la suegra al Hospital. En el informe de urgencias se hace constar contusiones varias según manifiesta. Dolor esternal.

...Era inoportuna la presencia de la suegra en el salón por más que fuera su casa, su presencia en este caso con la madre del yerno al otro lado de la puerta, resultaba un elemento de tensión... Si inoportuna resultara su presencia es evidente que cualquier opinión o comentario suyo hacia el yerno iba a resultar todavía inoportuno cierto que no es una manera de hablar plausible ni edificante, pero estimo que, procediendo de una persona que estaba alterada (y las circunstancias justifican que lo estuviese) no tiene otro significado ni otra relevancia que los expuestos.

En definitiva el empujón del marido a la suegra fue un episodio más de las visitas... Lo que intentó fue quitarse de encima a la suegra que se acercaba a él. Su intención fue por tanto apartarla, evita que se acercara a él y el empujón que dio para ello, en las circunstancias en que se produjo, no resultó objetivamente excesivo ni desproporcionado.

Apelada ante la Audiencia Provincial de Barcelona, la Sección 3ª dicta el 5-5-2000 Sentencia en la que estimando el recurso condena al agresor como responsable de una falta de injurias y otra de lesiones con una pena de multa de 10 días por la primera falta y un mes por la segunda, estableciendo como cuota diaria 200 ptas. TOTAL 8.000' - ptas (48 euros).

No se trata de casuística aislada, el precio de las amenazas de muerte y el incumplimiento de las órdenes de alejamiento, suele ser bajísimo, como se ve también las siguientes resoluciones

La SS de 19/10/1999 del Jdo de Instrucción nº 6 de Gavá declaró probado:

El 26/2/99 el marido que estaba en trámites de separación de su esposa, le dijo a esta que no estaba conforme con la separación y, tras increparlo repetidamente, le advirtió que no le iba a dejar en paz y que no pararía hasta matarla a ella y a su actual compañero"...tras varios incidentes más el 16/4/99 el marido llamó por teléfono a la esposa y le dijo que la iba a matar a ella y a su compañero y que iba a ser "su fin". El mismo día se personó en la puerta de su domicilio y continuó insultándole. El 16/4/99 el Jdo nº 1 de esta ciudad dictó Auto por el que se requería al marido que se abstuviese de llamar por teléfono y acercarse a la esposa, debiendo mantenerse alejado una distancia mínima de 100 m de su domicilio y de su lugar de trabajo (esto es las calles de Vilanova) bajo apercibimiento de incurrir en un delito de desobediencia en caso de incumplimiento. Dicho Auto de fue notificado personalmente por la Guardia Civil. En fecha 27/4 el marido se aproximó a la esposa que estaba trabajando en la playa del Faro de esta ciudad y en fecha 28/4 se personó en el domicilio de la esposa, pese a conocer el contenido de la orden judicial de 16/4 y se sentó en el portal.

La condena es por dos faltas de amenazas, a 10 días multa con cuota diaria de 200 ptas y una falta de desobediencia 10 días con cuota multa de 200 ptas es decir total 6000 ptas (36 euros).

Las amenazas de muerte, el incumplimiento del alejamiento tiene un precio de 6.000 ptas (36 euros).

En ocasiones los magistrados reflejan sus criterios en las resoluciones:

SS. de la Sección 1ª de la Audiencia Provincial de Barcelona de fecha 1-2-88

La norma de cultura, al parecer imposible de erradicar, nacida de mitos y creencias religiosas que dibujan a la mujer como epígono del hombre, al formarse del único hueso del que puede prescindir el varón sin desmerecer en su anatomía; material desechable, por tanto y definidor de inferioridad válido solo para uso y abuso, unida a la existencia de seres marginados, como subtipos del Estado del "bienestar", que buscan el compartir su miseria y el miedo a la soledad en el mutuo cobijo, así como sueños oníricos de deseables brutalidades en quienes han nacido para sufrir las ajenas, explican, que no justifican, la realidad de machos que vierten sobre la hembra toda la condición de canalla que en el temor reprimen.

La SS. del Tribunal superior de Justicia de Cataluña de 21 de Enero de 1999, rebajó la condena de un asesinato dictada por un Tribunal del Jurado, que había considerado probado que "la víctima recibió en vida la totalidad de las 70 heridas por ella sufridas" al estimar que no concurría ensañamiento y ello en base a las siguientes consideraciones:

...el demostrado furor con el que el acusado atacó a la víctima con las 13 últimas cuchilladas hasta que se le rompió el cuchillo, no parece inspirado en una maldad

reflexiva dirigida a causar un daño añadido e innecesario, sino en una ira homicida que se desahoga en la víctima que trata de acabar con ella cuanto antes y como sea ... considerando que al decir de los forenses las 13 últimas cuchilladas se produjeron cuando la víctima estaba semiinconsciente o en estado agónico o en estado de inconsciencia posteriores, seguro a las mortales, no queda margen para deducir el ánimo refinado del agresor de prolongar martirios inhumanos a víctima inconsciente y prácticamente ya muerta.

Recurrida en casación por la Fiscalía, que aducía que el ensañamiento legal no era el martirologio cristiano, se entabló un debate público en el que insignes plumas de la doctrina llamaban a la ciudadanía a distinguir entre el significado vulgar del término de ensañamiento y el técnico-jurídico. El Tribunal Supremo, en resolución de fecha 6 de Octubre de 1999, revocó la Sentencia al estimar que fue correcto el veredicto de jurado estimando como asesinato la acción y concluyendo que el elemento subjetivo o intencional de la acción quedaba claro, con base a la siguiente explicación:

Descartada la presencia de factores endógenos o exógenos que guiaran su conducta, la deducción sobre la acreditación del elemento subjetivo del ensañamiento, es decir, la finalidad de causar un padecimiento innecesario y aumentar deliberada e inhumanamente el dolor del ofendido, es racional. En efecto, el actuar violento, del autor descartada la existencia de una situación que limitara el control de la acción, se presenta como consciente y, al mismo tiempo voluntario, pues la experiencia nos indica que quien reitera la agresión innecesaria para el fin perseguido lo hace en el deseo de causar al ofendido padecimientos mayores a los comprendidos en el resultado perseguido.

Pese a ello la Sentencia de 13 de octubre de 1999 de la Sección 2ª de la AP de Jaen vuelve a no apreciar el ensañamiento pese a recordarse que el mismo consiste "en aumentar deliberada e inhumanamente el sufrimiento de la víctima, causando a ésta padecimientos innecesarios para la ejecución del delito" y dice:

La cogió por el pelo y comenzó a darle golpes contra un coche hasta que (la esposa de la que estaba separado legalmente) perdió el conocimiento, causándole traumatismo craneoencefálico y conmoción cerebral, heridas y contusiones en la frente, ambas regiones periorbitanas región molar izquierda, peribuca y dorsal. No aprecia ensañamiento por: "...que el acusado conversase y acompañase brevemente momentos antes fue solo expresión incontenible y violenta de la ejecución delictiva, eran no consecuencia de un ánimo frío, reflexivo y perverso, dirigido exclusivamente a aumentar innecesaria y deliberadamente el sufrimiento del sujeto pasivo, que como tal es presupuesto imprescindible para su apreciación. (SS TS 24/9/97 y 23/11/94)

Hay Sentencias que aluden a las cualidades de los asesinos como la de la Audiencia Provincial de Salamanca de 26 de enero de 2000 que condena por los delitos de agresión sexual y asesinato a un hombre, que tras la ruptura de la relación de noviazgo, queda con la mujer, la amordaza, la ata a la cama, la viola, le clava 48 puñaladas muriendo finalmente por degollamiento, pero dice de él:

El procesado- persona rigurosa en sus planteamientos, culta, meticulosa y exigente, con criterios éticos muy fuertes, hipersensible y con cierta psicorigidez-, en la primavera de 1997, por los daños psíquicos reiterados que sufría a cuenta de la ruptura de su noviazgo, soportaba una carga afectiva importante, con desarrollo anormal y trastorno adaptativo, con ansiedad, motivado en base real, no delirante, por los celos - capaz de perturbar notoriamente, pero sin anular el juicio crítico de la realidad - que menoscaba con igual signo y relevancia su capacidad volitiva; todo lo cual subyace al momento de cometer los hechos de causa, configurando esa su situación psicológica el tipo de delincuente por conflicto, que una vez liberado de él a través del crimen es perfectamente reinsertable, sin que tenga porque caer en delitos semejantes.

5. EL LLAMADO PROBLEMA DE LA PRUEBA

La lucha contra las agresiones ha tenido siempre dificultades por que el endémico silencio que las rodea ha hecho que no se denuncien en la misma proporción que los demás delitos. Pero además, los resultados obtenidos en aquellos casos en los que se puso en conocimiento de la administración de Justicia tampoco han sido equivalentes ya que se observa un mayor porcentaje de absoluciones.

En innumerables ocasiones se han atribuido estos resultados a "específicas dificultades probatorias", pero si reflexionamos sobre aquellas que presentan los hurtos, robos, muchas lesiones etc. y repasamos el conjunto de la Jurisprudencia, observamos que la declaración de la víctima suele ser la única prueba en muchas vistas orales y ello no es óbice para que se condene.

La prueba testifical de la persona perjudicada por un delito es suficiente para destruir la presunción de inocencia del inculcado si crea convicción y así lo ha manifestado el Tribunal Supremo y el Tribunal Constitucional en reiteradísima jurisprudencia.

La Sentencia del Tribunal Supremo de 9 de Septiembre de 1.992, ha estudiado con todo detenimiento el valor de dicha declaración, señalando que la Ley de Enjuiciamiento Criminal, ha derogado el sistema de prueba tasada, resultando como esencial para que exista prueba el que se practique en el acto del juicio oral, aún cuando esta se reduzca a la declaración de la propia víctima, siempre y cuando no aparezcan razones objetivas que invaliden sus afirmaciones o que provoquen en el Tribunal de instancia una duda que impida la convicción.

Esta jurisprudencia ha sido reiteradísima por la Sala 2ª del Tribunal Supremo en Sentencias también posteriores tales como la de 29 de abril de 1999, y de 25 de abril, 24 de junio y 7 de Julio entre otras muchas como 25 de abril, 24 de junio y 7 de julio del año 2000.

Según doctrina del alto Tribunal, que sintetiza, entre otras, la Sentencia de 28 de Septiembre de 1.988 y a la que se remite la dictada por dicho Tribunal, el 9 de Septiembre

de 1.992, así como todas las posteriores entre ella 26 de mayo de 1993, 1 de junio de 1994, 14 de julio de 1995 y 30 de enero, 26 de marzo y 9 de julio de 1999, así como 24 de junio de 2000, la credibilidad de un testimonio se ha de llenar por las siguientes notas:

- 1) Ausencia de incredibilidad subjetiva derivada de las relaciones acusado/víctima que pudieran llevar a la deducción de la existencia de un móvil de resentimiento o enemistad que privase al testimonio de la aptitud para generar ese estado subjetivo de certidumbre en que debe fundarse la convicción judicial.
- 2) Verosimilitud: El testimonio ha de estar rodeado de ciertas corroboraciones periféricas de carácter objetivo que le doten de aptitud probatoria. Se trata, por tanto, de constatar la real existencia de un hecho.
- 3) Persistencia en la incriminación, que ha de ser prolongada en el tiempo, plural, sin ambigüedades ni contradicciones.

Por tanto el problema no es la existencia o no de pruebas, sino la convicción o el tratamiento que de ellas se hace cuando es un delito de este tipo y cuando víctima y agresor son parientes.

Además el Tribunal Constitucional admite la posibilidad de considerar como prueba procesal inculpatória, no solo la prueba directa (testifical, documental, pericial) sino también las indirectas, iniciarias o circunstanciales que demuestran la certeza de unos hechos de los que puede inferirse la perpetración del delito por medio de un razonamiento lógico del nexo causal entre ellos.

6. LA JUSTICIA CIVIL

Los instrumentos legales en el ámbito civil adolecen del mismo problema, su escasa utilización, de este modo la tónica general de la tramitación de las Medias Provisionales Previas, es o su inadmisión o su lentitud, por lo que dejan de surtir la operatividad que podría regular una pronta solución a la convivencia, problema fundamental en tales circunstancias.

Las reticencias de los Jueces a limitar las comunicaciones del agresor con los hijos, o incluso a suspenderlas como les faculta el art. 94 del Código Civil, hace que en los casos de hombres violentos las visitas se conviertan en fuente de nuevas agresiones.

La estrecha interrelación entre los malos tratos y las situaciones de riesgo en el cumplimiento de las visitas ha sido también objeto de mención en el Informe del Consejo General del Poder Judicial, que estima necesario garantizar la coherencia y coordinación entre la decisión sobre esas medidas cautelares con la adopción por los Juzgados de Primera Instancia y de Familia de las Medidas Provisionalísimas en los supuestos en que se hallara interpuesta demanda de separación o divorcio.

Teniendo en cuenta que los jueces de instrucción pueden acordar en la orden de protección medidas de naturaleza penal y civil, determinando la custodia de los hijos,

el uso del domicilio, los alimentos y las ordenes de alejamiento o prohibición de comunicar, parecía que la descoordinación iba a acabarse, pero no ha sido así ya que suele ocurrir también que aun decidiéndose el alejamiento en la propia resolución se indique la salvedad del cumplimiento de las visitas de los hijos.

Es sobradamente conocido que el derecho a estar con los hijos no es de carácter ilimitado prevaleciendo los que tengan los menores, incluso el Código Civil prevé la posibilidad de suspensión de las comunicaciones si se dan circunstancias que lo justifiquen o si las mismas suponen un peligro.

7. LA LEY INTEGRAL

El 29 de diciembre de 2004, el Congreso de los Diputados ha aprobado la Ley Orgánica de Protección Integral contra la violencia de Género, entendiéndose que la violencia de género no es un problema que afecte al ámbito privado, sino que es el símbolo mas brutal de la desigualdad existente en nuestra sociedad y que los poderes públicos no pueden ser ajenos a lo que constituye uno de los ataques mas flagrantes a derechos fundamentales como la libertad, la igualdad, la vida, la seguridad y la no discriminación proclamados en la constitución.

Se construye así un cuerpo legal único que adopta medidas en todos los campos, al objeto de prevenir, sancionar y resarcir a las víctimas, en una idea de actuación transversal.

La ley pretende fortalecer las medidas de sensibilización social, asegurar un acceso rápido, eficaz y transparente a los servicios, crea una batería de medidas en el ámbito educativo y sanitario también de la publicidad. Prevé la creación de Oficinas de Asistencia integral multidisciplinar, especializada, permanente y urgente con atención psicológica y jurídica. Se reconocen derechos laborales como reducción o reordenación del tiempo de trabajo o cambio de centro etc.

Amplía la tutela institucional creando una Delegación del Gobierno contra la violencia, un Observatorio Estatal de la violencia y un Fiscal especial y unidades especializadas en las fueras y cuerpos de seguridad del estado, en los médicos forenses con planes de colaboración y protocolos de actuación y plantea la necesidad de asegurar la formación específica de jueces, Magistrados Fiscales y personal al servicio de la administración de justicia.

Se crean juzgados especializados en violencia familiar con competencias penales y civiles.

En primera y segunda instancia, como una de las medidas estrella. No obstante esta iniciativa no ha contado con muy buena acogida, por parte de los jueces a quienes no les resulta atractiva y por las organizaciones de mujeres que creen que los maltratadores no pueden ser vistos como delincuentes "especiales" en una jurisdicción

a su medida, y que el especializar juzgados sin especializar a sus titulares no supone un conocimiento real de la materia.

Se produce una nueva reforma en el Código Penal de modo que se introduce un criterio de acción positiva en el ámbito penal que ha suscitado un encendido debate respecto de su constitucionalidad y es que la amenaza y coacción leve, del hombre a la mujer es delito y no a la inversa. Del mismo modo son subtipo agravado la lesión o el maltrato del marido a la esposa. Finalmente mediante una enmienda consensuada de todos los grupos parlamentarios se hizo extensiva tal situación cuando la víctima sea persona especialmente vulnerable que conviva con el autor.

Continuase dando amplias potestades a los jueces para poder sustituir las penas privativas de libertad por trabajos en benéfico de la comunidad, para suspender o no la potestad sobre los hijos o las visitas con ellos y otras medidas cautelares.

Estamos pues ante una ley de muy buenos propósitos cuya utilidad dependerá de los criterios de aplicación una vez mas y que al utilizar muchas fórmulas genéricas y delegar tanto en el arbitrio judicial no supone un instrumento blindado.

A MODO DE CONCLUSIÓN

Esta realidad que se refleja como respuesta de la justicia, es preciso modificarla, pues aun cuando la violencia de género no desaparecerá por ello, es seguro que la situación mejorará si cesa la sensación de impunidad con la que actúan los agresores de mujeres y son capaces de comprender que el respeto a sus derechos que nuestro ordenamiento salvaguarda como esencial, no impide la aplicación del justo castigo que puedan merecer.

Amnistía Internacional en su informe "No hay excusa" (Violencia de género en el ámbito familiar y protección de los derechos humanos de las mujeres en España) noviembre 2002, indica en sus conclusiones:

Anmistia internacional hace hincapié en la obligación del Estado de actuar con la debida diligencia para prevenir, investigar y sancionar los actos de violencia contra las mujeres, lo que incluye, asegurar un acceso adecuado a la justicia, protección oportuna y efectiva, reparaciones justas, medidas para superar la experiencia sufrida y salvaguardas para garantizar procesos no discriminatorios.

Por último únicamente mencionar que el Pacto Internacional de Derechos Civiles de 1966 exige a los Estados respetar y proteger el derecho a la vida, el derecho de toda persona a no ser torturada ni ser sometida a tratos crueles, inhumanos o degradantes y el derecho a la seguridad personal.

ACTUACIONES DEL ASOCIACIONISMO FEMINISTA EN TORNO A LA LEY INTEGRAL CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO

Luz Sanfeliu Gimeno

INSTITUT UNIVERSITARI D'ESTUDIS DE LA DONA/UNIVERSITAT DE VALÈNCIA/MARXA MUNDIAL DE DONES DEL PAÍS VALÈNCIA. PROFESSORA DA UNIVERSITAT JAIME I DE CASTELLÓ, ESPANHA

1. INTRODUCCIÓN

La percepción de cómo se van produciendo los cambios en las mentalidades sociales, en la vida cotidiana y por tanto en las relaciones entre los sexos, resulta con frecuencia una tarea poco visible.

Lo cotidiano y todo lo que se refiere al ámbito de la privacidad, bajo su apariencia de repetición inalterable, se nos muestra como lo natural, lo común, aquello que sucede como siempre ha sucedido, puesto que es la expresión de la normalidad en el sentido de aquello próximo a la norma socialmente aceptada¹.

En estas reiteraciones de hábitos, conductas y valores culturales, la crudeza de la violencia de género constituye una clara muestra de cómo, en una parte de la sociedad española, continúan arraigados determinados estereotipos patriarcales respecto a la masculinidad y feminidad que se consideran "naturales" y se concretan en frases como: "en las peleas de pareja no se puede intervenir", "las mujeres que se dejan maltratar es porque quieren", "estas cosas han sucedido siempre" o "estamos ante dramas pasionales aislados".

Estas ideas que, en los últimos años, han estado circulando sin que desde las instituciones o los medios de comunicación se les dieran una respuesta contundente, en realidad significaba que a las mujeres no se les atribuía valor social suficiente para que la sociedad tuviera que aplicar todos los recursos disponibles para hacer frente a la situación. El hecho de que la violencia se ejerciera en el domicilio que y la relación de las mujeres con los agresores se basase en vínculos afectivos, hacía considerar que el problema remitía al

¹ Como afirman Buñuel y Denche, "la cotidianidad se convierten en procesos rituales de conversión de lo significativo y heterogéneo en habitual y no conflictivo. De este modo, actúan a modo de conductor de un orden social y de su ámbito ideológico, convalidándolo a través de sucesiones lineales." BUÑUEL, A. & DENCHE, C. Repercusiones de la ordenación urbana en el uso cotidiano de la ciudad in: GARCIA BALLESTEROS, A. (edic.). *El uso del espacio en la vida cotidiana*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1986. p.184.

ámbito de lo privado, donde nadie –ni tampoco los poderes públicos – estaba legitimado para intervenir, lo que en última instancia, hacía patente la pervivencia de una lógica social que, en el fondo, justificaba las desigualdades de género y constituía la negación social de asistencia a las mujeres en peligro².

Sin embargo, junto a la tolerancia de muchos y a la complicidad, en muchos casos de los poderes públicos, también cabe señalar que en los últimos años se ha producido una notable tarea de cambio y discusión. Una tarea basada en la denuncia y la resistencia de muchas mujeres que desde el activismo feminista en asociaciones o desde su ejercicio profesional han estado trabajando diariamente, tanto en el apoyo y la defensa de las víctimas, como en la crítica social de las condiciones de sexismo que propiciaban los asesinatos. Con ello también, las mujeres que tradicionalmente asumían e interiorizaban relaciones de maltrato psicológico y físico de larga duración, lo que suponía una muerte en vida, progresivamente se han ido atreviendo a denunciar al maltratador y a enfrentarse a sus métodos de intimidación sutil y constante³.

Actualmente, la sociedad española, sobre todo a partir de que el Partido Socialista en el gobierno iniciara los trámites para aprobar por las Cortes la Ley Integral contra la violencia de género, comienza a enfrentarse con mayor rigor al problema de las desigualdades entre hombres y mujeres que está en la base de la violencia de género, y discute y negocia abiertamente las vías y métodos que deben aplicarse para su erradicación.

En este sentido el reciente proyecto de Ley Orgánica Integral contra la violencia de género ha dado al tema una considerable repercusión mediática. Pero conviene no olvidar que cuando el 10 de septiembre de 2002 el Grupo Parlamentario Socialista, entonces en la oposición, presentaba en el parlamento una proposición para que fuera aprobada dicha Ley, actuaba de vehículo para hacer llegar al Congreso de los Diputados las propuestas que

² ALBERDI, Inés & MATOS, Natalia. *La violencia doméstica. Informe sobre los malos tratos a mujeres en España*. Barcelona: La Caixa, 2000. Estudios Sociales, 10.

³ Para comprender la crudeza que en los últimos años ha revistiendo dicha violencia, cabe recordar las 90 mujeres asesinadas en 2002 y 2003. En este último año los juzgados españoles recibieron 76. 257 denuncias por violencia doméstica y se dictaron 16.725 medidas cautelares. Datos del Primer estudio estadístico sobre violencia doméstica, elaborado por el Consejo General del Poder Judicial. Datos publicados en El país 21 de Junio de 2004.

⁴ Integran la Red Estatal Contra la Violencia de Género; la Asociación de Juristas Themis, la Fundación Mujeres, la Comisión para la Investigación de los Malos Tratos, Enclave Feminista, la Federación de Mujeres Progresistas, la Federación de Mujeres Separadas y divorciadas, Mujeres Vecinales, La Asociación de Asistencia a Víctimas de Agresiones Sexuales y La Asociación de Mujeres Profesionales de los Medios de Comunicación. Además de las organizaciones fundadoras, también están adheridas a la Red otras organizaciones miembros y organizaciones de apoyo tanto de ámbito estatal como de las diversas Comunidades Autónomas. La Red mantiene una página web notablemente activa <http://www.redfeminista.org>. Las propuestas de las distintas asociaciones que componen la red desde el ámbito concreto de su competencia profesional se recogen en la publicación: VV.AA.: *Propuestas de las Asociaciones de Mujeres para un Plan Integral Contra la Violencia hacia las Mujeres*. Madrid: Consejo de la Mujer de la Comunidad de Madrid, 2001.

desde el año 1991 promovían nueve asociaciones de mujeres con larga trayectoria en el campo feminista constituidas en una Red Feminista Contra la Violencia de Género⁴.

En ese momento, los resultados de los llamados Planes de Acción Urgente, elaborados por el Partido Popular en el gobierno, no eran muy halagüeños. Las leyes reguladoras de los juicios rápidos, la ley reguladora de la orden de protección y los nuevos tipos penales de maltrato familiar, habían ya supuesto determinados avances introduciendo el maltrato habitual a los novios, ex novios y ex compañeros, permitiendo el enjuiciamiento por procedimiento rápido y aplicando mayores medidas de protección. Pero, dichas leyes se habían legislado y aplicado sin tener en cuenta la violencia ambiental y las desigualdades que en otros ámbitos se producen por razón de sexo, por lo que los efectos de estas normas sólo estaban siendo paliativos⁵. Desde el año 1998 hasta el 2001 había habido 240 víctimas mortales por malos tratos y el número de denuncias aumentaba puesto que las mujeres contaban con mayores garantías para enfrentarse al agresor. Pero como afirmaban las componentes de la Red Feminista y el resto de organizaciones de mujeres, era necesario un texto legislativo unitario y transversal que obligatoriamente debiera ser acatado por las instituciones y la ciudadanía. Se precisaba una Ley Integral donde se establecieran medidas dirigidas tanto a la prevención de la violencia ambiental, en sus múltiples manifestaciones, como medidas encaminadas a la protección, reparación y restitución del proyecto vital de las mujeres maltratadas, así como que se establecieran con mayor contundencia y eficacia las penas que deberían aplicarse a los maltratadores.

Sin embargo en esa ocasión la proposición de Ley fue rechazada. El grupo parlamentario del Partido Popular –que ostentaba la mayoría parlamentaria– no consideraba necesario un texto legal integral y, por lo tanto, votó en contra.

Tras la victoria electoral del Partido Socialista, en marzo del 2004, el ejecutivo inició los trámites para que fuera aprobada la Ley Integral que figuraba en su programa electoral y se volvió a contar con las integrantes de la Red Feminista y con otras especialistas en el tema para la redacción del Proyecto de Ley Orgánica que debía ser presentado en las Cortes. En la ley se ha mantenido el enfoque inicial que afirma que la violencia de género es estructural y, por tanto, debe tratarse de forma que “ofrezca una visión multidisciplinar y compleja de la violencia y amplíe la perspectiva de cada interviniente en el proceso de erradicación de la violencia”⁶.

Nada más aprobarse por el Consejo de Ministros la Ley Integral, se produjeron determinadas reacciones en contra por parte de instituciones como la Real Academia Española o los sectores conservadores del Consejo General del Poder Judicial. Estas

⁵ DURAN FEBRER, María. *Medidas Jurídicas y Penales contra la Violencia de Género: Propuestas de Futuro*. Ponencia presentada en el curso Violencia de género i ciudadanía. Alternatives y reptes.

⁶ Ibidem.

polémicas sobre la Ley han permitido, además, que se debatan en los medios de comunicación aspectos que en principio parecerían tangenciales -como el que hace referencia a la utilización de la palabra género para nombrar la Ley o la llamada discriminación positiva-. Estos debates que ocupan tertulias radiofónicas y páginas de los periódicos están permitiendo a un considerable número de mujeres y organizaciones feministas expresar muchas de las posiciones teóricas y prácticas que mantiene el movimiento.

A lo largo de este proceso, el hecho de que el movimiento feminista plantee estrategias comunes sobre la forma de enfocar el problema y ofrezca alternativas para su resolución, está permitiendo a las mujeres y asociaciones emprender colaboraciones de trabajo con otros grupos, instituciones y asociaciones, donde también militan hombres dispuestos a asumir las propuestas de las mujeres y aplicarlas en distintos campos de la vida cultural y social: ayuntamientos, sanidad, educación. Entre las iniciativas masculinas de mayor simbolismo cabe apuntar el manifiesto: "No te pases hombre, ni lo hagas en mi nombre" impulsado por la Plataforma de Hombres por la Ley Integral contra la violencia de género donde se agrupan hombres de reconocido prestigio en diversos ámbitos profesionales que, en algunos casos, se agrupaban en organizaciones como Movimiento contra la intolerancia o Ciudadanos por el cambio de Cataluña. En el texto del manifiesto se puede leer: "Porque la lucha de las mujeres nos ha abierto los ojos, porque su libertad y seguridad es nuestra dignidad, porque su dolor también nos duele, porque no queremos ser cómplices, nosotros, hombres, decimos no al terrorismo machista. Sí a la ley contra la violencia de género". Y también se recaban adhesiones masculinas a la campaña⁷.

Así pues, y paradójicamente, la emergencia de la violencia de género ha contribuido a situar las relaciones entre los géneros en el primer plano del debate social y está permitiendo que mujeres y grupos relacionados con el feminismo hayan ido adquiriendo nuevas posiciones de protagonismo social: con capacidad para construir redes y con solvencia profesional y bagaje teórico suficiente para plantear públicamente demandas y reflexiones que están llegando a la política y a la opinión pública.

Desde esta perspectiva el objetivo principal de la comunicación es contribuir a una mejor comprensión de la influencia que en las últimas décadas están teniendo las organizaciones de mujeres en los cambios sociales. Cambios que, con sus luces y sus

⁷ <http://www.nonosresignamos.net/homsiley.rtf>

⁸ Esta ponencia es deudora de la mayoría de los enfoques y de las hipótesis que mantiene en su artículo de MIGUEL ÁLVAREZ, Ana. El movimiento feminista y la construcción de marcos de interpretación: el caso de la violencia contra las mujeres. Periódico Feminista en red. www.mujiresenred.net/news/article.php?id_article=7, 2004. También la ponencia es deudora de las aportaciones y correcciones de Dolors Juan, profesora de música y miembro de la Marxa Mundial de Dones del país Valencia.

sombras, hacen referencia a una nueva generación de conceptos y teorías que explican y analizan la "realidad" con significados, podríamos decir, en clave feminista⁸. Cambios, que además, hacen patente que la acción de las mujeres en la práctica depende en menor medida de la autoridad masculina, puesto que el feminismo es capaz de organizar y de crear redes propias que establecen, desde una posición de liderazgo, alianzas que contribuyen a difundir y construir nuevas formas de relaciones genéricas. Esto supone, en última instancia, que el movimiento feminista está siendo capaz de configurar otras conductas y otro sistema de valores que se asumen y comienzan a regir en la práctica entre sectores cada vez más amplios de la sociedad. Prueba de ello es la presentación en noviembre de 2004 de un estudio realizado por la Asociación de Amas de Casa y Consumidores que denuncia la violencia de género y el sexismo en la programación infantil de las televisiones. O también, el éxito de canciones de artistas tan conocidos como Pedro Guerra, Ismael Serrano, Bebe o Andy y Lucas.

Finalmente, el 7 de octubre de 2004, la Ley Integral contra la violencia de género fue aprobada en el Congreso por unanimidad. El Partido Popular votó a favor de la Ley tras ampliarse el delito de amenazas y coacciones a todos los ciudadanos que conviven con el agresor. Es decir, además de a las mujeres también a los ancianos y niños⁹.

En este nuevo escenario que vive la sociedad española, "lo que sucede como siempre ha sucedido", es decir, el hecho de que las mujeres sean asesinadas por sus maridos y compañeros sentimentales, puede que continúe siendo un suceso cotidiano, pero está dejando de ser "lo normal" en el sentido de aquello próximo a la norma socialmente aceptada.

2. LAS MUJERES DICEN Y HACEN: LAS CASAS DE ACOGIDA EN LOS ORÍGENES DE LAS NUEVAS PROPUESTAS

Pero, ¿cuales son los nuevos significados que el feminismo está construyendo y difundiendo respecto a la violencia de género?, ¿qué modalidades organizativas maneja el asociacionismo feminista? o ¿cuáles son sus estrategias de acción?

Si iniciamos un corto repaso histórico cabría recordar que los malos tratos a las mujeres emergieron a finales de los años ochenta en España como un problema aparentemente esporádico y disperso sobre el que se actuaba puntualmente. En aquel contexto -en torno a 1983 y con el Partido Socialista en el gobierno- las asociaciones de mujeres asumieron la organización y dirección de las primeras Casas de Acogida para Mujeres Maltratadas aplicando recursos y técnicas de recuperación de las afectadas que, en muchos casos, aplicaban la perspectiva de género en su trabajo y formas de organización. Como explica Esperanza Rivero las primeras experiencias de Casas de Acogida surgen en España de la mano de asociaciones feministas. Por ejemplo, la Casa de Barcelona la puso en marcha el grupo Alba

⁹ La mayoría de informaciones que hacen referencia a las medidas legislativas me han sido facilitadas por Encina García Checa, abogada y miembro de la Marxa Mundial de Dones del País Valencià.

y la Casa de Ciudad Real fue un proyecto presentado a la Diputación por una asociación de mujeres castellano-machegas que acabó siendo subvencionado. En Pamplona sucedió lo mismo, aunque la casa se cerró a los pocos años¹⁰. En todos los casos, el Instituto de la Mujer acogió e impulsó las iniciativas.

Métodos de tratamiento psicológico como la Teoría familiar sistémica o la Teoría de conflictos, fueron progresivamente complementados por una visión que explicaba cómo la causa general de la violencia contra las mujeres continuaba siendo la vigencia del paradigma del patriarcado en la sociedad actual. Por ello, las Casas de Acogida establecieron como fundamento de su intervención un modelo de referencia en la intervención psico-social con mujeres maltratadas y priorizaron la formación de las trabajadoras desde un enfoque integral que favoreciera la toma de conciencia, la recuperación emocional, el crecimiento personal y el cambio en base a la propia autonomía de las mujeres que acudían a la Casa¹¹. La restitución de las mujeres a su proyecto de vida fue considerada, ya entonces, fundamental en cualquier intervención con mujeres maltratadas.

A través de la Coordinadora Estatal de Casas de Acogida se impulsaron espacios como las Jornadas sobre Malos tratos a mujeres, donde las reflexiones desde una perspectiva de género pretendían además de estimular la solidaridad femenina a través de redes, denunciar la situación de violencia que sufrimos las mujeres y realizar una labor de divulgación y concienciación social¹². Por ello, la prevención de la violencia ambiental se prefiguraba también, como un factor imprescindible en el abordaje de la violencia de género.

En todo caso, tanto la filosofía como los métodos de trabajo de las Casas de Acogida y de la Coordinadora Estatal, recogían muchas de las aportaciones teóricas y prácticas del llamado feminismo de la segunda ola.

3. INFLUENCIA DEL FEMINISMO DE LA SEGUNDA OLA

El desarrollo de dicho feminismo tuvo lugar en el contexto de los años 60- 70 del siglo XX. Entonces, en la mayoría de los países occidentales, las mujeres gozaban de plenos derechos, se reconocía la igualdad legal y el principio de la equidad entre los sexos era un valor cultural extendido, pero la subordinación femenina persistía y las mujeres seguían manifestando lo que Betty Miller denominó "un malestar sin nombre"¹³. Las desigualdades

¹⁰ BRIZ Carmen. Que el trabajo no se limite a la protección. Entrevista a Esperanza Rivero. *Página Abierta*. nº 80, 1998, pp. 79.

¹¹ VV.AA. *Casas de acogida para mujeres maltratadas. propuesta de intervención*. Madrid: Coordinadora de Casas de Acogida, 1993.

¹² Las informaciones relacionadas con las Casas de Acogida me han sido facilitadas por Amparo Rubio psicóloga y directora de la Casa de Acogida de Valencia y miembro de la Marxa Mundial de Dones del país Valencia.

¹³ Friedan atribuye al aislamiento en el hogar y a la falta de un proyecto de vida propio la opresión femenina que no tenía nombre. FRIEDAN, Betty. *Mística de la feminidad*. Madrid: Júcar, 1974.

entre los géneros comenzaron así, a analizarse por parte del feminismo en términos de una opresión no identificada. Una opresión que en muchos casos estaba relacionada con las atribuciones femeninas en el ámbito del hogar y con la dedicación exclusiva de las mujeres a los miembros de su familia. La emancipación femenina no era sólo una cuestión de derechos, sino de capacidad de las mujeres para poder elegir en libertad un proyecto de vida autónomo sin tener que dedicarse en exclusiva a la reproducción social.

Para ubicar la cuestión de esta opresión femenina a la que resultaba difícil darle nombre, la contribución de Simone de Beauvoir con su obra *El segundo sexo*¹⁴ fue decisiva al afirmar que las mujeres y la feminidad constituyen una construcción social de la civilización. Las teorías de la filósofa existencialista que se pueden resumir en la frase – "la mujer se hace, no nace" – aportaban una nueva perspectiva al análisis, puesto que ponían el énfasis en el hecho de que las prácticas sociales y las pautas culturales habían sido construidas por los varones, lo que hacía a las mujeres seres carentes de subjetividad. El estado de dependencia femenina podía explicarse en términos de "otredad" de género o falta de una identidad propia que llevaba a las mujeres a carecer de protagonismo social y a la identificación y evaluación de sus vidas desde la lógica del "opresor".

Pero además de los postulados críticos, la obra de De Beauvoir aportaba nuevas soluciones ya que apelaba a la capacidad de las mujeres de crear un nuevo orden social en el que asumirían su propio protagonismo y se convertirían en agentes de su liberación.

Con esta contribución, el feminismo de la segunda ola daba instrumentos analíticos para avanzar en sus teorizaciones, y apuntaba – en primer lugar – el posterior desarrollo de la categoría del género en el sentido de entender los roles atribuidos a los sexos como construcciones sociales y culturales asimétricas. En segundo lugar, se ponía de manifiesto que la dificultad de las mujeres de gozar de unas vidas plenas y elegidas no era "el problema" de algunas mujeres particulares. Las experiencias de subordinación de las mujeres no eran sólo personales y aisladas, sino colectivas. Por ello, la superación de la subalteridad hacía referencia, también y sobre todo, a la capacidad de las mujeres para construir colectivamente un orden cultural alternativo y trasladarlo y darle vigencia en el conjunto de la sociedad.

También otras obras teóricas como la de Kate Millett profundizaron en aquellas décadas en la comprensión de la opresión femenina analizando las relaciones sexuales de hombres y mujeres y explicándolas en términos de relaciones políticas de poder. La sexualidad constituía un aspecto político clave que fundamentaba la supremacía masculina y el sistema patriarcal¹⁵.

¹⁴ DE BEAUVOIR, Simone. *El segundo sexo. La experiencia vivida*. Buenos Aires: Siglo veinte, 1987.

¹⁵ MILLETT, Kate. *Política Sexual*. Madrid: Ediciones Cátedra, Instituto de la Mujer, 1995.

El concepto restringido de política dejaba de acotarse en los términos usuales que hacían referencia exclusivamente a las leyes, a los gobiernos, a los partidos políticos o a las instituciones del Estado. El término "política" comenzaba a entenderse también como la capacidad de determinados grupos o sectores sociales para configurar, determinar e imponer estructuras de significado a través de las cuales los seres humanos daban forma a su experiencia. Es decir, en el fondo de las acciones culturales, los sistemas de valores, las tradiciones o las prácticas simbólicas se ocultarían también determinadas intenciones políticas. Y la "política" en sus múltiples acepciones tendría una influencia significativa sobre los roles de género. Como afirma Scott "es la política la que crea el género, y es el género el que crea la política con especificaciones según contextos."¹⁶

De este modo los ámbitos íntimos, domésticos y familiares o la propia sexualidad en relación con los espacios públicos, se convirtieron también en objeto de crítica, de análisis y también de reclamaciones políticas en un sentido amplio. Lo personal se hacía político y para el feminismo se convertía en prioritario articular "el malestar femenino" nombrándolo, explicándolo y trabajando por superarlo en cualquier parcela de las actividades sociales.

Como explica Celia Amorós, el "sujeto mujer", ha estado unido a lo largo del tiempo a sus roles de género y, por tanto, para construir el estatuto de sujeto, las mujeres han tenido (y tienen) que desprenderse, real y simbólicamente, de atributos y consignas sociales que han ido formando y conformando eficazmente el "ser" de las mujeres mediante un sistema que refuerza su disponibilidad respecto a los otros y su funcionalidad externa. Por esta razón para ser sujetos, las mujeres precisan como primera medida contar con una poderosa voluntad de *deslealtad* hacia los preceptos impuestos por "otros" y también de *deslealtad* hacia esos "otros" que cincelan la identidad femenina. Por tanto, para las mujeres constituirse como sujeto conlleva también, la capacidad y el atrevimiento para inaugurar una identidad capaz de crear pautas *autoreferenciales* que organicen y "lean" la "realidad" a partir de referencias elaboradas por las propias experiencias femeninas¹⁷.

4. FEMINISMOS: NUEVOS SIGNIFICADOS EN LA LEY INTEGRAL CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO

Sumando estas perspectivas, el feminismo español en su conjunto y también la Red de Mujeres Contra la Violencia que han elaborado la Ley Integral, ha mantenido que el

¹⁶ Scott es citada por Thébaud que hace referencia a la *American Historical Review*, (nº 5), 1986. THÉBAUD Françoise. Mujeres, ciudadanía y Estado en Francia durante el siglo XX. In: AGUADO, Anna (coord.). *Las mujeres entre la historia y la sociedad contemporánea*. Valencia: Generalitat Valenciana, Direcció General de la Dona, 1999, p. 35.

¹⁷ AMORÓS, C. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. Barcelona: Anthopos, 1991, pp. 226-250; Mujer y participación política in: ASTELARRA, J. (edit.). *Participación política de las mujeres*. Madrid: CIS, 1990, pp. 107-131.

eje central a partir del cual se articula la violencia contra las mujeres no es sólo el ejercicio de fuerza de una persona sobre otra, sino que la violencia se fundamenta en la discriminación por razón de sexo. La discriminación se basa en un sistema de relaciones sociales asimétricas que afirman el poder del hombre y tratan de perpetuar la sumisión de la mujer por el hecho de que es mujer. Es por ello que la violencia es específicamente de género y cualquier intervención para erradicarla debe situar a la mujer en la centralidad de sus prioridades y necesidades, tanto para prevenir como para adoptar medidas que posibiliten el cese de dicha violencia.

La violencia doméstica se caracteriza por un proceso sostenido que comienza con actitudes de menosprecio a la mujer que son socialmente toleradas y que se manifiestan en situaciones cotidianas: chistes, desigualdades salariales, lenguaje o juguetes sexista etc. Paulatinamente el aislamiento, las injurias y las humillaciones se van incrementando con amenazas, vejaciones y lesiones que provocan la confusión, la duda y la anulación personal de la víctima y, en muchos casos, terminan con resultado de muerte. A lo largo del proceso es la interiorización de los valores patriarcales lo que imposibilita a la mujer para tomar decisiones, pero, también resulta cierto que la violencia de género tiene lugar en mayor medida cuando las mujeres no responden a las expectativas de sumisión que se espera del comportamiento femenino y asimismo cuando tratan de desvincularse de la dominación de los hombres. Mientras, esos mismos valores patriarcales permiten que el agresor apenas vea cuestionada ni penada su conducta y que la sociedad permanezca impasible ante los asesinatos.

Además, dicha ideología está tan interiorizada en la sociedad y en las instituciones que como afirma Enriqueta Chicano¹⁸ los juicios se plantean como enfrentamientos entre iguales, sin reconocer la desigualdad entre mujeres y hombres y provocan una segunda victimización de la mujer al hacerla revivir las agresiones como forma indispensable para establecer los hechos.

Por ello la Ley Integral propuesta en un principio por la Red Feminista se ha planteado tanto para atender a las mujeres que son víctimas directas de la violencia como para favorecer un clima que prevenga y detecte la violencia sexista en sus múltiples manifestaciones. Como señala María Duran de la Asociación de mujeres juristas Themis, la Ley se puede representar como una figura poliédrica¹⁹. Por ello y siguiendo el análisis de Duran, en la Ley por un lado atiende a la prevención a través de la educación, la sensibilización de la ciudadanía y el control de la imagen de la

¹⁸ CHICANO Enriqueta. La prevención de la violencia como factor de cambio in: *Propuesta de las Asociaciones de Mujeres para un Plan Integral contra la violencia hacia las mujeres*. Madrid: Consejo de la Mujer de la Comunidad de Madrid, 2001. p.172.

¹⁹ DURAN FEBRER, María. Medidas Jurídicas y Penales contra la Violencia de Género: Propuestas de Futuro. *Op. cit.*

mujer a través de los medios de comunicación, la protección del empleo de las mujeres maltratadas y la detección precoz de la violencia a través de los profesionales de la medicina y los servicios de salud. Por otro lado contempla la formación de los operadores y operadoras en el concepto de género. Y asimismo contempla los derechos de las mujeres víctimas de la violencia en lo que hace referencia a la información, la asistencia social, la asistencia jurídica, los derechos laborales y los derechos económicos. Estas medidas tienen como finalidad restituir a la víctima en su proyecto de vida. En lo que hace referencia al sistema judicial, se establecen juzgados mixtos con competencias civiles y penales que pretenden disminuir la victimización secundaria que se deriva de la propia actuación de la administración de justicia. La especialización del ministerio público se completa con la tutela institucional que se materializa en la Delegación del Gobierno contra la Violencia de Género, el Observatorio Nacional de Violencia sobre la Mujer y la función de las fuerzas y cuerpos de seguridad del Estado en el control del cumplimiento de las órdenes de protección.

Como explica Soledad Murillo, la Ley Integral tiene una exposición de motivos novedosa puesto que habla explícitamente de eliminar las relaciones de poder entre hombres y mujeres y define la violencia de género no como una cuestión privada sino pública y, por ello, competencia directa de los gobiernos. De hecho es la primera vez que se regula el ámbito privado y se trata el concepto de igualdad en términos del valor de las mujeres y no del "favor" que conceden los hombres. El hecho de que implique a 8 ministerios da cuenta de lo ambicioso de un proyecto que trata además de contar con las organizaciones de mujeres en la evaluación de las políticas de igualdad y de la propia ley a través de un órgano colegiado como será el Observatorio Estatal de la Violencia de género²⁰.

En cualquier caso, ls singular de la Ley Integral es que contempla la especificidad femenina en múltiples ámbitos de la vida social y que aplica medidas que privilegia, en contra de lo que sucede habitualmente, la centralidad de las mujeres que en última instancia, son las receptoras de la violencia.

Pero, la adopción de la perspectiva de género en el texto legislativo y el propio término "género" están siendo también una cuestión polémica, como pone de manifiesto el informe que el 19 de mayo de 2004 emitió la Real Academia Española, la cual abogaba por otra expresión para nombrar la violencia contra las mujeres. Según la RAE la denominación "género" incluida en el epígrafe de la Ley, no se ajustaba a lo que

²⁰ Conferencia impartida por Soledad Murillo en torno a la Ley Integral contra la violencia de género en la Sede del Partit Socialista del país Valencia, 20 de noviembre de 2004. Soledad Murillo es doctora en sociología y profesora titular de la Universidad de Salamanca. Ha trabajado en el ámbito del asociacionismo femenino y actualmente es Secretaria General de Políticas de Igualdad.

trataba de denominar y había irrumpido de forma reciente en la lengua castellana. En concreto en el año 1995 después de la Conferencia de Pekín.

En referencia a este asunto, diferentes medios de comunicación, en años anteriores, habían abierto ya una polémica en la que participaron relevantes periódicos nacionales como El país, ABC, El Mundo. Frente a las opiniones en contra de la utilización del término, como las de Fernando Lázaro Carreter, Camilo Valdecantos o Vicente Molina Foix, hubo también voces a favor que manifestaban que había llegado la hora de recoger en el español actual que el género es un concepto sociocultural ligado a los atributos que imponen las costumbres, mientras que el sexo es un concepto fisiológico o biológico. Entre las opiniones feministas más relevantes, la de Cristina Alberdi que manifestaba: "La utilización en este caso de la palabra género es política y, por tanto, transgredir las reglas de la estricta gramática no resultaría más que un loable acto de liberación. Si la expresión de la violencia de género no es correcta desde el punto de vista lingüístico o gramatical, tanto mejor. Al utilizarla estaremos rompiendo otra de las muchas limitaciones que han mantenido oprimidas a las mujeres y abriendo el lenguaje a nuevas realidades y valores y, por ello, a otras significaciones distintas de las tradicionales"²¹

En las respuestas a la Real Academia Española de la lengua cabe señalar, también, el artículo de Eulália Lledó en el diario El país, en el que se afirma que la denominación "género" es una aportación ya introducida en España por pensadoras anglosajonas desde diferentes campos del conocimiento. Lo que cabe preguntarse es por qué "a pesar de ser un término documentado hasta la saciedad, la RAE se ha negado a introducir en su diccionario la palabra género en el sentido de conjunto de diferencias entre ambos sexos". Tras aportar numerosos ejemplos sobre el tratamiento sexista que hace la RAE a varios términos relacionados con la violencia hacia las mujeres, la lexicógrafa concluye cuestionando "la competencia de la Real Academia Española para nombrar materiales tan sensibles y delicados como son los malos tratos a mujeres"²².

Finalmente, el gobierno español ha mantenido el término género en el título de la Ley Integral aún cuando se han barajado los términos "de violencia doméstica" y "violencia ejercida contra las mujeres". Las organizaciones feministas continúan defendiendo que, pese a las opiniones en contra, el término "violencia de género" es el correcto puesto que pone de manifiesto las asignaciones de roles asimétricos entre hombres y mujeres en la sociedad actual.

²¹ ALBERDI, Cristina. Lenguaje y Valores. El país, 13 de marzo 1999.

²² LLEDÓ, Eulalia. La violencia en el idioma. El país, 11 de Julio 2004.

Así pues los nuevos significados que el feminismo esta trasladando a la sociedad hacen referencia, en cualquier caso, a unas relaciones de poder históricamente desiguales entre hombres y mujeres en todas las parcelas de la actividad social. Relaciones de poder que, actualmente, las mujeres están en condiciones de disputar a los hombres en mayores condiciones de igualdad y autonomía. Como afirma Foucault, el poder es aquello que nos conforma, pero a la vez es la ocasión para su propia resistencia. La subversión es también un proceso de resignificación porque la subversión y la resistencia son internas a las relaciones mismas de poder. "Es un proceso creativo; resistir consiste en crear, recrear, cambiar el estado de las cosas, participar activamente en el proceso"²³.

Es por ello que podemos afirmar que los debates en torno a la Ley Integral en contra de la violencia de género están propiciando, tanto la deconstrucción y deslegitimación de las pautas patriarcales, como la construcción de un orden simbólico autorreferencial que evalúa y da significado a las experiencias femeninas con base a la propia teoría feminista. Como afirma la historiadora Joan Scott: "Sin significado, no hay experiencia; sin procesos de significación no hay significado"²⁴. De forma que la interpretación de las experiencias femeninas cuenta ya –en este caso en España– con un *corpus* teórico progresivamente radicado en la capacidad de las propias mujeres para producir y difundir significados. Pero la teoría feminista se completa, complementa y cobra sentido en las propias prácticas de vida desarrolladas por las mujeres y por el movimiento feminista.

5. FEMINISMOS: OTRAS FORMAS DE ACTUACIÓN SOCIAL

Por eso a medida que el feminismo de la segunda ola reconoció que las experiencias de las mujeres eran comunes y fue dotando a dichas experiencias de significados radicados en el desarrollo de una subjetividad autónoma, comenzó a articular respuestas sociales.

En aquellos años "el gran impulso, la fuerza y el dinamismo del nuevo movimiento feminista partió de redes sumergidas; grupos informales, contactos interpersonales basados en la solidaridad, en el intercambio y en la confianza de la experiencia compartida".²⁵ Como otros movimientos sociales de la época el feminismo español de los años 70 y 80 se caracterizó "por una pluralidad de ideas y valores, una estructura

organizativa informal descentralizada, el rechazo a una dirección piramidal jerárquica y la democratización de los procesos de decisión"²⁶.

Contando con esta tradición que atendía tanto a la herencia teórica como a unas formas de organización específicas, el movimiento feministas de décadas posteriores continuó profundizando y funcionando en muchos casos a través de redes que trataban de superar la dicotomía entre lo personal y lo político, entre la teoría y la práctica y llevando la agenda política de la emancipación a sus ámbitos de actuación local y cotidiana.

Un estudio de las asociaciones y grupos de la ciudad de Valencia²⁷ pone de manifiesto la existencia en el año 2000 de 58 asociaciones de mujeres en la ciudad con objetivos que recogen la formación, la salud, profesionales, ayuda, feministas y defensa de derechos. También el ámbito de sus actuaciones es amplio y atiende tanto a actividades lúdicas y deportivas, como a actividades culturales, promoción del empleo, o denuncia y reivindicación de derechos. De las 58 asociaciones encuestadas, 31 forman parte de redes más amplias, comúnmente de nivel nacional. Pese a la escasez de medios materiales y el poco apoyo institucional que reciben, las mujeres siguen optando por constituir parcelas específicas dedicadas a la promoción femenina en el seno de organizaciones mixtas como asociaciones de vecinos, grupos de cristianos de base, asociaciones de consumidores, organizaciones de emigrantes etc. En muchos casos las asociaciones de mujeres actúan conjuntamente planteando iniciativas y resoluciones en el Pleno del Ayuntamiento o en las Cortes Valencianas o convocan manifestaciones, jornadas, ruedas de prensa y demás actividades manteniendo una estrecha colaboración a través de redes informales y solidarias.

También, en los últimos tiempos y en referencia a la cuestión de la violencia de género, es posible constatar cómo paulatinamente las mujeres feministas han ido accediendo de sus prácticas profesionales a nuevas parcelas de poder y autoridad que hacen más efectiva la aplicación de los postulados feministas en las áreas de competencia en las que desarrollaban sus actividades laborales. Al incuestionable arraigo del feminismo académico que se materializa en los Institutos Universitarios de Estudios de la Mujer que desarrollan sus actividades en las Universidades, cabe sumar la mayor presencia de asociaciones profesionales como la Asociación de Mujeres Juristas Themis²⁸, la Plataforma de Mujeres artistas contra la violencia de género o la Asociación de mujeres españolas de medios de comunicación. Estas asociaciones,

²³ FOUCAULT, Michel. *Estética, ética, y hermenéutica*. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 1999. p. 155.

²⁴ SCOTT, Joan W. "El género una categoría útil para el análisis histórico". En AMELANG, James S. Y NASH, Mary: *Historia y género: Las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea*. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim, 1990. p. 38.

²⁵ NASH, Mary. *Mujeres en el Mundo. Historia, retos y movimiento*. Madrid, Alianza, 2004. p. 176.

²⁶ Ibidem. p. 164

²⁷ GISBERT, Concha; LATORRE, Lucia; MARTÍN, Susana; PÉREZ, Rosa Et SÁEZ, Presen. *Estudio de las asociaciones y grupos de mujeres de la ciudad de Valencia*. Trabajo de Investigación impulsado desde la Casa de la Dona de Valencia y subvencionado parcialmente por la Dirección General de la Mujer.

²⁸ <http://www.mujeresjuristasthemis.es>

como se comprueba en sus páginas web, promueven estudios, facilitan información y mantienen vínculos de cooperación con otras asociaciones a nivel nacional y transnacional.

Las posibilidades de la nueva Era de la información basada en internet aportan también al feminismo amplias posibilidades para intercambiar acciones, debates y reflexiones, en un espacio que a la vez de local es planetario como ponen de manifiesto periódicos feministas en red como el boletín Eleusis²⁹ o el muy activo Periódico Feminista en red³⁰ o Mujeres en red³¹ y, también la producción de artículos y debates que en la red misma está produciendo el llamado ciberfeminismo³².

En estructuras moleculares y trabando alianzas con otros grupos de mujeres con quienes se comparten afinidades, las micropolíticas feministas permanecen activas, huyendo de las estructuras jerárquicas de otro tipo de asociacionismo y con una notable capacidad de autogestión, lo que da a las mujeres y a sus organizaciones capacidad para difundir sus propios mensajes y emprender actuaciones en el ámbito de las relaciones personales y en la vida cotidiana, donde los vínculos de solidaridad entre mujeres se vuelven imprescindibles para ir penetrando en el tejido social.

Pero las colaboraciones entre asociaciones de mujeres han ido ampliando su campo de acción. Las organizaciones feministas actúan mayoritariamente con organizaciones feministas de carácter afín, pero también abren el campo de sus actuaciones a nuevos colectivos sociales. Por ejemplo en la página web de la Fundación Isonomía³³ de Castellón se detallan las redes de soporte de la Fundación que apoyan la igualdad de oportunidades y la antidiscriminación. Agrupadas en tres ámbitos de actuación: a/ la red institucional que agrupa a 65 ayuntamientos provinciales adheridos, b/ la red de interlocutores sociales que agrupa a 8 asociaciones profesionales o sindicales y, por último, c/ la red asociativa que cuenta con 37 organizaciones de muy variada índole. Con ello La Fundación Isonomía se constituye en el centro de difusión y articulación de nuevos conceptos e interpretaciones de la igualdad y proporciona un marco estable de colaboraciones para que quienes se integran en esa red de redes puedan articular respuestas sociales asumiendo la perspectiva de género y los postulados feministas en los diversos ámbitos de sus actuaciones.

Entre las actividades de la Marxa Mundial de dones del País València³⁴ también se pueden constatar los intercambios y las colaboraciones con colectivos mixtos y no

²⁹ <http://www.e-leusis.net>

³⁰ <http://www.mujresenred.ent/news/>

³¹ <http://www.mujresenred.net>

³² <http://www.creatividadfeminista.org>

³³ <http://isonomia.uji.es>

³⁴ <http://www.nodo50.org/xarxafeministapv>

explícitamente feministas con son: Movimientos antiglobalización como el Foro Social de Valencia o ATTAC; ONGs como Atelier, Amnistía Internacional, Médicos del Mundo; Asociaciones culturales como Gatosa, el Foro ciudadano, Cáritas Diocesana; Partidos políticos como PSOE, IU etc. También se han desarrollado actividades con el módulo de mujeres del Centro Penitenciario de Picassent, con el grupo de lesbianas del Colectivo Lambda o con la falla Lepanto. Además la página web de la Marxa aspira a constituir una red donde puedan difundir sus actividades e intercambiar artículos, ideas e iniciativas cualquier grupo local de mujeres que asuma entre sus prioridades el trabajar en la erradicación de la pobreza y la violencia que afecta a la población femenina.

Pero, otra de las experiencias de indudable interés llevada a cabo por la Marxa Mundial de dones hace referencia a la política municipal. Desde hace varios años, las mujeres de la Marxa tanto desde su ámbito de competencia profesional (en el campo del derecho, la psicología, la docencia etc.) como desde los principios que como colectivo feminista mantiene respecto a la violencia, han contribuido a elaborar y poner en funcionamiento el Plan Municipal para Erradicar la Violencia contra las Mujeres en la localidad de Quart de Poblet. En las conclusiones de las Jornadas sobre violencia de género realizadas en Febrero del 2003 conjuntamente con el ayuntamiento de dicha localidad, se incluían, entre otras propuestas, la necesidad de potenciar redes de instituciones y de colectivos de mujeres para trabajar contra este fenómeno. A día de hoy la Xarxa de Municipis Sense Violència de Gènere de la Comunitat València (Red de Municipios Sin Violencia de Género) es ya una realidad que agrupa a nueve ayuntamientos que se proponen y comprometen para llevar a cabo políticas más acordes con las demandas y necesidades de las mujeres, y en sintonía con los planteamientos de organizaciones de mujeres que llevan mucho tiempo trabajando para acabar con el problema social de la violencia de género³⁵.

De esta forma las organizaciones de mujeres van subvirtiendo los códigos tradicionales respecto a la feminidad y difundiendo ideas críticas que polemizan y tratan de resistirse al control de las normas impuestas y de este modo van difundiendo significados nuevos. Es aquello molecular que se estructura complementando y a la vez disputando el poder a las macropolíticas institucionales de los partidos políticos y del Estado, tratando además de que las heterodoxas y aparentemente pequeñas y diversas micropolíticas incidan cotidianamente en la mentalidad colectiva modificando las ortodoxias hegemónicas y empujando a la sociedad a plantearse nuevas formas de hacer efectiva la igualdad entre los géneros.

³⁵ María Jesús González, psicóloga y miembro de la Marxa Mundial de Dones del país Valencia, ha completado las informaciones sobre el Ayuntamiento de Quart y ha actuado de vínculo entre el municipio y el grupo de la Marxa.

Pero como se puede comprobar, entre los objetivos de algunas organizaciones feministas -como pone de manifiesto el propio proceso de la Ley Integral contra la Violencia de Género- está siendo prioritario también apelar a los gobiernos³⁶ y colaborar con administraciones públicas de forma que los nuevos significados que el feminismo está produciendo sean aplicados en las actuaciones de los Estados, las Instituciones o los órganos políticos locales de forma que los poderes públicos contribuyan a modificar las formas culturales patriarcales y las conductas sexistas.

Como afirma Nash, "la primera ola feminista luchó por los derechos de las mujeres tanto en el ámbito público como en el privado, aunque el reclamo de la ciudadanía y de la igualdad de derechos políticos predominó en su trayectoria"³⁷.

Por el contrario, la segunda ola del feminismo ofreció una teoría explicativa del patriarcado donde el privilegio masculino y la opresión radicaban también y sobre todo en las relaciones personales y en la vida privada. Por ello, las mujeres feministas se fueron dotando de instrumentos para evaluar la opresión sutil que impregna de sexismo los valores y normas no explícitas de las sociedades y fueron construyendo discursos y prácticas de vida alternativas que se basaban en una feminidad autónoma. En muchos casos, el rechazo a la jerarquía y a la institucionalización llevo al feminismo de la segunda ola a mantener posturas antigubernamentales y antiestatales y a buscar cauces fuera de las órbitas políticas habituales.

¿Actualmente, se propone el movimiento feminista incorporar con más fuerza a su agenda política la prioridad de que los gobiernos legislen e implementen medidas políticas encaminadas a erradicar ese sexismo latente en las conductas personales y privadas como forma también de construir una ciudadanía femenina verdaderamente equitativa, plena e integral? ¿La larga trayectoria de la emancipación de las mujeres pasa también por hacer progresivamente responsables a los Estados de que la igualdad entre los géneros se materialice y aplique de forma efectiva en la vida cotidiana?

BIBLIOGRAFÍA

ALBERDI, Inés & MATOS, Natalia. *La violencia doméstica. Informe sobre los malos tratos a mujeres en España*. Barcelona: La Caixa, 2000. Estudios Sociales.
 ALBERDI, Cristina. Lenguaje y Valores. *El país*, 13 de marzo 1999.
 AMORÓS, C. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. Barcelona: Anthopos, 1991. pp. 226-250;
 BEAUVOIR, Simone de. *El segundo sexo. La experiencia vivida*. Buenos Aires: Siglo veinte, 1987.
 BRIZ, Carmen. Que el trabajo no se limite a la protección. Entrevista a Esperanza Rivero. *Página Abierta*. n. 80, (1998), pp. 79.

³⁶ Ver los textos presentados por la Marcha Mundial de las mujeres en el Foro Social Mundial de Porto Alegre, enero de 2002. www.marchemondiale.org/

³⁷ NASH, Mary. *Mujeres en e... ops.cit.*, p. 166.

BUÑUEL, A. & DENCHE, C. Repercusiones de la ordenación urbana en el uso cotidiano de la ciudad in: GARCIA BALLESTEROS, A. (edic.). *El uso del espacio en la vida cotidiana*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1986.

CHICANO, Enriqueta. La prevención de la violencia como factor de cambio in: VV.AA in: *Propuesta de las Asociaciones de Mujeres para un Plan Integral contra la violencia hacia las mujeres*. Madrid: Consejo de la Mujer de la Comunidad de Madrid, 2001.

DURAN FEBRER, María. Medidas jurídicas y penales contra la violencia de género: propuestas de futuro. Ponencia presentada en el curso *Violencia de género i ciutadania. Alternatives y reptes*. Dirige Anna Aguado. Universitat d'Estiu de Gandia, 16 de Julio 2004.

FOUCAULT, Michel. *Estética, ética, y hermenéutica*. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 1999.

FRIEDAN, Betty. *Mística de la feminidad*. Madrid: Júcar, 1974.

GISBERT, Concha, LATORRE, Lucia, MARTÍN, Susana, PÉREZ, Rosa & SÁEZ Presen. Estudio de las Asociaciones y grupos de Mujeres de la ciudad de Valencia. Trabajo de Investigación impulsado desde la Casa de la Dona de Valencia y subvencionado parcialmente por la Dirección General de la Mujer.

LLEDÓ, Eulalia. La violencia en el idioma. *El país*, 11 de Julio 2004.

MIGUEL ÁLVAREZ, Ana de. El movimiento feminista y la construcción de marcos de interpretación: el caso de la violencia contra las mujeres. *Periódico Feminista en red*. www.mujeresenred.net/news/article.php?id_article=7, 2004.

MILLET, Kate. *Política Sexual*. Madrid: Ediciones Cátedra, Instituto de la Mujer, 1995.

MUJER y participación política in: ASTELARRA, J. (edit.): *Participación política de las mujeres*. Madrid: CIS, 1990.

NASH, Mary. *Mujeres en el Mundo. Historia, retos y movimiento*. Madrid: Alianza, 2004.

SCOTT, Joan. *American Historical Review*, n. 5, 1986. Hace referencia THÉBAUD, Françoise. Mujeres, ciudadanía y Estado en Francia durante el siglo XX in: AGUADO, Anna (coord.). *Las mujeres entre la historia y la sociedad contemporánea*. Valencia: Generalitat Valenciana, Direcció General de la Dona, 1999.

SCOTT, Joan W. El género una categoría útil para el análisis histórico in: AMELANG, James S. & NASH, Mary. *Historia y género: Las mujeres en la Europa moderna y contemporánea*. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim, 1990.

VV.AA. *Propuestas de las asociaciones de mujeres para un Plan Integral contra la Violencia hacia las Mujeres*. Madrid: Consejo de la Mujer de la Comunidad de Madrid, 2001.

_____. *Casas de acogida para mujeres maltratadas. Propuesta de intervención*. Madrid: Coordinadora de Casas de Acogida, 1993.

"NEM HOMEM GOSTA DE BATER, NEM MULHER DE APANHAR" FORTALECENDO A REDE DE PROTEÇÃO

Suely de Oliveira

PSICÓLOGA. SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS DA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. BRASÍLIA, DF.

A violência é um dos graves problemas que atinge a humanidade e, de uma forma geral, no mundo todo, é um fenômeno que está entre as principais causas de morte entre pessoas com idade de 15 a 44 anos. O uso intencional da força física ou do poder, contra outra pessoa, grupo ou comunidade traz impacto e conseqüências danosas para mulheres e homens.

A violência, no entanto, se apresenta de forma diferente para homens e mulheres. O homem sofre a violência nas ruas, nos espaços públicos, e em geral, praticada por outro homem; a mulher sofre a violência masculina, dentro de casa, no espaço privado e seu agressor é (ou foi) o namorado, marido companheiro ou amante.

O fenômeno da violência de gênero - também chamada violência contra a mulher acontece no mundo inteiro e atinge às mulheres independente da idade, grau de instrução, classe social, cor, raça, etnia e orientação sexual. Pode manifestar-se das mais diversas formas: físico (empurrão, bofetada, tapa e outros tipos de golpe); psicológico (humilhações, isolamento, desprezos e intimidações); sexual (relações sexuais forçadas, práticas sexuais não consentidas). Qualquer que seja a forma, todas elas representam uma violação aos direitos humanos e atinge a cidadania das mulheres.

Esse tipo de violência é um problema que está ligado ao poder, onde de um lado impera o poder dos homens sobre as mulheres, e por outro lado, uma ideologia dominante que lhe dá sustentação. A violência contra a mulher muitas vezes tem sido justificada por normas sociais que têm como base as relações de gênero, onde se reforça o papel tradicional do masculino e do feminino.

No cotidiano, na vida pública e na vida privada, muitas são as expressões de violência e de violação dos direitos humanos das mulheres. Além das já citadas anteriormente, que se reproduzem no privado, as desigualdades salariais, o assédio sexual no trabalho, o uso do corpo e da imagem da mulher nos meios de comunicação e nas campanhas publicitárias são exemplos de violação desses direitos. Aí estão

incluídos também: o assédio moral e sexual e o tráfico nacional e internacional de mulheres e meninas.

Segundo dados da Rede Saúde¹, pesquisa realizada no Canadá mostrou que a violência de gênero atinge cerca de um quarto da população feminina e cerca de 87% das mulheres entrevistadas responderam já ter vivido alguma experiência de assédio sexual. O Dossiê mostra também que em Israel, pelo menos uma vez ao ano, 50% das mulheres árabes casadas são espancadas pelo marido e 25% a cada seis meses. O mesmo documento refere que na América Latina e Caribe, de 25% a 50% das mulheres são vítimas de violência doméstica; 33% sofrem abuso sexual entre os 16 e 49 anos; e pelo menos 45% delas são objeto de ameaças, insultos e destruição de bens pessoais. Em algum momento de suas vidas, metade das latino-americanas é vítima de alguma violência.

No Brasil, em algumas regiões, o problema da violência contra a mulher ainda é tratado como uma questão privada, reforçada pelo dito popular: "Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher". Pode-se dizer que no Brasil a violência contra a mulher é o retrato de uma triste realidade. Segundo dados da Fundação Perseu Abramo², uma em cada cinco brasileiras declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem. A projeção da taxa de espancamento - 11% para o universo investigado, indica que pelo menos 6,8 milhões dentre as brasileiras já foram espancadas ao menos uma vez. Considerando que 31% declararam que a última ocorrência foi no período dos 12 meses anteriores à pesquisa, a projeção é que 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil. Isso significa 175 mil mulheres espancadas por mês, 5.800 por dia, 243 por hora, quatro por minuto e uma a cada 15 segundos. Os dados são alarmantes e refletem a dimensão de uma forma de violência que invade lares, que irrompe e corrói as relações entre homens e mulheres.

Esses dados refletem uma outra realidade: muitas mulheres vítimas dessa violência têm ou tiveram um envolvimento emocional com os agressores o que dificulta a denúncia, e leva as mulheres a permanecerem em silêncio. Não é fácil para as mulheres recorrerem à polícia para denunciar a violência perpetrada por um parceiro íntimo, ao qual ela está de alguma forma vinculada; alguém com quem ela compartilha a casa, a cama e, muitas vezes, os filhos. O medo, a vergonha e mesmo um sentimento de culpa fazem com que a mulher se cale diante da violência sofrida.

¹ Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos: Dossiês. São Paulo: 2001. Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos.

² A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado. Fundação Perseu Abramo, Outubro de 2001. Pesquisa realizada em 187 municípios e 24 estados brasileiros, das cinco regiões do país; capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes foram obrigatoriamente incluídos. Foram entrevistadas mulheres brasileiras com 15 anos de idade ou mais, o que corresponde a um universo de 61,5 milhões, segundo o Censo 2000 - IBGE.

O enfrentamento à violência doméstica precisa reunir recursos públicos e comunitários em um esforço comum para prevenir, atender e erradicar a violência contra a mulher no Brasil, formando uma Rede de Cidadania. O Governo Federal criou em 2003, o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher – plano nacional, com a participação dos mais amplos segmentos da sociedade. Entre as ações previstas no Programa estão: 1) apoio a abrigos para mulheres em situação de risco e a outros serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência - Centros de Referência, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS), Defensorias Públicas, Juizados Especiais, entre outros; avaliações regulares da atuação das DEAMS; 2) capacitação de profissionais de instituições públicas atuantes no combate à violência contra as mulheres; e, 3) aperfeiçoamento do ordenamento jurídico que trata da violência contra as mulheres. Especial atenção está sendo dada à chamada violência doméstica e sexual, violência intra-familiar ou de gênero. Isto é, àquelas violências que acontecem entre pessoas com relações de parentesco ou proximidade.

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher têm uma importância muito grande, embora não única, no combate à violência contra a mulher. Nos anos oitenta, como conquista da luta contra a violência, foram criadas as Delegacias da Mulher. A primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM, foi instalada em São Paulo, em 1985. Hoje existem 340 delegacias em todo o Brasil. A implantação de Delegacias teve um impacto positivo na visibilidade da violência contra a mulher e no aumento das denúncias. As Delegacias Especializadas, entre outros serviços, funcionam como uma porta de entrada ao enfrentamento da violência contra a mulher e têm o papel de investigar, apurar e tipificar o crime. É a primeira instância da busca de proteção. No entanto, as DEAMs são muitas vezes desqualificadas e o serviço, considerado de segunda categoria. O Governo Federal quer reescrever a história das Delegacias de Atendimento à Mulher no Brasil, conferindo-lhes a devida importância e valorizando o seu papel. Realizou, em 2003, o Encontro Nacional de Delegados e Delegadas, para discutir o papel e a importância desse segmento no enfrentamento à violência contra as mulheres. A capacitação permanente das servidoras e servidores das delegacias existentes, humanizando o atendimento e inserindo o recorte de gênero é um outro aspecto importante.

É preciso uma política séria e conseqüente, levando em conta o combate, a assistência e a prevenção. Por isso, um outro capítulo importante no que se refere à assistência às mulheres em situação de violência é o que diz respeito às Casas-abrigo. Durante muito tempo esta foi praticamente a única política implementada no combate à violência contra as mulheres, e é muito pouco. É fundamental que além das Casas-abrigo e Delegacias existam outras estruturas de prevenção e apoio. É preciso uma

política de monitoramento do atendimento realizado pelos serviços existentes, observando os critérios revisados.

Neste governo, o enfrentamento à violência, não está localizado em uma Secretaria ou em apenas um Ministério, mas em políticas que perpassam diferentes áreas nas instâncias federais: saúde, educação, segurança, previdência, trabalho, entre outras. Isto para que se possam executar políticas integradas de prevenção, assistência e combate à violência contra as mulheres.

O Governo Federal oferece apoio técnico e financeiro aos serviços de assistência e de atenção às mulheres em situação de violência. Em novembro de 2003, criou a Lei nº 10.778 que estabelece em todo o território nacional a Notificação Compulsória dos casos de violência contra a mulher que for atendida nos serviços de saúde – rede pública e privada.

Em 2004, lançou nacionalmente a campanha "Sua Vida recomeça quando a violência termina", por ocasião do 25 de Novembro – Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. A data é uma homenagem às irmãs Mirabal, brutalmente assassinadas na República Dominicana, no regime do ditador Trujillo, em 1960. Em 1999, ocasião em que se realizou o VIII Encontro Latino-americano em Juan Dolio, República Dominicana, se estabeleceu a reverência.

Ainda em 2004, como parte do reconhecimento da importância e papel das DEAMS para o enfrentamento à violência contra a mulher, o Governo Federal investiu no reaparelhamento de 50 Delegacias da Mulher, incluindo equipamentos e veículos, armas, colete à prova de bala, vídeo, computadores, aparelhos e televisão e material educativo e didático.

Para combater a violência é preciso também envolver os homens – agressores ou não, uma vez que não é da natureza do homem agredir e nem é da natureza da mulher apanhar. Isso vai sendo aprendido e repetido culturalmente ao longo dos anos, fazendo com que as diferenças biológicas entre homens e mulheres funcionem como desigualdades. É esta construção social, e não a biologia, o que faz com que desde muito cedo os meninos aprendam que a agressividade é algo a ser experimentada em seus cotidianos. E essa noção vai gradativamente sendo desenvolvida, fazendo com que "tornar-se homem" signifique, na maioria das vezes, reprimir suas emoções e a raiva e lançar mão da violência física. Essas passam a serem formas socialmente aceitas como expressões masculinas de sentimentos.

São essas manifestações estimuladas pela sociedade que fazem com que atos violentos – muitas vezes que atentam contra a vida das mulheres e dos próprios homens – sejam banalizados e incluídos no cotidiano das pessoas. É só observar os altos índices de homicídios, suicídios e mortes por acidente no trânsito que compõem as causas de mortalidade da população masculina.

Por isso, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres apóia e estimula a Campanha do Laço Branco. Campanha que teve sua origem em 1989, quando em Montreal, Canadá, um homem invadiu uma escola e matou 14 mulheres alegando que não suportava a idéia de ver mulheres estudando Engenharia, na opinião dele, um curso para homens.

O Laço Branco é uma campanha que tem o objetivo de sensibilizar, envolver e mobilizar os homens para o fim da violência contra a mulher. A Secretaria conta com a parceria das ações dos movimentos organizados de mulheres e de outros movimentos organizados pela igualdade e direitos humanos, através de ações em saúde, educação, trabalho, justiça, segurança pública e direitos humanos. A campanha pretende sensibilizar homens jovens e adultos sobre as implicações resultantes da violência cometida contra as mulheres em suas próprias vidas e na de outros homens. É preciso integrar os homens - jovens e adultos, na Campanha do Laço Branco, transformando-os em participantes ativos, capazes de mudar a dura realidade da violência contra as mulheres.

Implementar políticas públicas para as mulheres e para os homens significa realizar esforços sistemáticos para redistribuir de forma justa os recursos, por meio de reformas legais, programas e serviços. Significa instituir instrumentos eficazes de combate à violência contra a mulher, buscando políticas específicas e articuladas. Este é o compromisso da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, este é o compromisso do Governo Lula, este é o nosso compromisso.

COLECTIVO DE HOMBRES CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO, BADALONA

Joaquín Casals Blasco

VICE-PRESIDENTE DE LA ASOCIACIÓN HOCOVIGE. COLECTIVO DE HOMBRES
CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO. POLICÍA LOCAL DE BADALONA, BARCELONA, ESPAÑA

Frente a la problemática de los malos tratos, la Asociación Hombres contra la Violencia de Género, compuesta por hombres y mujeres, reivindica derechos sociales, ante un problema público, no privado; un problema de estado, de justicia social, de todos y de todas.

Creemos que es posible una sociedad con nuevos valores: una sociedad, más igualitaria.

Nuestra máxima es terminar con las relaciones de poder que confiere socio-culturalmente al hombre, poder ilegítimo sobre la mujer.

Los hombres hemos de dejar de mirar hacia otro lado y de ser cómplices silenciosos de esa situación de abuso; aplicando la tolerancia-0, ante la lacra de los malos tratos.

Como hombres no diluimos ni justificamos la figura del maltratador, a quien esta sociedad tan benévola no lo tilda de agresor, abusador, torturador o delincuente, sino con el término maltratador. A ese delincuente hay que aislarlo y terminar con la impunidad de que goza.

Que nadie piense que solo con un cambio de las leyes, se pondrá solución al problema. Hemos de cambiar actitudes. Hay que formar en género a toda la sociedad y en especial a todas aquellas personas que por su profesión tengan un primer contacto con la maltratada.

Exigimos implicación y compromiso de toda la sociedad y en especial de todos los actores jurídicos y sociales. Nos debemos a la ciudadanía y estamos en consecuencia, al servicio de las personas.

- A los Policías les pedimos profesionalidad en la confección de los atestados y mayor sensibilidad para con las víctimas.
- A los Jueces: ¡que se apliquen las leyes, que se dicten sentencias justas, tanto a mujeres como a hombres! Hay que remover las estructuras y actitudes, ser críticos con sus acciones, omisiones y con sus sentencias.
- A los Fiscales y Letrados: que recaben los informes forenses y todo aquello que demuestre no sólo una agresión concreta, sino un lento proceso de años de tortura física y psíquica, o solo psíquica, de lo que progresivamente ha sido objeto la víctima.
- A los Médicos y Sanitarios de los Centros de Atención: que se elaboren y apliquen protocolos de actuación y sean profesionales y objetivos al extender los partes

médicos, consultando incluso los historiales. Ya está bien de los reiterados morados, que se producen al golpearse repetidamente con una puerta y caerse continuamente por las escaleras.

- Al personal que trabaja en atención al público: aplicación objetiva de los recursos, traducidos en medios materiales y la debida formación de las personas.

- Que se elaboren y pongan en práctica programas de sensibilización en género para todas las administraciones, que involucren a todos los estamentos de la sociedad (a toda la comunidad), en una transversalidad real.

El lento goteo de leyes incompletas, que se traducen en la aplicación de parches al problema, en lugar de una solución integral, origina que los ayuntamientos hagan el sobre-esfuerzo de llegar, donde no lo hacen las administraciones.

DESDE LA ASOCIACIÓN

1 - Luchamos contra las actitudes machistas. La televisión no colabora en la supresión de los estereotipos. Los juguetes discriminan.

2 - Defendemos la premisa: "igual trabajo, igual sueldo" y también la paridad. Basta de desigualdades en el trato y en el salario y que sean los hombres los que ocupen mayoritariamente los puestos de responsabilidad; pero a tener en cuenta que el mismo número de hombres y mujeres no es garantía de equidad. Con las actitudes machistas, no sólo de los hombres, sino de algunas mujeres que se sientan en las mesas de negociación o alcanzan puestos de dirección, encargadas de empresas, policías, jueces etc., las decisiones pueden ser más machistas que algunos hombres.

3 - Denunciamos la publicidad engañosa "no estás sola": que se traduce en una auténtica lotería, condicionada a la actitud y sensibilización del funcionario (ya sea policía, médico, letrado), ante el problema y de lo adecuado de los circuitos de atención. De la actuación del profesional ante la autoestima lesionada de la víctima, dependerá mucho el futuro de ésta.

4 - Reclamamos y agradecemos la actitud cada vez más responsable de los medios de comunicación. Pero, aún insuficiente; porque todavía existe en algunos profesionales, el tratamiento morboso de la noticia y la realidad es que cualquier acto deportivo tiene más resonancia y se le dedica mucho más tiempo, que a la noticia de violencia de género del día.

5 - Pedimos mayor atención a las víctimas. Ir más allá de la atención primaria a las víctimas, exigimos una mayor tutela para evitar la indefensión en que se encuentran actualmente. Es preciso un número de casas de acogida, acorde con las necesidades y con el personal que se precise, debidamente cualificado y formado.

6 - Incidir en la educación. Nuestro discurso no se limita a hablar solo de las víctimas. Buscamos el origen del problema y lo situamos en el marco de una estructura social patriarcal, que fomenta las actitudes machistas, ante las cuales hay que aplicar medidas de prevención en la educación. Uno de los talleres va dirigido a las escuelas "como uno más de los medios de socialización, no el único (familia, medios etc.)". En nuestro municipio estamos presentes en el programa de actividades escolares, para que las escuelas puedan pedirnoslo y lo ofrecemos al resto de municipios. En la actualidad ofrecemos un taller dirigido a alumnos/as de

secundaria. No hemos de olvidar que éstos reproducen los comportamientos de los mayores y de igual modo, no podemos obviar que los servicios de urgencias atienden a decenas de chicas menores de edad, agredidas por sus novios.

7 - Actuar contra el maltratador. La mejor actitud es la de aislar a los maltratadores y terminar con la impunidad que le confiere el poder. Queremos romper con los mitos de que es el alcohol el origen del problema: Todos los que estamos aquí bebemos, más o menos, pero todos no somos alcohólicos ni mucho menos maltratadores; Por lo tanto no es un enfermo, es una persona normal. La violencia de género es selectiva, el abusador domina y somete sólo a la víctima, no a todo su entorno, ante quien es una bellísima persona. No es suficiente incrementar las penas, aseveramos que es necesario combinar y no sustituir las penas de prisión, con la obligación de someter a los agresores a un programa específico de reeducación de valores, para evitar que nuevamente reincidan cuando salgan de la cárcel.

8 - Divulgar el mensaje: difundir el máximo posible nuestra asociación y su programa en todos los ámbitos, por todo el estado y fuera de nuestras fronteras. Continuar con las conferencias, coloquios, ponencias, cines - fórum, entrevistas a los medios de comunicación, artículos de opinión, charlas y debates en las AAVV, centros cívicos, sedes, de aquellos municipios y entidades que nos lo soliciten.

9 - Dar los talleres que citaremos a continuación, para hacerlos llegar al máximo de gente.

10 - Seguir concediendo entrevistas en los medios de comunicación.

11 - Colaborar con las instituciones, asociaciones o entidades vinculadas en esta lucha.

12 - Mantener viva la web, que se denomina www.lazobicolor.org y el correo: hocovige@badalona.lamalla.net, donde se difunden las noticias.

13 - Visualizar mediante LA INSIGNIA DEL LAZO BICOLOR, los colores de la igualdad, con el lema: "hombres y mujeres juntos por la igualdad y contra la violencia de género".

EL LAZO BICOLOR

Por todos es conocida la importancia de los símbolos en nuestra sociedad. El mundo entero identifica al portador de un lazo rojo como luchador contra el SIDA, el negro: contra el terrorismo, el color violeta: las mujeres contra la violencia hacia ellas y en el año 1.991, los hombres del Canadá también denunciaron esta violencia con la aparición del lazo blanco. Doce años después de que los hombres del Canadá diesen un gran paso y adoptaran el compromiso de no actuar nunca violentamente contra una mujer ni consentirlo. Los hombres y mujeres de Badalona hemos dado un paso más; yo diría un salto, que todos/as hemos de conseguir que todos/as den. Ese salto consiste en que las mujeres que en su día adoptaron el lazo violeta y los hombres el lazo blanco, colaboremos conjuntamente, para terminar con los malos tratos.

El lazo bicolor es un símbolo sin exclusiones, que reafirma a su portador/a, como comprometido/a con la comunidad en la lucha por erradicar cualquier tipo de violencia en general y la específica hacia las mujeres.

Conjuntamente con las mujeres y no por separado, buscaremos una visión global de la problemática de los malos tratos, aportaremos soluciones y haremos realidad políticas de igualdad en nuestras comunidades.

No pretendemos invadir el espacio de nadie, solo dejar de mirar hacia otro lado, adoptar una postura activista y juntos/as, erradicar la discriminación, la desigualdad, las actitudes y comportamientos violentos y las relaciones de poder de los hombres sobre las mujeres.

14 - Campaña del Lazo Bicolor. Programa de Sensibilización. Fecha: 25 de Noviembre de 2004. La confección de un cartel en el que figuran más de veinte ayuntamientos o instituciones comprometidas en la erradicación de la violencia de género. Más allá de las políticas municipales que realiza el consistorio en cada población, se visualizan en un cartel los escudos de los municipios o instituciones, en torno al denominador común del lazo bicolor, quedando patente el trabajo transversal en red, el trabajo comunitario de todos-as en esa lucha conjunta.

TALLERES IMPARTIDOS POR LA ASOCIACIÓN:

En el colectivo, pasamos del mensaje mediático a ser activistas, creando:

Taller de Sensibilización Dirigido a Aquellos Profesionales, que Tienen un Primer contacto con la Víctima.

Dirigido a los Policías, Asistentes Sociales, Médicos, Sanitarios, educadores, actores jurídicos (abogados, jueces) etc.

El taller tiene por objeto dotar a los profesionales, de las habilidades sociales (estrategias y herramientas) necesarias, para mejorar la sensibilización (lo no escrito: la actitud), la comunicación y el trato personal con las víctimas de los malos tratos.

Que tengan una visión mucho más amplia de la problemática.

Consta:

Se da un modelo de protocolo de actuación ante una orden de alejamiento.

Tratamos los prejuicios preestablecidos, el espacio y tiempo de la toma de la denuncia, las reglas de la comunicación, la empatía etc.

Explicamos porqué la víctima pone y retira la denuncia.

Las diversas victimizaciones.

Tratamos la importancia de los protocolos, su aplicación, el trabajo comunitario, la transversalidad entre administraciones.

Planteamos un modelo de circuito institucional, denominado: en estrella.

Finalmente, se reflexiona y se adquiere un compromiso personal en su trabajo y en su vida.

TALLER DE AUTOAYUDA A LAS MUJERES: "SENSE POR"

En él, tienen su espacio mujeres que hayan sufrido, sufren maltrato, o simplemente quieren pertenecer al grupo, para colaborar entre ellas, intercambiar experiencias y conseguir un apoyo mutuo y enriquecerse emocionalmente, para superarlo y ser más fuertes.

Una psicóloga les da la acogida y un tratamiento personalizado antes de entrar a formar parte del grupo.

Consta de tres sesiones:

- Inicialmente se realiza una entrevista abierta, donde la mujer expone sus necesidades;
- La siguiente es semiestructurada, cumplimentando un formulario, para iniciar el expediente y la terapia a seguir;
- La tercera parte es el trabajo en grupo.

Los objetivos son:

- Expresión emocional (darle comprensión y apoyo: empatía);
- Reevaluación cognitiva (tratar la autoestima, eliminar la auto-inculpación);
- Estrategias de afrontamiento (denuncia, separación, terapia familiar).

Como instrumentos:

- Medición de ansiedad;
- Depresión;
- Auto-estima;
- Percepción del cambio;
- Satisfacción del tratamiento.

ASISTENCIA A LA VÍCTIMA 24 H

Se trata de pactar convenios con aquellos ayuntamientos que por el motivo que sea, aún teniendo sus propios recursos, consideran necesaria una infraestructura paralela para dar una asistencia permanente, afin de que puedan garantizar que a cualquier hora del día o la noche y los fines de semana, habrá una psicóloga, para atender aquellos casos que surjan.

Del servicio, consta:

- En el momento de la denuncia: prestación de asistencia psicológica, asesoramiento legal y la seguridad que la mujer maltratada precisa
- Acompañamiento a las dependencias sanitarias
- Acompañamiento hasta el lugar de emergencia
- Acompañamiento a las dependencias judiciales para los trámites pertinentes (ratificación de la denuncia, visita del médico forense, juicio rápido etc.)
- Sesiones de tratamiento terapéutico para ella y sus hijos-as

TALLER DE DEBATES- CINE-FORUM

Visualizamos una película sobre los malos tratos (por ej.: *Te doy mis ojos de Iciar, BOLLAIN*) y tras el film, se comenta:

- Tono agresivo del maltratador.
- Forma de interrogar al niño.
- Consejos de la madre.
- Promesas de cambio.
- Auto-justificación con su hermana.
- Control desmesurado.
- No sabe pedir perdón.
- Reacción agresiva por el viaje.
- Falta de sensibilidad por la policía.
- Enfado sin motivo.
- Indiferencia sobre sus gustos y aficiones.
- Porqué acude a la terapia del psicólogo.
- Marcha final. ¿Dará inicio a un acoso? etc.

TALLERES POR LA IGUALDAD

Taller de Prevención de los Malos Tratos, para ser impartido en los colegios.

El objeto del taller es modificar actitudes. Dar la información a los chicos/as, para que interioricen el problema de los malos tratos y a través de su propia reflexión sean capaces de detectar las situaciones cotidianas de abuso, que se consideran normales y no se ven, porque forman parte del paisaje.

Contenido del taller por la igualdad:

- Un dossier inicial nos permite conocer el grado de conocimientos y sensibilización sobre la temática.
- Conceptualización de qué es la violencia de género.
- Mostramos como la publicidad nos presenta a la mujer como un objeto más.
- Facilitamos los denominados indicadores de riesgo, que enseñarán, sobretudo a las chicas, a identificar posibles abusadores en el futuro.
- Escuchamos y comentamos dos canciones "de moda", dirigidas a la juventud, cuyas letras son una protesta ante los malos tratos.
- Visualizamos y comentamos fragmentos de una película, cuyo contenido muestra las situaciones que vive la mujer maltratada, los ciclos de la violencia y cuáles son las estrategias que sigue el maltratador.
- Reflexionamos y llegamos a un compromiso personal.
- Finalmente, un nuevo dossier nos permite evaluar el proceso y ver un si se ha producido un cambio en las actitudes.

TALLER DIRIGIDO A LOS MALTRATADORES

Tiene por objeto que aquellos que realmente quieran dejar de ser violentos, darles un nuevo referente y unos valores, basados en el respeto y la igualdad.

El proceso consiste en unas charlas informales - (tertulias en lugares no institucionales), para prepararlo, antes de derivarlo al circuito público o privado a manos de un profesional (normalmente, a priori, el maltratador pide ayuda al considerar

que el problema no está en él, sino en su pareja, quien no es lo que denomina "una mujer normal").

En esas entrevistas, tratamos:

- El reconocimiento del problema;
- Terminar con el discurso justificativo;
- El compromiso de que voluntariamente desee dejar de agredir a su pareja y someterse a una terapia;
- La derivación a un psicólogo.

Y para terminar,

Creemos y aseguramos que una parte muy importante de la solución del problema, está en involucrar a la juventud como equipo humano importantísimo y muy a tener en cuenta.

Deciros, que vuestra fuerza, el calor con el que hemos sido recibidos allí donde nos habéis llamado y el firme convencimiento de que todos juntos/as contribuiremos a hacer una sociedad más justa, más igualitaria y en definitiva: mejor, al servicio de las personas; es lo que nos ha traído hoy aquí y nos carga las pilas para continuar con nuestra tarea.

No cerrar la exposición, sin darles a las mujeres que sufren malos tratos, todo nuestro apoyo.

Gracias a todas/os por estar aquí, apoyar nuestro proyecto y darnos la oportunidad de poder hacerles llegar personalmente nuestro compromiso.

IMPPLICACIÓN MASCULINA CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO

(PROYECTO LAZO BICOLOR)

Miguel Sánchez Sánchez

GRADUADO EN CRIMINOLOGÍA Y POLÍTICA CRIMINAL POR LA UNIVERSIDAD DE BARCELONA/PRESIDENTE DEL COLECTIVO DE HOMBRES CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO/SARGENTO DE LA POLICÍA LOCAL DE BADALONA, BARCELONA, ESPAÑA.

Para entender con más amplitud los esquemas mentales del maltratador y también de la víctima, es necesario saber cuales son las causas y el tratamiento que la sociedad ha dado a este gravísimo problema. Esto nos permite situarnos en el marco actual en el que vemos una violencia estructural hacia la mujer que difícilmente es detectada por los hombres.

Los hombres debemos aprender a mirar estas situaciones cotidianas que invisibilizan a las mujeres o las colocan en un lugar de subordinación con respecto al hombre.

La reivindicación constante de la igualdad por parte de las mujeres ha avivado comportamientos extremos de hombres que han empleado todos los medios a su alcance para impedir la plena igualdad de la mujer en la sociedad, utilizando una violencia estructural que no necesariamente tiene una acción directa y concreta hacia una mujer determinada, sino que es un ataque sistemático a todo el conjunto de mujeres que se atreven a cuestionar el modelo patriarcal. Esta violencia estructural pasa desapercibida para la mayoría de hombres, pero es transmitida en el proceso de socialización de los niños y niñas en la infancia, ya sea en el ámbito familiar, escolar o de sus iguales.

La violencia estructural que sufre la mujer por el hecho de serlo, es una violencia sutil de difícil percepción.

Para nuestra asociación la violencia de género es todo acto de opresión o de agresión a la mujer por el hecho de serlo.

Desde nuestra asociación y con una perspectiva de hombre, pensamos que las causas de la violencia de género, hay que buscarlas en el concepto equivoco de la masculinidad como género dominante. Es para nosotros, como una especie de ideología de superioridad masculina que lo impregna todo y que ha tenido históricamente la legitimidad de las costumbres, las leyes, la religión (sea cual sea ésta) y la resignación

de los propios hombres y mujeres que la han padecido y que tanto sufrimiento ha causado y causa.

Creemos profundamente que las causas de la violencia de género hay que buscarlas en la herencia cultural histórica y en los patrones de conducta que el niño observa y aprende en su infancia, distinguiendo entre los roles hombre y mujer de forma clara y contundente.

La educación que como hombres recibimos y asimilamos nos coloca supuestamente superiores a las mujeres en una identidad masculina hegemónica, cómplice y propagadora de la intolerancia, la discriminación y las desigualdades sociales.

El fenómeno de la ideología de la superioridad masculina está por encima de culturas, partidos políticos, religiones y sociedades. Podemos ver violencia de género en todos los lugares del mundo y en todas las épocas.

Para nosotros se trata de un fenómeno universal, que se transmite generación tras generación.

La exposición a los modelos violentos en la infancia y en la adolescencia, marcan profundamente a chicos y chicas, llegando a justificar y comprender los motivos de dicha violencia. Impidiendo, mayoritariamente a las chicas, ver con claridad los indicadores de riesgo en futuras relaciones de pareja. (Celos desmedidos, control del tiempo, control del móvil, tipo de ropa, aislamiento social etc.)

Hay que trabajar en la educación de forma prioritaria. En este sentido desde Hombres contra la violencia de género (Hocovige) está realizando talleres por la Igualdad y Prevención de la violencia de género de dos horas de duración para chicos y chicas de secundaria, teniendo en preparación otro taller para primaria. Creemos que la concienciación social es la base de la prevención.

Por todo ello, es necesario afrontar el problema de forma multidisciplinar y urgente con todos los recursos que posee el Estado de Derecho, por lo tanto estamos expectantes y esperanzados en la futura Ley integral contra la violencia de género.

Esperamos que esta ley ponga orden a las distintas iniciativas descoordinadas de las distintas administraciones y entidades, se trata de un auténtico problema de Estado y como tal debe ser tratado.

La violencia en general, está incorporada en la identidad masculina. Desde pequeños los niños aprenden a responder agresivamente y se entrenan en aspectos activos para conseguir el éxito, tales como ganar, luchar, competir, apoderarse, imponer, conquistar, atacar, vencer... Mientras que las niñas se entrenan en aspectos más naturales como ceder, pactar, cooperar, entregar, obedecer, cuidar... aspectos que no llevan al éxito ni al poder y que son considerados socialmente inferiores a los masculinos.

Es el hombre el que abandona el mundo de los sentimientos naturales en el ser humano, para ser frío, no demostrar emociones, ser calculador y ganar a toda costa.

El hombre está obligado a triunfar, a ser el mejor, a ser un buen amante, traer un sueldo importante a casa y si no es capaz, es considerado como poco hombre por sus iguales y por la sociedad patriarcal en general.

El rol del hombre que supuestamente le beneficia en la sociedad, lo atrapa y le presiona para ser lo que se espera de él como hombre.

Los hombres con estos valores competitivos, utilizan la violencia si es necesario para ejercer su poder y control sobre sus familias; generalmente es en el hogar donde pueden mostrarse superiores.

En su hogar, el jefe es él, es su último reducto de poder, se crea una relación de dominio sobre la mujer, que es de su propiedad; y, en esa situación de relaciones asimétricas, él puede hacer lo que quiera. Es su casa, su mujer, sus hijos...

La característica más importante de la mal llamada violencia doméstica, es que es ejercida por personas que un día prometieron amar y cuidar a sus parejas y que pasan del amor (si lo tuvieron) a la posesión y a la dominación de las personas de su círculo más próximo, a las que cree inferiores.

Es cierto que también hombres con enfermedades mentales son maltratadores ($\pm 10\%$), pero a diferencia de los anteriores, también lo son con otras personas de su entorno no familiar, incluidos sus amigos, jefes, vecinos... por lo tanto, podemos manifestar sin riesgo a equivocarnos, que la violencia de género es una violencia selectiva, enfocada a castigar, a domesticar a la mujer y a dejar claro quien posee el poder. El hombre maltratador cree que ostenta la autoridad legítima en su hogar y por lo tanto tiene el derecho a emplear la violencia si lo cree oportuno.

Paradójicamente creemos que el maltratador no tiene como fin último hacer daño físico (que lo hace, incluso con frecuencia de forma extrema) sino que tiene como finalidad conseguir la sumisión de la víctima que ha cuestionado su autoridad y lo ha avergonzado delante de otras personas con sus mismos valores patriarcales. Prueba de ello es la forma con la que el maltratador somete a su víctima:

- Lo hace sin ocultarse, no le importa entregarse a la policía. Hace lo que cree que tiene que hacer como hombre y no se avergüenza de ello, es más, sirve de ejemplo de hombría para los demás.
- Bajo sus valores, la mujer al no someterse a su autoridad, la mujer, le ha obligado a ello. Al hombre maltratador no le importa ir a la cárcel si actúa de acuerdo con lo que cree.

Ante unos valores de masculinidad extrema, ¿Cómo puede responder un hombre, si no es con violencia ante el cuestionamiento de su autoridad? ¿Qué sentimientos o reacciones son los que están bien vistos y "permitidos" en el hombre? Quizás la ira, la venganza, el odio, ¿la violencia?

Recuerden, los hombres no lloran, excepto de rabia.

Los hombres hemos dominado el espacio público y hemos ejercido también autoridad en el privado, sobre toda la familia. Este poder ha dado origen a un sistema de jerarquías que se conoce como patriarcado.

Los hombres tenemos que modificar este sistema de jerarquías, cuestionándonos su legitimidad. El hombre maltratador lo es porque quiere serlo y cree tener derecho a ello.

Desde nuestra asociación trabajamos sin descanso para evitar cualquier intento de comprensión de la violencia de género y no somos tolerantes, cómplices silenciosos, o justificadores de la citada violencia y colaboramos en la visualización día a día, de este grave problema.

Desde nuestra asociación proponemos el debate constante sobre la violencia de género en todos los ámbitos de la sociedad.

Desde nuestra asociación apoyamos sin condiciones, a las mujeres en la lucha contra la violencia de género y nos solidarizamos con las mujeres que han sido víctimas de dicha violencia.

Es cierto que también hombres sufren malos tratos, mayoritariamente psicológicos y que no se denuncian por miedo al ridículo y al que dirán, pero a diferencia de los malos tratos sufridos por mujeres, éstos viven esa situación como de infelicidad, problemática, preocupante, pero NUNCA como una situación de peligro real a perder la vida. Esa diferencia no es sólo subjetiva, los datos nos indican, salvo excepción que desconozco, que los hombres muertos en situación de maltrato, lo fueron en defensa propia de las mujeres que habían padecido violencia durante años o por suicidio después de asesinar a su familia.

Los hombres podemos y debemos comprometernos abiertamente contra esta tremenda injusticia social en la que malviven o sobreviven muchas mujeres y contra los efectos negativos que estas situaciones producen en todo el entorno familiar y de amigos tanto de la víctima como del agresor, produciendo a su alrededor un tremendo vacío y dolor.

Para nosotros la violencia doméstica no se trata de un puntual abuso de poder de una persona, sino que la existencia del propio poder de los hombres sobre las mujeres, ya es una actitud inmoral e impropia de una sociedad avanzada y democrática que propugna como valores primordiales, la libertad y la igualdad de sus ciudadanos.

Desde nuestra experiencia, observamos tres momentos críticos en el que los hombres con estos valores patriarcales ven peligrar su proyecto de vida y su futuro y por lo tanto de máxima resistencia al cambio.

- Cuando su pareja toma la decisión de separarse y se lo dice.
- Cuando se ha interpuesto la primera denuncia por malos tratos.
- Cuando se dicta la orden de alejamiento.

Para muchos hombres con estos valores equívocos de la masculinidad como género dominante, la acción de la mujer la viven como un ataque a su hombría, quedando al descubierto sus debilidades. Se sienten fracasados en su modelo de hombre, por culpa de su mujer, quedando su auto-estima pisoteada, produciéndose un aumento de rabia interna que canaliza mediante la violencia. (Ellos lo llaman "se me sube la sangre a la cabeza")

Es en ese momento cuando la mujer corre un auténtico peligro y cuando la policía en general debe actuar como barrera insalvable entre el agresor y la víctima.

En la actualidad, dictada una orden de alejamiento, el maltratador, con la mentalidad que he explicado, queda alejado de su mujer, de sus hijos, de su casa y de parte de su economía, quedando en la mayoría de los casos a su suerte, provocando esa situación, un odio visceral a quien considera que le ha quitado sus posesiones: su mujer, creciendo un sentimiento de venganza que, en demasiadas ocasiones, desencadena en tragedia. Considera que ya lo ha perdido todo y que le único que les queda es su dignidad como hombre, recuerden que sus expectativas como hombre le indican que tiene que hacer algo para no quedar avergonzado y marcado como un hombre que no supo imponerse a su mujer, la presión social de su entorno es tremenda. Es evidente que el maltratador no puede quedar en la calle con ese sentimiento de venganza.

Es un animal herido, por lo tanto sumamente peligroso.

Es en ese momento cuando las administraciones deben demostrar, con hechos, que la mujer no está sola, deben velar por su integridad física y mental y deben actuar como auténticos tutores, apoyando y acompañando a la víctima en el "vía crucis" que le espera ante las distintas administraciones.

Pero esta violencia en el ámbito familiar no es la única, quizás ahora, es la más visible gracias al efecto que produjo en el año 97 la muerte de la Sra. Ana Orantes (quemada viva por su marido). Las tremendas repercusiones que sobre las mujeres, tiene el control informal que ejerce la sociedad patriarcal, son tratadas como problemas de las propias mujeres, focalizando la respuesta hacia casos concretos y nunca como un problema social.

En la actualidad, las leyes garantizan la igualdad formal entre hombres y mujeres, pero a pesar de ello persisten comportamientos privados y hábitos sociales, que garantizan una transmisión de roles que respaldan una idea latente de superioridad masculina.

La aportación histórica del derecho en la construcción del género ha permitido la injusticia social de la que ha sido objeto la mujer (en la elaboración de las leyes late una interpretación masculina).

Hasta el año 1975, el derecho que ejercía el hombre sobre su mujer se amparaba en el Código Civil:

Equiparación entre «mujeres y niños» Obligación legal de obediencia al cabeza de familia (el hombre).

Si a esta regulación legal, le añadimos la herencia cultural sobre la privacidad de estas conductas, lo extraño es que hoy día nos planteemos la violencia de género como un problema social de primera magnitud.

No se puede entender el ataque sistemático a la mujer en todos los ámbitos de la vida, sin la percepción de una supuesta superioridad masculina. Para un hombre, es sorprendente encontrarse de repente con una evidencia tan clara sobre lo injusto del comportamiento general de los hombres con respecto a las mujeres, auspiciada por la idea de ser el hombre el que ostenta la representación el Estado en su hogar.

"Es el cabeza de familia y él tiene la obligación de mantenerla" (Eso cree)

Pero los ejemplos de violencia estructural son numerosos:

- Ejercicio médico. (Terapias que ocultan el problema) Recuerden que una mujer "dopada, drogada", no se puede resistir y por lo tanto es más fácil la sumisión.
- Discriminación en el Mundo laboral (28% menos salario por igual trabajo. 45% menos por trabajos esencialmente femeninos) dificultad de conciliar la vida laboral con la familiar y en una «doble jornada»
- Acoso Sexual mundo laboral / Escolar. (Códigos de Conducta que obligue a empresarios y trabajadores a "no mirar hacia otro lado" ante situaciones de acoso)
- Miedo a la violación. Ello produce en la mujer una selección de las rutas, horarios y vestuario apropiado para cada ocasión. La violación es una de las más terribles manifestaciones del Patriarcado.
- Los hombres violamos a miles, a millones de mujeres cada año en el mundo. En muchos países la violación es un hecho relativamente cotidiano en las vidas de las personas: niñas, jóvenes y todo tipo de mujeres son violadas por vecinos, amigos, familiares, maestros, policías, políticos, abogados, médicos, agricultores o sacerdotes y ello ejerce un control sobre la libertad individual y colectiva de las mujeres. No es necesario que a la mujer le prohiban el acceso a determinados lugares y a determinadas horas para que ella los evite. La mujer vive bajo un auténtico «toque de queda simbólico».
- La reputación. La reputación desigual entre hombres y mujeres, también tiende a colocar a la mujer en un papel de subordinación con respecto al hombre. Si tomamos como ejemplo a un joven que en diez días ha tenido diez encuentros amorosos con distintas mujeres, él será calificado como conquistador.
- Si es una mujer la que con tanta frecuencia cambia de pareja, seguramente la calificaremos de otra manera, mucho más restrictiva y dura.

Lenguaje:

- a. Insultos. No encontramos un insulto grave hacia un hombre que no tenga un trasfondo de ataque a lo femenino (Busquemos uno)
- b. Invisibiliza a la mujer. El lenguaje utiliza todos sus resortes para ocultar la presencia femenina y por lo tanto hacerla depender del hombre. Por ejemplo en una sala de conferencias donde se encuentren trescientas mujeres y tres hombres, si el ponente es hombre, nunca al referirse al grupo, dirá "NOSOTRAS". Siempre en masculino si hay al menos un hombre.

Es evidente que todo lo dicho hasta ahora tiende a moldear el papel de la mujer en la sociedad, realizándose una auténtica construcción social llamada: feminidad.

Las diferencias biológicas existentes entre un hombre y una mujer no dotan de contenido a lo masculino y femenino, y desde luego ninguna diferencia biológica logra explicar el ¿por qué? la mujer cobra menos cuando realiza el mismo trabajo que el hombre; El ¿por qué? la mujer hace la mayoría de los trabajos domésticos aun cuando además trabaje fuera de casa; Y el ¿por qué? existe una doble moralidad, mucho más permisiva con el hombre.

Es muy evidente que el papel de los hombres en la solución de este gravísimo problema social ha de ser intenso. Debemos ser activistas, no callar, no mirar hacia otro lado y junto con las mujeres acelerar el proceso de la igualdad en derechos y obligaciones y en la consecución de la felicidad.

La lucha de las mujeres nos ha abierto los ojos. Su libertad y su seguridad es nuestra dignidad y su dolor también nos hace daño.

Hoy y aquí:

NO AL TERRORISMO MACHISTA.

SI A LA VIDA.

A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA COOPERAÇÃO ESPANHOLA AO DESENVOLVIMENTO

Ana Mansilla

AGÊNCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL- AECI, BRASÍLIA, BRASIL

1. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO NA COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, o conceito de gênero na cooperação ao desenvolvimento se focalizou no que foi denominado foco do bem-estar, cujo objetivo era a melhoria da qualidade da maternidade, a saúde infantil, a nutrição, sem dizer respeito diretamente às relações entre mulheres e homens, daí se mantinham as desigualdades existentes nestas relações.

Em um segundo momento, o foco denominado Mulheres no Desenvolvimento, referia-se aos problemas associados à mulher, a sua menor presença na atividade econômica e reduzidos ingressos, assim como a exclusão da mulher no processo de desenvolvimento. Os projetos realizados segundo estes critérios contribuíram de certo modo para a melhoria das condições de vida materiais das mulheres. No entanto, não conseguiram resultados efetivos na melhoria da situação econômica e social das mulheres em relação aos homens, nem modificaram a situação de marginalização política das opiniões e pontos de vista das mulheres no processo de desenvolvimento, principalmente no âmbito da planificação. A nova perspectiva, Gênero no Desenvolvimento, promove a igualdade entre homens e mulheres, a maior visibilidade da mulher que se torna participe de todas as iniciativas que contribuem para a promoção do desenvolvimento e mudanças sociais. Assim mesmo, fomenta o fortalecimento da autonomia e o aumento das oportunidades das mulheres.

Nesta nova etapa, a mulher deixa de ser sujeito beneficiário para se converter em agente de desenvolvimento, isto contribui para uma maior efetividade das intervenções. O objetivo é um desenvolvimento sustentável e igualitário, com tomada de decisões partilhadas entre homens e mulheres. Trata-se, por tanto, de atingir mudanças estruturais nas desigualdades. Considera-se que o atendimento às necessidades imediatas das mulheres não será sustentável se não são identificados também os problemas de discriminação que lhes afetam, isto é, se não é promovido um melhor acesso aos recursos e oportunidades de desenvolvimento para todos e uma distribuição mais equitativa das responsabilidades e tarefas dentro da sociedade. Procuram-se relações de equidade entre homens e mulheres através do fortalecimento das capacidades.

A perspectiva da igualdade aparece assim como o eixo transversal ou horizontal em toda intervenção na qual homens e mulheres são agentes de mudança nesse processo de transformação. A dita transversalidade é uma estratégia complementar às ações específicas, fundamentais para garantir o empoderamento das mulheres e o avanço da equidade de gênero. Trata-se, por tanto, de situar a dimensão de gênero como parte fundamental da Cooperação ao Desenvolvimento e não como um elemento marginal, em termos tanto de setores de atuação quanto de orçamentos e tomada de decisões.

2. A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA COOPERAÇÃO ESPANHOLA

A Agencia Española de Cooperación Internacional está atuando nesta matéria da mesma forma que os organismos internacionais, que o conjunto das agências internacionais de cooperação ao desenvolvimento e que a própria legislação espanhola, com o objetivo de fortalecer a perspectiva de gênero nas ações vinculadas ao desenvolvimento.

Neste sentido, é preciso destacar a participação ativa de Espanha nas Conferências Internacionais da Mulher, principalmente na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995. No âmbito da União Européia, adotou-se a resolução de 20 de dezembro de 1995 sobre a integração do enfoque de gênero na cooperação ao desenvolvimento, além da adoção de um regulamento no mesmo sentido, em 1995. A Espanha participou também do Grupo de *Experts* sobre igualdade entre mulheres e homens do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, no quadro do qual foram elaboradas as diretrizes e guia de conceitos do CAD sobre a igualdade entre mulheres e homens de 1998. Dentre os objetivos da Cimeira do Milênio das Nações Unidas, realizada em 2000, com a participação de 191 países, achava-se a promoção e o incremento da igualdade de oportunidades e o fortalecimento da autonomia das mulheres, além do requisito de inclusão da perspectiva de gênero nos outros objetivos do milênio.

Um momento marcante na Espanha foi a adoção da Lei de Cooperação para o Desenvolvimento, de número 23/98, de 7 de julho de 1998, que ofereceu uma base jurídica à perspectiva da igualdade como princípio norteador da Cooperação Espanhola. É preciso destacar neste processo a estreita colaboração estabelecida pela Agencia Española de Cooperación Internacional com o Instituto de la Mujer del Ministerio de Trabajo da Espanha para a promoção das mulheres nos países em desenvolvimento. Esta colaboração foi formalizada através de diversos acordos, iniciativa que têm permitido a realização de ações destacadas no âmbito do acompanhamento e apoio institucional para a criação e fortalecimento de organismos de promoção da mulher na Iberoamérica e outros países em desenvolvimento.

A estratégia da Agencia Española de Cooperación Internacional para o fomento da igualdade entre homens e mulheres se baseia nos seguintes princípios de atuação:

1) o combate à pobreza;

- 2) a defesa dos direitos humanos das mulheres;
- 3) a aplicação do foco de gênero na cooperação ao desenvolvimento;

3.1) a integração da igualdade entre mulheres e homens como componente horizontal.

Pôr em andamento esta política de gênero pressupõe dificuldades, que poderiam ser solucionadas a través de um melhor conhecimento da realidade das desigualdades entre mulheres e homens dos países com os quais se coopera, aplicando uma metodologia de trabalho baseada em:

- a aplicação da análise das desigualdades entre mulheres e homens;
- a valoração das formas e ritmos adaptados à igualdade;
- a implicação entre mulheres e homens;
- a contribuição ao fortalecimento das capacidades e a autonomia ou empoderamento.

A Agencia Española de Cooperación Internacional tem realizado diversas ações orientadas ao fortalecimento e consecução de uma maior visibilidade da perspectiva de gênero. No âmbito da formação têm sido publicados artigos (GALVANI 2000; SERRA 2000; LÓPEZ 2003), livros (MAE-AECI 2003) e manuais (López Et Alcalde 2004) específicos sobre esta matéria e se têm realizado seminários e jornadas com o objetivo de trocar experiências, atingir avanços na aplicação destes princípios e de proporcionar os instrumentos básicos de gestão que permitam sua integração em todo o processo dos projetos de cooperação ao desenvolvimento. Destacam o I Encuentro sobre Género en Centroamérica y el Caribe, realizado em Manágua, em maio de 2003. A II fase do Encuentro/Seminario sobre Políticas Públicas de Género: la experiencia española, foi realizada em São José da Costa Rica, em novembro de 2004. O eixo central destas jornadas foi a institucionalização das políticas de gênero nos países da região e os mecanismos nacionais para o avanço das mulheres. Durante estes encontros foram apresentadas as reformas propostas em nosso país nesta matéria, como recentemente a aprovada lei contra a violência de gênero.

3. A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA COOPERAÇÃO ESPANHOLA NO BRASIL

O interesse pela dimensão de gênero na Cooperação, mostrado pela Agencia Española de Cooperación Internacional no Brasil, tem-se concretizado em diversas ações: em primeiro lugar, favorecendo a formação de pessoal, com sua participação em eventos sobre esta temática promovidos por Organismos Internacionais, tanto teóricos quanto práticos; em segundo lugar, incorporando a perspectiva de gênero nas diferentes fases do desenvolvimento dos projetos. Além disso, no principal projeto de fortalecimento institucional realizado pela Cooperação Espanhola no Brasil, cuja instituição parceira é a Escola Nacional de Administração Pública, inclui-se uma atividade sobre o papel da mulher no setor público.

Neste sentido, o apoio à realização deste I Seminário Brasil-Espanha - a violência contra a mulher: conseqüências morais, econômicas e jurídicas, realizado na Serra da Capivara, no Piauí, pode ser considerado uma ação pioneira neste âmbito. Não é, no entanto, uma ação isolada, mas em consonância com princípios gerais mantidos pela Agencia Española de Cooperación Internacional, se pretende promover o fortalecimento

institucional e a transversalidade do gênero em todos os âmbitos e etapas das atividades de cooperação.

É por isto que a realização deste seminário não pode ser separada do projeto de Desenvolvimento do Turismo na Serra da Capivara, que tem o apoio da Cooperação Espanhola. Desta forma, as propostas concretas de intervenção no âmbito da formação e da geração de renda e emprego no âmbito turístico não podem deixar de levar em consideração as situações de desigualdade e as grandes dificuldades que enfrentam as mulheres dessa região. Daí a importância de todas as ações que, como esta jornada, contribuem para o sucesso de mudanças que revertem na melhora das relações de equidade entre homens e mulheres.

BIBLIOGRAFIA

- AECI. *Igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres*: <http://www.aeci.es/es/9-Proyectos/igualdad>. 2005. Consulta 05/01/2005.
- GALVANI FORESI, V. La Agencia Española de Cooperación y la igualdad de género en la ayuda oficial al desarrollo in: *Revista española de desarrollo y cooperación*, 2000 6: 43-57.
- LÓPEZ MÉNDEZ, I. Sobre una estrategia de género para la cooperación española in: GARCÍA, A. (corred.). *Género en la cooperación al desarrollo: una mirada a la desigualdad*. Madrid: ACSUR-Las Segovias, 2003. 33-51.
- _____ y ALCALDE GONZÁLEZ-TORRES, R. *Guía práctica para la integración de la igualdad entre mujeres y hombres en los proyectos de la cooperación española*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 2004. AECI.
- MAE-AECI. *Estrategia de la cooperación española para la promoción de la igualdad entre mujeres y hombres*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 2003. AECI.
- SIERRA LEGUINA, B. Criterios para la evaluación con perspectiva de género. *Revista española de desarrollo y cooperación*, 2003. 6: 95-112.

MULHERES EM AÇÃO EM SÃO RAIMUNDO NONATO, PIAUÍ

Ana Stela de Negreiros Oliveira

HISTORIADORA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MULHERES EM AÇÃO, BRASIL

Damiana Crivellare

SOCIÓLOGA, SÓCIA DA ASSOCIAÇÃO MULHERES EM AÇÃO, BRASIL

A realização do Seminário Binacional Brasil-Espanha sobre violência e gênero despertou em nós, um grupo de mulheres presentes nas discussões, a necessidade de criação de uma associação que pudesse trabalhar com mulheres vítimas de violência e discriminação em São Raimundo Nonato.

O município está localizada no Sudeste do Piauí e possui uma população com cerca de 30 mil habitantes. A violência contra a mulher sempre foi questão presente no cotidiano da nossa cidade, tanto que dois dias antes da realização do Seminário, vivenciamos o assassinato de uma mulher por seu namorado. Diante do descaso com as questões da violência de gênero, o assassino fugiu e continua impune, como na maioria dos casos.

A grave e séria questão da violência de gênero em nosso município, veio à tona durante o período de realização do Seminário a partir de depoimentos de esposas, filhos e filhas que já haviam sofrido violência, tanto física como psicológica.

Acreditando que um problema tão grave e recorrente em nossa comunidade não poderia ser deixado de lado, após o Seminário sentimos-nos fortalecidas o suficiente para propormos a criação de uma organização que ajudasse a prevenir, assistir e ressarcir estas mulheres.

A Associação Mulheres em Ação foi fundada em cinco de janeiro de 2005 por um grupo de vinte cinco mulheres da cidade de São Raimundo Nonato. Constitui-se como uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico. Uma Associação cidadã integrada por mulheres e destinada a defender a igualdade de gênero em todos os aspectos da vida social e particularmente nas manifestações de violência contra a mulher.

Em atividade há pouco mais de quatro meses, a Associação Mulheres em Ação conta atualmente com o apoio da Secretaria do Bem-estar Social, do Conselho da Mulher, do Conselho do Idoso, do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente e da

FUMDHAM. É integrada por um grupo de mulheres representantes da Sociedade Civil e do poder público do município de São Raimundo Nonato.

Seu regimento se dá através de Estatuto e tem as seguintes atribuições:

- Defender a igualdade de gênero através de três tipos de ação: preservação, assistência e ressarcimento;
- Difundir os resultados das pesquisas sobre os problemas de gênero, com a finalidade de promover mudanças de mentalidade social e de comportamentos transgressores referente à desigualdade e a violência. A realização de exposições, conferências, seminários e produções de audiovisuais deverão se revestir de caráter educativo;
- Obter fundos através da apresentação de projetos às agências financiadoras, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras para implementar ações de preservação, assistência e ressarcimento;
- Manter intercâmbio com organizações congêneres do país e do estrangeiro;
- Promover ações destinadas ao desenvolvimento econômico e auto-sustentável da região e da Associação;
- Defender o patrimônio ambiental e cultural da microregião de São Raimundo Nonato;
- Realizar convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, no sentido de obter a colaboração de outras instituições para o melhor desempenho da Associação e solicitar a instituições internacionais sua colaboração como observadores e avaliadores da gestão;
- Publicar boletim, revistas, catálogos e livros.

A constituição do Fundo Social da Associação deverá contar com doações, contribuições, subvenções e auxílios que lhe forem concedidas pelos poderes públicos, particulares, e pelas sócias, tanto nacionais como estrangeiros.

A administração da Associação se dá através de uma Diretoria integrada por Presidente, Vice-presidente e Tesoureira, eleitas em Assembléia Geral, com mandato de dois anos, renováveis.

Para efetivar sua criação a Associação Mulheres em Ação estabeleceu um Plano de Trabalho para o biênio 2005-2006, estruturado a partir das necessidades latentes de intervenção e mobilização. Assim sendo, propõe: em seu regimento é a igualdade de:

- Promover ações de sensibilização através da realização de encontros com diversos segmentos da comunidade, apresentando o tema e a Associação;
- Construir o perfil sócio cultural das mulheres vítimas de violência e discriminação em São Raimundo Nonato;
- Promover a implantação de cursos profissionalizantes com ênfase na geração de renda e na educação complementar;
- Estabelecer parcerias com instituições congêneres, nacionais e internacionais.

Atendendo ao objetivo de fazer conhecer à comunidade local a existência, finalidade e ações da Associação Mulheres em Ação, os primeiros contatos com a comunidade se

deram através de encontros entre um grupo de representantes da Associação, educadores e dirigentes de escolas da rede pública municipal e estadual de ensino e da rede particular. Durante estes encontros além de esclarecimentos sobre a criação da Associação foi disponibilizado ao grupo, material didático a ser trabalhado com os alunos durante o ano letivo de 2005. A resposta a esses encontros foi tão imediata, que as três primeiras escolas visitadas já incluíram o tema da violência de gênero na programação de suas feiras culturais e de conhecimento.

A outra proposta que já esta sendo realizada é a da construção de um perfil sócio cultural das mulheres vítimas de violência e discriminação. A pesquisa sociológica que pretende identificar o perfil social, cultural, econômico e escolar das mulheres a serem assistidas está sendo realizada junto a Delegacia da Mulher, ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, ao Conselho da Mulher e ao programa Casa-abrigo. Espera-se assim identificar a realidade social do grupo.

Neste primeiro momento de atividade da Associação, uma questão tem sido fator de constante preocupação e discussão – a falta de independência financeira das mulheres. Percebe-se que a questão econômica é fator determinante na maioria dos casos do retorno da mulher vítima de violência ao lar. Assim, a estruturação e implementação de um programa de cursos profissionalizantes com ênfase em educação complementar, capaz de proporcionar a conquista de uma atividade profissional remunerada que garanta e/ou colabore com a renda doméstica, é fundamental.

Neste processo outra ação de grande importância e estima é a conquista de novas parcerias, a busca de orientação e de troca de experiência com instituições congêneres do Brasil e do exterior, capazes de repassarem experiências no tratamento com as questões da violência contra a mulher.

Acreditando no conquista de um espaço de discussão, estímulo e ação no combate as questões da violência de gênero a Associação Mulheres em Ação registra mais uma etapa da sua recente existência.

**Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres**

